

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Travessia por ‘Terceira Margens’ de um Rio:  
Natureza e Cultura no Rio Jaguaribe-CE  
(séculos XIX-XX)**

Karuna Sindhu de Paula

Recife, 2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Karuna Sindhu de Paula

**Travessia por ‘Terceira Margens’ de um Rio:  
Natureza e Cultura no Rio Jaguaribe-CE  
(séculos XIX-XX)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito final para obtenção do título de Mestre em História na Linha de Pesquisa Cultura e Memória do Norte e Nordeste.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende

Recife, 2011

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

P324t Paula, Karuna Sindhu de.  
Travessia por “terceira margens” de um rio: natureza e cultura no rio Jaguaribe-CE / Karuna Sindhu de Paula. – Recife: O autor, 2011.  
201 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2011.  
Inclui bibliografia e anexos.

1. História. 2. Rio Jaguaribe (CE). 3. Paisagens. 4. Natureza. 5. Cultura. 6. Ciência. 7. Imaginário. 8. Memória. I. Rezende, Antonio Paulo de Moraes (Orientador). II. Título.

981 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2011-112)



## **ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA KARUNA SINDHU DE PAULA**

Às 10h do dia 29 (vinte e nove) de agosto de 2011 (dois mil e onze), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pela aluna **Karuna Sindhu de Paula** intitulada “**Terceira Margem’ de um Rio: Natureza, Cultura, Técnica e Imaginário no Rio Jaguaribe-CE (séculos XIX-XX)**”, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder a mesma o conceito “**APROVADA**”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Antonio Paulo de Moraes Rezende (orientador), Alcileide Cabral do Nascimento, Fabiana de Fátima Bruce da Silva e Kenia Sousa Rios. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução N° 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 29 de agosto de 2011

Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Alcileide Cabral do Nascimento

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Fabiana de Fátima Bruce da Silva

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Kenia Sousa Rios

## **Agradecimentos;**

À CAPES, pela bolsa de estudos que viabilizou esta pesquisa.

Ao professor Antonio Paulo de Moraes Rezende, que imprimiu aos momentos de orientação, saborosas conversas e descobertas sobre a História, a literatura e o futebol. Além disso, ensinou-me a conciliar praticidade e leveza, a esta travessia.

À professora Kênia Rios, que me apresentou o Rio Jaguaribe. Esteve comigo como professora e portadora dos meus relatos de viagens pela Amazônia, sempre muito terna em recebê-los. Agradeço ao professor Eurípedes Funes, por me colocar nas trilhas da História Ambiental e me indicar o caminho que leva aos Andes.

À Marta Aurélia, que me recebeu em sua casa, para que eu pudesse pesquisar tranquila e confortavelmente em Fortaleza, minha gratidão. A Eveline Barros Leal pela amizade e incentivo a esta pesquisa.

Aos amigos João Paulo Vieira, Jorge Henrique, Thiago Gomes, Heráclito, Alisson Maciel e família. Ao Thiago F. de Camargo, que teceu suas apreciações sobre os esboços deste texto. Ao amigo e pesquisador Narciso Ferreira Motta, que a esta pesquisa, trouxe importantes contribuições.

Ao Rodrigo Peixoto, companheiro de estudos e de vida.

Aos amigos de Recife, em especial Lylian Rodrigues, Aline Rattacaso (por suas prestimosas contribuições ortográficas), Odomiro Fonseca, Dimas Veras, Michely Andrade e Roberta Melo. À Romênia Maria Moura, minha querida. À Carolina dos Anjos, que tarde conheci, mas que muito já me inspirou. À Saionara Leandro, e ao Ricardo Leite, pela ‘Súplica Cearense’ e outras palavras que alumiarão este texto.

À Sandra Regina; ‘se todos fossem iguais a você’, o mundo andaria bem melhor!

Às amigas que a vida me irmanou Juliana Priya, Sanga Gati, Yatra Soares, Manjari Devi e Eloise Mudo. Ao Kleiton Moraes, que devaneia com Bachelard e canta com Catulo, na sua ‘paixão cearense’. À Aline Medeiros, minha Olive, delicada bailarina, grande historiadora que percorre comigo o nosso mundo encantado da memória.

Aos depoentes desta pesquisa, que me narraram suas vidas vividas nos confins dos sertões, na ‘quadrada das águas perdidas’...

Aos escritores-poetas João Guimarães Rosa e Mia Couto. E a Elomar Figueira de Mello, por encantar com seu canto sobre ‘*fantasias leigas para um rio seco*’, cada palavra desta dissertação.

A Aninha Bevenuto de Paula. Agradeço também à sua família, minha família. À Dora Pires, Dorinha. Minha amiga de filmes e de desjejuns molhados ao leite de coco.

Agradeço a minha querida Ananga Manjari, quem me ensinou a ler o mundo de forma encantada, contando-me histórias de Netuno, da mãe-d’água. E que do alto dos sobrados de Penedo, apresentou-me o Velho Chico.

Ao Hari, meu amigo que me levou a tentar travessia: *nonada*.

À Luciana, por ser a distância mais presente em palavras, nestas veredas aquáticas...

Aos meus dois irmãos, que estão cada dia mais, tornando-se *meus* irmãos.

Ao meu pai, imensamente.

À minha mãe Amara, amada.

Ao Alberto Rio, meu rio; o mais-querido.

## Resumo

**Autor:** Karuna Sindhu de Paula

**Título:** “Travessia por ‘Terceira Margens de um Rio’: Natureza e Cultura no Rio Jaguaribe – CE (séculos XIX – XX)”

Este trabalho de dissertação tem como objeto de análises as relações engendradas e vivenciadas no/com o rio Jaguaribe. Este rio está localizado no Ceará, e constitui o mais significativo regime fluvial do Estado, formando, juntamente com os seus dois principais afluentes (rio Salgado e o rio Banabuiú), uma grande bacia hidrográfica denominada de Bacia do Jaguaribe. A dissertação é pautada pelo entendimento de que uma paisagem natural possui temporalidades, e que, muito mais que de correntezas aquíferas, o Jaguaribe abriga em seu leito uma complexidade de sentidos e significações: disputas políticas, intervenções científicas e seu papel proeminente no processo de ocupação das terras do sertão cearense. Aborda, em três capítulos, três momentos da história do Rio, entrelaçando análises dos referenciais teóricos e de variada gama de fontes, três pontos que, ao se pensar numa história do rio Jaguaribe, não poderiam ser desconsiderados. No primeiro capítulo, é estudada a apreensão do conhecimento do espaço do rio, no século XIX, pelo saber dos naturalistas. No segundo, as intervenções técnico-científicas dos engenheiros do DNOCS, a política intervencionista no Rio – através da construção do açude Orós – e a enchente mitificada como ‘dilúvio do Orós’, em 1960. No terceiro capítulo, a cultura e o imaginário associados ao rio e à sua natureza são analisados, compondo um estudo que comunica o cotidiano daqueles que vivem às margens do Jaguaribe, perpassando pelo *crível*, e encontrando o *incrível*. A pesquisa *das racionalidades, irracionalidades e dos sentimentos que permeiam a relação entre os homens e a natureza*: é esta a dimensão da correlação cultura/natureza priorizada nesta dissertação.

**Palavras-Chave:** Rio Jaguaribe (CE); Natureza; Cultura; Técnica; Imaginário; Memória.

## Abstract

**Author:** Karuna Sindhu de Paula

**Title:** “Crossing by ‘The third margin of a river’: Nature and Culture at the Jaguaribe River – CE (XIX – XX Centuries)”

This dissertation work has as its objective of analysis the relationships generated and lived at/with the Jaguaribe River. This river is located in the State of Ceará, and constitutes the most significant fluvial regime of that State, forming, together with its two tributaries (Salgado River and Banabuiú River), a great hydrographic basin denominated the Jaguaribe Basin. The dissertation follows the understanding that a natural landscape has its temporalities, and that, much more than just water currents, the Jaguaribe harbors a complexity of senses and meanings: political disputes, scientific interventions, and its prominent role in the process of occupation of the lands of Ceará. It approaches, in three chapters, three historical moments of the River, comparing analysis of theoretical references with a wide range of sources, three points which, when thinking about the history of the river, cannot be disregarded. The first chapter studies the capture of knowledge in the space of the River, in the XIX century, by the naturalists. In the second, the technical and scientific interventions by the DNOCS engineers, and the interventionist policy at the River – through the construction of the Orós dike – and the flood known as the ‘Orós Flood’, in 1960. In the third chapter, the culture and imagery associated to the River and its nature are analyzed, forming a study that communicates the day-to-day lives of those who live at the Jaguaribe River, through the *credible*, meeting the *incredible*. The study of the *rationalities, irrationalities and the feelings that permeate the relationship between men and nature*: this is the dimension of the correlation culture/nature prioritized in this dissertation.

**Key words:** Jaguaribe River (CE); Nature; Technique; Imagery; Memory; Culture



## Sumário

Introdução	1
Capítulo I – As naturezas do Rio	
1.1 Correntezas sagradas e torrentes nefastas	16
1.2 Viajantes da Natureza: ciência e deleite	25
1.3 Os tributos da Natureza	48
Capítulo II – Corrente Sanguínea	
2.1 A Artéria Aberta	66
2.2 O dilúvio, ou quando o sertão virou mar	80
2.3 Os tributos do Rio	91
Capítulo III – O Bicho e o Rio	113
3.1 Do margear imaginários, em rios da História	120
3.2 ‘Fábulas da Memória’: uma história da Lenda	132
3.3 ‘Ele viu o Bicho’	142
3.4 Fabricação de um Jaguaribe encantado, e maldito	148
3.5 O sorrir do Bicho <i>do</i> Rio	170
Considerações finais	182
Anexos	
Anexo 1 “Tragédia na minha terra”, crônica de Edigar Alencar	186
Anexo 2 “De Orós e outras águas que evaporam” poema de L. Maia	187
Anexo 3 – Efeitos fisiológicos de mortes por afogamento	188
Sobre as Imagens	189
Mapas e Imagens	
Fontes e Referências	192

## Lista de Imagens e Mapas

Imagem 1 – Aquarela de José dos Reis Carvalho

Imagem 2 – Pouso do avião monomotor do padre João Sticker, em Jucás, década de 60

Imagem 3 – Demarcação oficial da nascente do Rio Jaguaribe

Imagem 4 – Rio Jaguaribe na cidade de Jaguaribe

Imagem 5 – Curral no leito do Rio

Imagem 6 – Plantio no leito do Rio

Imagem 7 e 8 – Enchente 1974, na cidade de Aracati

Imagem 9 – Enchente de 2004, na cidade de Jucás

Imagem 10, 11, 12 – Usos cotidianos do rio Jaguaribe, na cidade de Jaguaribe (década de 60)

Imagem 13 – Usos da Barragem, na cidade de Jucás

Imagem 14 – Rio Jaguaribe, correndo pela barragem da Cidade de Jucás

Imagem 15 – Travessia, na margens do Jaguaribe em Jaguaruana

Imagem 16 – Vila rural nas cercanias da *nascente* do Jaguaribe, em Tauá

Imagem 17 – Entrevista com moradora de Jucás

Imagem 18 – Capa do livro ‘A lenda do Bicho do Rio’

Imagem 19 – Poço da Farinha, no rio Jaguaribe, em Jucás

Mapa 1 – Bacias Hidrográficas do Ceará

Mapa 2 – Bacias hidrográficas do Ceará, com os índices de acúmulos de água nos açudes

Mapa 3 – Região semiárida cearense

# Introdução

## Jaguar, o rio

*(...)Sou o que não foi, o que vai ficar calado. Sei que agora é tarde, e tenho que abreviar com a vida, nos rasos do mundo. Mas, então, ao menos, que, nos artigos da morte, peguem em mim, e me depositem também numa canoinha de nada, nessa água, que não pára, de longas beiras: e, eu, rio abaixo, rio a fora, rio a dentro  
- o rio.<sup>1</sup>*

Dentre os muitos rios intermitentes do ecossistema da caatinga, um dos mais peculiares domínios de natureza no Brasil, estreito e raso, atravessando a Depressão de Tauá, com solos litólicos e superfícies colinosas, cortando o Planalto Sertanejo em Jucás, cujo solo podzólico avermelhado argiloso imprime às suas margens feições desérticas, alcançando a Depressão Sertaneja, que define grande parte dos municípios da sua bacia, onde há preponderância da semi-aridez e onde sua topografia é predominantemente plana, vê-se o Jaguaribe correndo largo, sobre uma planície fértil de solos aluviais, até chegar às planícies flúvio-marinhas, transpor os tabuleiros costeiros e encontrar, imponente e volumoso, nas dunas e mangues de Aracati, o Atlântico.

Há muitas maneiras de se fazer conhecer um rio. Anunciar o seu nome costuma ser a forma usual de se começar, mas nem sempre eficaz, visto que não me parece cabível atribuir tamanha unidade a algo que corre, continuamente, por renovadas correntezas, em direção à derradeira foz que lhe irá desfazer em estuário, delta, sal, e por fim, oceano. Um nome invoca memórias, evoca imagens e provoca sensações. Jaguaribe: *jaguar-y-pe*, da etimologia tupi-guarani ‘**rio** das onças’. O nome carrega consigo a sina de apregoar o seu papel e lugar na natureza – o de ser um rio! Traz também indícios históricos do ambiente no qual se insere: lugar onde havia onças possivelmente em abundância.

Jaguaribe: rio das violas, rio das secas; riacho do sangue, rio maldito, rio da saudade. Aquele que nasce onde os sertões do Brasil são mais secos, florido em suas nascentes por jitiranas azuis, leva ao mar a dor e o pranto do Ceará, como canta Fagner: “as águas do Jaguaribe levam as mágoas do sertão para dentro do mar”...

---

<sup>1</sup> ROSA, Guimarães, “A terceira margem do rio”, In: *Primeiras Estórias*, 2005, p. 82.

Pelo rio Jaguaribe, correm águas que o poema de Demócrito Rocha consagrou em versos como o sangue do Ceará: “*O Rio Jaguaribe é uma artéria aberta por onde escorre e se perde o sangue do Ceará*”. Imagetivamente, o Jaguaribe se insere no universo do sertão semiárido do Ceará, como um dos maiores rios secos do mundo. É, contudo, evocado como a fonte propulsora da vida neste semiárido carente de água. Com suas águas, o Rio perpassa por distintos ecossistemas, ligados entre si na composição do vale do Jaguaribe.

O Rio Jaguaribe nasce na serra da Joanhina, município de Tauá, e deságua no Oceano Atlântico, tendo a foz no município de Fortim. Os principais afluentes das suas nascentes são os rios Carrapateiras, Trici, Condado, e Trussu. No seu curso, o Rio recebe outros rios que compõem as sub-bacias do Jaguaribe. Os mais extensos e com maior volume de água são o rio Salgado e o rio Banabuiú. Outros importantes afluentes do Jaguaribe são o rio Cariús, o rio Palhano, rio Jucás e o rio Conceição.

O Ceará possui 90% do seu território numa região semi-árida. O fato de os maiores reservatórios de água do Estado encontrarem-se na bacia do rio Jaguaribe confere-lhe uma função estratégica. Estes reservatórios garantem múltiplos usos, num extenso vale ‘perenizado’, e são responsáveis por uma parte significativa do abastecimento da cidade de Fortaleza e seu parque industrial. A área total da bacia do Jaguaribe é de aproximadamente 75.669 km<sup>2</sup> e as cabeceiras de suas sub-bacias servem de limite entre o Ceará e os Estados do Piauí, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte

A bacia hidrográfica do rio Jaguaribe está situada em sua quase totalidade dentro dos limites do Estado do Ceará, com pequena parcela estendendo-se ao sul para o Estado de Pernambuco (sub-bacia do rio Salgado, afluente que se une ao Jaguaribe no município de Icó – médio-Jaguaribe – rota e pólo comercial de grande importância no comércio de charque entre as províncias do Ceará e Pernambuco no século XVIII). Ocupa cerca de 51,9% da área total do estado do Ceará, “balizando-se entre as coordenadas de 4°30’ e 7°45’ de latitude sul e 37°30’ e 41°00’ de longitude oeste” (GATTO, 1999)

Com uma extensão de cerca de 610 km, desde as nascentes até o litoral, o rio Jaguaribe e seus tributários percorrem uma região dominada, basicamente, pelas formações vegetais da Savana Estépica (Caatinga) e as de Tensão Ecológica, do tipo contato Savana-Estepe na região da Serra do Pereiro e Estepe-Floresta Estacional no setor extremo sul.

O período crítico e com maior deficiência hídrica ocorre entre os meses de julho a novembro, com pequenas variações, para uma área onde as pluviosidades máximas e mínimas anuais estão entre 1.270 mm e 470 mm, sendo que 60% da bacia é abrangida pelo clima semiárido, desde as proximidades do litoral.

O clima semi-árido na bacia do Jaguaribe apresenta uma pluviosidade média anual de 700 mm a 800 mm, a temperatura média anual entre 26°C e 27°C, uma deficiência hídrica de 700 a 800 mm anuais, com oito a nove meses com déficit, o excedente hídrico sendo de 0 mm anuais (GATTO, 1999)

Das imagens de um rio físico a um rio literário, pode-se escrever uma história. São olhares distintos que perfilam a mesma paisagem. Que fazer o historiador com informações técnicas sobre um elemento natural em um ecossistema que lhe é desconhecido? Cabe a ele questionar sobre essa produção de dados, bem como, sobre o próprio conteúdo destes. É possível antever transformações naturais de ordem climática, provocadas pela ação humana no meio, por exemplo, se comparados os índices pluviométricos de 50 anos atrás com os de hoje. Assim, informações sobre as condições pluviométricas constituem importantíssima chave para, através dela, realizar um estudo histórico de processos vividos pelo homem nesta ambiência particular do semiárido cearense. De forma que os limites de um rio são dados a partir da cultura e da dinâmica histórica que perpassam o mesmo. Sobre isso, escreveu Victor Leonardi: “embora os conceitos de nascente, foz, bacia, divisor de águas, leito, descarga, escoamento, regime fluvial, cor das águas e carga sólida sejam muito úteis para a potamologia, (...) estarei sempre incluindo um critério a mais para pensar este rio [rio Negro/AM]: *o histórico*” (LEONARDI, 1999, p. 19).

Num entendimento histórico, mesmo um rio não é um dado pronto. Seus contornos, fronteiras e nascentes são, quando não insondáveis, produzidas por disputas e afirmações humanas. Ou, talvez, como escreve Mia Couto, “*é mentira haver fonte do rio. A nascente é já o vigente rio, a água em flagrante exercício. O rio é uma cobra que tem a boca na chuva e a cauda no mar*” (COUTO, 2003, p. 74), já que “os rios serpenteiam, lembrando cobras”, segundo alegoria do intelectual paulista Alfredo Ellis Jr., indicando o papel sinuoso dos rios na ocupação colonial do Brasil (apud Corrêa, 2008, p. 58)

Algumas vezes, num gesto de afronta a si mesma, a natureza faz brotar no seio de solo infértil uma água que desafia fronteiras, ultrapassa chapadas, os relevos hostis, os meses secos do ano, os anos secos dos séculos, os açudes que a interrompem, e

compõe um rio que arrastou cidades, vidas e plantações, nas suas cheias mais violentas. Hoje perenizado, o Jaguaribe tem suas águas por fim ‘domadas’. As técnicas dos homens da ciência, na luta pelo progresso, contra a natureza, sobrepujaram as águas rebeldes de um rio que castigou o homem com excessos e falta.

Muito mais que de correntezas aquíferas, o Jaguaribe abriga em seu leito uma complexidade de sentidos e entendimentos que o tornam significativo como objeto de estudo e pesquisa de um trabalho em História Cultural: disputas políticas, intervenções científicas e seu papel proeminente no processo de ocupação das terras do sertão cearense.

Dividido em sub-bacias, unidades geoambientais e regiões, o Jaguaribe não é um rio uniforme, embora seja o mesmo rio que corre por ecossistemas variados. De um rio estreito, com finas correntes de água em Tauá, a um rio forte, amplo, navegável em Aracati, ou um rio salgado, cheio de mar, no Pontal do Maceió, estancando em açudes e seguindo após os sangradouros, o Jaguaribe conserva consigo seus sentidos e carrega suas representações sempre múltiplas, porém que dizem sobre um *mesmo* rio. Os rios serviram aos poetas e filósofos de imagem-metáfora para representar mudanças e transformações. Águas que correm pelo mesmo leito, embora sejam sempre outras as águas deste rio... E que formam um rio constantemente distinto<sup>2</sup>.

Assim, sei que o Jaguaribe não é estancado nas suas represas. Segue sendo o mesmo rio, embora todas as demarcações e transfigurações que lhe são impostas pelo homem. Entendo, também, que o Jaguaribe é um rio feito de muitos rios; abriga em sua bacia dois grandes rios (Banabuiú e Salgado) que fazem percursos e voltas por outras paragens do sertão cearense, e que toda a multiplicidade deste rio é abrigada num seio de representações ligadas e evocadas por um mesmo nome: *Jaguaribe*.

Ao aventurar-se nas correntezas de uma pesquisa cujo foco central é a relação homem/cultura com o meio natural, é preciso entender que as paisagens possuem temporalidades, bem como os espaços ‘especificidades sócio-culturais’. Os possíveis diálogos com a biologia, a geografia física e humana, a ecologia, são valiosos, de forma a municiar-se o historiador de entendimentos amplos e específicos sobre as muitas conexões entre natureza e cultura.

---

<sup>2</sup> Heráclito de Éfeso foi o filósofo pré-socrático que tratou da ambivalente relação entre mudança e transformação. Usou como metáfora maior para representar seu pensamento, *o rio*, com suas águas em curso, correndo para a foz. Tudo é considerado como um grande fluxo perene, no qual nada permanece a mesma coisa, pois tudo se transforma e está em contínua mutação. Como se sabe, é sua a máxima ‘não se pode pisar duas vezes nas mesmas águas de um rio’, traduzindo assim o seu pensamento de que só o que há de constante no mundo humano e natural, é a transformação.

Assim é para o geógrafo. A imensidão de relações que, através do continente europeu, abre o vale; o movimento de homens e mercadorias; a extensão das ligações que se estabelecem na artéria fluvial – tudo lhe permite ver no Reno a mais ativa das vias naturais da Europa; tudo o leva a saudar nos países renanos, beneficiados pela economia moderna com tão magnífica potência, uma das áreas da terra onde mais ativamente fermenta o trabalho pacífico, a labuta produtiva da humanidade.

Mas, e o historiador? Ele lê, ele escuta as vozes retumbantes do presente que cobrem ou reforçam as vozes discordantes do passado. Corajosamente, tentando elevar-se acima da massa contraditória dos fatos e das interpretações, tenta discernir alguns planos gerais do papel, do valor do Reno nas diversas épocas do passado europeu. (FEBVRE, 2000, p.71)

Do livro de Lucien Febvre sobre o rio Reno, na Europa, para uma história do Jaguaribe no sertão dos Inhamuns, recebi inspiração para a pesquisa que se desdobrou no texto desta dissertação. A beleza da sua narrativa, a riqueza de detalhes nas informações de mais de dois mil anos de história, e a tarefa a que se propôs Febvre, árdua e atenciosa, de conhecer, percorrer o Reno, suas cidades e fronteiras, foram as primeiras letras que me acompanharam na viagem de travessia pelo Vale do Jaguaribe.

Contemplar o Reno e suas margens a partir do rio, passar diante das falésias, dos castelos e das cidades e aproximar-se, pouco a pouco do mar do Norte, de seus odores, seus ruídos e daquele céu holandês, cinza-azulado, foi descobrir uma perspectiva nova e excepcional. (FEBVRE, 2000, p.18)

Na minha pesquisa, travessia por caminhos desconhecidos, conheci pessoas que se dispuseram a contar-me suas vidas. Assim teve início a minha viagem de travessias pelas correntezas do Jaguaribe. Percorri os seus municípios, cidadelas de ribeira, indo da foz à nascente e empreendendo entrevistas, conversas nas noites altas dos sertões; um estudo de campo que, para mim, foi muito além da mera pesquisa acadêmica. Vivenciar as problemáticas, saudades e angústias daqueles cujas vidas estão inseparavelmente ligadas ao rio, me trouxe envolvimento com o Jaguaribe. Uma espécie de paixão aflorada pela luta dos que perderam as suas casas, seus mortos e sua cidade por conta da construção de barragens, apartados, assim, da cotidianidade molhada pelos usos do Jaguaribe. Entendi, neste trajeto, que uma das muitas formas de se descrever o rio Jaguaribe é dada pelas linhas das vidas daqueles que margeiam seu leito.

Em duas viagens, uma no ano de 2008 e outra em 2010, recolhi os depoimentos que neste trabalho foram citados. Nas minhas incursões aos municípios de Fortim, Aracati, Limoeiro do Norte, (Nova) Jaguaribara, Jaguaribe, Icó, Orós, Iguatu, Jucás e

Cariús, realizei uma série de entrevistas para esta pesquisa; ouvi narrativas de vida que me possibilitaram conhecer o rio, munida da premissa expressa através da valorização do indivíduo e da *experiência*. Os critérios para a escolha dos depoentes não foram aleatórios; procurei os mais idosos e que estivessem dispostos conceder seus depoimentos em entrevistas. A seleção de entrevistas a serem citadas e analisadas neste trabalho, foi uma operação que se guiou pelas questões que procurei estudar, dentro da História do Jaguaribe, e que se destacaram no conteúdo geral das entrevistas.

Para Walter Benjamin, recorrente referência teórica a respeito da validade da *experiência*, particularmente para os fundamentos metodológicos que embasam o uso das fontes orais, o ‘narrador’, por excelência, é aquele que compartilha coletivamente suas relevantes experiências; é aquele que desenvolveu a arte de narrar em meio à prática de fazê-lo, e de experienciá-la.<sup>3</sup> A experiência comunicativa de rodas de narrativas, que de acordo com Walter Benjamin se está esvaindo de significações e sentidos nas sociedades marcadas pela modernidade individualista, se fez presente de muitas maneiras durante minhas travessias pelo rio Jaguaribe, dado o propósito de efetuar e produzir entrevistas.

‘*O fascínio pelo vivido*’ levou-me a iniciar o meu conhecer do Jaguaribe por meio das fontes orais. Este fascínio pelo vivido é indicado por Verena Alberti (2003) como um dos atrativos e das armadilhas na composição das fontes, para o trabalho do historiador, quando feito através das narrativas orais. Baseado na valorização do indivíduo, das discontinuidades e multiplicidades que um indivíduo conjuga em si, o valor atribuído a ele está relacionado a uma outra valorização, mesmo que sensivelmente: a da experiência.

O rio, através de suas correntezas suspeitadas, porém incertas, inventa memórias, coloca-se como elemento central na narrativa sobre vidas sujeitas aos seus caprichosos movimentos. O rio movimentava vidas, conduz a movimentos que acompanham o seu fluxo, as vidas em sua ribeira – ora encharcada, ora inundada. São as memórias narradas pela oralidade, trançadas, urdidadas com os escritos sobre o rio, que pintam com palavras (aqui, afinal, escritas) *quadros do Jaguaribe*.

Ao construir uma canoa e nela permanecer em uma margem que não está nas encostas opostas do rio, mas numa interseção de águas, de lados e margens, o pai do menino que viveu “*em tempos que mudavam, no devagar depressa dos tempos*”, viveu

---

<sup>3</sup> “O Narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov”, In: *Magia e Técnica, Arte e Política*, 2008, p. 197.



em si e para os outros, numa terceira margem do rio. De longe no tempo que esse conto de Guimarães Rosa trouxe para nós uma margem que se tornou metáfora, e hoje, um *conceito* deveras freqüente dentro da história cultural<sup>4</sup>.

Uma terceira margem de entendimentos pressupõe dinamicidades, multiplicidade, pois que abre margens para outras análises, novas possibilidades interpretativas, e que se fazem justo nesta interseção de ‘margens’; de correntes e correntezas, de campos e dimensões. Um tear produz tessituras entre muitos fios, e, em semelhança, esta travessia por uma terceira margens deste rio, o Jaguaribe, atravessa veredas de narrativas variadas sobre o mesmo (múltiplo) rio.

Esta confluência se faz em outro encontro, de outra natureza, mas de mesma relevância: a confluência de uma cultura que se inventa no rio, que está no rio, e de um rio que se conhece pelas linguagens e se vive pela cultura – na cultura – mergulho que se faz na hibridação entre natureza e cultura.<sup>5</sup>

O entrelaçar de tempos, de margens, de fontes, de naturezas, carrega uma multiplicidade que torna o humano, de tão complexo, fantástico; mostra-o como ele é, emaranhado num fantástico nó de questões ligadas à existência humana. Se estudado numa arte de *inventar-se cotidianamente*, a consideração feita por Cornelius Castoriadis ganha, por certo, grande ênfase: “O homem não nos interessa apenas por que somos homens. O homem deve nos interessar porque, dado tudo que sabemos, o fantástico nó de questões ligadas à existência do homem, e ao tipo ontológico de ser por ele representado, não é redutível à física ou à biologia. Se me for permitido dizer algo que, a meu ver, não é apenas um gracejo, eu diria que chegou a hora, talvez, de inverter o procedimento tradicional.” (CASTORIADIS, 1981, p. 227)

A cultura é a arte da produção humana, o que faz e torna o homem humano, e o que ele produz, constrói coletivamente, dinamicamente e cotidianamente. Mas não vive o homem, e não se faz a cultura, desfeitos de uma ‘espaço’, de um ambiente. Com essa premissa, a confluência na relação entre uma cultura e um ambiente natural recebeu, aqui neste texto dissertivo que se segue, o nome e o conceito que os entrelaça, numa

---

<sup>4</sup> ROSA, J. Guimarães. “A terceira margem do rio”, In: *Estas Histórias*, 2005, p. 77.

<sup>5</sup> O livro *História: A Arte de inventar o passado*, de Durval Muniz Albuquerque Jr., foi base de leitura que inspirou e susteve historiograficamente os entendimentos desta ideia ou conceito de ‘terceira margem’, numa busca por pensar não contra a literatura, mas com a literatura num encontro entre margens que foram territorializadas, mas que se encontram no campo das artes de invenções humanas.

constante interação consitutiva: *ambiência*<sup>6</sup>. Ou seja, o ambiente contido, feito na cultura, e a cultura relacionada *ao* ambiente de um rio (*o Jaguaribe*).

Nesta cultura relacionada ao Jaguaribe, *lugares* para o rio foram e são historicamente instituídos, dados e sustentados. Lugares que aparecem nas linguagens e nas variadas ordens de discursos. Lugares que podem ser nomeados por funções, mas que aqui são chamados mesmo de ‘lugares’, por ser um termo conceitual mais amplo, que incide e é dado pelos usos feitos e determinados para o rio. O Jaguaribe recebeu o lugar de ‘maior rio seco do mundo’, de ‘artéria aberta do Ceará’, de ‘salvação do Ceará’, ‘de rio maldito’, ‘morada do Bicho do Rio’, ‘propulsor do povoamento colonial do Ceará’, ‘rio das onças’, ‘causador de enchentes medonhas’, ou de ‘fonte de vida e de sustento’, e assim vai...

Uma gama de variantes se impõe sobre os cotidianos às margens do Jaguaribe, fossem no campo ou nas áreas urbanas. Ademais, não faço o estudo de todo o período que compreende o século XIX e século XX; muito embora, a temporalidade deste estudo dissertativo seja estendida. Foram estudados três campos de relações com o Jaguaribe, e por elas antevi questões que acompanham o rio, seja na região de sua foz, na área de sua ‘nascente’ ou no seu médio-curso, perpassando por esse longo período. Considera o historiador Durval Muniz:

Escrever história é também mediar temporalidades, exercer a atividade de tradução entre naturezas, sociedades e culturas de tempos distintos. Colocados nesta terceira margem da temporalidade, que é o presente, o historiador tem a tarefa de construir com sua narrativa uma canoa que possa mediar, fazer se tocar as margens do passado e futuro. Ao habitar o tempo, como passa a fazer o pai da terceira margem, ao passar a viver no fluxo, ao invés de ser um profissional que fica preso ao passado, que remói suas lembranças, que fica ancorado à margem da memória e da tradição, o historiador é alguém que tem a tarefa de se deslocar desta memória cristalizada, de fazer com que retorne ao fluxo temporal, que se liquefaça para que novamente possa correr. (...) *No rio, como na História, águas passadas movem moinhos e destinos.*  
(ALBUQUERQUE Jr., 2007, p. 33, *grifos meus*)

São anos circunscritos entre os séculos XIX e XX. Evidentemente, a dissertação não dá conta de todo este período, porém as suas fontes foram produzidas e comunicam eventos relacionados ao rio Jaguaribe nesta temporalidade. As narrativas de vidas, em forma de depoimentos orais, não me contaram os contos e as muitas histórias de

---

<sup>6</sup> *Ambiência*: 1.Meio material ou moral onde se vive; ‘meio ambiente’; 2.Para a arquit.: espaço, arquitetonicamente organizado e animado, que constitui um meio físico e, ao mesmo tempo, meio estético, ou psicológico, especialmente preparado para o exercício de atividades humanas; ambiente. Fonte: Novo Dicionário Aurélio *digital*.

lendárias criaturas, que havia partido ao rio para escutar. Por outro lado, me trouxeram vidas narradas e lembradas como longos contos, alinhavadas por idas e vindas das águas do Jaguaribe, nas secas e nas grandes cheias que tomavam as cidades. Os entendimentos sobre o rio, eu pude apreender pelas práticas e estratégias de vidas narradas dentro de sua ambiência; indícios de um rio com cheiros, cores, sabores e dissabores carregados de sentimentos – de vidas, enfim.

Destarte, busquei imprimir análises que apresentassem terceiras vias de entendimento aos discursos consagrados e instituintes de significações ao Rio Jaguaribe como o maior rio seco do mundo; como o rio que, como o Ceará, vivia, morria e renascia em sua cíclica carência da água. Tais discursos, em geral emitidos por sujeitos apartados dos múltiplos efeitos do rio sobre as vidas em sua ambiência – políticos, literários e jornalísticos – com escusos interesses em conferir uma dada identidade ao Ceará e ao Jaguaribe, tinham fundamentação em uma margem, numa face do Jaguaribe, sim, porém não podem ser hegemônico ao estudarmos uma História Cultural do rio.

Empreendendo travessia pelas margens de todo o curso do Jaguaribe, deparei-me com marcas nas memórias, e impressas em narrativas dos que viveram em suas margens, advindas primeiramente das grandes cheias do rio. Ao perguntar sobre o rio Jaguaribe, contavam-me com mais ênfase episódios de enchentes que de secas; episódios acompanhados por adjetivos dolorosos, lastimosos. Para as secas encontravam e inventavam estratégias de subsistência cotidiana, árduas e tantas vezes pouco eficazes, é certo. Com isso, perscrutei outras narrativas, em outras fontes, de outras naturezas, relacionadas ao mesmo objeto de pesquisa.

Para tanto, esta dissertação perpassa por três autores significativos, numa dada historiografia cearense; por relatos de três viajantes do século XIX; por códigos de postura, também do século XIX; pelos escritos e estudos de dois folcloristas; obras de literatura; por quatro relatórios técnicos e governamentais de engenheiros; por cordéis; periódicos; um livro infantil e pelos depoimentos orais – entrelaçando-os, na narrativa sobre esta travessia por *uma* história(s) da relação entre Cultura e Natureza.

Compus uma história narrada em três separados capítulos que se alinhavam no texto que se segue. Capítulos que estudam e apresentam a relação entre a cultura e a natureza da ambiência do rio Jaguaribe; relação que está pautada pelos movimentos de secas, cheias, construção de barragens e uma circularidade cultural através de novas e específicas significações da história, do ambiente e do ‘contexto’ social em que se inserem os homens e mulheres, associados ao Jaguaribe. Não faço um estudo de

biografias; escutei-as e por elas aproximei-me do universo do Jaguaribe; delas retirei as questões que desenvolvi no texto que o leitor tem mãos, por meio da análise de muitas outras fontes, problematizando assim de forma mais ampla os sentidos dos discursos que escrevem e se inscrevem nas imbricadas teias de relações humanas com a ambiência do rio Jaguaribe.

O *primeiro capítulo* desta dissertação trará uma análise apresentativa dos lugares dos rios e das relações que as culturas estabeleceram para as *correntezas sagradas* e para as *torrentes nefastas*. Dois ‘avessos’ de lugares para as águas, adoradas ou temidas, nessas culturas. O capítulo fez o recorte do rio Jaguaribe no espaço da sua foz, traçando ‘quadros’ descritivos de sua paisagem, natural e humana, ensejados durante o século XIX. Iniciando a viagem pelo vale do Jaguaribe, partindo de Aracati, este primeiro capítulo terá como uma de suas principais fontes a literatura de viagem que os naturalistas e viajantes aventureiros, no século XIX, escreveram sobre as cidades às margens do Jaguaribe que conheceram e estudaram. Demarcado por vicissitudes, este cenário do vale do Jaguaribe abriga uma sucessão incessante de anos de secas e enchentes. Esses viajantes, e também os folcloristas que descreviam as terras do Ceará, com seus costumes e culturas, escreveram sobre, e sentiram em suas viagens esses movimentos.

Entremeando essas viagens dos naturalistas, o capítulo analisará o lugar que uma historiografia cearense produzida por dois autores, em particular, Tristão de Alencar Araripe e Antonio Bezerra, conferiu ao Jaguaribe dentro do processo de povoamento da província. Via de penetração e fixação do colono, numa cultura e economia baseadas na pequena agricultura e na pecuária, o Jaguaribe era outrora povoado por hordas indígenas, as quais foram combatidas, aldeadas, escravizadas, e das quais os portugueses destituíram a posse das várzeas do Jaguaribe.

O *segundo capítulo* centra o seu recorte na área central do rio, que corresponde hoje à divisão da bacia do Médio Jaguaribe. Segue viagem pelo vale, adentrado às Depressões Sertanejas, encontrando um rio marcado por boqueirões e serras, bem como pelas intervenções do homem, pautadas no saber científico, sobre esse espaço. Encontra um cenário onde o rio foi mais intermitente que na sua foz, mais sujeito aos irregulares índices pluviométricos. Valendo-se de um estilo narrativo característico das obras que compunham um quadro do Jaguaribe entre secas e cheias, o capítulo conta a história da construção do açude Orós, tentativa definitiva do homem de tornar o rio perene. Em decorrência, houve uma grande enchente em março de 1960, que ficou guardada de

forma mítica como o ‘dilúvio do Orós’. O capítulo analisa como são percebidas as intervenções técnicas da parte do Poder Executivo e das instituições públicas no rio, por aqueles que vivem às suas margens. Também de como os engenheiros do DNOCS, os técnicos da COGERH escrevem e inscrevem o Rio em seus relatórios.<sup>7</sup>

Diante de muitas possibilidades, a própria pesquisa me colocou um percurso: ouvir os causos de uma lenda que ecoa nas varandas e terraços da cidade de Jucás, cidade situada no sertão dos Inhamuns. Além da relação de medo que se estabelece com o rio/natureza, a lenda me trouxe uma série de elementos ricos para estudar os processos históricos vividos ao longo do tempo, nas cidades da ribeira do Jaguaribe. Optei por recontar uma história de assombração, e por ela entender as leituras que as pessoas fazem das intervenções científicas sobre o espaço do Jaguaribe, já que, como contam, a lenda existe desde o *tempo das barragens* no rio.

De forma que o *terceiro capítulo* estudará essa lenda, sobre um bicho que tem nomeação genérica... Um bicho que traz consigo, em seu codinome, unicamente a indicação de sua pertença: um bicho *do rio*. Não se trata de um bicho qualquer, encontrado em outro lugar, senão no rio; e este rio é o Jaguaribe. Um bicho que pode ser tantos bichos quantos existam nas visões/memórias daqueles que foram atacadas por ele, bem como na fauna local do rio.

No terceiro capítulo, o foco das análises foram as significações, tecidas no campo do imaginário, sobre os elementos históricos e naturais da ambiência do Jaguaribe. O corpo documental é constituído, sobretudo, de fontes orais. Aí, as entrevistas foram trazidas ao texto com tamanhos livres e alongados. Se o objetivo do capítulo foi apresentar como a ‘lenda’ do Bicho do Rio comunica um emaranhado de práticas, e elementos do imaginário desses indivíduos, deixei em suas palavras o que estavam contando e interpretando, pois que, “cada individualidade é lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais” (CERTEAU, 2008, p. 45).

A historiografia do século XIX não teve como ponto central de suas análises o meio natural, entretanto as correntes de pensamento que floresceram influenciadas pela

---

<sup>7</sup> COGERH – Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Estado do Ceará). Órgão Público que gerencia os recursos hídricos de domínio do Estado do Ceará e da União, “de forma integrada, descentralizada e participativa, incentivando o uso racional, social e sustentado da água, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida da população” – administrando a distribuição e tratamento das águas do Rio Jaguaribe para os municípios abastecidos pelo Rio. (Fonte: <http://portal.cogerh.com.br/>)

teoria darwinista de evolução biológica. A crença no papel decisivo da natureza sobre o desenvolvimento social produziu os determinismos geográfico e biológico de fins do século XIX – teorias que formularam explicações para as diferenças sócio-culturais, pautadas nos determinismos dos quadros naturais sobre as sociedades que nestes estavam colocadas. Na corrente desse pensamento, a natureza é um dado absoluto e pronto, e a sua relação com o homem ocorre apenas no sentido de determiná-lo, explicá-lo, tragá-lo. O quadro natural foi, dessa forma, tomado pelas correntes históricas, geográficas, antropológicas, biológicas e sociais de fins do XIX para legitimar a dominação intercultural que então se empreendia num processo histórico que se denominou de neo-colonialismo<sup>8</sup>.

Entrementes, o meio natural foi visto como elemento que as sociedades haveriam de sobrepujar para desenvolver suas culturas. Uma natureza dadivosa, farta e plena de abundâncias, não ocasionaria o florescimento de sociedades culturalmente ‘desenvolvidas’. Nisso se baseia o modelo interpretativo do *challenge and response* (repto e resposta). A partir de um desafio (*challenge*) colocado pelo meio, há uma resposta humana, motivada por uma busca e, sobretudo, necessidade de ‘vencer’, sobrepujar a provocação imposta pelo quadro natural ao homem. No caso do Brasil, o cronista seiscentista Ambrósio Soares Brandão (apud MARTINS, 2007, p. 20) escrevera que a preguiça constituía o grande mal dos povos autóctones, e resultava da fartura da natureza tropical, aqui esplendidamente distribuída.

Adiante, Mário de Andrade escreverá, no século XX, ‘Macunaíma’, romance cujo personagem personifica a crítica do escritor modernista a este traço do homem que se estabeleceu em terras guaranis. Emblemáticas são as primeiras palavras, relutantemente exclamadas pelo jovem Macunaíma (o herói sem nenhum caráter) aos seis anos, quando então cedeu a falar: ‘Ai! Que preguiça’... “Não era dado a nenhum esforço e só interrompia o descanso quando ‘dandava’ para ganhar vintém. Ficava esperto e espiava quando a família ia tomar banho no rio, todos nus” (ANDRADE, 1973, p.12). Embora ganhe um talismã ‘mágico’ e opte por viver na mata (farta e confortável ao seu perfil preguiçoso), Macunaíma não resolve por trabalhar ou fazer as escolhas que lhe garantissem a manutenção do amuleto, perdendo-o de forma definitiva, ao final. Uma natureza cheia de favores não favorece.

---

<sup>8</sup> A este respeito, ver: MARTINS, Marcos Lobato: *História e meio ambiente*, 2007.

Para Arnold Toynbee, autor de *A Study of History* (1934), se as coações impostas pela natureza forem vencidas, então as civilizações se entusiasmam e prosperam. Assim foi no caso dos Incas, encravados nos altos dos Andes, que triunfaram sobre as duras condições em que se encontravam.

O lugar da natureza, na historiografia marxista, foi o de produzir matéria prima para o início da Revolução Industrial e dos processos de industrialização das nações. Entretanto, na tradição de estudos com orientação ‘marxista’, o meio ambiente só intervém como uma figuração ou como ambientação. A atenção para as interações do homem com a natureza foi, na maioria das vezes, descartada ou deixada de lado, por considerarem que as explicações para os fenômenos históricos deviam ater-se e serem remetidas apenas aos grandes agentes coletivos.

A escola dos Annales, na França, trouxe para a historiografia questões, problemas e metodologias, que fizeram despertar percepções mais sensíveis ao lugar da natureza nos trabalhos do historiador. Ansiando pelo diálogo pluridisciplinar atentado para fatores geográficos, psicológicos e antropológicos fundamentais num entendimento mais amplo da ciência histórica, Febvre, Bloch, Le Roy Ladurie debruçaram-se em estudos sobre as civilizações agrárias da França e Europa.<sup>9</sup> Civilizações cujo estudo foi feito com lentes para uma temporalidade longa, de transformações lentas, permanentes. Dessa forma, o mundo rural francês foi se descortinando por estudos que levavam em conta os movimentos humanos num meio natural: os rios, o relevos, o clima e o mar.

Lançada em 1947, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*, escrita por Fernand Braudel, esta contundente obra fundou as análises de um tempo histórico ‘na longa duração’. Para Braudel, ‘o homem é prisioneiro desde há séculos, dos climas, das vegetações, das populações animais, das culturas, de um equilíbrio lentamente construído’ (BRAUDEL, 1986, p. 14). O meio ambiente, nesta perspectiva, é elemento ativo, espaço construído pela natureza e pela cultura (interação dinâmica), *move-se, embora lentamente*. O Mediterrâneo de Braudel é um mar por onde navegam navios, fundam-se sociedades. É um centro de contato e movimentação de culturas, civilizações, línguas, inventos e costumes através do comércio, das guerras, e das

---

<sup>9</sup> Sobretudo o diálogo com a Geografia ‘*possibilista*’ de Paul Vidal de La Blanche. Este afirmava que as relações homem-natureza são historicamente aleatórias, e não determinadas de forma causal; a natureza oferece, assim, aos grupos humanos (Estados) possibilidades de atuação e transformações na paisagem social, mas não as condicionam. De La Blanche escreveu para contrapor-se ao geógrafo alemão Ratzel, que entendia a geografia numa perspectiva determinista do meio natural sobre a formação das sociedades. Importante salientar que essa crítica e entendimento sobre as teorias geográficas de Ratzel, foi elaborado por Febvre, aluno de Paul Vidal de La Blanche.

migrações. Ao longo dos séculos o mediterrâneo se configurou como um centro da história do mundo, um mar sintetizador e processador das diferentes experiências e fenômenos civilizatórios. Assim, Braudel traz ao centro da pesquisa histórica um elemento natural, catalisador de dinâmicas sociais. O mediterrâneo não é apenas o cenário, porém um espaço natural forjado e forjador por/de culturas humanas.

No campo da História Ambiental vem-se produzindo um considerável corpo de pesquisas sobre rios. São estudos que se debruçam sobre a construção de barragens nos principais rios brasileiros; sobre culturas extrativistas nos vales de rios; sobre a degradação e contaminação de bacias; sobre o papel dos rios no processo de colonização dos sertões brasileiros; sobre a relação dos rios com o desenvolvimento industrial<sup>10</sup>. Na historiografia brasileira, sobretudo a produzida a partir dos intelectuais paulistas, influenciados pelo historiador Capistrano de Abreu, os rios receberam função destacada na história da formação territorial do Brasil, por definirem a direção que a marcha dos bandeirantes empreendia rumo ao interior, nas fronteiras da colônia, ‘indicavam os caminhos’ para a construção da nação. É uma história que atribui um papel central ao ‘movimento’ das bandeiras na demarcação do território nacional, e que entende os rios como importantes na medida em que foram cruzados, levaram adiante, carregaram o homem aos imensos espaços vazios, como são retratados os sertões.

Na narrativa elaborada por Capistrano de Abreu, a serra do Mar, o planalto paulista e os rios, particularmente o Tietê, prescreveram o movimento de penetração do sertão protagonizado pelos paulistas. Nesse ambiente, os cursos d’água serviram de caminhos para os colonos, porque ofereciam orientação, conduziam com o movimento de suas águas, alimentavam e saciavam a sua sede. Segundo o historiador: “Os rios foram os caminhos que seguiram de preferência”. (CORRÊA, 2008, p. 52)

Sérgio Buarque de Holanda tece uma crítica que dialoga com a historiografia paulista do início do século XX, a qual dava aos rios a função de ‘caminho’, veredas terrestres pelas quais adentrou o bandeirante nos sertões<sup>11</sup>. São espaços retratados como ‘vazios’, afirma Sérgio Buarque, sem que fosse mencionada a presença de etnias indígenas ou de correntezas e movimentos nestes rios – espaços de natureza viva. Ao priorizar uma análise das ações do homem no tempo que esteja atenta ao meio natural

---

<sup>10</sup> Ver: ARRUDA, Gilmar (org.) ‘*A Natureza dos Rios*’ (2008); JORGE, Janes ‘*Tietê: o rio que a cidade perdeu, São Paulo, 1890-1940*’ (2006); LEONARDI, Victor ‘*Os Historiadores e os Rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*’, dentre outros.

<sup>11</sup> A saber, os intelectuais Paulo Prado, Cassiano Ricardo, Afonso de Taunay, Alfredo Ellis Júnior. (CORRÊA, 2008)



no qual estas atuações se desenvolvem, a História traz para si o cuidado de entender que ‘elemento antrópico’ não paira num espaço vazio (mesmo que ermo, como o são os longínquos sertões amazônicos), destituído de características próprias que podem ou não aprovar os intentos humanos.

Embora se trate de uma obra controversa, *‘O imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa (900-1900)’* apresenta uma leitura a contrapelo do processo de expansão européia sobre outros continentes. Além das armas de fogo, os europeus levaram consigo uma ‘biota portátil’: animais, plantas e doenças. Embarcando junto com os europeus nas caravelas, esse conjunto de elementos acabou por expulsar ou liquidar a flora, a fauna e os habitantes nativos de várias regiões temperadas do mundo. Há, nesta análise, uma naturalização excessiva dos processos históricos, desconsiderando variantes culturais.<sup>12</sup>

Donald Worster, historiador norte-americano que muito influenciou a produção de pesquisas histórico-ambientais no Brasil, definiu em três, os campos de atuação possíveis neste ramo: “uma história ecológica (dos ecossistemas e suas transformações); das dimensões sociais e econômicas na interação do ser humano com a natureza; por fim, o conhecimento e as reações psicológicas do humano diante da natureza” (MARTINEZ, 2006, p.52). A pesquisa *das racionalidades, irracionalidades e dos sentimentos que permeiam a relação entre os homens e a natureza*: é esta a dimensão da correlação cultura/natureza que priorizei nesta dissertação.

---

<sup>12</sup> Do historiador norte-americano Alfred Crosby, *‘O imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa: 900-1900’*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

# 1. As Naturezas de um Rio

## 1.1 – Correntezas sagradas e torrentes nefastas

O Nilo não tira, e sim dá; transborda numa inundação de alegria<sup>13</sup>  
E o que os descobridores imediatamente verificam é que o grande rio não está ali para  
que eles o peguem. Ao contrário, é o rio que os pega.<sup>14</sup>

Ao deixar a vila de Coari, o viajante Paul Marcoy recobrava que, embora a aparência do pequeno povoado fosse lúgubre, fantasmática e melancólica, a visão do lago que lhe margeava era um tanto mais animadora. Quando agitadas pelo vento, as águas do imenso lençol tornavam-se turvas, e um vento especialmente soprado nos meses de setembro e outubro, trazido da corrente sul do alto Amazonas, balançava suas correntezas promovendo pequenos chuviscos sobre as palhoças da vila. Entretanto, ainda assim, uma tristeza o possuía e consumia na longa tarde em que se afastava daquela paisagem. Apenas ao retornar para o Amazonas, deixando o lago e a vila Coari para trás, foi que reconquistou o seu bom humor habitual. Um turbilhão de águas caudalosas se estendia à sua frente.

Filho de abastado comerciante, Laurent Saint-Cricq – nome batismal de Paul Marcoy – empenhou-se mais em explorar os meandros da natureza amazônica, ‘onde ainda reinava a barbárie’, que em levar a cabo as transações comerciais incumbidas a ele pelo seu pai. Viajou de Bordéus, sua cidade natal, para o Chile, no ano de 1840. Lá permaneceu até 1846, quando partiu do litoral do Pacífico chileno, certo de atravessar o continente, para alcançar o Delta do rio Amazonas e a cidade brasileira de Belém. De um oceano a outro, Marcoy contornou o mitológico lago Titicaca na Bolívia, para, após vencer as altitudes andinas, alcançar o Marañon peruano. Por pouco tempo, pois logo o Marañon tornou-se o Amazonas, e deu assim curso a *voyage* exploratória do aventureiro francês. Durante quatro, meses Marcoy anotou e pintou a natureza fartamente exótica da floresta e de seus inesgotáveis rios; olhou com os olhos de quem quer ver aquilo que o torna mais civilizado e estranho ao outro. Voltando a França, anos depois, publicou seus

---

<sup>13</sup> Pe. Felix Fabri, quando da sua viagem ao Egito em 1483, após admirar maravilhado que as águas do Nilo proporcionavam ‘firmeza ao solo e adubavam os campos’, ao contrário das cheias de miséria e destruição que vivera na Europa (apud SCHAMA, 1996, p. 288).

<sup>14</sup> A respeito da expedição de Sir Walter Raleigh sobre o rio Orinoco, na Guiana, em busca do El Dorado. Ano de 1599 (apud SCHAMA 1996, p. 316).

relatos de viagem juntamente com as aquarelas desenhadas ao calor da floresta equatorial e intitulou-os de *Voyage à travers l'Amérique Du Sud de l'Océane Pacifique à l'Océan Atlantique*.<sup>15</sup>

Diferente dos naturalistas e geógrafos europeus, que vieram quase sempre em missões oficiais, e confeccionaram manuscritos preciosos de suas viagens ao interior do Brasil, nos séculos XVIII e XIX, Marcoy era mais um curioso das exotocidades naturais da fauna amazônica e de sua vasta hidrografia, que um cientista da natureza. Escolheu um rio como o caminho de travessia do continente. O Equador, linha que marca a divisão imaginária entre dois hemisférios no planeta, é assinalado pela natureza através de um rio: o Amazonas. Margeando e cortando o Equador, o Rio levou Paul Marcoy de um oceano a outro, e é provável que essa travessia tenha garantido, senão contribuído consideravelmente, para que após a publicação do *Voyage*, Marcoy assumisse até o fim da vida a direção do Jardim Botânico da cidade de Bordéus.

A alternativa do viajante francês em descer pelo decurso do rio à sua foz, usando-o como uma grande vereda terrestre – está para um estudo das metáforas e usos das águas dos rios, como mais um relato significativo de um lugar dado aos rios muito recorrente na História: *o de caminho natural*. Caminho por onde se escorria o poder dos impérios, as riquezas das nações, as estradas de águas, as sombras da vida terrena, o esquecimento no Lete. Os rios sempre foram imagens prediletas para as metáforas sobre o 'fluxo inexorável do tempo'.

Na mitologia hindu, Visnu, o Deus criador, personifica em seu corpo cósmico tudo o que há de humano e natural em todos os sistemas planetários. Cada parte de seu esplendoroso corpo universal é fonte emanadora de uma criação que lhe compõe. De sua mente, nascem os '*brahmanas*', *casta* de sacerdotes e estudiosos dos Vedas, as sagradas escrituras que acabaram por denominar e nortear a cultura que floresceu no vale do rio Indo<sup>16</sup>: a civilização védica. De acordo com esses mesmos hinos védicos, Visnu está deitado no oceano causal, e de seu umbigo brota uma flor de lótus; dos poros do seu corpo emanam todos os diversos sistemas planetários. Através do seu pensamento, sem que seja emitido qualquer som, Visnu transmitiu a Brahma, primeira

---

<sup>15</sup> MARCOY, Paul. *Viagem pelo Amazonas*, 2001. A tradução brasileira é apenas a última parte do *Voyage* de Marcoy, quando narra a travessia do Amazonas brasileiro.

<sup>16</sup> *Hindū* é o nome em persa do rio Indo, encontrado pela primeira vez na palavra *Hindu* do persa antigo, correspondente ao sânscrito védico *Sindhu*. O Rigveda chama a terra dos indo-arianos como *Sapta Sindhu* (a terra dos sete rios no noroeste da Ásia Meridional, um deles o Indo). O termo foi utilizado para designar aqueles que viviam no subcontinente indiano, ou para além do "Sindhu". Fontes: "Upanishads" (Bhaktivedanta, AC., 1995); <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hinduismo>

criatura a florescer de seu umbigo, o conhecimento sagrado dos *vedhantas*. Toda a poesia da criação é assim encenada no silêncio, antes que o som, o mantra ‘om’ – retumbante – fosse pronunciado e trouxesse vida musical para as palavras.

As formações rochosas, a cordilheira do Himalaia, com o monte Kailasha coberto de neve, e todas as cadeias montanhosas emanaram dos braços e ombros de Visnu; seus olhos são o Sol e a Lua; de sua língua foi criado o fogo; e do *sangue* que corre por todo seu corpo, nasceram os rios.

Ao manifestar a sua forma ‘Universal’ para Arjuna, no campo da batalha de Kurukstra – durante o famoso diálogo que ficou conhecido como Bhagavad-Gita (ou ‘Canção de Bhagavan’) – Visnu fez com que o seu interlocutor e amigo pudesse ver os rios correndo como o seu sangue, percorrendo todo o seu corpo e sua criação. Nascendo do seu coração, o rio Ganges inundava e confluía com outros rios sagrados pelas artérias de Visnu.

No deserto, às margens do Nilo, Osíris bebia com seu irmão Set (Tifão para os gregos) o vinho que ensinara aos homens a extrair da uva. Uma arca ricamente decorada com adornos preciosos é-lhe apresentada por Set, que reinava no deserto, longe das águas do Nilo. A quem abarcasse perfeitamente em seus contornos, a arca seria presenteada, anuncia Set. Osíris entra, e então a arca se torna o seu esquife. Set, o irmão invejoso da glória e poder de Osíris, encerra com chumbo derretido dentro do esquife o deus-rei do Egito, Osíris, e o atira ao Nilo.

Ísis, rainha, esposa e irmã de Osíris, sai aflita à procura de seu corpo, e após provações e artifícios mágicos, dignos da deusa poderosa que era, consegue reaver o caixão onde estava o corpo do amado. Set, enfurecido, consegue se apoderar do corpo de Osíris, corta-o em vários pedaços e os joga (novamente) no Nilo, cujas águas estavam sempre receptivas às iras e desatinos dos deuses. Ísis reúne todas as partes do corpo do marido, excetuando os genitais, e solicita aos sacerdotes que enterrem o corpo de Osíris. Confecciona uma genitália de cera e garante assim que o corpo passe pelos ritos da morte intacto. No entanto, os preciosos órgãos geradores haviam sido tragados pelos peixes, e repassaram ao rio um *poder fecundante*, conferindo ao Nilo o lugar de fonte da vida e da vegetação para todo o Egito. As lágrimas da tristeza de Ísis, pela morte de Osíris, ocasionariam as cheias anuais do Nilo.

Em uma história de amor, traição e poder, os mitos egípcios davam conta de associar as cíclicas correntezas do Rio, seus deuses e seus ritos - explicando por dramatizações divinas os movimentos da natureza do rio. Set, rei do deserto, não

possuía as terras aradas e irrigadas às margens do rio para governar, e assim trama contra o seu irmão Osíris. O culto a Ísis sempre esteve ligado ao Nilo, sendo ela considerada em tradições gregas e latinas, a rainha das águas do rio egípcio. Ao matar seu esposo Osíris, Set poderia e planejava apoderar-se também de suas águas, o Nilo.

Os mitos criacionistas têm o mérito de serem contados e recontados a partir de estruturas metafóricas que antevêm lugares significativos para os rios, mares e elementos naturais na paisagem imaginária de suas culturas. Seguem também padrões que, a guisa de serem estudados e questionados pelo historiador, refutando-se a idéia de padrões universais, são padrões que apresentam semelhanças contundentes e permanências efetivas. A este respeito,

Todos os mitos fluviais personificavam um dos princípios determinantes das sociedades hidráulicas. No *Timeu*, Platão estabelece o círculo como a forma necessariamente perfeita para a circulação, pois sozinho compõe uma linha de completa contenção. O princípio vale para a circulação do sangue pelo corpo humano e das águas pelo planeta. Assim, os ritmos de morte e renascimento fluvial, a transmutabilidade da água, sangue e vinho descrevem um ciclo que, observadas as reminiscências adequadas, se autogoverna. (SCHAMA, 1996, p. 260)

Artérias propulsoras das correntes de vida das civilizações antigas, a confluência entre os mitos fluviais e um conhecimento das dinâmicas de comunicação, agricultura, guerra e mistérios desses povos com o fluxo de seus rios é imaginável. Indiscutível é o lugar proeminente dos grandes e pequenos rios na História das civilizações antigas. Fronteiras naturais utilizadas pelos homens para demarcar diferenças e limites, os rios foram e são continuamente palcos de disputas, visto que abrigam em e sob seus leitos, fontes de riquezas e base para o sustento da vida. Tomando a Bíblia como registro histórico de um emaranhado de culturas que se desenvolveram ao longo do vale do rio Jordão, lê-se que o Jordão, além do seu lugar sagrado, desempenhava também a função de separar os povos; lugar este atribuída ao rio pelo próprio Deus, conforme se lê em Josué, (13.23): *‘O rio Jordão ficou sendo o limite do território dos rubenitas. Tais são as cidades e aldeias que couberam aos rubenitas, segundo suas famílias’*. Mais adiante, ainda em Josué: (22.25): *‘O Senhor pôs o rio Jordão como fronteira entre nós e vós, ó filhos de Rubem e de Gad: não tendes parte com o Senhor. E desse modo vossos filhos poderiam afastar os nossos do culto ao Senhor’*. De forma que o rio Jordão divide não apenas duas casas de filhos oponentes, porém, além, aqueles que estão sob a proteção do Senhor e aqueles que estarão sujeitos aos prejuízos de Sua ira e destruição. O Rio

consiste, assim, em um natural caminho que levava e separava os filhos de Deus de uma condição (histórica) a outra.

Como local de redenção e livramento, o Jordão se definia como o oposto do Nilo: uma corrente veloz, e não o sinuoso lubrificante de farturas profanas. E o curso linear transportou os Escolhidos, os Eleitos, de uma época histórica a outra: da escravidão à liberdade, do paganismo ao teísmo, da danação à redenção. Suas águas não voltavam mais a seu leito. (SCHAMA, 1996, p. 296)

Para o povo hebreu, o Nilo representava também o passado de escravidão, enquanto o Jordão a promessa de uma vida livre, no vale das promissões fechado às pragas da danação eterna do politeísmo. Às margens do Nilo floresceu uma civilização farta de deuses, deusas, mitos, luxúria e escravidão. Por isso, os monges e eremitas cristãos do oriente e da África nos séculos IV e V opunham o Jordão, rio austero, ao Nilo, rio inundado de luxúrias terrenas, com seus faraós incestuosos e seus obeliscos eretos – correntezas que fecundavam a vida numa cópula entre a água, a terra e o céu.

Os rios representaram comumente limites de proteção natural. Estar de um ou outro lado da margem de um rio, podia significar ter garantias de vida ou de morte. Não se faz necessário conclamar aqui a importância histórica e simbólica do Nilo, Eufrates e Ganges para as sociedades que, em suas margens, desenvolveram culturas ligadas e dependentes de suas águas. Águas sagradas e adoradas, cujas divindades foram e continuam sendo veneradas com obstinação, temor e devoção amorosa, as correntezas desses rios acima aludidos, acompanhavam ritualisticamente as pessoas – do brotar do nascimento às cinzas da morte, o indivíduo rendia oferendas aos deuses e deusas das águas. Desde o batismo do novo (re)nascimento dentro do Rio Jordão na Palestina, à cerimônia de cremar os corpos nas piras funerárias às margens do Ganges, as águas carregaram a representação de fonte de renascimento e de morte. Fontes de abundância, as águas sagradas prodigalizavam o milagre da criação e da vida. Condutores naturais dos desejos humanos aos deuses, aos rios eram rendidas oblações que visavam inundar a vida terrena de benefícios e riquezas. As águas das correntes de vida, fontes erigidas pela cultura pagã céltica, representavam o ciclo da auto-renovação<sup>17</sup>, do nascimento e purificação.

---

<sup>17</sup> O *ciclo da água* encerra consigo o movimento constante de circulação. As chuvas caem do céu para as nascentes, correm pelos rios, se imiscuem nos oceano e são novamente tornadas chuvas, pelo processo químico de evaporação e precipitação.

Contudo, outra face das águas dos rios é a tênue fronteira que parte da normalidade de seu fluxo para a falta ou o excesso. Águas abrigam o desconhecido, mistérios, perigos insondáveis – obscuros em profundezas. Além disso, residem comumente nas águas monstros e criaturas nocivas, como as cobras peçonhentas – seres com poderes oriundos de forças ignotas cujo domínio foge ao humano controle. Dessa forma, as águas inspiram também o revés da relação da adoração das sagradas correntes. Evocam outras metáforas. Constituem as águas que geram e trazem morte (sem renascimento), doenças e pragas. Não as ‘águas da vida’, das quais as sociedades antigas e constituídas ao longo dos vales dos rios sentiam-se tributárias.

No Egito Antigo, a normalidade da vida era avaliada por cúbitos chamados de nilômetros. Os nilômetros eram colunas demarcadoras, com as quais os egípcios mediam as cheias do Nilo. Conforme a quantidade de cúbitos marcados pelas águas, media-se a ansiedade daqueles que esperavam pela irrigação das terras aradas e semeadas; terras ansiosas pelo florescimento. De bênçãos a maldições, o nível da correnteza do Rio se alternava segundo a vontade dos deuses, assim acreditavam os egípcios. Deste modo, os rios do mundo antigo também tinham a face da morte e da destruição, face prenunciada pela altura dos cúbitos nas colunas encravadas às margens do Nilo, junto ao templo de Ísis.

Os nilômetros eram auspiciosos só quando registravam o número correto de cúbitos, alcançados pelo rio em sua cheia máxima de verão. Menos que isso, e a seca, uma das maldições de Tifão, assolaria o vale portando consigo metade das pragas do velho Egito: o gado morreria de fome, as reservas de sementes acabariam, agricultores sedentários se transformariam em nômades mendigos. Assim, não admira que um dos nilômetros medisse não só a altura da água, mas também sua correlação com a felicidade e a desventura dos homens. Doze cúbitos indicavam inanição, treze, fome; catorze, alegria; quinze segurança; e dezesseis, imenso prazer! (SCHAMA, 1996, p. 232)

Os nilômetros eram objetos materiais que sintetizam em sua ampla significância os paradoxos das águas. Ao pensar no rio Jaguaribe, imagino que as marcas das cheias nas casas da cidade de Aracati guardam memórias de ansiedade e aflição, tal qual a quantidade de cúbitos alcançados pelo Nilo. Avalia-se, com isso, o quanto o movimento das águas pode inferir nas alegrias (imenso prazer!) e desventuras dos povos.

Numa natureza ameaçadora, os rios ocupam também o lugar das metáforas e narrativas malditas. A corrente sanguínea circula a vida e encerra mortes, fazendo jorrar a profusão de sangue, assombrações e perigos. Para muitos dos que se arriscaram em aventuras pelas florestas tropicais da África e das Américas, os rios tragaram suas

ambições de riquezas, de ouro, marfim, e sonhos de reconhecimento. Imensidões tortuosas, sinuosas, a natureza desconhecida foi um inimigo a ser destruído, caso os intentos de exploração dos colonizadores europeus quisessem prosperar.

As percepções tecidas sobre a natureza do Brasil variaram da idealização idílica a uma guerra declarada pelas suas riquezas e contra as mesmas. O *impulso desejante*, como tratou Nicolau Sevcenco, foi o desejo voyeur de penetrar no que é desconhecido, intocado, virgem; ato sensorial e sensual, impulsionou os viajantes que admiravam a natureza romanticamente, pintando-a, sentido-a, adorando-a, enfim<sup>18</sup>. É o impulso que acaba por tornar a natureza *paisagem*, transfigurando-a em objeto de desejo. Já os ‘Fazedores de Deserto’, termo intitulado por Euclides da Cunha em um texto clássico a respeito da ocupação predatória do solo brasileiro<sup>19</sup>, traduz uma distinta relação do estrangeiro com a natureza nativa do Brasil. A mata virgem, neste tipo de relação/percepção, é para ser rompida, despida de seus entraves ao desbravamento, agressivamente. Dessa natureza não se fundam paisagens, mas uma poderosa inimiga verde! O inferno verde é o que se coloca à frente dos homens que chegam às areias da costa brasileira, separados por muitos meses de água salgada da Europa. Os insetos, as feras, os índios, o calor; tudo surge da mata, um grande inferno no qual se perdem comumente em desvairadas alucinações os colonizadores. Além do risco das doenças, o verde excessivo das florestas serradas das terras sub-equatorianas pesava numa também excessiva naturalidade bestial. Além de todos os perigos, escondia o risco dos homens sentirem-se menos humanos em meio a tamanho espetáculo verde de árvores gigantescas e a seres tão primitivamente bestiais.

---

<sup>18</sup> SEVCENCO, Nicolau. “*O Front Brasileiro na guerra verde: Vegetais, Colonialismo e Cultura*”. Revista USP, São Paulo: Junho/Agosto 1996, nº 30, p. 108-119. Aqui *Voyeur*, ou distante, distraído, observativo, numa interação contemplativa. O termo *Voyeur* vem do francês, *Voul Ver*, significando: *ver o fora*. O voyeur trabalha com os olhos.

<sup>19</sup> Ver também: CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. Martins Fontes Ed., 1999. Este livro foi fruto de uma viagem à Amazônia onde fora nomeado chefe da Comissão de Reconhecimento das Nascentes do Rio Purus com o objetivo político-territorial (brasileiro-peruano) de fixar as fronteiras do Brasil com o Peru, longínquas, no ano de 1904. Lá, Euclides vivenciou a aproximação intensa com a floresta, seus rios, matas e poucos indivíduos. Daí escreveu uma série de artigos que foram publicados postumamente e que tratam do cenário, das observações e considerações sobre o contexto histórico-social (e natural) que percebia. Sobre esta obra, escreve Oswaldo Galotti, em Introdução (p. 9): “O grande rio teve o intérprete à altura. Conhecerá melhor a Amazônia aquele que ler as páginas de Terra sem História. Não é somente a geografia descritiva que o empolga; são suas transfigurações no tempo. O mesmo crítico da caatinga, d’Os Sertões, é aqui o arrebatado revelador do sistema hidrográfico da (ainda hoje) desordenada região. E se o sertanejo é antes de tudo um forte, o seringueiro, é um tipo de lutador excepcional. Devido, porém, ao egoísmo desenfreado dos padrões opulentos, o homem ali ‘trabalha para escravizar-se’”.



Essa forma de percepção produziu é certo, como se sabe, uma relação de espólio e destruição da natureza. O vermelho do fogo devorou tenazmente o verde. Porém, muitas vezes, foi a natureza que venceu a *guerra verde* e arderam, padeceram e enlouqueceram muitos dos que, cativados pelo brilho dourado dos minérios da terra, por rios adentraram ao *coração das trevas*.

As águas largas corriam entre uma confusão de ilhas arborizadas; uma pessoa perdia-se naquele rio como num deserto; o demônio oculto, um coração de profundas trevas. Aquele estranho mundo de plantas, água e silêncio. Subir o rio era o mesmo que viajar para trás, até as primeiras idades do mundo, quando a vegetação transbordava da terra e as árvores reinavam. Uma torrente deserta, um grande silêncio, a floresta impenetrável. (CONRAD, 1999, p. 61)

Um demônio oculto que serpenteava a floresta. Penetrável apenas pelo rio, a floresta africana escondia o ouro branco do marfim. Para Marlow, personagem de Conrad (este, marinheiro durante 20 anos de sua vida, acostumado assim às vastidões oceânicas de amplos céus) o silêncio pesado da floresta e de seu temerário rio não trazia nenhuma paz, e sim, ‘olhava os exploradores com olhos vingativos’. Na obra do escritor polonês Joseph Conrad, que viveu e escreveu na Inglaterra vitoriana das grandes explorações neo-coloniais, a Natureza natural é personagem e cenário onde se travavam batalhas de duas frentes diferentes: uma contra a natureza que traga o indivíduo diminuto dentro dela, lentamente; e outra do indivíduo com a sua própria natureza, humana, num embate contra a vilania e a ambição em se apoderar cada vez mais dessa Natureza natural, explorando-a, usurpando-a, a despeito de qualquer moral civilizada.

É subindo o rio, mais uma vez o rio tomado como *caminho*, vereda aquática entre os canais de vida e morte, que a personagem de Conrad vai immortalizar, numa narrativa densa, a face nefasta que os rios também assumem frente à ganância do homem. Saindo das margens do estuário do Tamisa, em Londres, Marlow vai encontrar o horror no seio da floresta do Congo, onde a terra não parecia terrestre - e navegando pelo rio, ver a vida de muitos de seus companheiros serem deixadas rio abaixo, *nas águas malditas*.

Destarte, todas as percepções criadas pelo homem sobre a natureza são forjadas a partir da sua cultura e seu conjunto particular de símbolos.<sup>20</sup> Como salienta Simon

---

<sup>20</sup> Um dos mais importantes estudos sobre as novas sensibilidades do homem em relação ao ambiente natural foi escrito pelo historiador inglês Keith Thomas: *O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*, 2010. Thomas analisa como as pessoas

Schama, *‘antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente’*. Uma mente humana. Não é possível pensar a natureza em seu sentido mais bruto e intocado, visto que *uma* visão da natureza será sempre uma elaboração da cultura, quando pouco, um produto de um desejo da cultura. A palavra para nomear a recepção/construção mental da visão de qualquer rio se faz com a bagagem cultural do observador-narrador. Os mitos são entendidos como formas de entendimento metafóricos do mundo, que se arraigaram no imaginário, tornando-se, muitas vezes, ‘tradições’ lentamente afeitas aos dinamismos de mudanças das sociedades modernas. Pensadas sob as lentes da História, essas relações entre a cultura humana e a natureza não se dão como explicações estanques

Tem-se, assim, uma compreensão de que o imaginário formulado, lembrado, recontado, vai ser incrementado de novos elementos e novas formas de relacionar-se, no caso deste estudo, com a natureza dos rios e águas. O entendimento mítico dos rios como correntes purificadoras e renovadoras, por exemplo, é vivenciado e atualizado, hoje, no culto que a sociedade burguesa criou em torno da higiene. A força desses mitos, dessas percepções sobre os rios, está posta na medida em que ‘organizam’, produzem relações e hábitos cotidianos específicos com as águas, de maneira significativa. Os mitos interessam na medida em que são culturais, elementos das culturas e de suas interações. Os mitos organizaram práticas e usos que o homem estabeleceu, historicamente, com o seu meio natural; orientaram e ampararam posturas em relação a natureza.

É o homem que define que tipo de paisagem interessa cultivar e reproduzir. Porém a natureza tem suas leis próprias, tem suas formas de funcionamento. A natureza tem suas vontades e suas vicissitudes. Define, ela mesma, o que é fundamental para o seu ciclo, e, entretanto todas as alterações que recebe, refaz-se, seguindo seu curso de vida e morte, como os rios. O fato é que nas leis naturais, não há milagre, pois que toda a natureza parece por si um grande ‘milagre’ circular, palco de correntes prodigiosas de renascimentos. Não concebo aqui o mito da natureza intocada e boa, em essência. A interação do homem com o meio natural sempre se deu em termos de adequações necessárias à sua (do homem) melhor subsistência, e ganhos, deleite, sentimentalidades, reverência e admiração. Como assinala Keith Thomas, *“o predomínio do homem sobre o mundo animal e vegetal foi e é, afinal, uma precondição básica da história humana”*

---

percebiam e classificavam o mundo natural e como foram surgindo novas formas de sentir e relacionar-se, nos discursos, nas artes e no cotidiano dos ingleses durante os 300 anos pesquisados.

(THOMAS, 2010, p. 20). Ademais, a natureza existe independente das culturas humanas. *A relva é feliz, sejam os tempos difíceis ou não*, dizia Arthur Lundkvist (apud LEONARDI, 1999, *epígrafe*). E, da mesma forma que uma cultura pode destruir um ecossistema, este mesmo ecossistema pode impossibilitar que uma cultura nele floresça. Cultura e Natureza, para o Homem, possuem elos que as unem fortemente. São elos forjados historicamente, que produzem uma longa história de engenho de *metáforas* ‘naturais’ do mundo.

## 1.2 – Viajantes da natureza: ciência e deleite

‘A interpretação da natureza deve obedecer ao consórcio da ciência com a poesia’  
Goethe<sup>21</sup>

‘Até aquela ocasião, eu nunca tinha ouvido dizer de se parar apreciando, por prazer de enfeite’  
Riobaldo<sup>22</sup>

‘Andamos sempre pela ribeira ou vargem do Jaguaribe, coberto de carnaúbas e árvores soltas, de várias naturezas magníficas e esparsadas’  
Freire Alemão

Inspirado pela filosofia romântica do século XIX, o botânico Carl Friederich Philipp Von Martius definiu que o saber do historiador da natureza se faz ao deleite das observações sensíveis sobre os quadros da natureza, conferindo ao ofício uma relação anímica com o meio natural, unida aos princípios empíricos e classificatórios da ciência.

Diariamente lanço-me na meditação do grande e indizível quadro da natureza e, embora seja fora do meu alcance compreender sua finalidade divina, ele me enche de deliciosas emoções<sup>23</sup>.

Além do prazer em contemplar, há nessa postura assinalada por von Martius uma estetização da natureza construída pelo olhar do explorador, numa relação com a natureza que acaba por transformá-la em *paisagem*. Paisagem é uma fabricação humana sobre a meio natural, como uma forma de captá-lo, de torná-lo estático. O olhar mediante a contemplação, que fabrica sobre o meio a ideia de paisagem, pressupõe que o observador está fora dela. A paisagem está no campo do visual; é aqui entendida como

---

<sup>21</sup> Goethe apud BORNHEIM, Gerd. *Aspectos Filosóficos do Romantismo*, 1959, p. 99.

<sup>22</sup> Riobaldo, apud ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*, 2005, p. 127.

<sup>23</sup> Von MARTIUS, apud LISBOA, Karen Macknow. “Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: Quadros da natureza e esboços de uma civilização”, 1995, pp. 73-91.

uma forma de percepção, através do olhar, dos elementos naturais e humanizados do ambiente, numa percepção recebida e organizada com o olhar indicado pelo tempo e espaço (culturais) do indivíduo.

Sendo para a sensibilidade e pensamentos românticos a natureza perfeita, os sentidos do homem que se pretende seu conhecedor e catalogador deveriam estar receptivos para o contato com o meio, numa postura sensível à grandiosidade de um sistema de forças que se auto-governa. Natureza, segundo as concepções estabelecidas pelo pensamento romântico de Goethe e Herder, seria um organismo vivo que constantemente se auto-renova, auto-gere, numa ‘auto-atividade’ jamais exaurida. Como escreveu Von Martius, meditar no fenômeno inalcançável que é o grande organismo vivo da natureza constituía a primeira parte do ofício do historiador da natureza, e, para tanto, estar ‘imerso’ na atmosfera que se observa constituía-se como requisito essencial. Essa meditação contemplativa, contudo, frutificaria em explicações científicas a fim de fazer compreender ‘a finalidade divina’ dos quadros naturais, ou, melhor explicando, a ciência daqueles que estudavam a natureza haveria de fazer conhecer, pelas revelações científicas, as até então ‘*forças ocultas*’ que movimentavam a natureza (PRATT, 1999, p. 177). Por outro lado, as anotações meticolosas sobre as medidas da natureza – temperatura, profundidade, pressão atmosférica, relevo – necessidades científicas do século XIX – não poderiam deixar de ser conjugadas a uma forma descritiva que almejava uma ‘estética do sublime’.

Alexander Von Humboldt foi quem delineou a natureza em quadros, expondo uma relação estetizante com os elementos naturais, utilizando em sua literatura de viagem uma linguagem iconográfica e poética: a natureza tornada paisagem, imagem de um mundo não meramente coletável, reconhecível e categorizável, como o queriam os lineanos, mas em movimentos intermináveis. Dotado de erudição admirável, Humboldt personificou em sua vida e em suas obras volumosas, subjetividade romântica, racionalidade iluminista e um afã enciclopédico, conjugando uma polivalência de saberes bastante incomuns. Geógrafo, etnólogo, botânico, antropólogo, vulcanólogo, e sobretudo um humanista, o barão de Humboldt elaborou uma narrativa pessoal sobre sua extensa viagem ao Novo Continente, como referia-se às Américas, que se constituiu modelo para toda uma geração de estudiosos do mundo natural – dentre os quais, estão os naturalistas Spix e Von Martius, que estiveram no Brasil entre os anos de 1817 e 1820. Segundo Humboldt, não poderia haver conhecimento sem experimentação verificável, o que sugere um contato extremado entre o pesquisador e seu objeto.

Movido pela ânsia de conhecimento e pela curiosidade, Humboldt, amigo dos românticos Goethe e Schiller, aliava o prazer como dimensão fundamental à experiência da viagem, bem como à literatura produzida sobre os relatos das viagens aos recantos do mundo onde poderia presenciar ‘o delicioso espetáculo da natureza’. A relação anímica assim estabelecida entre o homem e o mundo natural gestava representações, que, fossem uma pintura, uma poesia ou um tratado científico, Humboldt as definia como *Naturgemälde: quadro da natureza*. Publicado em alemão pela primeira vez em 1808, ‘Imagens da Natureza’ (*Ansichten de Natur*) consumou para Humboldt aquilo que o autor chamava de ‘a forma estética de tratar os objetos da história natural’.<sup>24</sup> É a ideia de *Naturgemälde* que foi, neste capítulo, utilizada para (re)apresentar as *imagens* do rio elaboradas pelos viajantes que passaram pelo Jaguaribe no século XIX.

Se para os românticos, a natureza é essencialmente boa até que o homem a destrua, essa natureza é um mundo primitivo, ainda sem história, cuja história recente está-se começando a escrever juntamente com a colonização do homem europeu. Há, para essas áreas, *apenas* uma história natural, sendo a América inventada por Humboldt um mundo primitivo, “um espaço devoluto e atemporal – ocupado por plantas e criaturas... Algumas delas humanas!” (PRATT, 1999, p.220)

A ‘*natureza*’, assim, localizava-se nos ermos onde era parca a dominação européia; lugares onde o meio natural desafiava os poderes de percepção do olho humano. De forma que o conceito de natureza, ora mencionado, pode (remetido a boa parte dos naturalistas europeus do primeiro quinquênio do XIX) ser relacionado a outro conceito, a saber, o de zona de contato, e pressupõe uma relação de apartamento e aproximação – simultâneos e conseqüentes – com o meio. *Zonas de contato*, conceito formulado por Mary Louise Pratt (1999), nomeia uma dimensão mais cultural que espacial, embora trate dos contornos entre mundos: um velho e um novo mundo. Sinônimo de fronteira cultural, as zonas de contato enfatizam justamente os encontros interativos entre viajantes e visitados, entre os sujeitos coloniais: aqueles que viajavam ao encontro da natureza, e os povos dos impérios (novo mundo) – os ‘viajados’. Sobretudo, o conceito de zona de contato é formulado num entendimento que questiona as construções elaboradas pelos viajantes – europeus – a respeito dos ‘subordinados’ aos impérios do além-mar, na medida em que essas construções passariam por uma

---

<sup>24</sup> ‘*Le voyage aux régions équinoxiales du Nouveau Continent, fait en 1799-1804, par Alexandre de Humboldt et Aimé Bonpland*’ (LISBOA, 1995, p.81).

elaboração empreendida pelo próprio ‘visitado’ a respeito de si e de seu meio, tornada visível ao viajante-pesquisador europeu.

De maneira que entender a literatura de viagem do século XIX como relatos de interações entre/na zona de contato coloca a dimensão cultural no cerne dessa produção, o que parece bastante pertinente, tendo em vista que os escritos sobre a natureza das Américas, e as imagens formuladas a respeito deste mundo natural, provinham dos olhos ‘do outro’, de encontros e olhares carregados de paradigmas eurocêntricos (atrelados assim a elementos de um pensamento pretendido racionalista, às teorias raciais, ao romantismo e à instituição de um *self* individualizado, característicos ao período referido).

Muitos pesquisadores e cientistas naturais, que se aventuraram em missões científicas, buscas exploratórias de caráter pessoal e curioso, buscaram como modelo literário e metodológico, as obras de Alexandre Von Humboldt. Atestando isso, Charles Darwin remetia os méritos de seu pensamento e percurso ao naturalista Alexander Von Humboldt, escrevendo ‘a bordo do *Beagle* que todo o curso da sua vida deveu-se ao fato de ter lido e relido em sua juventude a *Narrativa Pessoal* (de Humboldt)’ (apud PRATT, 1999, p. 197). Houve, no século XIX, uma reinvenção das Américas ‘como natureza’ através da literatura de viagem, onde, pelas descrições de deslumbramento com a paisagem na qual o viajante está adentrando, a narrativa se empenha em mostrar quadros biologizados e terras onde o homem é, quando não parte desse quadro natural de plantas e solidões verdes, eludido das descrições do cenário *natural* da viagem. O grande pai inspirador dessa vertente de experiência e produção científico-literária foi Alexander von Humboldt. Para o Brasil, foi o naturalista von Martius quem trouxe e inspirou essa tradição. Esse panorama, no pensamento intelectual de inícios do XIX, orientou também os viajantes que pelo Ceará passaram às margens do rio Jaguaribe, cenário natural de travessia dessa dissertação.

Entretanto muitos naturalistas atestarem outras relações com o ofício e com o objeto do cientista da natureza, contrárias as já aqui apontadas (as quais, em grande medida, seguiam o pensamento romântico) – como é o caso do renomado naturalista francês Geoges Cuvier, o qual defendia uma prática de observação, exame e análise minuciosa nas bibliotecas, herbários e jardins botânicos, recusando a experiência da viagem, vista por ele como ‘jamais de todo proveitosa’, já que não se poderia (em

viagem) comparar as diversas espécies dos variados ecossistemas<sup>25</sup> – George Gardner, jovem botânico escocês assegurava que era

Impossível exprimir os sentimentos que dominam o observador enquanto os seus olhos contemplam o cenário belamente variado que se apresenta à entrada do porto, cenário talvez sem rival na face da terra, e em que a natureza parece ter esgotado todas as suas energias. Tenho visitado desde então muitos lugares famosos pela beleza e magnificência, mas nenhum deles me deixou na mente igual impressão. (GARDNER, 1975)

Ao ancorar no porto do Rio de Janeiro em agosto de 1836, Gardner contava com 24 anos. Vinha excitado pelas esplendorosas descrições sobre a beleza e variedade da natureza nas regiões tropicais. Financiado por uma rede de amigos ricos do seu professor de botânica, Sir. William Hooker, Gardner viajou durante cinco anos pelo Brasil, passando pelos distritos do ouro e do diamante, as Minas Gerais, e pelas províncias do norte – o *interior* do Brasil. O primeiro contato com a paisagem que se colocou à sua visão, produziu nele uma impressão que apenas o contato sensorial com o meio poderia provocar. Tomado por um arrebatamento sem precedentes em sua curta vida, Gardner avigorava na memória a ‘magnificência’ da paisagem; um cenário natural que unicamente a experiência da viagem possibilitava ao pesquisador. E da contemplação deste cenário, Gardner retirava grande prazer. Além disso, como estudioso da botânica ansioso por conhecer e catalogar o maior número possível de espécies nativas, a viagem proporcionava oportunidade de coletar diretamente do ecossistema nativo um número significativo de novidades. “Para o botânico era uma verdadeira delícia atravessar semelhante região, pois a cada passo eu acrescentava algo de novo ou de bello às minhas colleções” (GARDNER apud OLIVEIRA, 2009, p.23).

Posteriormente, quando do seu regresso a Inglaterra em 1841, George Gardner levou consigo 60 mil novas plantas para as coleções dos jardins botânicos e herbários de Kew e Glasgow. Publicou um detalhado relato de suas ‘*Viagens no interior do Brasil: principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*’, assim intitulado e lançado em 1846. Chegando ao Rio de Janeiro em 1836, Gardner viaja pela Bahia, Pernambuco (pela costa) e adentra aos sertões do Ceará, Piauí, Goiás e às Minas Gerais. O Brasil a fundo, interiorizado. Não o

---

<sup>25</sup> Sobre rivalidade teórica entre Humboldt e Cuvier e viajantes naturalistas no vale do Jaguaribe, ver: OLIVEIRA, Antonio José Alves de. “*Viajantes, Naturalistas e o Vale do Jaguaribe*”, In: *Primeiras Viagens*. Publicação do grupo de estudo Rio Jaguaribe: História, Natureza e Cultura. Fortaleza, Julho de 2009, p. 17-36.

Brasil da costa, dos centros urbanos, mas o Brasil dos sertões, de uma área que nem mesmo a colonização branca e o povoamento português haviam alcançado suficientemente, foi sendo descortinado na narrativa de Gardner.

Faz-se preciso, também, trazer à tona uma premissa capital nas missões científicas e nos empreendimentos de viagens-pesquisas efetivadas no XIX: a busca pelo conhecimento do mundo natural, numa relação de apreensão e dominação; naquilo que Keith Thomas definiu como conhecer para *melhor* dominar. Em um quadro onde a natureza dominava a maior parte do território, deter o conhecimento sobre essa natureza significaria, assegurar um tipo de poder que cada vez mais se firmava como ‘vitorioso’, na lógica da técnica cientificista, qual seja, o poder do conhecimento escrito, autorizado pelas figuras e instituições de saber reconhecidas nos grandes centros do capitalismo europeu. Uma dominação de contornos, aparentemente, mais silenciosos e menos violentos se empreendia durante a primeira fase do capitalismo industrial, e o mundo natural se apresentava como fornecedor de recursos e matérias-primas ainda desconhecidos e por isso, quase inesgotáveis! Mapear o mundo natural, catalogar suas espécies vegetais e animais, aparentava-se como uma conquista efetiva (e mais completa, dadas as premissas que se colocavam para aquele momento) do mundo.

Os viajantes, também chamados de historiadores do mundo natural, prestavam-se ao duplo serviço de catalogar o maior número de plantas, seus usos pelos nativos dos ecossistemas de origem, e atribuir potencialidades (curativas, gastronômicas, comerciais e estéticas), bem como anotar impressões sobre os costumes, as culturas, os governos e os povos das regiões por onde passavam. Assim por que a literatura de viagem é tão cara aos historiadores e aos estudos das relações e representações do/com o espaço por meio da descrição técnico-literária naturalista.

Duas relações com o meio foram aqui delineadas, a partir do ato da viagem (contato direto) e de conhecer a natureza das regiões tropicais do mundo ocidental: a admiração aliada ao prazer e a catalogação aliada à dominação. Ambas estavam presentes e aparentes na literatura, bem como nas motivações de George Gardner, ao sair do porto de Recife e chegar à vila de Aracati, banhada pelo Jaguaribe.

Quando o viajante Gardner chegou a Aracati, a vila estava firmada como um dos mais importantes centros comerciais da província do Ceará, juntamente com Icó, Fortaleza e São Bernardo de Russas. A história da ocupação portuguesa das terras do Ceará, se inicia pelo rio Jaguaribe, através das margens de sua foz, com a expansão das rotas pastoris pelos sertões e a criação de fortes para proteção da costa aos intentos



franceses, holandeses e espanhóis. Durante a expedição comandada por Pero Coelho de Souza, no ano de 1603, contra os franceses que haviam se estabelecido no Maranhão, foi erguido em 10 de agosto um forte, às margens do Jaguaribe, com o nome de Fortim de São Lourenço. A permanência deste forte deu origem ao povoado de São José do Porto dos Barcos do Jaguaribe, o qual posteriormente foi elevado à categoria de vila<sup>26</sup> com o nome de Santa Cruz do Aracati.

O terreno da província sem espessas e extensas matas e cortado de rios vindos do interior do país, deu fácil ingresso aos primeiros exploradores, que tentaram penetrar nas terras centrais. Esses rios no tempo do verão constituíram caminhos abertos pela natureza os quais patentearam ao ávido europeu os nossos vastos sertões. Os rios Jaguaribe e Acaracu foram os dois canais, ou antes as duas entradas principais por onde a nossa população progrediu em sua marcha de ocupação. Reconhecida a idoneidade de ambas as ribeiras para a criação do gado vacum, e cavalari, e de mais espécies de armamento, foram se estabelecendo fazendas de criar por uma ou outra margem dos dois rios, a partir de proximidades das respectivas fozes: à proporção que a população crescia, e podia defender-se contra os indígenas antes de aldeados, iam também subindo, e derramando-se os estabelecimentos dos colonos.<sup>27</sup>

O quadro natural retratado por Tristão de Alencar Araripe<sup>28</sup> colocava-se à disposição dos exploradores europeus, não oferecendo a geografia das terras cearenses significativas dificuldades ao avanço para os sertões. A criação do gado, levada a cabo nas ribeiras dos dois rios citados, foi o motriz para o estabelecimento das fazendas dos colonos. É recorrente, na historiografia cearense do século XIX, identificar a pecuária como a motivadora da economia que firmou as bases da colonização portuguesa nas terras dos sertões. No estudo sobre a História da Província do Ceará, desde os seus tempos primitivos, Tristão de Araripe descreve uma natureza com contornos passivos, aberta, abrindo caminhos pelos seus rios que ‘patentearam’ a ‘marcha da ocupação’. Os tempos primitivos, referidos pelo historiador, são demarcados pela ausência do

---

<sup>26</sup> Luís da Câmara Cascudo infere em nota que São José do Aracati, vila instalada a 10-2-1748 com a denominação de Santa Cruz do Aracati, foi elevada a cidade pela lei de nº 244, de 25-10-1842. In: KOSTER, Henry (1793-1820). *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução, prefácio e comentários de L. C. Cascudo, 2003, p. 167.

<sup>27</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850*. Coleção História e Cultura, dirigida pelo Instituto do Ceará. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1958. 2ª edição, p. 25.

<sup>28</sup> Tristão de Alencar Araripe, nascido em Icó-CE (07-10-1821) foi magistrado, político e escritor, ocupando cargos de proeminência no Governo Imperial e mesmo após, nos primeiros governos Republicanos, como por exemplo, nomeação para Ministro da Fazenda, do Exterior e do Supremo Tribunal Federal (FONTE: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/institucional/ministros/asp>). Além disso, publicou obras históricas, literárias e jurídicas, sendo membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e da Sociedade de Geografia do RJ. Sua pesquisa histórica amparava-se em fontes primárias, e traz um levantamento rico para o estudo da História do Ceará colonial.

explorador branco, quando nas terras ‘primitivas’ do Ceará habitavam hordas de indígenas bárbaros. Partindo do litoral para o sertão, à medida que as tribos eram aldeadas, ‘pacificadas’ ou extirpadas de seus territórios nativos, o colonizador europeu e seus descendentes efetivaram a ocupação das terras da capitania do Ceará; uma ocupação baseada na pequena agricultura do açúcar, de insumos para o consumo interno primário e na produção da carne, do leite e do couro do gado vacum.

Os rios Jaguaribe e Acaracu (Acará) são citados na passagem acima, como os ‘canais’ e as ‘entradas’ principais ao interior dos sertões cearenses. Dessa forma, a historiografia do século XIX, produzida pelos intelectuais do Instituto do Ceará, concedeu e instituiu aos rios o papel de primazia neste processo que retirou o Ceará de seus tempos primitivos, dando destaque e importância ao quadro natural para a história de fundação do território do Brasil, a partir de seus distintos pólos de povoamento.

O vale do rio Jaguaribe, em especial, é citado constantemente por outro historiador do Instituto do Ceará, Antonio Bezerra. Tomando o mesmo mote de explicações sobre as origens do Ceará, em seu estudo intitulado ‘Algumas Origens do Ceará’, publicado no ano de 1918, Antonio Bezerra assinala, contesta e afirma uma cronologia de fatos que, elegidos para compor uma história das origens, estabelecem mitos fundadores. São mitos que ecoam em uma tradição historiográfica que privilegia heróis, verdades históricas e grandes regiões como agenciadores do orgulho patriótico na narrativa histórica de uma nação. O vale do Jaguaribe representa, para as origens erigidas por Antonio Bezerra, a região de onde se origina a história do Ceará. Uma origem e uma História a partir da colonização portuguesa, assim como a assinalada por Tristão de Araripe. A notabilidade concedida ao rio afigura-se a alguns nomes célebres e heroicizados, como Martins Soares Moreno, o *fundador* do Ceará, sendo o rio o primeiro lugar a ‘receber’ povoadores portugueses.

O interior do Ceará foi conhecido tarde. É verdade que o vale do Jaguaribe foi o primeiro, pelo lado sul, que recebeu povoadores portugueses ou da raça cruzada. Requereram [Manuel de Abreu Soares e 14 companheiros] ao Governador da Baía, as últimas povoações daquela capitania para o norte, o rio a que chamam Jaguaribe, o qual nunca fora povoado de brancos, e dado o caso que algumas pessoas o tivessem pedido não fizeram as povoações no tempo da lei, e por isso pediam as terras por devolutas, começando a mediação da barra do rio para o sertão. Roque da Costa Berreto concede 2 léguas em quadro para cada um 23 de janeiro de 1681. Até esse tempo não havia branco no Jaguaribe,

nem mesmo próximo da barra, de onde começou a povoação, e se não havia brancos, claro está que não era ainda conhecida essa parte da capitania.<sup>29</sup>

Os requerentes das terras da ribeira do Jaguaribe justificam seu pedido com o argumento de estarem, estas, devolutas ao período de 50 anos após a concessão do pedido das sesmarias ser atendido, de forma que as terras ainda se encontravam ‘não ocupadas’ e *desconhecidas*. A carta de doação concedida pelo governador da Bahia a Manuel de Abreu Soares e aos seus 14 companheiros, no ano de 1681, é o documento mais antigo, encontrado por Antonio Bezerra, que faz menção à ocupação efetiva e assentada de brancos portugueses nas terras do Ceará. A barra do Jaguaribe e suas proximidades foram preferências dos colonizadores para a pecuária, dadas as condições climáticas adversas do domínio da caatinga à lavoura da cana de açúcar, praticada largamente na capitania de Pernambuco.

A grande concentração de fazendas era ao longo do rio Jaguaribe, e de seus maiores afluentes como o Salgado, o Banabuiú e Quixeramobim. Aliás, no decorrer do século XVIII, o vale do Jaguaribe e em especial a vila de Aracati, por sua proximidade com o litoral e a facilidade de escoamento da produção pastoril, se tornou o principal centro das ‘charqueadas’ e um importante núcleo de entrada e saída de produtos. (VIEIRA JR., 2004, p. 29)

Aracati possuía uma localização estratégica para as finalidades da colonização baseada na criação de gado e produção de carne de charque, chamada também de carne de sol<sup>30</sup>. As áreas das fazendas onde se produzia o charque eram denominadas comumente de charqueadas; uma quantidade de galpões cobertos, onde a carne salgada era exposta para o processo de desidratação, de modo que ‘se charqueava a carne’. A

---

<sup>29</sup> BEZERRA, Antonio. *Algumas Origens do Ceará: defesa ao Desembargador Soares Rimão a vista dos documentos do seu tempo*, 2009, p. 34. Antonio Bezerra, nascido em Quixeramobim – CE (fevereiro de 1841) foi um dos fundadores do Instituto do Ceará (1887), e publicou obras relevantes também para a História, as quais (também) servem de referências recorrentes à historiografia colonial e imperial do Ceará. Além disso, participou da vida literária de Fortaleza ativamente, no século XIX, através de publicações e fundações de jornais.

<sup>30</sup> Dada a instalação de fazendas criadoras de gado nos sertões do Brasil, com finalidades de atender às demandas coloniais, a pecuária ganhou contornos e desdobramentos outros no quadro de práticas do processo de povoamento das terras coloniais. Muito em razão do clima e da distância que percorria o gado, para chegar às zonas canavieiras e aos portos, desenvolveu-se um mercado de consumo e comércio interno de carne. Esse gado não resistia aos muitos percalços dos ‘caminhos de povoamento’ do Brasil, e, após abatido, tornava-se necessário e vantajoso salgar a sua carne. Num sistema em que a carne era salgada, ficava exposta ao sol e estendida em galpões ventilados, a pecuária se estabeleceu nos sertões do Ceará, como atividade prioritária que acompanhava o povoamento. Sobre esse assunto, consultar as obras do historiador (e político) Raimundo Girão (1900-1988): “Pequena História do Ceará” (1967, p. 120) e “História Econômica do Ceará” (1947); ambos impressos em Fortaleza: Instituto do Ceará.

vila de Aracati conjugava duas vantagens significativas e simbólicas para a ocupação das terras dos sertões bravios<sup>31</sup> da incipiente capitania do Ceará: ponto de escoamento da dinâmica comercial de produtos com a capitania de Pernambuco, e ponto de guarnição para defesa às duas frentes de ‘perigos’ à dominação portuguesa. O forte às margens do Jaguaribe, próximo a sua foz, combatia pelo ‘braço da coroa’ as ameaças externas (franceses, holandeses) e internas – índios da etnia ‘tapuya’, que

Roubavam gado, matavam fazendeiros e seus familiares, obrigavam o abandono das fazendas e colaboravam para a diminuição do rendimento que a fazenda de Vossa Majestade teve nos dízimos dessa capitania, pois reduziram a mui limitado preço pelos Tapuya destruíram as fazendas dos moradores.<sup>32</sup>

Os donos dos rebanhos de gado, representados na Câmara dos Vereadores, cujas fazendas se estabeleceram na ribeira do Jaguaribe no século XVIII, assim se queixavam ao monarca português, solicitando tácita, porém oficialmente, autorização para enfatizar o combate aos nativos daquelas terras. A escusa aparece no documento, datado do ano de 1704, apoiada nos interesses régios, visto que os rendimentos e dízimos enviados pelos beneficiados com a doação de sesmarias à metrópole ficaram consideravelmente reduzidos – dada a ação ‘destrutiva’ e selvagem dos Tapuya. A ocupação do Ceará se efetuou, dessa maneira, por constantes e sangrentos embates entre os Tapuya<sup>33</sup>, Potiguara, Tabajara, Kariri, Jucá, Inhamum, Kanindé, Tremembé e os colonizadores portugueses e seus descendentes.

Neste processo de povoamento e ocupação, o rio Jaguaribe aparece na historiografia como cenário de conflitos, ponto de ‘partida’ e escoamento de gado, viajantes, tropeiros, boiadeiros, comerciantes – caminho propulsor da emergência desta dinâmica. Por ser um reservatório natural de águas em terras demarcadas por um bioma semi-árido, escasso em água, o Jaguaribe foi usado como um condutor que ligava o sertão ao mar, bem como os diversos pólos de povoamento da região. Atestando esse

---

<sup>31</sup> Alusão à associação entre as idéias de *sertão* e *natureza rebelada*. Uma natureza que serviria de empecilho e freio ao enriquecimento fácil e à colonização mansa das terras. Alia-se também à idéia de sertão bravo a índole indômita das muitas etnias indígenas nativas das terras do Ceará. VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial*, apud: VIEIRA Jr., A. Otaviano. Op. cit., p. 24.

<sup>32</sup> Carta Régia ao Rei de Portugal enviada pela Câmara dos Vereadores de Aracati, em 13 de fevereiro de 1704. In: VIEIRA JR., 2004, p. 31.

<sup>33</sup> Conselheiro Tristão de Alencar Araripe elucidada no segundo capítulo da sua *História da Província do Ceará* sobre as ‘tribos indígenas, conquista e aldeamento das mesmas’ que: “a denominação de tapuias é genérica, compreende todas as tribos existentes na província; a denominação de potiguaras abrangia os aborígenes, que viviam na costa; a denominação de Baicús ou Paiacús estendia-se aos selvagens ribeirinhos de certos rios; a denominação de Jaguaribaras limitava-se às hordas errantes nas margens do Jaguaribe” (ARARIPE, Tristão de Alencar, 1975, p. 44).

lugar proeminente ocupado pelo Rio, foi criada no início do século XVIII a ‘Estrada Geral do Jaguaribe’, pois que,

Com a proliferação de fazendas que margeavam o rio Jaguaribe, formou-se a conhecida Estrada Geral do Jaguaribe, que partia da vila de Aracati, atravessava a vila do Icó até subir o rio Salgado e suas nascentes. Da bacia do Jaguaribe também se chegava aos campos criatórios do Piauí, passando pelo rio Quixeramobim através da ‘Estrada Nova das Boiadas. (VIEIRA Jr., 2004, p. 35)

A grande bacia do Jaguaribe dava conta, portanto, de comunicar o sertão do Ceará por inteiro, através de seu próprio curso e de seus afluentes. A vila de Aracati, por se situar na desembocadura do Jaguaribe e por ter também um porto marinho próximo a Recife, recebendo assim os produtos fabricados na metrópole e distribuindo-os aos confins da província do Ceará, emergiu como o principal entreposto dessa dinâmica desenvolvida às margens do Rio.

Foi por este porto marinho, muito próximo ao porto de Recife, que o botânico George Gardner chegou a Aracati. Sua primeira visão do Jaguaribe é detalhada:

O tempo ficara então muito mais belo e, deliciando-me com a doce variação, pude observar a natureza da costa, da qual nos aproximávamos às vezes a distancia de tiro, e que, com exceção de poucas colinas de areia braça, quase despidas de vegetação, parecia extremamente plana. Por volta das doze horas do terceiro dia chegamos à barra do Aracati; mas sendo então a hora da vazante, rasa demais para podermos entrar, tivemos de ficar fora até quatro horas, quando veio a bordo um piloto, que nos conduziu às águas profundas e plácidas da foz do rio, barra adentro. O rio junto o qual fica Aracati chama-se Jaguaribe e tem cerca de uma milha de largura um pouco acima da barra. Por longa extensão a margem ocidental é relativamente alta, mas a oriental é baixa em todo o curso até a cidade. A parte inferior da Margem oeste é um tanto densamente coberta de árvores pequenas, mas os arbustos do mangue são também numerosos em ambas as margens. (GARDNER, 1975, p. 81)

O Jaguaribe avistado pelo viajante é ladeado pelo *mangue*, ‘lameado’ e margeado por uma vegetação costeira com longas raízes brotando do solo lodoso. A água, afeita às marés, recebe também do mar o sal, sendo salobra e de volume inconstante<sup>34</sup>. O jaguaribe correndo à sua foz, no seu encontro final com o mar; é esse o

---

<sup>34</sup> Espécie vegetal halófila, característica do ecossistema manguezal. ‘**Manguezal**’ é um ecossistema que ocorre em regiões tropicais e subtropicais costeiras e abrigadas, de transição entre os ambientes terrestre e marinho, sujeito ao regime das marés, sendo constituído por espécies vegetais lenhosas típicas (angiospermas), micro e macroalgas (criptógamas) adaptadas à flutuação de salinidade e caracterizadas por colonizarem sedimentos predominantemente lodosos, com baixos teores de oxigênio, além de ser um ambiente que apresenta condições propícias para alimentação, proteção e reprodução de muitas espécies animais, considerado, portanto, importante transformador de nutrientes em matéria orgânica e gerador de

rio que os viajantes aqui convidados a pintar com suas narrativas irão trazer: o rio que há na passagem pela cidade de Aracati. As descrições que são feitas de Aracati evidenciam uma cidade que se ‘fundou’ devido ao rio, em forte medida pela presença do rio em sua margem direita; uma cidade ‘emoldurada’ pelo rio. Uma cidade à mercê das enchentes abundantes, salgada na água e na carne que providenciou seu desenvolvimento frente aos outros demais pólos de colonização do Ceará.

Ao viajante atento, a variação da paisagem na costa, quando, no primeiro quinquênio do século XIX esteve Gardner no Norte do Brasil, somente é possível hoje de ser imaginada ou comprovada por pinturas, haja vista a degradação que a mata atlântica sofreu no século XX. Gardner faz parte do tipo de viajante naturalista que experiencia e entende a viagem para terras distantes, estranhas e longínquas, como metáfora da viagem interior, produzindo um discurso narrativo auto-reflexivo sobre as paisagens que atravessava, entrevedo um sentido de autoconhecimento por meio da viagem, sentido completado com os novos conhecimentos que vai formulando e adquirindo sobre a paisagem natural que adentra.<sup>35</sup> As águas da foz do Jaguaribe, adjetivadas por Gardner de *profundas e plácidas*, formam uma baía larga, sujeita às marés do oceano Atlântico, de maneira que o viajante fica à mercê desse movimento para dar prosseguimento ao seu trajeto. Esse rio ‘salgado’ se alterna em marés que vêm e que vão, e nesse misto cenário hidrológico, as atividades da pecuária e os usos das águas do Jaguaribe movimentam-se conforme os ritmos favoráveis destas nuances.

De regresso, jantamos numa das margens do rio, numa propriedade onde o dono era amigo de quem nos propusera o passeio. Na parte oposta, havia uma ilha com grande fartura de pastagens, mas não havia água doce. O gado era obrigado a passar o rio regularmente, vindo à terra firme para matar a sede e regressar a ilha. Esse hábito se tornara tão comum que dispensara o pastor. Vimos o gado

---

bens e serviços. SCHAEFFER-NOVELLI, 1995 apud: PINTO, 2009, “*Aspectos Etnobiológicos na comunidade sítio Cumbe às margens do estuário do rio Jaguaribe - Aracati - CE*”.

<sup>35</sup> Sobre esta concepção da ‘viagem, como um gozo de mente’, Maria Heloísa Noronha Barros publicou um ensaio em que trata dos sentidos de busca interior de significações para o ser e para a vida dos personagens da obra de GR, intitulado “*Miguilim e Manuelzão: viagem para o ser*” (1997). Sobre esta relação pessoal que o ‘autor’ da viagem tem com sua travessia e que fica depois impressa em registros, palavras e literatura, Mônica Meyer escreve, a respeito da própria experiência do autor-viajante Guimarães Rosa: “O autor percebe em detalhes os diversos elementos com os quais convive durante a viagem e as notas de campo reproduzem o percebido por meio de listagens e, muitas vezes, com enunciados poéticos (...). A viagem tem uma importância preciosa, pois permite um contato próximo, um corpo a corpo com o sertão e seus autores. *Boiada* registra uma viagem exterior em que Guimarães Rosa, cumprindo um roteiro de base física, sugere uma outra viagem, interior, emocional, resultante das vivências” (MEYER, 2008, 197). Henry Koster é aqui estudado e entendido como um viajante que produz uma obra (*Viagens ao Nordeste do Brasil*, 2003) cuja narrativa, mesmo que não tenha esse objetivo exposto, em relação a uma viagem como ‘gozo da mente’ e fonte de aprendizados interiores, apresenta uma narrativa permeada por experiências de contato, e uma convivência muito próxima com a ambiência (natural e social) dos espaços atravessados.

passar o rio nadando e desfilando todo perto da casa, o caminho do bebedouro. O proprietário me disse que, durante a travessia, os bezerros ficavam juntos das vacas, e sempre do lado em que vinha a maré, para que não fossem arrastados por ela. Efetivamente, notei, que todos os bezerros vinham numa mesma linha. (KOSTER, 2003, p. 170)

Intercambiado, o rio em sua foz apresenta um ecossistema que orienta costumes específicos. As águas salobras, mesmo que encharcassem as margens formando o mangue, não podiam ser próprias para o consumo dos animais e punha-os a pastar onde havia fartura de relva, de pastagem, e a atravessar o rio largo, a nado nas partes mais profundas, e andando onde era possível. Os moradores também adequavam-se a estes movimentos flúvio-marinhos próximo à foz do Jaguaribe, e aprenderam a sobrepor os obstáculos de travessia e de utilização do meio natural. Entretanto, a um viajante desabitado às surpresas movediças desse mangue, os empecilhos para cruzar o rio indicam uma ‘intercambiação’ dos moradores de várzea com a natureza local que concede, a este último, um saber intrínseco às suas condições cotidianas de subsistência.

Gritamos pelo barqueiro para que nos viesse passar para a outra margem do rio (Jaguaribe), antes do amanhecer. Não fomos ouvidos. Tomamos posse de uma grande canoa que encontramos vazia e amarrada a um poste, entramos, e o guia de Goiana (PE) começou a remar com destreza até o meio do rio onde a embarcação encalhou. Batera num barco de areia porque o meu companheiro não sabia claramente a navegação pelo rio. Fomos obrigados a despir-nos, saltar para a água, empurrar a canoa até libertá-la do obstáculo, alcançando a margem oposta. Os cavalos atravessaram o rio amarrados a um dos lados da canoa, nadando ou tomando pé, segundo a profundidade das águas. (KOSTER, 2003, p. 171)

Narrando as suas aventuras e desventuras após uma expedição pelas ilhas dos sítios do Aracati, nos mangues que acompanham o Jaguaribe até a sua foz, no Fortim, o viajante inglês Henry Koster faz uma descrição pormenorizada dos acontecimentos. O seu livro *Travels in Brazil* (publicado em Londres, 1816, e traduzido no Brasil pelo estudioso Câmara Cascudo em 1942 com o título *Viagens ao Nordeste do Brasil*) acompanha todo o percurso de suas viagens pelas terras do ‘Norte’, seu convívio com as populações locais e suas observações precisas. Apresenta uma percepção de quem está recebendo e vivendo o clima, bem como os efeitos das ambiências por onde passou, não como um ‘coleccionador’ de informações, mas com olhares para os contextos histórico e social, bastante conjugados aos costumes que nestas áreas se perpetravam e nos efeitos que traziam à vida cotidiana local.

Vindo da Inglaterra para o Brasil, Henry Koster foi um viajante que buscou a tropicalidade das terras brasileiras não para cartografá-las em saberes naturalistas. Chegando ao Recife em 1809, viera acometido pelo mal comum à sua época, enfermidade que mataria poetas, escritores, prostitutas e boêmios do século XIX, a tuberculose. A amenidade do clima costeiro trouxera-o para, cá nestas terras, encontrar a cura e restabelecer sua saúde. Embora a sua nacionalidade fosse inglesa, Koster havia nascido em terras de Portugal – Lisboa, e contava com 25 anos de vida quando se mudou para o Recife. Não pensava em escrever, tampouco esperava o desenrolar de sua estadia no Brasil, visto que, logo após um curto regresso a Inglaterra, no ano de 1811, volta a Pernambuco, trava relações comerciais, compra escravos, se imiscui nas práticas agrícolas coloniais, planta cana e estabelece um engenho canavial arrendado, numa localidade litorânea a quatro léguas do Recife, chamada (coincidentalmente) de Jaguaribe.

Entretanto, pelas terras do Aracati no Ceará também viajou Henry Koster, e os seus escritos minuciosos desta travessia guardam olhares e descrições da natureza e dos hábitos às margens do Jaguaribe, que se destacam dentro da galeria de registros dos viajantes do XIX. Prefaciou Câmara Cascudo, apresentando o Henry Koster que sonhou:

Não é um viajante, caçando anedotas e filmando o pitoresco, nem um naturalista, tendo a investigação anteriormente programada. Não há nele a missão unilateral de estudar um aspecto ou fixar pormenores. Não o subsidia Museu ou Instituto. Não teve a obrigação técnica de *ver*, desenhar e regressar à Pátria com bichos, folhas e relatórios. Afirma o que sabe, ouviu ou reparou. Spix, Martius, Sant Hilaire observaram deliciosamente, andando dia aqui, noite além, sempre para diante. Koster tomava nota sentado na porta da casa-grande (...) quanto viu, registrou fielmente. (CASCUDO In: KOSTER, 2001, p. 13).

Outra natureza de relatos sobre a mesma natureza fez Koster, diferente dos viajantes mais comuns que passaram pelo Nordeste do Brasil no século XIX, geralmente estudados como fontes para a História-Ambiental. Para esses, a natureza exótica e (ainda) não catalogada em espécies era matéria de observação técnica e a escritura dos relatórios e artigos, vinham recheadas de observações específicas ao saber que estavam produzindo. Mesmo as de caráter mais pessoal, os diários e memórias, eram recheados e munidos de um olhar rico.



Após perceber uma melhora em sua saúde, um ano depois de sua chegada ao Recife, Koster decidiu empreender uma viagem a cavalo que partiu de Pernambuco, tinha destino o em Fortaleza, e como sabemos, Aracati é ponto constante de passagem entre esse percurso. O ano era 1810. Acompanhado de guias locais, escravos de índios chamados ou contratados para ajudar na trajetória, pela validade do conhecimento que tinham da região.

Saindo da vila do Aracati, ao passar pela localidade de Santa Luzia, Mossoró, no sertão do Rio Grande (do Norte), quando já estava regressando ao Recife, Koster e o seu grupo se viram numa noite de intensas chuvas, em uma situação de ‘perigo’. Assentaram fogueiras, atrelavam os cavalos e prepararam o repouso da noite. Neste ínterim, os jaguares da região se fizeram presentes pelos seus urros que assustaram ao viajante, seus guias e cavalos.

As fogueiras estavam inteiramente extintas. Recomendei a necessidade de resguardar em lugar enxuto as nossas armas de fogo, e as pessoas do meu grupo que conheciam o sertão, sabiam melhor que eu mesmo como os jaguares são numerosos nessas travessias. Mal havia terminado de falar, Feliciano disse-me ter ouvido o rugido de um desses animais e, à direita, um lote de éguas passou galopando através do campo e logo depois nos chegava o som de outro rugido, bem distintamente. Seja o mesmo ou vários jaguares, escutamos, durante a noite seus urros, em muitas direções. Ficamos, uns contra os outros, sem a esperança de nos livrar de um ataque, enquanto os indígenas soltavam, de vez em quando, uma espécie de berro (também usado pelos sertanejos quando conduzem grandes manadas de gado meio selvagem) com o intuito de amedrontar os jaguares. Ao amanhecer, o dilúvio amainou embora a chuva continuasse caindo sem cessar. Pela manhã, tivemos grande dificuldade em pegar os cavalos, esparsos e assustados pelos jaguares. Pensei mesmo que não vivessem todos, embora julgasse que o jaguar preferiria a carne do gado bravo à dos meus cavalos, por ser de melhor condição. (KOSTER, 2003, p. 196)

As marcas destes animais que imprimiram sua presença na natureza do rio por estarem gravados em seu nome: ‘*Jaguar-y-pe*’ (‘rios dos jaguares’, ou onças; etimologia guarani), não são costumeiramente encontrados na fauna do Jaguaribe, hoje. Mas Koster faz uma menção que mostra os perigos, o medo que traziam tanto aos animais quanto aos homens, quando ainda não haviam ‘desaparecido’ dessas paragens. As onças-pintadas (*Panthera onca*) são mamíferos da ordem dos carnívoros e da família de um dos maiores felinos (*felídeo*) de todos os ecossistemas do mundo. Encontra em toda a América, desde o Norte até o Sul, no Uruguai, habita áreas de vegetação densa, tropicais e subtropicais, cerrado, caatinga e pantanal, e é afeita aos rios e à água; aprecia nadar e é um predador certeiro, de uma mordida fatal em suas presas, que não deixa chances à sobrevivência. “Tem uma mordida excepcionalmente poderosa, mesmo em

relação aos outros felinos, furando o casco duro de répteis como a tartaruga. Além disso, possui um método de matar incomum: ela morde diretamente através do crânio da presa entre os ouvidos, uma mordida fatal no cérebro.”<sup>36</sup>

Mas as onças eram caçadas não somente pelos perigos ao gado e à vida humana que o seu instinto trazia: antes deste episódio acima descrito por Koster, ele havia encontrado a pele do jaguar aberta e estendida na casa de um anfitrião, na mesma localidade de Santa Luzia (Mossoró-RN, que faz fronteira limítrofe com Aracati-CE). Dificilmente vencido num embate físico, os jaguares, como outros animais carnívoros de grande porte, ficavam suscetíveis às flechas e às armas de fogo, que pressupunham distância e vantagem para o humano (em defesa ou em caçada).

Notei uma pele de jaguar, a onça pintada, na linguagem da região, esticada sobre varetas de pau. Parecia ainda fresca. Entretanto conversa com o dono da casa, disse-me ele ter morto o animal a quem pertencia a pele, um dia antes, ajudado por três cães. Fazia grande devastação, especialmente entre as ovelhas, escapando sempre e nunca aparecendo no mesmo local duas vezes sucessivas. Na manhã precedente o homem saíra, como seu costume, com três cães. A espingarda estava carregada, mas não levava munição suplementar, além e sua longa faca à cinta. Um dos cachorros farejou o jaguar e seguiu até a fuma onde o animal estava. Atacado pelos cães, o jaguar matou um deles e feriu outro por ter se aproximado. O homem disparou sua arma quando o jaguar abandonava o covil e atingira o alvo. Vendo que o animal estava gravemente ferido, o homem precipitou-se contra ele, de faca, e matou-o. Ficou, durante a luta, dilacerado pelas garras da fera e conservava o braço amarrado na ocasião em que conversei com ele. Pediu-me um pouco de pólvora dizendo que outro Jaguar vagava nas vizinhanças. As peles são muito valorizadas no Brasil para colchinhos de selas. Estas, pela forma em que são feitas nessa região, exigem o colchinho, e a pele é empregada nesse fim. Possuo uma pele de jaguar que mede cinco pés e três polegadas de longo. A onça vermelha, *Felis concolor*, e a onça preta, *Felis discolor*, são mais comuns, mas a onça pintada, embora mais encontrada, é mais temida. (KOSTER, 2003, p. 160)

O interesse nas peles e a ostentação destas constituíam sinais de vantagens dos homens da região, que empreendiam caçadas com finalidades também comerciais. Dessa forma, ao narrar os incidentes que lhe acometem em sua viagem, Henry Koster traz marcas deste animal que, dada a sua característica particular, habitava áreas dentro dos seus habitats que guardavam águas. Em meio à caatinga, no sertão desta região, o Jaguaribe por certo atraía as onças e esta presença guardava efeitos nos indígenas nativos suficientemente fortes para que assim o denominassem: um rio *das onças*.

---

<sup>36</sup> FONTES: <http://www.zoologico.sp.gov.br/mamiferos/oncapintada.htm>, texto de Juliana Pinto Corrêa - Bióloga aprimorada do setor de mamíferos. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Onça-pintada>; consultados em Julho de 2011.

Hoje cortado por uma ponte que o sobrepõe, quando a expedição da Comissão Científica presidida pelo naturalista Francisco Freire Alemão chegou à cidade de Aracati, nos anos de 1859, o Jaguaribe era atravessado por canoas e barcos de pequeno porte. Vindos de Fortaleza, passando antes pela modesta cidade de Cascavel, cruzando o rio Choró, os membros da Comissão Científica chegaram a Aracati após uma trabalhosa travessia em canoas pelo rio.

Em 1856 o imperador Pedro II apoiou a iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) de criar uma Expedição Científica composta por naturalistas e cientistas brasileiros, preocupados em conhecer e estudar a geografia e potencialidades da natureza do Império<sup>37</sup>. Num território de dimensões tão grandiosas quanto o Brasil, a diversidade de paisagens, vegetação e costumes culturais, era certamente digna e necessária de ser apreendida através da ciência. Estudiosos de renome da Corte, no Rio de Janeiro, empenharam-se numa viagem ao interior do Brasil, seguindo suas premissas de investigação da natureza e das riquezas da nação, haja vista que a natureza era nesse caso, considerada a riqueza inexplorada e não-conhecida pelo discurso científico nacional. O naturalista Correia de Serra, fundador da Academia de Ciências de Lisboa, imprime uma noção pragmática na exploração, pelo conhecimento, dos recursos naturais da nação, o que corrobora com os sentidos que o Governo Imperial, junto ao IHGB, buscava efetivar, a partir da criação da Comissão Científica.

O primeiro passo de uma nação, para aproveitar suas vantagens, é conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, o que serão capazes. A História Natural é a única ciência que tais luzes pode dar; e sem conhecimento sólido desta parte, tudo se ficará devendo aos acasos, que raras vezes bastam para fazer a fortuna e riqueza de um povo. (SERRA, apud BARBATO, 2009, p.99)

O IHGB encaminhou ao titular da pasta do Império, em 17 de julho de 1856 os seguintes nomes como indicados para chefiar as cinco seções da Comissão: Francisco Freire Alemão (Botânica); Guilherme Schüch de Capanema (Geológica e Mineralógica); Manoel Ferreira Lagos (Zoológica); Giacomo Raja Gabaglia

---

<sup>37</sup> Em 21 de outubro de 1838 criou-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, inspirado no Institut Historique, fundado em Paris, em 1834. Desde sua fundação, o IHGB contou com a proteção e ajuda do Imperador Pedro II, que financiava viagens de expedições e pesquisas organizadas e empreendidas pelos membros do Instituto. Associavam-se figuras de proeminência na sociedade da Corte e no cenário literário e intelectual do Brasil. Nesse período inicial do Instituto, as premissas de pesquisa e produção de obras estavam alinhadas aos interesses nacionais de imprimirem (e fundarem) uma nacionalidade brasileira (monarquista, ainda, e elitista). GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “*Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o projeto de uma História Nacional*”. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos* n° 1, 1988, PP. 5-27.

(Astronômica e Geográfica) e - o poeta romântico - Antônio Gonçalves Dias (Etnográfica e Narrativa da Viagem). Francisco Freire Alemão (1797-1874), médico e naturalista do Rio de Janeiro, era iminente e respeitado botânico que já se havia notabilizado por vasta produção textual dedicada aos estudos de novas espécies da fauna do Brasil. O diário cuidadosamente escrito pelo chefe da comissão é que será aqui ‘visitado’, para colher nele as observações anotadas sobre os usos, a flora, o solo e a presença do Jaguaribe no cenário pelo qual a Comissão viajou entre os anos de 1859-1861. Acompanhando a mudança do ecossistema costeiro para a paisagem árida, ‘*lambida pelo fogo do sertão*’, Freire Alemão descreve um quadro do rio que atíça no leitor sensações; é (quase) possível sentir o calor da travessia ensolarada, o aroma dos ipês com cores fortes entre a caatinga seca, ouvir o vento entre as folhas altas das carnaúbas que marcam o baixo Jaguaribe. Deixando Aracati em direção a cidade vizinha, São Bernardo de Russas, o viajante é sensível à mudança de paisagem:

O sol era famoso e marchávamos pelo vale do Jaguaribe e pelo espaço de cinco léguas. Pelas duas léguas e meia primeiras era a vegetação quase a mesma que notei atrás: carnaúbas quase únicas e o mesmo pasto queimado e algumas lagoas e casas raríssimas, pouco gado exceto cabras, de que vimos bastantes, mas logo depois notamos quase abruptamente uma grande mudança: por entre as carnaubeiras, que começavam a ser mais raras, apareciam muitas árvores copadas, verdes e quase todas com flores. (FREIRE ALEMÃO, 2006, p. 110)

O olhar científico de Freire Alemão estava apto a perceber as particularidades da natureza, na longínqua Província, famosa por secas. A Comissão Científica iniciou pelo Ceará suas pesquisas exploratórias, acreditando haver ali abundantes minérios preciosos a serem encontrados. Outro ponto relevante para a escolha do Ceará foi ser esta umas das províncias do Norte, as quais, desde 1817 estiveram envolvidas e suscitando revoltas separatistas, contestando o Poder Central do Império, constituindo o Norte uma região distante e preocupante à corte. Dessa forma, conhecer a fundo, pelos olhares da ciência nacional, constituía o postulado no qual se baseava a dominação e integração dessa região ao corpo da nação.

Ademais, a Comissão Científica formaria um conhecimento e instituiria uma ciência feita pelos próprios brasileiros, inaugurando um saber nacional sobre a nação e inserindo o Brasil no rol do saber científico. Tendo a natureza do Brasil servido de campo para os estudos de diversas missões científicas européias, e de destino para viajantes naturalistas, que daqui retiraram informações e espécies valiosas para suas coleções particulares, o IHGB empenhou-se em criar uma paisagem brasílica própria,

através da comissão científica. Este *olhar* dos cientistas, sobre a natureza, se fazia também preciso para ‘confirmar’, circunscrever boatos e lendas de riquezas ‘perdidas’ na natureza das terras do Ceará. Assim, o universo oral e supersticioso do interior, marcado pela irracionalidade, seria filtrado, senão comprovado a partir da operação da observação rigorosa do cientista e de sua escrita, efetuando-se desta maneira a posse intelectual dos saberes e natureza locais.

As Instruções de Trabalhos da Comissão Científica de Exploração, adaptadas pelo Museu Nacional e baseadas nos ensinamentos da Academia de Ciência de Lisboa (fundada em 1779), continham orientações precisas sobre as formas de procedimentos para os membros da Comissão. Orientavam, também, sobre os produtos naturais e industriais a serem recolhidos, os locais a serem percorridos, as observações etnográficas que deveriam ser feitas, a produção de diários de viagens e desenhos; abordavam todo o instrumental teórico e prático das viagens (SANTOS, 2010).

O diário de Freire Alemão tem a proficuidade de ter sido escrito ao calor da viagem, carregando riqueza de detalhes, que neste caso, constituem a vantagem narrativa de afetar o leitor, mais de um século após a comissão arribar em Aracati, trazendo relatos de sua interação com as personagens que encontrava em sua expedição. Descortinando uma região desconhecida à corte imperial, o rio Jaguaribe aparece neste cenário não como um mero rio pelo qual passou a comissão, mas assume ares de ‘soberano’ (MACÊDO, 2006), no jogo de forças que a natureza cearense armava com os sertanejos ribeirinhos. As menções às enchentes do rio sobre a cidade de Aracati são várias, bem como as observações sobre a largura do rio e o volume de suas águas, denotando com isso o quanto estava atento o botânico fluminense ao valor das águas na região que estudava.

Clamei mui contente: “Estamos em Aracati”, que foi sempre descortinando-se e mostrando-se até que a vimos em toda a extensão sem vermos porém o rio. Chegamos à vargem, como as outras de um barro denegrado rachado, coberto de carnaúbas e limitado em nossa frente por uma porção mais elevada e arenosa e com alguma vegetação detrás da qual está o rio. Esta vargem é bastante larga e estava seca; começamos a ver algumas palhoças e depois entramos por uma cancela, espécie de barreira, donde avistamos o rio, e além dele a cidade. A maré está vazia e o rio só oferece a largura de talvez 59 braças e com fundo raso porquanto os cavalos apenas nadam umas quatro ou cinco braças no meio do rio; a passagem é em canoas.

As pessoas de pé vêm descalças e, arregaçadas as calças, entram no rio, pois na maré baixa a água se espraia muito e a canoa pela [pega] logo na areia [f.20] e os cavaleiros entram no rio até a borda da canoa e nela se apeiam, tiram os arreios do cavalo, o cavaleiro dentro da canoa e o cavalo fora, puxando por

cabresto até a canoa encalhar do outro lado, então sela-se de novo o cavalo, e o cavaleiro monta e sai do rio. (FREIRE ALEMÃO, 2006, p. 64)

Neste período, apenas mediante autorização municipal, era permitido que alguém construísse barca e dela se valesse para a travessia de viajantes, tropeiros e cargas, de uma margem a outra do rio. Esse espaço fluvial do Jaguaribe estava submetido à ordenação, numa lógica de controle dos usos e benefícios que o ribeirão poderia, ou não, fazer e ter do rio. Os códigos de posturas foram os mecanismos que o poder administrativo empreendeu para organizar e disciplinar o comportamento, o convívio e os costumes, dentro da esfera normativa local. A Lei nº 92 de 5 de outubro de 1837, expressa como os códigos de postura regulavam o uso e a ocupação do rio Jaguaribe em Aracati. Essa Lei, sancionada pelo presidente da província, José Martiniano de Alencar, concedia a José da Maia o privilégio de construir uma barca que, durante 20 anos, poderia ser usada para transporte no rio.

Art. 1. Fica concedido a José da Maia e seus herdeiros, por termo de 20 annos, o privilégio exclusivo para construir à sua custa uma barca que sirva de commoda passagem no rio Jaguaribe a qualquer hora do dia e noite, tanto para gente de pé, como montada, podendo até passar um carro carregado, puxado por três juntas de bois. A barca deverá ser forrada de cobre, e sua collocação será no porto chamado de José Alves, ou naquelle lugar que achar sufficiente, desde a Camboa, Cebço do Negro, para cima, até a ponta da Barreira Vermelha, ficando fronteiro a Villa do Aracaty. O privilegiado fica juntamente obrigado a pagar annualmente a câmara respectiva a quantia de 131\$000, importância orçada do rendimento que ella percebe da mesma passagem.<sup>38</sup>

Pela precisão da lei, podemos compor um quadro da dinâmica de travessia do rio: chegando o viajante de dia à noite, era possível, pela barca, alcançar a outra margem. Entretanto, o trajeto do viajante ficava à espera das marés, que determinavam o volume das águas e, se poderia ou não o viajante empreender a travessia com seus cavalos, bagagem e mercadoria. As dimensões dessa barca certamente eram grandes, visto que poderia transportar bois, cavalos, e ‘até passar um carro carregado’. Se o passageiro carregasse uma criança no colo, ficava determinado que pagasse 40 réis para fazer uso da barca; se, chegando ao porto, o viajante quisesse levar o seu cavalo para outra margem do rio, haveria de ter que pagar 70 réis. O comerciante que necessitasse levar seus produtos para o outro lado do rio, ou que fizesse uso do rio como um ‘caminho’ aquático para transportar mercadorias, teria que desembolsar 1\$600 contos de réis. Já para transportar os gêneros de primeira necessidade, pagar-se-ia 1\$000. No

---

<sup>38</sup> Códigos de Postura da vila de Aracati de 1837, pág. 152, Tomo I.

artigo segundo, a Lei é específica em determinar os preços para cada tipo de passageiro e para o que este pretendesse levar até o outro lado do rio:

Art. 2. Percebera por cada pessoa, que quizer passar na barca, sendo a pé 40 réis, e montado 70 réis. Excetuam-se as crianças que passarem nos braços de seus pais ou de outras pessoas que as carreguem (...); por cavalgadura carregada, 80 rs, por cabeça de gado vacuum ou cavalariço, 40 rs.; por cabeças de ovelhas, cabras e porcos, 10 rs.

Art. 3. A tropa em serviço publico e as munições de guerra ficão isentas de qualquer taxa.<sup>39</sup>

A travessia do Jaguaribe feita sobre a barca garantia ao gado uma travessia mais segura, visto ser a correnteza do rio afeita aos movimentos inesperados da maré, em Aracati. Assim, essas barcas usadas pelos viajantes funcionavam sob autorizações e leis que normatizavam os usos comuns do Jaguaribe e de sua ambiência. A pesca e a instalação de currais (caiçaras) dentro do rio para apanhar peixes, a extração das plantas, entre elas a abundante carnaúba, eram concessões reguladas pela Câmara Municipal, subscrevem práticas que efetivamente eram vivenciadas naquele espaço pelos moradores do Aracati, às margens do rio. No Artigo 65, da Lei nº 68 de Setembro de 1837, são definidas multas para todos aqueles que: *“Fincar balizas no rio desde a sua embocadura até a Passagem das Pedras, e que as não arrancar depois de se ter servido dellas, será multado em dezesseis mil réis e oito dias de prisão, e obrigado a arrancar as ditas balizas”*, na mesma pena incorrendo também *“os que botarem arvores, paos, ou garranxos no rio.”*<sup>40</sup>

A menção às carnaúbas, vegetação que marca a paisagem do baixo Jaguaribe, é também uma constante nos relatos dos viajantes que percorreram o rio próximo a sua foz. As plantas, objeto de interesse maior dos botânicos que viajavam ao interior do Brasil, foram meticulosamente descritas e classificadas de acordo com a taxionomia instituída pela ciência natural. Os usos que destas plantas faziam os ‘nativos’ das regiões, eram anotados e descritos com cuidado. A carnaúba<sup>41</sup>, que pela sua riqueza e

---

<sup>39</sup> Códigos de Postura da vila de Aracati de 1837, pág. 152, Tomo I.

<sup>40</sup> Código de Postura de Aracati, Lei nº 68 de 12 de setembro de 1837, Página 130, Tomo I.

<sup>41</sup> Carnaúba (*Copernicia prunifera*) é uma árvore da família Arecaceae endêmica no semi-árido do nordeste brasileiro. Os carnaubais formam florestas que tem predominância nas planícies aluviais dos principais rios do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Bahia, cumprindo importantes funções para a manutenção do equilíbrio ecológico da região, como a conservação dos solos, fauna, cursos d'água e mananciais hídricos. A cera de carnaúba é um produto usado em um grande número de indústrias. Algumas vezes chamada de "Rainha das Ceras", a cera de carnaúba tem um ponto de derretimento muito maior que outras ceras (78 graus Celsius), além de ser extremamente dura. Isso faz com que seja ideal para criar coberturas extremamente fortes para pisos, automóveis, entre outros. Adicionalmente, a cera de

variedade de usos, hoje é nomeada de ‘árvore da vida’, era utilizada na alimentação, construção de casas e currais, dentre outros fins, como observa Garner:

Légua e meia abaixo da cidade de Aracati, surge grande quantidade das palmeiras de carnaúba. Esta palmeira, da qual atravessei depois imensas florestas, alcança a altura de vinte a quarenta pés e, além de ser a mais abundante, é também uma das mais belas entre as de igual tamanho. As casas se constroem com um madeiramento feito de tronco da carnaúba e os espaços são tapados com tijolos. O tronco desta utilíssima palmeira é usado pelos habitantes para quase todos os fins a que se dos troncos plenamente crescidos, dura anos e anos, ainda quando exposta ao tempo. Por isso, com ele se fazem todos os currais de gado, cortando-se a madeira em sentido longitudinal. As folhas são utilizadas para grande variedade de fins, como albardas e chapéus, além de produzirem uma cera tirada das folhas novas, cobertas com uma cor verde-mar, sacudindo-as logo que se soltam da árvore. Cada uma fornece cerca de cinquenta grãos de um pó esbranquiçado que, reunido em grande quantidade, se põe numa panela e se dissolve ao fogo (...). Em tempo de penúria as folhas novas são partidas e dadas aos bois e cavalos para comer; e delas o povo faz para si, da parte inferior do tronco, uma espécie de farinha. (GARDNER, 1975, p. 82)

Uma planta com tão variados usos, não passaria despercebida pelos naturalistas, sedentos de conhecimentos sobre a natureza que pudessem também adquirir validades comerciais. A lógica capitalista que ora se estava instaurando carecia de matéria-prima para a sua produção. Sendo fonte de alimento, os troncos usados para construir casas, as folhas para confeccionar chapéus e dar sombra ao agricultor, e a cera que revestia as frutas e dando-lhes sabor e durabilidade, a carnaúba era uma planta que os moradores daquela região souberam extrair muito do que precisavam para subsistir frente aos movimentos inconstantes da natureza. Mesmo em tempos de carência extrema, quando os moradores mais pobres da cidade de Aracati não encontravam a farinha de mandioca para acompanhar a refeição, o viajante europeu apreende que a farinha da carnaúba era a única saída para a falta de outros alimentos. Retirava-se do rio o peixe, e, a este, misturava-se a farinha extraída da carnaúba. Encontradas nas cidades do vale do Jaguaribe, as carnaúbas aparecem nas anotações do diário de Freire Alemão como parte de uma paisagem própria do Jaguaribe. Ao adentrar mais centrais do vale, Freire Alemão chega a afirmar que o rio *vai perdendo o seu caráter* e adquirindo o aspecto de sertão, formando um quadro natural certamente estranho ao viajante fluminense, afeito às paisagens costeiras.

O vale, ou ribeiras, do Jaguaribe, nesta viagem do Tabuleiro a S. João, nos apresentou já certa mudança; já não eram essas vargens largas e planas como um terreiro, mas sim semeadas de morros, ou pequenas colinas, mais ou menos



pedregosos (gnaisse, quartzo, seixos rolados) e por entre os quais o vale é coberto de matas de caatinga, com pasto seco, por baixo raras ou nenhuma carnaúbas, por onde passávamos. As matas são de *pau-branco*, que estão quase desfolhados, e as folhas que restam murchas ou secas, carregadas de fruta; *pereiros* quase sem folhas. (...) Marchávamos pelo vale do Jaguaribe, que perdia sempre o seu caráter tomando o aspecto do sertão; isto é, ia-se tornando mais montuoso, mais pedregoso; o rio já apresentando lugares com lajes, ou grandes blocos de rochas graníticas, a vegetação tomando também outra aparência: diminuem as carnaúbas e aparecem caatingas e tabuleiros. (ALEMÃO, 2006, p. 162)

São João do Jaguaribe está localizado ainda na micro-região do baixo Jaguaribe, entretanto, a pouca distância da costa, faz sentir o aumento da vegetação arbustiva e do calor. Montes pedregosos de rochas esparsas destacavam-se na paisagem cada vez mais desabitada de casas e do gado. Uma paisagem marcada pelas rochas claras, esparsamente coberta de carnaúba e de uma rala vegetação rasteira, excetuada da presença humana. Assim foi que o pintor da Comissão Científica, o Reis, que percorreu o vale do Jaguaribe juntamente com Freire Alemão, pintou a paisagem ‘típica’ na cidade de Russas, quando já se começa a verificar as mudanças apontadas por Freire Alemão no quadro natural demarcado pelo rio Jaguaribe.



**Imagem 1- Aquarela de José dos Reis Carvalho**, pintor da Comissão Científica, retratando a localidade de Pedras Russas (Russas), Ceará em 17 de setembro de 1859. FONTE: Arquivo do Museu Nacional.

A pintura retrata o aspecto *tristonho* que a paisagem ia assumindo, o terreno assolado pelo sol que Freire Alemão qualifica: “parecendo ter aí passado o fogo, o leito do Jaguaribe apresentando-se já com porções pedregosas, com grande calor e coberto de poeira” (ALEMÃO, 2006, p. 131). As altas carnaúbas destacam-se raras, em meio às brancas rochas que deram nome à localidade: *Russas*, ou, alvas. Nenhum animal e



verde, em meio ao cinza queimado da caatinga, planta que resiste ‘bravamente’ ao verão e às secas. É que ‘há no Ceará árvores que zombam da seca’<sup>42</sup>... Aí, ante essa visão, uma sombra na paisagem desolada da terra seca, aberta em fendas finas, sedentas de qualquer umidade, o observador desloca o olhar, e leva o pensamento às memórias de outros tempos. Tempos verdes, com várzeas encharcadas e cobertas de feijão, mandioca, abóbora, milho. Tempo de cacimbas cheias, de pasto bom e de ‘farturas’.

É em março que a vida do sertanejo cearense começa a amainar-se das angústias pela falta de água e pela ânsia por chuvas, como narra o geólogo Dr. Fried Katzer. Desejoso de ficar conhecendo esse Estado costeiro do Brasil, “que não é grande, mas é relativamente populoso”, Dr. Katzer aproveitou-se da Estrada de ferro de Baturité, construída nos anos de 1870. Essa via férrea atravessava o sertão, saindo da serra de Baturité, passando por Quixeramobim, Senador Pompeu, na microrregião denominada hoje de sertão-central ou mesorregião dos Sertões Cearenses, e finalizando o percurso na cidade do Crato, no vale do Cariri. Era o ano de 1897. Vindo do Pará, onde esteve a serviço do Museu Paraense Emílio Goeldi, não é de admirar a observação sobre o Ceará, feita pelo Dr. Katzer: ‘um estado pequeno porém relativamente populoso’, se os parâmetros de comparação eram os vastíssimos e imensos estados amazônicos, onde as populações eram raras e poucas em meio a floresta. Adiante, o interesse deste geólogo sobre as terras do Ceará extrapolou o exame da ‘moderna história geológica’ do solo, e este produziu um artigo que apresenta observações sobre as “*Paizagens do Ceará*”, publicado na Revista Trimestral do Instituto do Ceará no ano de 1903, por intermédio e esforço de tradução do Barão de Studart.

Percebendo que o clima era o fator de maior dimensão na vida dos que viviam sobre essas terras, o geólogo assinala: “O clima, sobretudo, é importante, pois elle é que decide do elemento, que aviventa a paizagem – o trajar vegetal” (F. Katzer, 1903). Fazendo-se em uma ‘Terra de Sol’, o Ceará tem predominantemente um clima seco, movendo-se em contrastes que marcam as memórias daqueles que o viajante encontrou em seu caminho pelo sertão. De forma que se sobressaem referências aos anos de cheias e inundações, juntamente com os de grandes secas, num mesmo plano de agruras trazidas pela natureza, sobrepostas ao sertanejo ciclicamente, no intervalo das duas estações que, conforme qualifica Gustavo Barroso são

---

<sup>42</sup> É que “há no Ceará árvores que zombam da seca; citarei de preferência uma – o juazeiro” (CAPANEMA, 2006, pág. 211).

Duas estações, quase sempre mentirosas e irregulares, existem nessa região: a seca que vai de junho a dezembro e o inverno que vai de janeiro a junho. Naquela se vive dos recursos que esta deixou. Liga-as, portanto, a mais estreita e íntima interdependência. (BARROSO, 2006, p. 3)

A paisagem do vale do Jaguaribe é drasticamente alterada, conforme caem as primeiras chuvas de janeiro a março. Conta o estudioso do folclore brasileiro Câmara Cascudo, no seu *'Dicionário do Folclore Brasileiro'* (2001, p. 309) que o 'inverno' do sertão pode começar de janeiro até o dia 19 de março, quando São José<sup>43</sup>, patrono das chuvas, abre suas comportas e deixa cair o líquido precioso sobre as paragens sedentas dos sertões do nordeste brasileiro. A ligação de São José com as chuvas vem da tradição criada pelo trabalhador dos campos de plantar o milho na véspera do seu dia (18 de março). Quando o inverno é regular, todo o milho plantado na véspera de São José é colhido na véspera do Dia de São João, 24 de junho. Folgedos são brincados quando as águas começam a cair a partir desta data, e homenagens são rendidas ao santo, que recebe preces ansiosas junto com os festejos alegres, num indício de que para o ano corrente, haverá um bom verão. Os campos semeados outrora, ainda no período da estiagem, frutificam, e as reservas de grãos começam a ser colhidas, na esperança de que essa mesma chuva, benfazeja, não devaste as plantações que veio a vivificar.

Assim é que a vida sujeita aos 'caprichos' e desmandos da natureza, obedecia, no tempo da passagem do Dr. Katzer pelo Ceará, a intempéries: carência e imoderado excesso de água. O sertanejo aprendera e acostumara-se a olhar o céu, saber predizer se vinha a chuva, e a ouvir os sons que podiam sinalizar chuvas ou pouco inverno<sup>44</sup>.

Todas as manhãs, cingindo ao lado da bruaca de provisões, (às vezes alguns punhados de farinha de macambira e rapadura), segue para o mato, onde passa o dia queimando o facheiro, chique-chique, para fazer a comida de seu gado que cada dia vê diminuindo, voltando às ave-maria com feixes de ramos para as rezas cahidas e em trato nos currais.(...) Nessa imensa luta com a natureza vê elle chegar o fim do prazo, passar Março, entrar Abril, sem que o céu mude de aspecto; então, quando as carniças e arcabouços, empestando o ar, assinalão

---

<sup>43</sup> São José, não por acaso, é o patrono do Estado do Ceará!

<sup>44</sup> Há, no sertão, homens que são conhecidos como 'profetas da chuva'. São pessoas que estabelecem um sensível contato com o a natureza semi-árida, e que identificam os sinais do tempo nas plantas, nos sons produzidos pelos animais, na floração e frutificação das espécies vegetais, proliferação dos animais, na observação do céu e no movimento dos animais. Os 'profetas das chuvas' possuem legitimidade diferenciada da dos outros sertanejos, na leitura que fazem do mundo natural dentro do sertão do Ceará, sendo creditado a eles um saber empírico que não passa pela relação sobrenatural com o meio, mas por saberes tradicionais, forjados numa cultura que lê e estabelece os muitos significados enunciativos nos/dos movimentos da natureza. Ver: RIOS, Kenia: *"Engenhos da memória: narrativas da seca no Ceará"*, 2003; MONTENEGRO, Abelardo: *Ceará e os profetas das chuvas*, 2008; GALENO, Alberto. *Seca e Inverno nas Experiências dos Matutos Cearenses*, 1998

por toda parte o aniquilamento da criação, o misero, já abatido de forças, fica completamente desenganado, ou antes o infortúnio esmaga-o moralmente; quase que não pensa mais, somente o instinto de conservação que o impelle a deixar o torrão natal; mas, ainda assim, é com lágrimas que se despede do seus últimos e inúteis haveres, a casa, o roçado do rio, vasto recinto de solo poeirento, e os currais de porteiras fechadas. (JOFFILY, I. apud VIEIRA JR., 2002, p. 3).

Numa lógica cíclica, o sertão sofria, não sempre, não todos os anos – com os desajustes nessa corrente natural. Se caíssem chuvas regulares, mesmo que poucas, entre os meses de março a julho, o verão não castigaria tanto e o gado teria água para beber e pasto para comer. Narra o cronista e historiador paraibano Irineu Joffily, em suas ‘Notas sobre a Parayba’<sup>45</sup>, escritas no fim do século XIX, que o sertanejo olharia a paisagem triste que o rodeava, porém não ouviria o grunhir dos abutres rondando o gado moribundo, e não seria obrigado a deixar sua terra, numa migração incerta para o litoral e a Capital. Entretanto, caso as chuvas não viessem, morreriam os meses de abril a junho sob um céu inclemente, num silêncio soturno que ‘diria’ toda a aflição que a falta de águas trazia.

Nas várzeas extensas que prolongam os rios, onde as carnaubeiras guardam a memória do seu sofrimento nas grandes secas passadas em cada cintura do caule atrofiado à falta de seiva, o carnaubal, abandonado de frutos e dos pássaros, sussurra dolorido, saudoso; entristece, murcha, acinzentada-se. (...) Todo o sertão é uma grande tristeza, na cor, no silêncio, no aspecto. (...) Qualquer som que quebra o silêncio é mais triste que o próprio silêncio. (BARROSO, 2006, p. 5)

A paisagem carregada de sentimento pôde, nos escritos de Gustavo Barroso, assumir humanidade frente ao flagelo iminente da seca que se formava, confundindo-se o humano e o natural num quadro onde todos estavam num mesmo plano de tristeza. Um espaço onde homem e natureza são equiparados, solidários no sofrimento. “Veio o sol. Os moldes ficaram endurecidos, cosidos à carnícula; os bordos rijos espetam e cortam; *só a planta rude e cascuda do sertanejo pisa por ali em fora*” (BARROSO, 2006, p. 5, grifos meus). Homem e meio natural tornam-se ‘unos’ na rudez que a seca coloca o sertanejo frente ao sertão. As carnaúbas choram ante as memórias de outras secas, avisadas já da iminência de morte que ‘lhes’ assomava nos meses seguintes. Os pés do homem, castigados pela aspereza do solo, calcados num solo de granito revestido

---

<sup>45</sup> *Notas sobre a Parayba* (1892), de Irineu Joffily, mereceu de Capistrano de Abreu longo prefácio. Sua descrição da geografia e história da paisagem do sertão foi assimilada por Euclides da Cunha quando da elaboração de *Os Sertões* (1995, p.72, 120): “singulares boqueirões, tão lucidamente vistos por Joffily” (MELO, 2008, p. 9) Disponível em [www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais).

de caatinga espinhosa, torna-se *planta rude e cascuda*, a ‘única’ capaz de pisar insensível tamanha aridez, tornado mais resistente e duro o sertanejo que qualquer outro elemento dentro do espaço do sertão. Numa descrição literária do meio cearense, Gustavo Barroso define o Ceará como a ‘Terra de Sol’ (1912), (num sentido de atribuição, de remeter as características naturais e culturais do Ceará ao clima, a um sol fulgente e abrasador) marcada pela alternância cíclica de seca e inverno. Descrevendo literariamente o desenrolar desse câmbio, onde a seca traz apenas malefícios e o inverno felicidades, as incertezas quanto ao tempo dão às águas o papel de graça maior a que se pode ter, bênção que vindo dos céus, ‘de Deus e de São José’, desfaz a “amargura da face triste do sertão”. Na descrição de Gustavo Barroso, essa alegria tem ares singelos de um mundo em festa, “tudo está alegre, seivoso e vivo. A terra como que ressurgiu de suas próprias cinzas (...) tudo sorri, a selva, o prado; a várzea aos beijos do sol. Veio a chuva, tudo mudou.” (BARROSO, 2006, p. 26)

O leito do Jaguaribe, para o seu vale e sua bacia hidrográfica, constituía o receptáculo e o canal por onde as pessoas extraíam a água, e o meio por onde recebiam muitas das benesses das chuvas, como o plantio em sistema de vazantes, poços para pescaria e terras férteis. Considerando que até meados do século XX o Jaguaribe ainda não era um rio (dito) perene e não armazenava por muito tempo grandes quantidades de água, suficientes para livrar de uma seca mais séria suas ribeiras, seu leito passava boa parte do ano seco:

As várzeas de rios, particularmente no Jaguaribe são férteis (...) (porém) a rigor o Ceará não possui correntes constantes que se possa chamar rio: possui apenas valles numerosos que em tempos de chuvas se enchem de água, no verão se dissolvem em tanques e poços, e não tardam a seccar de todo. (KATZER, 1903)

Entretanto, o seu solo ainda conservava por algum tempo, nos meses secos, umidade capaz de abrigar poucas plantações e proporcionar cacimbas, que eram cavadas, e distribuída a água dali retirada ao gado e às pessoas. Descreve Gustavo Barroso: “o último recurso na luta contra a seca é a cacimba. A cacimba é profundamente cavada no solo, toda cercada em torno para que, das ribanceiras, os animais não tombem” (BARROSO, 2006, pág. 16). Nas mais secas regiões do Estado, pelas paragens dos Inhamuns, em Tauá, onde começa o curso do Jaguaribe, foi promulgada uma lei no ano de 1893, que determinava a aplicação de vinte e quatro horas de prisão e o pagamento de dois reis para “os que se lavarem nas cacimbas daonde os povos tiram água para beberem, ou nellas lavarem roupa ou outra qualquer cousa,

que torne a água incapaz de beber, ou lançarem imundícies nas caimbas de gado”.<sup>46</sup> Dessa forma, podem-se antever menções, de variadas ordens, nas quais as cacimbas aparecem como recursos preciosos. O poder advindo da posse da água se manifestava no domínio da cacimba. Fonte preciosa do escasso líquido, as cacimbas se distribuíam distantes, espalhadas pelo sertão. Embora houvesse um entendimento da água como um bem comum, que não se podia negar, os donos e administradores de cacimbas exerciam suas arbitrariedades e a alguns impediam o acesso, beneficiando-se de muitas formas do ‘poder’ de possuir a água.

Verão e inverno compõem os necessários movimentos para essa natureza do Ceará, marcada por poucos movimentos sazonais; havendo em moderadas quantias, ambos representam a satisfação, de forma que o regulador maior da vida e da sobrevivência no sertão é a água. Excedendo o tempo e a quantidade, tanto as águas, quanto a falta delas, traziam vicissitudes. Males que receberam tratamentos distintos por parte dos estudiosos e, sobretudo, da política local e nacional, as secas e as enchentes afetaram e marcaram de forma indelével o vale do Jaguaribe no sertão do Ceará. Após a grande estiagem dos anos de 1877-79, a seca rapidamente tornou-se a bandeira que ligava a província do Ceará ao governo central (Rios, 2006, pág. 13), sendo o problema exaustivamente discutido nos meios políticos e intelectuais, que buscavam explicações e soluções definitivas. Significados múltiplos para o Ceará a seca foi assumindo ao longo de um século, que culminaram com a alardeada perenização do rio Jaguaribe, após a construção do açude Orós (1961), proclamado como a ‘salvação do Nordeste’. Salvação por certo das secas, mas que trazia também a solução para o mal das enchentes constantes do Jaguaribe, regulando em definitivo o seu fluxo.

No fim do século XIX, a seca assumiu a face da maior miséria cearense, tornando-se responsável pelo ‘atraso’, bem como por trazer o Ceará para o centro das preocupações nacionais, num processo de causa e efeito em que a seca acabou por definir a face do Ceará. Num dado imaginário comumente verificável, o Ceará é considerado ainda hoje uma terra de secas, porquanto “o discurso da carência do líquido modelou uma certa imagem para o Ceará e para o cearense. Há uma memória coletiva em torno do castigo da seca, mesmo considerando que seus períodos são mais raros que os de chuvas” (RIOS, 2006, p. 33).

---

<sup>46</sup> Regimento Interno da Câmara Municipal de São João dos Inhamuns (Tauá) do ano de 1893, assinado pelo Intendente municipal Benoni Telles de Sousa Valle; Artigo nº 15.

A seca e a enchente constituem o *excepcional*; aquilo que excede, que foge ao ciclo do que seria a normalidade ‘natural’ da vida e da subsistência dentro da ambiência do Jaguaribe; quando o rio transpõe ou míngua as medidas agradáveis e necessárias aos usos de suas margens. É o excepcional que acaba por marcar de maneira mais contundente as memórias e o imaginário sobre o sertão do Ceará, criando-lhe feições que o flagelado das secas acabou por estampar e personificar nacional e internacionalmente, seja na política, na literatura, na música ou no cinema.<sup>47</sup> A seca venceu a enchente em termos de maior apelo político; visto que a enchente se fazia de abrupto, avassaladora e inesperada, a seca podia ser remediada, arremedada de seus malefícios devastadores pela ação do homem. Às secas cabiam projetos e ações humanas para garantir a subsistência dos que lhes eram mais suscetíveis. Obras que visavam o aproveitamento da mão-de-obra dos flagelados proliferaram no Ceará, aparecendo como solução e alternativa interessante aos políticos para tratar do assunto.

Acertara a Comissão de Socorros em substituir a esmola depressora pelo salário emulativo, pago em rações de farinha de mandioca, arroz, carne de charque, feijão e bacalhau, verdadeiras gulodices para infelizes criaturas, açoitadas pelo flagelo da seca, a calamidade estupenda e horrível que devastava o sertão combusto. Vinham de longe aqueles magotes heróicos, atravessando montanhas e planícies, por estradas ásperas, quase nus, nutridos de cardos, raízes intoxicantes e palmitos amargos, devoradas as entranhas pela sede, a pele curtida pelo implacável sol incandescente.

Na construção da cadeia havia trabalho para todos. Os mais fracos, debilitados pela idade ou pelo sofrimento, carregavam areia e água; aqueles que não suportavam mais a fadiga de andar amoleciam cipós para amarradio de andaimes; outros menos escarvados amassavam cal; os moços ainda robustos, homens de rija têmpera, superiores às inclemências, sóbrios e valentes, reluziam de suor britando pedra, guindando material aos pedreiros, ou conduzindo às costas, de longe, das matas do sopé da serra, grossos madeiros enfeitados de palmas virentes, de ramos de pereiro de um verde fresco e brilhante, em festivo contraste com o sítio ressequido e desolado. E davam conta da tarefa, suave ou rude, uns gemendo, outros cantando álacres, numa expansão de alívio, de esperança renascida, velhas canções, piedosas trovas inolvidáveis, ou contemplando com tristeza nostálgica, o céu impassível, sempre límpido e azul, deslumbrante de luz. (OLÍMPIO, 1989, p. 1)

---

<sup>47</sup> Sobre a construção de uma idéia de nordeste/nordestino atrelada às imagens de seca, violência e ao atraso (nos movimentos artísticos e intelectuais do século XX), escreve a historiadora Lúcia Lippi: “Seca, cangaço, messianismo, lutas entre famílias fundam a própria idéia de Nordeste. As obras de denúncia que desde os anos 1930 falam da região trazem como personagens típicos o cangaceiro, o beato, o jagunço, o coronel, todas figuras de um mundo decadente mas que ainda resiste aos novos tempos. O Nordeste como espaço de identidade recebeu a contribuição do movimento regionalista de 1926, com Gilberto Freire à frente, e da geração de romancistas - José Lins do Rego, Raquel de Queirós, Graciliano Ramos entre outros - que nos anos 1930 passou a descrever em tom realista as condições de vida e os impasses da sociedade da cana-de-açúcar no litoral e da seca no sertão” (Cf.: OLIVEIRA, ‘A invenção do Nordeste’ CPDOC - <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Nordeste>).



Na prosa naturalista do escritor cearense Domingos Olímpio, autor do romance ‘Luzia-Homem’, publicado no ano de 1903, as histórias dos sertanejos afligidos pela seca dos anos de 1877-79 se dão em torno da construção da cadeia pública, na cidade de Sobral. A ajuda que as autoridades forneciam à população havia sido revertida em gêneros alimentícios, mais efetivos que o dinheiro na luta contra a fome, evidentemente, conforme a narrativa de Domingos Olímpio. A solução encontrada fora ocupar os ‘retirantes’ em trabalhos que lhes garantiam alguma subsistência, nos tempos da carência extrema, trazida pela seca; essa solução era duplamente vantajosa para as autoridades, pois, além de lograr resolver o problema do grande contingente de flagelados que abundavam nas cidades, assegurava, com uma mão-de-obra ‘gratuita’, empreender obras necessárias a ordenação e manutenção do poder público<sup>48</sup>.

O sertanejo, ao olhar para o sol – um sol impassível ante os ‘martírios’ daqueles que sofriam com a falta de chuva, de água e alimento – se punha quase sem esperanças, e baixava a face para a terra seca, volvendo ao trabalho nas obras da cadeia pública. Este triênio de estiagem no Ceará causou grande comoção nacional, chegando o imperador Pedro II a afirmar que: “vendam-se as jóias da coroa, mas não morra de fome um cearense” (apud Rios, 2006, p. 15). A seca de 1877-79 obteve, conforme Durval Muniz de Albuquerque Jr., “grande repercussão nacional pela imprensa e foi a primeira a atingir setores médios dos proprietários de terra, trazendo um volume considerável de recursos para as vítimas do flagelo. A seca tornara-se a partir daí o problema de todas as províncias e, depois, dos Estados do Norte” (Albuquerque Jr., 1999, p. 70).<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> Para o Seu Raimundo de Adálio, pescador nascido em 1937, a memória da seca de 58 foi narrada como ‘o tempo de trabalho do governo’, sugerindo com seu depoimento o quanto a prática de ocupar a mão de obra dos flagelados em obras públicas, estava já arraigada e costumeira como a ‘grande’ política dos governos locais: “58 não houve inverno, aí houve um serviço de uma rodagem de Jaguaribara velha pra Jaguaribe. A alistação em Jaguaribara chegou dia 13 de maio, dia de nossa senhora de Fátima, me alistei eu e um cunhado meu, Dedé. Aí declarou-se a seca, o governo botou o serviço e ninguém ganhava dinheiro não, recebeu tudo no fornecimento, carne de gado magro, e farinha, ninguém viu dinheiro”, completa dizendo que o dinheiro ficou todo para o chefe da obra na rodagem, mas que a sua sobrevivência foi garantida pelo alimento que recebeu do Governo durante o tempo de seca (entrevista gravada em 01/08/08, na cidade de Nova Jaguaribara).

<sup>49</sup> O fenômeno das secas ensejou o surgimento de um fenômeno político denominado ‘indústria da seca’. O ‘problema da seca’ no Nordeste encobriu por muito tempo interesses escusos daqueles que tinha influência política ou eram economicamente poderosos, os quais procuraram eternizar o problema e impedir que ações eficazes fossem adotadas. Vale frisar que o objetivo desta dissertação é evidenciar como o vale do rio Jaguaribe no Ceará foi historicamente marcado por movimentos naturais de secas e enchentes que culminaram em esforços das autoridades para domar, pela técnica e ciência, a natureza deste rio; políticas cujo projeto final e dito efetivo foi a sua perenização através da construção do Açude Orós. Não seria possível tratar do rio Jaguaribe furtando-se de escrever sobre as secas, entretanto, não cumpre aqui detalhar aprofundadamente a questão. Vasta bibliografia há sobre o assunto (consultar lista de referências ao final desta dissertação).

As autoridades buscavam exercer um forte poder para controlar os retirantes em Fortaleza e em cidades como Sobral (cenário do romance ‘Luzia-Homem’), visando ‘proteger’ a ordem e os setores ricos afastados dos perigos que os flagelados representavam. Adiante, já nas secas do século XX, foram estabelecidos campos de trabalho próximos às estações de trem, onde os retirantes eram isolados e confinados, a fim de receberem do governo assistência médica, comida e trabalho. Entretanto, “encurralados, milhares de retirantes [ficavam] a morrer de fome e doenças”. (RIOS, 2003, p. 41) Na seca do ano de 1932, inserido num projeto em que mais seis campos espalhados por outras localidades do sertão e capital foram erguidos, instalou-se um campo de concentração no vale do Jaguaribe, no antigo município de São Mateus (hoje, Jucás), vizinho a estação de trem de Cariús<sup>50</sup>.

A seca andava de mãos dadas com a fome e, em busca de fugir da carestia alimentar, os sertanejos migravam para centros urbanos. Procuravam o poder público e vagavam pelas ruas, em busca de algum auxílio. “Na seca de 1877, quando não havia Estações [de trem] no sertão, as famílias perdiam parentes pelos caminhos empoeirados da caatinga” (RIOS, 2001, p. 13) de forma que o quadro narrado por Domingos Olímpio enseja um cenário vivenciado por muitos. Em se tratando de uma ficção naturalista, esse sertanejo é endurecido, assume ares de herói frente às crueldades da seca – esses “magotes heróicos”, que “atravessavam montanhas e planícies, por estradas ásperas” com seus pés descalços, deixando parentes moribundos pelos caminhos do sertão, até chegarem a algum ponto onde o governo estivesse a oferecer ‘assistência’. Aí se aglomeravam e se punham a mercê do que ‘a sorte’ os destinasse. O homem ‘animalizado’, desnudado de moral ante a fome que a seca provocava, foi descrito por Rodolfo Teófilo no seu romance ‘*A fome: cenas da seca no Ceará*’, lançado no ano de 1890. Insano pelos efeitos da fome que a seca de 1877-79 calcinava, o personagem chega a conservar durante três dias o corpo morto de um bebê, de cuja carne se alimenta. O homem voltando ao seu estado primitivo em decorrência das adversidades de sua existência é impelido apenas pelo desejo de saciar uma das suas necessidades primárias: a fome!

---

<sup>50</sup> Campos criados pelo governo para conter, disciplinar e manter reclusos os flagelados das secas que se abatiam sobre o Ceará, em 1915 e 1932, especialmente. Estes campos eram distribuídos em pontos estratégicos, e para lá foram enviados os flagelados, que eram vigiados. Havia também uma área de discursos do Governo, que afirmavam a validade dos campos para dar suporte de alimentação e apoio de proteção, além da assistência médica. Entretanto, lá ficavam à mercê da morte, do tempo e das doenças, milhões de retirantes. RIOS, Kenia. *Campos de Concentração no Ceará: Isolamento e Poder na Seca de 1932*, 2001. Esses campos são também citados em muitas obras, dentre elas *O Quinze* (1930), de Raquel de Queiroz, que obteve impacto no cenário literário regionalista e nacional.

Ante esse quadro de desespero, levado à beira do fantástico por Rodolfo Teófilo no romance ‘*A Fome*’<sup>51</sup>, é de se aquilatar o valor das chuvas regulares para o sertão e o poder que a posse da água representava para o Ceará.

A ‘natureza’, nas obras literárias, jornalísticas e nas crônicas que retrataram o homem diante da seca de 1877, tem uma face bem distinta da ‘natureza’ romanticamente descritas por José de Alencar, por exemplo, em seu romance ‘*O Sertanejo*’ (1875). Aí, as tensões desaparecem num cenário onde há equilíbrio nas relações sociais e no meio natural. Retratando o que José de Alencar instituiu como ‘tipo característico’ do sertão nordestino, o sertanejo/mestiço do autor reconhece o seu lugar na hierarquia senhorial, o que garante que a ordem ‘natural’ seja mantida e as ‘identidades’ sejam continuamente reforçadas. No universo rural do sertão, os senhores (homens brancos) possuem a terra e a moral que lhe confere autoridade sobre o mestiço trabalhador, leal e de forte compleição física. A natureza do sertão aparece como disposta a oferecer o necessário, para o homem que nela trabalha com afincado sobreviver satisfatoriamente, ou até mesmo com enlevos de felicidade, numa relação em que a bondade do senhor proprietário da terra, e a ‘bondade da natureza’, transposta em fertilidade da terra (caso lavorada), se confundem e se imiscuem. Há uma profunda relação entre a terra e a ordem senhorial que, no quadro descrito por Alencar, atribui ao sertanejo (homem *do* sertão) o lugar de obediência resignada, simplicidade, valentia e denso conhecimento da natureza que o cerca. Assim, no romance *regionalista* do escritor romântico, a ordem social se estabelecia ‘naturalmente’, numa ligação harmônica com a natureza, onde “as relações sociais no sertão e as possibilidades oferecidas pela natureza identificavam-se umas com as outras de tal forma, que as rupturas só poderiam ser pensadas em função da quebra de um ciclo natural, o que efetivamente ocorre em 1877, com a seca. Somente após esta data, portanto, o sertão aparece [na literatura] como “hostil” ou “inóspito”, palco ressequido de uma vida de sofrimentos e resignação” (NEVES, 2002).

---

<sup>51</sup> Os romances dos escritores cearenses Teófilo e Olímpio aqui citados estão inscritos na corrente literária denominada ‘Naturalismo’. Escola cujas obras se baseiam numa observação apurada da realidade, tencionando demonstrar que o homem é determinado pelo seu meio e pela hereditariedade, os romances naturalistas viam no comportamento do ser humano traços de sua natureza animal e exploravam temas como o desequilíbrio que leva à loucura, criando personagens que eram dominados por seus instintos e desejos mais prementes. Ainda sobre este assunto, assinala Frederico de Castro Neves, em estudo a respeito dos olhares da camada intelectualizada do país sobre a seca de 1877-79: “o romance, *A Fome* de Rodolfo Teófilo (1953-1932) – farmacêutico/jornalista/poeta/político/romancista/botânico, é, de fato, seu principal investimento intelectual e sua principal arma de combate político” (NEVES, 2002). Rodolfo Teófilo fez anotações sobre a cidade e o cotidiano marcado pela calamidade da seca, que ajudaram a retratar o cenário e os personagens que observava.

É significativo, então, que a grande seca de 1877 marca outra/nova maneira da elite intelectual e administrativa cearense representar e descrever a natureza do sertão, contribuindo, como já foi salientado, para a instituição de um imaginário comum de ‘sertão’ como *lugar da seca*, do atraso, de uma natureza ‘perversa’, hostil, que castiga, adversa ao homem forte e resignado que a ela resiste, mas que, por outro lado, se vê continuamente obrigado a emigrar. São fundados e estabelecidos outros perfis para os homens e o meio dos sertões do Ceará, carregando de estigmas e de traços delineados sob a uma ótica elitista. Este processo de *deslocamento* do homem do sertão para a cidade acaba por corrompê-lo, visto que é rompida a ordem e o lugar natural/social do sertanejo que vive do/no sertão. O ‘des-locar’ traz um não lugar para esses ‘retirantes’, ‘perdidos e famintos, vagando pelas ruas com olhares desolados...’ Perdem, com a migração para as cidades, as referências identitárias e morais que os ligavam ao meio natural.

Apesar de afetar todo o Ceará, a seca poderia atingir de maneira diferenciada as regiões cearenses. Aracati, por exemplo, às margens do rio Jaguaribe, resistia com menor dificuldade ao flagelo, pois desenvolvia outras atividades econômicas além da agricultura e da pecuária, como exportação de algodão, além de comercializar os bens de consumo recebidos de Recife e da Europa com a região central do vale do Jaguaribe. Também o Crato, no Cariri, área com reservatórios de água e nascentes, onde alguns engenhos de cana-de-açúcar se estabeleceram, recebia contingentes populacionais na época de escassez de chuvas. “Mas nas regiões do Sertão, de economia baseada na pecuária e na agricultura, a seca significava morte ou deslocamento. Os rebanhos eram conduzidos para outras paragens, como o Piauí, em busca de um melhor pasto” (VIEIRA JR., 2002, p. 9). Assim, a seca representava para as populações de muitas áreas do vale do Jaguaribe um tempo de abandono da terra ‘natal’ de migrações temporárias... ou definitivas!

Membro da já citada Comissão Científica, que percorreu o Ceará nos anos de 1859-61, Giacomo Raja Gabaglia mais tarde escreveu, ao ‘calor’ das discussões e considerações durante a seca de 1877 ‘*Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da província do Ceará*’, publicados pela Tipografia Nacional no Rio de Janeiro, onde tece descrições sobre a província e o fenômeno que a assolava, buscando apontar ações que civilizariam e trariam progresso ao sertão ainda tão mal administrado

e atrasado.<sup>52</sup> Vale ressaltar que para Gabaglia, os efeitos da intempérie natural ('seca'), apenas sobrepujavam um povo que não ordenava o seu meio de maneira "inteligente, ativa e educada", de forma que os desastres da seca no Ceará se deviam antes de tudo, ao abandono dos sertões por parte das autoridades da ordem administrativa. Destarte, os infortúnios trazidos pela enchente apresentavam-se a Gabaglia mais temerários que as secas, pois que:

As águas da atmosfera tornam-se desastrosas por dois excessos: pela demasiada abundância ou pela extrema penúria. No primeiro caso resultam as inundações e no segundo, o fenômeno que motiva este escrito [as secas]. Mas, entre as inundações e as secas, dadas as idênticas hipóteses de gravidade, e em um mesmo povo ativo, educado e inteligente, quais dos dois desastres é pior? Julgo que o das inundações; porque são rápidas, irresistíveis e de ordinário atuam por surpresa, não deixando às populações o tempo de fugir-lhes. O homem dispõe e combina os meios para lutar com a reprodução de fatos superiores aos que a experiência já demonstrou possíveis, mas a natureza, que a bel-prazer multiplica em um momento as forças, excede às previsões tidas, e antes de apreciar-se a iminência do perigo, o desastre soa sua última hora e se é vítima dele. (...) Nas secas chega-se também ao último grau de infortúnio, mas a passos lentos e com o tempo de escapar. (GABAGLIA, 2006, p. 115)

A seca era um fenômeno que se processava vagaroso, dando sinais muito antes de instaurar-se como calamidade. Avalanche que acometia os povos indistintamente, as cheias dos grandes rios provocavam estragos mesmo em margens 'cultas e civilizadas', que alcançaram níveis de progresso e domínio da natureza admirados pelas nações do mundo inteiro, como é o caso da França, seguidamente castigada pelas inundações do Ródono, Loire e Sena, como apresenta Gabaglia em seus referidos 'Ensaio' sobre a questão da seca no Ceará.

O fato de o Jaguaribe ser, até 1961, um rio intermitente em quase todo o seu curso, guarda um apanhado de memórias sobre enchentes de contornos mais fatais que as lembranças sobre as secas. Recebendo água em sua nascente, logo nos primeiros

---

<sup>52</sup> Os artigos escritos por Raja Gabaglia foram publicados pelo Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, na 'Coleção Comissão Científica de Exploração', coordenada por Francisco Régis Lopes Ramos, no ano de 2006. O primeiro vol. intitula-se *Os zigue-zagues do Dr. Capanema: Ciência, cultura e política no século XIX* (estudo introdutório de Sylvia Porto-Alegre); o segundo volume, aqui referido, *Escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia* (cujo estudo introdutório é de autoria de Kenia Sousa Rios), contém os seguintes textos que versam sobre o problema da seca e do desenvolvimento do Ceará: CAPANEMA, Guilherme Schüch. *Apontamentos sobre secas do Ceará*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878; \_\_\_\_\_ 'A seca do Norte'. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901; GABAGLIA, Giacomo Raja. *Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da Província do Ceará*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877. A Coleção é completada com o terceiro volume, que traz à baila o *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza-Crato, 1859* (nota explicativa de Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho).

dias ou semanas do inverno, rapidamente o volume de sua correnteza é já considerável. Faz parte do curso regular, necessário e esperado já pelos ribeirinhos, que venham as cheias conforme venham as chuvas. Cheias das águas que outrora pareciam adormecidas sobre o leito seco do rio – como se numa súbita emergência fossem reavivadas as águas e a terra das várzeas, pouco após caírem as primeiras chuvas. O efeito é surpreendente, conforme narra Guilherme Capanema, outro membro da Comissão Científica que viajou pelo Ceará nos invernos de 1860-61.

Brotando do céu estrondos roucos do trovão, que anunciavam a chuva, em pouco se viu um aguaceiro despencar sobre rio e riachos, e a paisagem dantes avermelhada pelo barro seco que o vento distribuía sobre as plantas, encharcou-se. “Em um quarto de hora o riacho tornou-se uma torrente impetuosa, um açude seco de longa data transbordou, os moradores correram a ele para salvar um garrote emagrecido, que se afogava” (CAPANEMA, 2006, p. 191). De tão inesperado o aguaceiro, as pessoas buscavam organizar-se para recebê-lo, salvando o animal enfraquecido pela falta de alimento e água, ao mesmo tempo em que as chuvas faziam transbordar de água os açudes, os rios, os poços d’antes secos. Em pouco tempo, um espetáculo se mostra ao viajante que, descendo a serra da Ibiapaba (serra que divide o Ceará do Estado do Piauí), percebe a água penetrar no solo e “seguindo viagem, pude observar dia por dia o progresso da vegetação: ao cabo de oito dias os sabiás (árvore), juremas, angicos e pereiros estavam cobertos de folhas, e algumas trepadeiras em plena flor, servindo de alimento aos pássaros. Toda plantação que se fez em terreno já preparado durante a seca se desenvolve com igual rapidez e frutifica prodigiosamente” (CAPANEMA, 2006, pág. 192). Apenas uma semana de chuvas já altera sensivelmente a paisagem, e o horizonte nas planícies e serras do Ceará, ficam esverdeadas, cobertas por um manto de vegetação nova, verde.

No estado “*regular das irregularidades do clima*” do Ceará, as enchentes e as secas fazem parte da corrente do clima e,

Às vezes durante a época da chuva sobrevêm fataes inundações, outras vezes aparece tão persistente a secca que a vegetação menos resistente morre toda, ficção aniquiladas as colheitas, succumbe o gado à míngua de água e pasto e grassa fome geral. A memória do povo guarda horrorizada a lembrança dos annos de 1826, 1842, 1806, 1872, em que houve inundações, e dos annos de 1825, 1845, 1877 a 1879, 1889, que fizeram milhares de mendigos e desfalcão de um terço a população. (KATZER, 1903)

Condições que se sobrepunham e alternavam, as secas e as enchentes gestavam memórias que os viajantes e estudiosos que passaram pelo Ceará, registraram com tintas de adversidade e horror, e dão vistas duma corrente circular *permanente* de intempéries e vicissitudes. Se observados em seqüência os anos mencionados pelo Dr. Katzer no seu estudo sobre as paisagens do Ceará, vemos que o ano de 1825 foi um ano de seca, seguido por um ano de enchente, 1826; que a grande cheia de 1842 antecedeu em três anos a seca de 1845, de forma que são fenômenos que se ligam e se separam por pequenos espaços de tempo.

Destarte, as chuvas do inverno não trazem somente ‘vida’ ao sertão que “*fica verde, todo verde, de um verde lindo, novo e forte, que alegra a vista e o orvalho borrija pela madrugada clara*” (BARROSO, 2006, p. 25), porém destruição e aflição, caso superem os índices médios da pluviometria desejada pelo ribeirinho do Jaguaribe. Assim o foi no ano de 1842, quando as pessoas da cidade de Aracati se viram obrigadas a abandonar suas casas, transbordando o rio de seu leito e tomando a cidade.

Nos meses qualificados como ‘invernosos’ do ano de 1842 o Jaguaribe proporcionou água para encharcar suas vazantes e a cheia do rio, numa torrente de excesso da natureza, *tornou-se enchente*, trazendo grandes tormentos aos ribeirinhos. Havia apenas três anos, em 1839, que uma enchente também arrasadora, cobrira a cidade de Aracati. Mesmo os sobrados localizados nos pontos altos viram a água invadir os porões, tomar as ruas, entrar na Igreja e devastar o comércio. Num assalto incontido de força, a natureza do rio ‘tomou’ a cidade, numa ‘aflição’ que durou 15 dias ou mais, como descreve Freire Alemão em seu já ‘visitado’ diário:

Nas grandes cheias do Jaguaribe, como a de 39 e outra de 42, toda a cidade fica embaixo da água, há casas que ficam com água pelas vergas das juntas e pelas ruas andam canoas e lanchas, e de circunstâncias mui fortes. Nessas ocasiões quase toda a gente sai da cidade tirando seus móveis e os que têm sobrado os passam para cima, como fazem as vendas, armazéns e lojas; muitas casas se arruinam e o espetáculo deve ser medonho, por que toda a grande vargem fica submersa, formando um vasto lagamar, do meio do qual surgem as casas ou antes os sobrados e as igrejas. Este estado dura alguns dias, às vezes 15 e mais. (FREIRE ALEMÃO, 2006, p. 67)

Aracati, situada às margens do rio, foi por dias atravessada por canoas, que muitas vezes não se sustentavam ao balanço das correntezas perigosas do rio sobre a cidade, esbarrando em encontrões nas paredes ora submersas. Os moradores, afligidos pelas enchentes desde a fundação da cidade, haviam desenvolvido um sistema de

proteção às cheias, construindo casas com um andar superior, visando assim abrigarem-se quando as cheias viessem, conforme observou o viajante Henry Koster, ao chegar a Aracati no ano de 1810: “as casas de Aracati não parecem com as vistas noutras paragens que visitei. Têm um andar superior sobre o térreo. Perguntando a razão, explicaram que as águas do rio inundam algumas vezes, obrigando uma retirada para os altos das residências” (KOSTER, 2003, p. 167).

Aqueles que viviam, porém, mais próximos às margens do Jaguaribe, se viram, em 1842, obrigados a migrar para as dunas altas do sítio do Cumbe, na desolação de saberem suas plantações destruídas, devastadas pela enxurrada da água que lhes faria germinar. A mesma água, em excesso, lavrara os roçados lavorados durante o verão pelos ribeirinhos, que aguardavam o inverno. Freire Alemão e os demais membros da Comissão Científica percorreram o Ceará em ano de moderadas chuvas e nenhuma seca, porém sendo a cheia de 1842 a mais recente (para os anos de 1859-61, quando viajou pelo Ceará a referida Comissão), no ímpeto de conhecer e estudar o clima, os costumes e a natureza da província, registraram muito do que viram e ouviram. Com aparente pesar, o chefe da Comissão Científica menciona os gêneros cultivados em sistema de vazante no leito do rio Jaguaribe, que plantados com esmero e ‘simetria’ frutificavam suntuosamente. As ‘vazantes’ são áreas que margeiam o leito dos rios, as quais, encharcadas pelos lençóis freáticos e cobertas de água no inverno, possuem um solo que armazena umidade suficiente para nos períodos da estiagem (o ‘verão’), garantir que o plantio frutifique<sup>53</sup>. Seguindo a viagem pelo vale do Jaguaribe, ao sair de Aracati, vai descrevendo Freire Alemão:

Passei o Jaguaribe, (que) ainda corre; e tinha dois palmos no mais fundo e de largura umas dez braças. Aqui vi pela primeira vez o que chamam de vazantes, são as coroas margens do rio que se vão descobrindo e deixando barros, ou tabuleiros, da areia como aqui; ou [f.55] de chão barrento (estas dizem que são as melhores). As que vi eram em formas de canteiros, mais ou menos largos e plantados com simetria de uma aparência agradável saindo muito o verde viçoso dos feijões e batatas sobre a areia alva, era dum lado e do outro do rio, havendo em ambos bons lenços de areia enxuta. É admirável o vigor dessas plantas que principalmente são melões, melancias e abóboras ou jerimuns, feijões, batatas,

---

<sup>53</sup> Segundo ARAÚJO, et al.: 2004, as *vazantes* são “as faixas de terras situadas às margens dos açudes, barragens, lagoas e leitos dos rios, que são cobertas pelas águas durante o período chuvoso e descobertas durante a época seca. A técnica de cultivo tradicional de vazante é antiga e conhecida pelos agricultores. O preparo do solo é bastante simples. É feita uma limpeza da área que foi descoberta pelas águas e, em seguida, é feita a abertura de covas no plano e/ou covas viradas”. Ainda segundo ARAÚJO et al., as *vazantes* são alternativas indicadas para o cultivo em tempos de período seco. *In: Cadernos de Instruções Técnicas da Embrapa – Petrolina*, Agosto de 2004. Tiragem: 100 exemplares. Publicação do Ministério da Agricultura.



cebolas etc. Algumas vezes toda essa bela vegetação é destruída por enchentes imprevistas. (FREIRE ALEMÃO, 2006, p. 105).

A seca fazia morrer a plantação lentamente, enquanto uma única enxurrada de águas, numa noite desavisada, destrói como num sopro nefasto os roçados e as casas dos ribeirinhos.

As secas e enchentes no sertão do vale do Jaguaribe foram comumente significadas na literatura e em discursos políticos ufanistas, como pólos opostos que se neutralizariam. Destarte, o avesso da seca, a saber, o inverno, assume sempre uma qualificação positiva, denotando o tempo de uma natureza alegre, festiva, numa atmosfera crescente de júbilo e exultação comum a todos os elementos do quadro natural do sertão. O escritor cearense Gilberto Tamyra de Sá Barreto, seguindo a mesma linha narrativa de Gustavo Barroso (já mencionada), ao escrever '*Protofonia do Jaguaribe*', traça um segundo tópico para o seu livro onde se propõe a apresentar 'A alegria da natureza em festa':

Mas que contraste apresenta o grande rio [Jaguaribe] quando na estação hibernal transborda, com suas margens verdejantes. As jandaias, os periquitos e bem-te-vis ao lado de miríades de pássaros, com o bli-bli das águas, o coaxar das rãs e o sibilar do vento, formam o conjunto orquestral que executa a sinfonia da estação do inverno. Vê-lo na quietude das noites de maio é sentir-se inspirado para algo grandioso; é convite para sentir os mistérios da Criação (...) Dir-se-ia que a Natureza em festa de uma estação inteira celebra sua vitória efêmera naquela alegria paradisíaca. (SÁ BARRETO, 1962, p. 18).

No curso de um inverno regular, em maio o Jaguaribe estaria cheio, no ápice de seu volume de águas, verdejante. O rio cheio representava, para o escritor, a vitória curta de uma natureza ciclicamente endêmica. A doença recorrente desse grande rio eram suas secas no verão, quando as águas se esvaíam ao oceano, e não se continham em seu leito. O Jaguaribe descrito por Tamyra de Sá Barreto sucessivamente secava, mal recebidas as chuvas do inverno: "Os meses se sucedem e ele começa a agonizar, até que se exaure e se esvai para ficar inerte na natureza desolada" (SÁ BARRETO, 1962, p. 18). O rio conhecia apenas duas estações e dois estados: um de bonança e outro de miséria, num antagonismo que não pressupunha fissuras: as chuvas traziam alegrias e a falta delas, aflições.

Nesse mundo de abundância ocasionado pelas chuvas, a rica vida do sertanejo é representada pela fartura de leite, de legumes e frutas, de água na cacimba, no poço e no rio. Qual um 'vale de promissões', o sertão do vale do Jaguaribe em tempos de inverno

faz frutificar todas as dádivas da ‘terra boa’, em oposição às representações da ‘terra má’, sob o domínio da seca e da fome.

Quando o inverno é constante  
O sertão é terra santa  
Quem vive da agricultura  
Tem muito do que planta.  
Há fartura e boa safra  
Todo pobre pinta a manta(...)

Com o inverno se alegra  
Chega a abundancia.  
Reina a alegria,  
Passa a carestia,  
Passa a circunstância,  
Com a exuberância  
A lavoura duplica  
E uma vida rica  
Passa o sertanejo<sup>54</sup>

Com a chegada do inverno, a ‘*vida sertaneja*’ transcrita por Câmara Cascudo (*Vaqueiros e Cantadores do sertão de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará*, 1968), do folheto de Antônio Batista Guedes, passa a ser uma vida que em muito se assemelha às descrições comuns do viver, no imaginário país de São Saruê, a Cocanha, utopia poética difundida na oralidade do sertão do nordeste brasileiro. Um rio da mocidade, um rio feito de leite e montanhas de cuscuz com pedras de queijo e rapadura, o milho, o feijão e a cana, são elementos dessa ‘Cocanha’ nordestina retratada pela literatura de Cordel.

Transposta para versos pelo poeta Manoel Camilo dos Santos, o folheto “*Viagem a São Saruê*” (1947), descreve a viagem de um homem que chega a um país onde a natureza se assemelha ao jardim do Éden (que tudo oferecia ao homem) povoado por elementos da cultura sertaneja; onde o homem não necessita trabalhar arduamente para retirar o seu pão, e onde os peixes já estão pescados em anzóis nos rios. Lá, “eu vi rios de leite / barreira de carne assada / lagoa de mel de abelhas / açudes de vinho quinado / montes de carne guisada”. Adiante, diz o viajante como é a vida no país de São Saruê: “Tudo lá é bom e fácil / não precisa se comprar / não há fome nem doença / o povo vive a gozar” (FRANCO Jr., 1998, pág. 170). Retrata assim um lugar onde a abundancia e fartura de alimentos dão as faces do país idealizado pela utopia (a Cocanha) do viajante/migrante do nordeste do Brasil, espaço muito semelhante às representações positivas do sertão quando há inverno, quando as águas caem e vivificam o ‘campo

---

<sup>54</sup> CASCUDO apud GUILLÉN, 2006, p. 136.

branco'. Um apanhado de representações que são feitas em função dos efeitos da carestia que acompanham as memórias das secas, e que se perpetuaram num imaginário comum associado aos sertões do Nordeste do Brasil.

Entretanto, conforme afirma Kenia Rios, os movimentos da natureza no sertão cearense não devem ser entendidos como bons ou maus, simplesmente. A seca não é só tristeza, mas uma gama de experiências significadas pelos indivíduos – vividas e recriadas na narrativa: “a seca pode significar inumeráveis acontecimentos além da falta de água” (RIOS, 2003, p. 19). É nessa perspectiva que orientamos este estudo sobre os movimentos do rio Jaguaribe. As percepções gestadas no convívio com o rio e com os seus ciclos transparecem em afirmações que surpreendem e que desfazem uma lógica discursiva efetivada na literatura e na política, mostrando, a partir dos depoimentos daqueles que vivem no vale do Jaguaribe, e dos demais documentos aqui analisados, que não é possível escrever uma(s) história(s) desse rio que entenda(m) sua natureza como uma fonte de paradoxos polarizados em bem e mau. As chuvas em excesso trazem adversidades da mesma forma que o verão prolongado, tornado seca, traz seus ‘infortúnios’. Constata, atestando essa afirmação, o viajante ainda do século XIX, Henry Koster, quando regressava do Ceará a Pernambuco:

Tinha, como disse, visto as províncias atravessadas, sob a extrema seca, por falta de chuvas; experimentei pessoalmente suas inconveniências e, num momento, sofri considerável angústia. Agora regressando, essas regiões mudaram. As chuvas tinham começado e me faziam sentir que o desconforto é causado por cada um dos extremos. (KOSTER, 2003, p. 189)

## 2. Corrente Sanguínea

### 2.1 - A artéria aberta

“Mas esperamos há cerca de quarenta anos que um dia alguém resolva ajudar ao lutador indômito que teve talvez a sorte de um Prometeu. E terá ele também, como o gigante da mitologia helênica, um Hércules que o salve do martírio que deveria ser eterno”.  
T. de Sá Barreto – ‘Protofonia do Jaguaribe’

“Toda paisagem humana traz as marcas de suas técnicas”  
(P. Gourou, apud Santos, 1996)

#### O Rio Jaguaribe

O Rio Jaguaribe é uma artéria aberta  
por onde escorre e se perde  
o sangue do Ceará.  
O mar não se tingiu de vermelho  
porque o sangue do Ceará  
é azul ...

Todo plasma  
toda essa hemoglobina  
na sístole dos invernos  
vai perder-se no mar.

Há milênios... desde que se rompeu a túnica  
das rochas na explosão dos cataclismos  
ou na erosão secular do calcário  
do gnaisse do quartzo da sílica natural ...

E a ruptura dos aneurismas dos açudes...  
Quanto tempo perdido!

E o pobre doente — o Ceará — anemiado,  
esquelético, pedinte e desnutrido —  
a vasta rede capilar a queimar-se na soalheira —  
é o gigante com a artéria aberta  
resistindo e morrendo  
resistindo e morrendo  
resistindo e morrendo  
morrendo e resistindo...

(Foi a espada de um Deus que te feriu  
a carótida  
a ti — Fênix do Brasil.)

E o teu cérebro ainda pensa  
e o teu coração ainda pulsa  
e o teu pulmão ainda respira  
e o teu braço ainda constrói  
e o teu pé ainda emigra  
e ainda povoa.

As células mirradas do Ceará

quando o céu lhe dá a injeção de soro  
dos aguaceiros —  
as células mirradas do Ceará  
intumescem o protoplasma  
(como os seus capulhos de algodão)  
e nucleiam-se de verde  
— é a cromatina dos roçados no sertão...

(Ah, se ele alcançasse um coágulo de rocha!)

E o sangue a correr pela artéria do rio Jaguaribe...  
o sangue a correr  
mal que é chegado aos ventrículos das nascentes ...  
o sangue a correr e ninguém o estanca...

Homens da pátria — ouvi:  
— Salvai o Ceará!  
Quem é o presidente da República?  
Depressa  
uma pinça hemostática em Orós!  
Homens —  
o Ceará está morrendo, está  
esvaindo-se em sangue ...

Ninguém o escuta, ninguém o escuta  
e o gigante dobra a cabeça sobre o peito  
enorme,  
e o gigante curva os joelhos no pó  
da terra calcinada, e

— nos últimos arrancos — vai  
morrendo e resistindo  
morrendo e resistindo  
morrendo e resistindo

O gigante morre e renasce; o ‘grande rio’ se esvai em seu leito, seca, e não vinga a promessa de vida que acena a cada inverno para os seus ribeirinhos. Este poema de Demócrito Rocha construiu, para o Jaguaribe, uma metáfora que denota um lugar que continuamente lhe é conferido: o de sangue, corrente sanguínea do Ceará. O poema foi intitulado apenas de ‘O rio Jaguaribe’. Proeza da poesia, em suas linhas contou a história cíclica e funesta do rio, de modo a ser o Rio e o Ceará confundidos na sina de morrer e resistir, morrer e resistir, resistir e morrer. O poema clama pela salvação e pelo socorro em forma de ação que interrompa a hemorragia que sofre o Rio, artéria aberta do corpo do Ceará. O corpo doente (do rio), que do céu recebe injeções de soro em forma de chuva, clama, grita e ninguém o escuta. Assim, a cada ano, vê o Ceará todo o seu sangue tingir de azul os mares e praias de Aracati. Órgão propulsor da vida num corpo endêmico, o Jaguaribe é leito (terra seca) e água, sangue e artéria, simultaneamente. O vaso e o tecido conjuntivo líquido, que têm a função de manutenção da vida, no ‘organismo’ do Ceará.

No poema instintuente de Demócrito Rocha, o rio Jaguaribe é artéria e não veia; ele leva dos ventrículos do coração aos órgãos do corpo, o sangue<sup>55</sup>. Mas, ‘depressa’, pede o poeta, ‘uma pinça hemostática’, instrumento cirúrgico que pára, barra o sangue que jorra sem propósito. No boqueirão do Orós era o ponto preciso onde essa pinça deveria corrigir o fado desse Prometeu, que via anualmente seu leito secar, somente para no seguinte ano, vê-lo outra vez cheio, e depois seco, e depois cheio... Um Prometeu que dava aos homens do Ceará a promessa da água, bem tão necessário à manutenção da vida humana, quanto o fogo mítico que o Prometeu grego de Hesíodo e Ésquilo roubou dos deuses, e concedeu ao homem, numa dádiva de desmedido amor (REZENDE, 2008). Além da água, carregava consigo e em si, a esperança num futuro próspero. Já acorrentado, o Prometeu de Ésquilo diz que acabou com os terrores provocados nos homens em vista da morte, e que o remédio encontrado para este mal fora ‘dar-lhes imensa esperança no futuro’. Os alcances dos versos de Demócrito Rocha perpassavam por atribuir, ao Jaguaribe, o papel de ‘esperança’ maior do Ceará.

Apesar do estado de epidemia do Rio, este, tomando um corpo, representando os muitos corpos daqueles que, em suas margens sofriam com a carência de água, ainda migravam com seus pés, ainda construíam com seus braços, ainda respiravam pelos seus pulmões, e ainda resistiam... Mas o Jaguaribe carecia de salvação. Qual Prometeu, de um Hércules que o livrasse do castigo dado para ser eterno. Esperava por um ‘grande homem’, um líder capaz de redimi-lo de sua triste sina. Salienta o poema que o Jaguaribe, o Ceará e o povo do Ceará, tornados um nos versos sobre o rio, continuamente viam perderem-se no mar as águas da esperança, do progresso, da perenização, e de uma melhor vida no sertão do vale do Jaguaribe. Utilizando uma linguagem médico emergencial, Demócrito Rocha coloca o rio Jaguaribe numa mesa de cirurgia, cuja técnica de socorro é a construção da barragem do Orós, uma pinça hemostática que faria estancar essa sangria que tinge fugazmente de verde o sertão.

---

<sup>55</sup> São as artérias que distribuem o sangue, do coração, para todas as partes do corpo humano. Contrastam com as veias, que carregam o sangue aos átrios do coração; são inversos movimentos de circulação do sangue: as veias levam *do* coração para o corpo, enquanto as veias levam o sangue do corpo *ao* coração. Este poema de Demócrito Rocha *institui* ao Jaguaribe o lugar de sangue do Ceará, de forma que o rio assume a significação de vida e salvação do Estado. Demócrito Rocha (nascido em 1888, Caravelas/Bahia, faleceu em Fortaleza, 1943) foi funcionário dos Correios, dentista e jornalista. Desenvolveu muitas atividades literárias, fundou um dos principais jornais, hoje, do Estado do Ceará: ‘O Povo’, além de, em 1929, fundar a revista chamada *Maracajá*; esta revista constituiu importante órgão que congregou as publicações literárias modernistas na cidade de Fortaleza. Como poeta, a sua obra não foi sistematicamente publicada, entretanto o seu poema ‘O rio Jaguaribe’ foi amplamente difundido e citado, constituindo ‘a voz’ pela qual se fazia um brado coletivo. Não há especificação do ano em que foi escrito o referido poema. FONTE: <http://www.fdr.com.br/> (sítio da Fundação Demócrito Rocha).

A ponte ‘Demócrito Rocha’ sobre o rio Jaguaribe, em Iguatu, ostenta a frase lapidar de seu patrono: “o Jaguaribe é uma artéria aberta...” O autor desta frase jamais poderia imaginar o alcance dessa oração, de vez que os autores não costumam julgarem-se geniais; nem tampouco os administradores e políticos que lá a puseram no bronze frio com o fim de prestar-lhe uma homenagem. Ela representa muito mais que um tributo ao autor do poema, muito mais que uma inscrição política ou literária. Ter-se-ia a ideia que ela foi gravada pelo inconsciente: pela movimentação da natureza ou pelas forças telúricas num brado surdo a clamar pela atenção dos homens do meu país para a verdade que ela por si só representa. (SÁ BARRETO, 1962, p. 35)

Constrói-se assim uma mitificação do poema de Demócrito Rocha, que transpõe o lugar de criação literária para ser um clamor, um brado surdo da natureza; para traduzir uma verdade natural. De fato, os versos supracitados fundam um lugar bem cristalizado no imaginário sobre o rio Jaguaribe, difundindo o mito de grandiosidade do Rio. A difusão de um mito opera fazendo com que este tome conta dos espíritos, fale às imaginações, e se instale na consciência (FEBVRE, 2000, p. 54). Este poema será exaustivamente trazido ao centro das evocações sobre o Rio, tecidas com os olhos da distância; das falas daqueles que não viviam no rio, mas que se ligavam, de alguma forma, ao Jaguaribe. Transparecem nessas falas preocupações que buscam imprimir um sentido amplo de ‘redenção’, ‘salvação’ e ‘solução’, termos e conceitos muito caros aos discursos dos governos qualificados por uma dada historiografia como populistas. Falas de um diálogo ‘letrado’, escrito, produzido por cientistas/engenheiros, políticos, literatos e jornalistas.

Criando um corpo/espço promissor no Vale do Jaguaribe, os apelos em torno da metáfora do rio como corrente sanguínea, traduziam os anseios daqueles que viam na irrigação e açudagem perspectivas definitivas para solucionar as secas do Ceará. Bastava a água, e o Ceará floresceria, como era já destinado a florescer em ‘magnífico progresso’. Elementos significativos aparecem no rol dos discursos em torno do ‘maior problema do Ceará’, e o Jaguaribe, como nas metáforas (sangue, artéria) do poema de Demócrito Rocha, fica numa intercessão de lugares, entre a sua terra (o próprio Ceará) e as suas águas (o rio). O rio e o Ceará estão contidos nessa mesma narrativa desesperançada de morrer e resistir...

As políticas salvacionistas conjugam interesses diversos num só; se valem de um amplo arsenal simbólico coadunado com anseios dados como gerais e coletivos. Constroem discursos e aparatos simbólicos que visam sustentar o poder (BOURDIEU, 1989). O entendimento do Jaguaribe como uma artéria por onde escorriam ‘as águas do

sangue do Ceará’, fomentou uma vasta campanha pelas intervenções dentro do rio amparadas na técnica da engenharia. Perto de assumir tons proféticos, as imagens geradas pelos versos de Demócrito Rocha sobre o Jaguaribe reforçavam também um apelo salvacionista, como foi dito, para o Ceará e para o rio, que clamava(m) por socorro aos homens da pátria e ao Presidente da República, aos de fora, enfim, para que olhassem à terra que se punha ciclicamente endêmica.

Num processo nomeado por Alcir Lenharo (1986) de ‘sacralização da política’, o Estado é visto como um ‘corpo’ para significar o conceito de nação. Assim como o Cristianismo se utiliza do ‘corpo de Cristo’ em suas liturgias, há uma sacralização do espaço geográfico visto como *um corpo*, onde a Nação é tomada por uma unidade orgânica, interdependente, de forma que todos os órgãos e membros desse corpo devem funcionar perfeitamente, visando sempre construir/manter uma Nação saudável. Apropriando-se da ideia de sacralização, formulada por Lenharo a respeito do poder e propaganda no governo de Getúlio Vargas (Estado Novo), é possível entender que dois elementos contidos num processo discursivo que se apresenta como ‘sacralizador’, tornam-se verificáveis a partir das imagens que o poema de Demócrito Rocha engendraram para o Jaguaribe: o de corpo (sangue, artéria), e o de povo/rio que aguarda por um ‘Redentor’ que virá salvá-lo(s). No corpo do rio onde a pinça hemostática atingisse o represamento desse sangue azul, “as águas do grande rio, no coágulo da grande barragem, não mais sangrarão como as chagas desse povo trabalhador, mas viverão no organismo, na pulsação rítmica do coração do Ceará que, rejuvenescido, deixará de ser o filho indigente do Brasil” (SÁ BARRETO, 1962, p. 21).

Os projetos salvacionistas, pautados nesses lugares instituídos para o rio, atingiram seu ápice no Governo de Juscelino Kubistchek, num momento bastante significativo da história do Jaguaribe. Após um ano de extrema seca, houve a tentativa dos homens da ciência de intervir definitivamente no rio, perenizando-o, ou, como dirá o próprio Juscelino... ‘realizar o sonho do poeta’!

Ao entrevistar Dona Eládia, na cidade de Jaguaribe, perguntei-lhe sobre a seca que ocorreu no ano de 1958. Seca que provocou grande migração de cearenses para São Paulo, norte do Paraná e Rio de Janeiro<sup>56</sup>, escassez de alimentos e alarme por parte das

---

<sup>56</sup> FONTE: “1958: A seca que flagelou o Nordeste” In: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe>. Jornal da Ciência – SBPC; consultado em 20 de janeiro de 2011.



autoridades locais e federais, ao que ela me respondeu: “ah, 58 foi um secote!”<sup>57</sup>. Para ela, os efeitos da seca não marcaram de forma que, aos seus 94 anos, guardasse uma memória aflitiva dos efeitos dessa seca. Assim, o lugar de quem fala determina a inferência do discurso enunciado. A seca de 58 não a afetou tanto, pois que, na sua memória, se coloca em comparação com o fenômeno natural que se seguiu, a grande enchente de 1960. Lembrar de sua vida em perspectiva traz as vivências num plano em que uma adversidade é minimizada ou anulada em função de outra, que por razões particulares e subjetivas a cada indivíduo, o afetam de maneira mais ou menos contundente. O lugar social de D. Eládia possivelmente a defendeu ou abrandou (d)os efeitos da seca de 58, haja vista que sua família tradicionalmente esteve vinculada à política local, e portanto gozava de condições materiais melhores que boa parte dos jaguaribanos; entretanto, a enchente inesperada do ano de 1960 não lhe fez distinção, ‘tomando’ sua casa e devastando as plantações de arroz nas fazendas de sua família.

O ano de 1958 havia sido anunciado com um inverno de abundantes chuvas. Cedo começou a chover no Piauí. No oeste, o céu escuro formava nuvens que traziam esperanças de um inverno generoso. Os jornais cearenses começavam o ano noticiando previsões que a todos interessavam: como o tempo iria se portar. A década já havia sido ‘castigada’ por um longo período de estiagem de 1951 a 53, e era de importância significativa a notícia que o jornal ‘O Povo’ estampava em sua capa no segundo dia do ano: *“Bom prenúncio de chuvas para este ano (...) é que tradicionalmente, quando o inverno começa cedo no Piauí, não há melhor sinal, o Ceará terá grandes chuvas e um bom inverno”* (Jornal ‘O Povo’, 02/Janeiro/1958, capa). Entretanto, veio fevereiro, veio o carnaval, e as chuvas continuavam a ser anunciadas e esperadas. Já em março, o jornal ‘O Unitário’ trazia como manchete: *“abundantes chuvas em vários municípios do Estado: tudo indica que o tão esperado inverno está se aproximando. Boas notícias chegam de vários pontos”*. (Jornal ‘O Unitário’, 06/03/58)

Nas fazendas situadas no vale do Jaguaribe, os roçados semeados careciam da chuva para frutificarem, e as sementes de feijão, guardadas, aguardavam as primeiras chuvas para serem derramadas no solo umedecido. Chovera no já no Rio Grande do Norte e no Piauí, e poucas chuvas caíram sobre o Ceará. Entretanto, o inverno não chegara. Nove dias após a esperançosa manchete, o mesmo jornal ‘O Unitário’ noticia: *“Fome invade lares: pavorosa situação em todo o vale do Jaguaribe. A seca está*

---

<sup>57</sup> D. Maria Eládia Bezerra, 94 anos. Entrevista realizada em 02 de Agosto de 2008, na cidade de Jaguaribe.

*assolando a região*” (Jornal ‘O Unitário’, 15/03/58). Evidentemente, a seca não se fizera presente em apenas dez dias! Os periódicos alimentavam sensações que não somente traduziam os sentimentos dos cearenses quanto ao medo da seca, mas que forjavam um estado de ânimos prontos para vivenciarem mais uma vez o ‘teatro das sombras’ e misérias que envolvia obras, flagelados, recursos do governo federal, e exploração política da problemática da seca no Ceará. Ao final de março, a seca estava instaurada.

Numa hábil manobra, o presidente retomou a iniciativa política, convocando os governadores e outros líderes para elaborar um plano de desenvolvimento regional, que coube a mim dirigir. O Nordeste passaria a ter a mesma prioridade que a construção de Brasília. O Nordeste não estava incluído no Plano de Metas. Mas a grande seca de 1958 pôs a nu a cruel realidade da região. O governo teve de atender com obras emergenciais a mais de 500 mil pessoas. Escândalos vieram à tona, a indústria da seca entrou em ebulição, com suas conhecidas sequelas.<sup>58</sup> (FURTADO, 2001)

Outra face das secas para o Nordeste, esta ensejada por escusos interesses políticos, era a garantia de recursos e verbas para sanar o ‘problema’. Tais recursos vinham a atender interesses privados e particulares, quando não desviados sumariamente dos cofres públicos, e acabavam por financiar construções de ferrovias, açudes e demais empreendimentos que não sanavam ou amainavam a carestia do sertanejo comum.

O Sr. Juscelino Kubitschek ouviu a narrativa dos representantes nordestinos sobre a verdadeira catástrofe que está vivendo o povo do Nordeste, em 1958. Diante do que foi delineado, prometeu ele ao Senador Rui Carneiro ir até o Nordeste dentro de poucos dias. Os deputados e senadores da região não se contentaram com a simples vinda do Presidente, afirmando: “queremos que ele leve dinheiro! (Jornal ‘O Nordeste’, 09/04/58, apud HONÓRIO, 2006, p. 50)

Dessa forma, o Jornal ‘O Unitário’ traduz a reação da bancada cearense a Juscelino: não bastava que o Presidente do Brasil fosse ao Nordeste e avaliasse com seus olhos a situação. Era preciso que, antes de tudo, levasse dinheiro, a única e efetiva solução para o problema. Como os deputados cearenses pretendiam que essas verbas fossem empregadas a matéria não menciona ou esclarece. Mas Juscelino Kubitschek, desde a campanha presidencial que anunciara qual o seu projeto maior para o Nordeste: a construção do Açude Orós. Em discursos inflamados, recheados de adjetivos

---

<sup>58</sup> Celso Furtado para a ‘Folha de São Paulo’, 16 de Setembro de 2001 (em ocasião do centenário de J. Kubitschek).

impactantes, Juscelino prometia ‘salvar’ o Nordeste das secas; garantir a modernização à agricultura promissora das terras do sertão, às quais, bastavam algumas chuvas para que verdejassem e florisser. Assim, com as águas devidas, essas terras garantiriam a merecida ‘redenção’ de seus ‘filhos’. É no rol desses discursos que o rio Jaguaribe aparece como a solução definitiva para a salvação não somente do Ceará, mas de toda uma ‘região’ e de todo o ‘povo nordestino’.

A seca do ano de 1958 não fora prevista. O Nordeste, como salienta Celso Furtado no trecho acima citado, não se encontrava no Plano de Metas do governo JK; O Brasil mantinha sua ‘condição’ de país subdesenvolvido no mundo polarizado entre o capitalismo e o comunismo; situava-se, vergonhosa e injustamente, no ‘Terceiro’, e não no Primeiro ou Segundo Mundo. [Mas] ‘era possível mudar’: o subdesenvolvimento para o Brasil não era condição imutável!<sup>59</sup> Juscelino, para tanto, elaborou um programa ou Plano de Metas, como ficou conhecida a política de desenvolvimento empreendida pelo governo federal entre os anos de 1956-61, cujo slogan guarda os contornos do acelerado desenvolvimento que propunha: ‘50 anos em 5!’

O plano de metas continha 30 pontos estratégicos para a industrialização do país, atacando e fortalecendo setores da economia interna, superando obstáculos considerados estruturais ao crescimento econômico, organizando planos de importação, dentre outros pontos – e foi acrescido de um 31º, considerado a meta-síntese de Juscelino, pela qual ficou mais conhecido: a construção da cidade de Brasília e transferência da sede da capital do Brasil. Os investimentos públicos e privados foram canalizados ao plano de metas, sendo os setores que receberam mais recursos o de transporte, energia e indústria de base (compondo 93% dos recursos destinados ao plano). Aos outros dois setores, a saber, a educação e alimentação, couberam os restantes 7% do total dos recursos, o que demonstra o caráter dessa industrialização que o governo JK promoveu.<sup>60</sup> Estradas de rodagem para o escoamento da produção interna de bens de consumo não duráveis, usinas hidroelétricas, enfim, grandes construções que, financiadas inteiramente pelo

---

<sup>59</sup> Possuindo valiosos recursos naturais (minérios, rios, costa marinha, diversidade biológica e natural, além da floresta amazônica, etc.) e dimensões territoriais continentais, o Brasil havia muito tempo que era anunciado ou proclamado (pelos intelectuais nacionais) como ‘destinado’ a ser “não acidentalmente, mas, de necessidade, um centro de luzes e civilização, e o árbitro da política no Novo Mundo”, como já escrevia o Visconde de São Leopoldo no primeiro número da Revista do IHGB, em 1839 (BARBATO, 2009, p. 109). Esta ‘predestinação’ para o desenvolvimento e progresso civilizatório do Brasil foi ideia que permaneceu num certo tipo de discurso nacionalista, fortemente retomada por Juscelino Kubistchek.

<sup>60</sup> Cf.: Suely Braga Silva: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>.

capital externo trouxeram ao Brasil instabilidade monetária e o aumento da dívida externa, bem como a abertura indistinta do país às multinacionais estrangeiras.

Entretanto, Juscelino foi responsável por trazer também ao país ares de ‘modernização’. Uma modernização traduzida na arquitetura, em novos órgãos criados na estrutura administrativa e em discursos que visavam dar um sentido de unidade nacional baseada no avanço de uma nação que deixava para trás a instabilidade política e o atraso industrial (custe o que custasse!). Para o nordeste, o atraso foi combatido em ações emergenciais, dada a gravidade da seca de 58. Sob inspiração de Celso Furtado, com o objetivo de implementar programas sociais que pudessem neutralizar os efeitos da seca, que dificultava o florescimento de uma agricultura moderna na região, foi criada em 1959 a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Com sede em Recife, a Sudene foi definida como uma ‘agência de desenvolvimento regional’, incumbida de planejar e coordenar os programas socioeconômicos de interesse do Nordeste, sendo-lhe conferido o poder de atuar como órgão centralizador dos investimentos federais na região<sup>61</sup>.

Fruto de lutas e disputas que havia muito ocorriam na sociedade civil, a criação de órgãos como a Sudene, nesse período democrático da História do Brasil, vinha embasada no pensamento (dos movimentos ‘de esquerda’, como o PC, dentre outros de base rural como as Ligas Camponesas e setores da Igreja Católica) de que a região Nordeste, sujeita a secas periódicas, tinha de buscar opções para vencer o atraso, combater as causas econômicas e sociais do sofrimento de sua gente. O fenômeno climático não era rigorosamente gerador do atraso, mas um agravante do quadro de injustiça e empobrecimento da maioria da população<sup>62</sup>.

Significativo no conjunto de movimentos e encontros ocorridos nesse período, o *Congresso de Salvação do Nordeste* propôs-se a pensar e a organizar medidas políticas de intervenções nos setores de energia elétrica, indústria e comércio, trabalho, minérios, transporte, secas, saúde, educação, cultura e agricultura. Realizado em agosto de 1955, na cidade do Recife, o Congresso contou com a participação dos governadores dos nove Estados da ‘região’, além do governador de Minas Gerais e intelectuais, e, ao final, foi elaborada uma *Carta de Salvação do Nordeste*, na qual constava inclusive reivindicação pela reforma agrária, demonstrando, com isso, que a ‘salvação do nordeste’ passava por

---

<sup>61</sup> Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

<sup>62</sup> Cf.: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares>, consultado em 20 de janeiro de 11.

reformas político-sociais na estrutura fundiária, e na maior distribuição das riquezas naturais da região.

Destarte, a ideia imaginária e política de que o Nordeste era uma ‘região’, e ademais, homogênea, foi fortificado pelos discursos de ‘intervenção’, de que este carecia de uma salvação. Os sentidos diversos dessa salvação eram dados pelos tons dos movimentos de ‘esquerda’ e ‘direita’, que disputavam o leme das forças do poder local.

As falas do presidente Juscelino colocaram-se, então, em prol de tratar diretamente do ‘problema do nordeste’. No sentido de realçar as suas ações, aumentar o significado do projeto que prometera levar a cabo, caso eleito presidente, Juscelino afirma em coletiva à imprensa que se vive: *“no momento, no Nordeste, a seca mais terrível que o Brasil conhece em sua história, de aspectos mais graves que os das grandes calamidades registradas no passado. Ninguém esperava que ocorresse este ano um flagelo tão assoberbante”* (jornal ‘O Unitário’, 08/04/58). Diante do flagelo mais sério pelo qual passara o Nordeste, Juscelino apresentaria a obra mais significativa, demonstrando que a nação agora atravessava suas maiores adversidades respondendo com ações ainda mais impactantes e grandiosas. Os tempos eram de vitória do progresso!

“Eleito Presidente da República, transformarei em realidade a justa aspiração das laboriosas populações ribeirinhas do Rio Jaguaribe, que, ao invés de ‘artéria aberta, por onde escorre o sangue do Ceará’, no lírico protesto de Demócrito Rocha, deverá ser, com a construção do Orós, um órgão propulsor, como o próprio coração, daquele mesmo sangue, que propiciará o revigoreamento e a vida do orgulho cearense” (Juscelino Kubitschek, Julho de 1955).

Retomando os discursos de campanha, Juscelino pôde, com a seca de 58, encontrar o cenário propício para a construção do açude Orós, haja vista os apelos discursivos que a seca proporcionava, além do estado de ânimos da opinião pública ante a calamidade e a grande quantidade de mão-de-obra de flagelados, à mercê da ajuda do governo. O rio Jaguaribe deixaria de ser uma ‘artéria aberta’, uma artéria por onde sangravam os invernos no sertão do Ceará; ‘artéria’ que represada, concederia o orgulho, a dignidade, o progresso e grandeza a um povo. Apropriando-se do que chamou de ‘lírico protesto’ de Demócrito Rocha, Juscelino prometia concretizar um projeto que era tão antigo quanto os tempos do império. “Não se pode precisar quando pela primeira vez foi cogitado ou mesmo citado. Admite-se que seja tão conhecido quanto a necessidade de reservar água para os períodos de seca” (DNOCS, Cadernos: 1959, p. 7) Pedro II já havia sugerido medidas para a construção do açude no local onde

havia uma ‘gigantesca’ cavidade natural junto ao curso do Jaguaribe, conhecida por Boqueirão do Orós.

No programa de obras contra os efeitos das secas, a ‘açudagem’ já constituía o principal capítulo, havendo o próprio Dom Pedro II investido grandes recursos na construção do Açude Cedro. Localizado na bacia do rio Banabuiú em Quixadá/CE, o açude do Cedro represa as águas do rio Sitiá e, após várias interrupções, findaram-se suas obras no ano 1906. Raras vezes o açude sangrou e a sua efetiva validade no combate às secas é questionável, senão nula.

Entretanto, os açudes foram, por muito tempo, a grande intervenção que os engenheiros do DNOCS empreenderam, visando construir reservatórios de água, no recorte espacial do sertão do Brasil, denominado, por uma lei de 7 de janeiro de 1936, como ‘Polígono das Secas’<sup>63</sup>. Os cientistas e técnicos haviam delimitado há 40 anos antes da seca de 1958, como e onde as soluções levantadas para o vale do Jaguaribe deveriam ser aplicadas. Os cientistas nacionais e estrangeiros, no século XIX, forneceram subsídios para os estudos que depois, o mais importante órgão responsável por ‘combater’ a seca, retomou. Criado com o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) no ano de 1909, posteriormente, em 1919 foi acrescido para IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas e, em 1945, passa a ser denominado Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)<sup>64</sup>. O DNOCS foi, em grande medida, o órgão que passou a ‘administrar’ o rio Jaguaribe, tratando-o como peça fundamental no palco de controle e ordenação do meio natural nos sertões por meio da *técnica*. “O sistema do Jaguaribe, quer por sua importância socioeconômica ou pelas catástrofes a que serviu de palco, secas e cheias desastrosas, mostrou-se desde logo um dos mais importantes [pontos de açudagem]. A natureza reservou-lhe excelentes boqueirões que, barrados, formarão grandes represas. Na grande açudagem repousa a maior esperança do Nordeste” (DNOCS, Cadernos: 1959).

---

<sup>63</sup> Posteriormente teve complementado o seu traçado pelo Decreto-Lei nº 9.857, de 13 de setembro de 1946, e assim sucessivamente, conforme alterados os critérios de inclusão de municípios na área do Polígono. Inicialmente, vale constar, apenas o baixo e instável índice pluviométrico era levado em conta como critério para tanto. O Ceará possui quase a totalidade do território de seu Estado inserida no Polígono das Secas, tendo 180 (do total de 184!) municípios compreendidos nesse recorte espacial, de acordo com a nova delimitação do semi-árido brasileiro do ano de 2005. *Fonte*: IBGE.

<sup>64</sup> Para consultar história da instituição, do pensamento intelectual que embasou a sua criação e os discursos que se remetiam ao conceito de ‘sertão’, conceito que permeou o entendimento do espaço onde o órgão se propunha atuar, ver: MORAES, Kleiton de Sousa. “*O Sertão Descoberto aos Olhos do Progresso: a Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909-1918)*”. Dissertação de mestrado defendida pelo Programa de pós-graduação em História Social da UFRJ, com orientação de Marieta de Moraes Ferreira, em Abril de 2010.

É, neste ponto, que o rio Jaguaribe ganha destaque definitivo numa gama de discursos que por mais de um século gestaram as soluções para o desenvolvimento do Ceará. Evocado, como visto anteriormente, na historiografia produzida pelo Instituto do Ceará, no século XIX, como elemento natural às margens do qual se formaram os primeiros pólos de povoamento da Província, como o principal caminho para o gado e colonizadores adentrarem o sertão, esse mesmo Rio continha a possibilidade de ‘salvação’ dessas terras. Verifica-se assim como, numa dada ordem de discursos, a história passada e futura do Ceará era amparada na ideia de grandiosidade do Jaguaribe. O quadro espacial particular do sertão do Ceará garantia, de certa forma, que esse rio, mesmo intermitente, mesmo chamado de ‘o maior rio seco do mundo’, carregasse consigo a possibilidade de alterar, conforme alterado, as características socioeconômicas do espaço que demarcava. Nessa linha de entendimento, o real valor estava em seu leito, na sua estudada capacidade de armazenar as águas que as chuvas, aliadas à técnica de barragem, manteriam seguras, em reserva, barradas no açude Orós.

Somente quem conhece as grandes áreas castigadas pelas secas pode aquilatar o real valor da água na estrutura de nossa civilização. Onde ela é inexistente, a vida tem se tornado quase impossível. Onde é escassa ou irregularmente distribuída, o subdesenvolvimento impera. Daí a razão por que, o homem desde os primórdios vem procurando, com os recursos de sua inteligência, criar condições de resistência à esta anomalia climática. Soluções adotadas giram em torno do aproveitamento das chuvas que a natureza nos propicia. Barragens retêm as águas da superfície e poços captam as do subsolo, colocando-as à *disposição do homem, para que subsista e crie seu bem-estar*. (DNOCS, Cadernos: ‘Orós: açude da esperança’, Julho de 1959, p. 1, grifos meus)

O Jaguaribe carecia da ação do homem, intervenção científica por meio da técnica – fruto da inteligência do homem – para cumprir positivamente esse papel que o poeta lhe havia decididamente conferido: o de sangue, corrente vital do Ceará. Um pleno desenvolvimento e progresso careciam de água em quantidades satisfatórias, sobretudo, era preciso que o homem não estivesse à mercê da natureza, mas que esta estivesse ‘à disposição do homem, para que subsista e crie seu bem-estar’!

O pressuposto estampado na condição do homem como senhor da natureza é antigo no pensamento ocidental, tem sua fundamentação na filosofia clássica de Aristóteles e na teologia bíblica, nas quais beberam os pensadores modernos. Fosse qual fosse a origem das coisas, Deus ou uma força auto-gerida do Universo, nada havia na natureza que não houvesse sido criado despropositadamente, e o propósito maior das coisas e criaturas era servir ao homem. O filósofo inglês Francis Bacon ponderava, no

século XVII, que o homem ‘podia ser visto como o centro do universo’, sendo assim a medida para todas as coisas. Num humanismo exacerbado e amparado nas *Escrituras*, um bispo protestante chegou a pregar na Inglaterra seiscentista que “as criaturas não foram feitas para si mesmas, mas para o uso e o serviço do homem” (apud THOMAS, 2010, p. 23). O direito humano ao predomínio do mundo natural era concedido por Deus e pela condição do homem de ser racional, pensante, dotado de inteligência para dominar plantas, rios e animais. Assim foi que se construíram modos de guiar e justificar a relação do homem com a natureza na filosofia ocidental dos séculos XVII ao XX, norteados pela noção consonante de domínio do homem sobre o meio. Noção que passou por transformações, adotou faces diversas ao longo dos séculos e articulou discursos com termos, categorias e conceitos ampliados, renovados, mas que carregavam sempre como fundamento a ideia de que é preciso, legítimo e *natural* ao homem *dominar* – e as formas de domínio se dão pelo poder do conhecimento, o poder da intervenção, do uso e do direito sobre a natureza: os animais, as florestas, os minérios, os rios, enfim, todos os elementos naturais compreendidos como ‘recursos’; recursos prestados aos propósitos humanos. Vegetais e minerais haviam sido postos no mundo para estenderem a vida humana, “sem a madeira, as casas dos homens não passariam de uma espécie maior de colméia ou ninhos, com argamassa; sem os metais os homens teriam sido privados da glória e pompa da batalha” (THOMAS, 2010, p. 25), de forma que foi o uso e manejo do que havia no mundo natural que acabou por ‘humanizar’ o homem, possibilitando ao homem construir culturas. Parte fundamental de cada cultura humana, a técnica, conjunto de saberes desenvolvidos pela experimentação para operar transformações no meio natural, desde seus contornos mais rudimentares aos modernos embasamentos científicos do século XIX, foi usada para aumentar a vida e o prazer humanos.

O pensamento antropocêntrico, como escreve Keith Thomas (2010, 1º ed. 1983) encontrou vazão nas interpretações da Bíblia elaboradas em leituras perpetradas por pregadores religiosos e filósofos: “os teólogos do início do período moderno, de um modo geral, não viam dificuldades para chegar a uma síntese razoavelmente aceita [a respeito do relato bíblico da criação]. O jardim do Éden, afirmavam, era um paraíso preparado para o homem, no qual Deus conferiu a Adão o domínio sobre as coisas vivas (Gênesis I, 28)” (THOMAS, 2010, p. 22) Mesmo após o pecado original, após ser expulso do paraíso, o direito de predomínio do homem sobre as criaturas foi mantido, entretanto ter que ser agora conquistado e reiterado. “Ao rebelar-se contra Deus, o



homem perdeu o direito de exercer um domínio fácil e incontestado sobre as outras espécies. A terra degenerou. Espinhos e cardos nasceram onde antes existiam apenas flores e frutos (Gênesis, III, 8). O solo fez-se pedregoso e árido, tornando necessário um trabalho árduo para o seu cultivo”. (THOMAS, 2010, p. 22)

É neste tipo de solo, tido a partir da visão antropocêntrica como ‘hostil’ ao homem e ao cultivo de *sua vida*, que o rio Jaguaribe brotou nas nascentes dos Inhamuns, correndo intermitente ao boqueirão do Orós, após ladear a cidade de Iguatu. Neste espaço árido, o homem impôs sua presença e ‘criou condições de resistência’ para torná-lo ‘senhor’ do espaço. Porém, a luta para sobrepujar e adequar a natureza aos seus propósitos, se mostrava ainda incompleta e inglória, já que mais uma seca assolava a região, em 1958. O rio Jaguaribe, nessa via de entendimento verificável em artigos escritos por engenheiros do DNOCS no primeiro quinquênio do século XX, deveria servir para os usos e benefícios humanos. Eram necessários esforços de ordem decisivamente científico-institucional para intervir nesse rio e torná-lo a ‘salvação do Ceará’, numa rede de discursos que jogavam com uma ambígua relação de domínio e condicionamento do homem frente à natureza.

O Orós é sem dúvida uma das obras de maior importância em vias de realização. Será a redenção da maior reserva aluvional do Polígono das Secas. Foi, quando inicialmente projetado, o maior reservatório do mundo, pois, os maiores que então se conheciam ‘Assuã’ no Egito e ‘Elephante Butte’, nos Estados Unidos, tinham bilhões e bilhões de m<sup>3</sup>. Quem conhece o que representa estes açudes para as terras áridas que beneficiam, facilmente poderá compreender o significado do Orós encaixado em pleno coração da região seca do Brasil. (PINHEIRO, 1960, p. 2)

Ainda segundo o mesmo caderno do DNOCS, onde os estudos da seção de projetos sobre o Orós foram publicados, o açude representava:

- a) água para o homem e seus animais,
- b) transformação dos solos áridos em florescentes campos agrícolas;
- c) centro de produção agrícola nas vazantes;
- d) local de pesca;
- e) obra de regularização da cheia;
- f) energia elétrica;
- g) centro de recreação, etc.

Os benefícios da intervenção no Jaguaribe apresentados pareciam incontestes. Dadas as devidas razões favoráveis à construção do açude, o DNOCS foi o órgão responsável por realizar e administrar o Orós. É certo que havia discussões contrárias ao projeto, nas quais se alegavam a submersão de uma mina de magnésita, e questionavam-se os reais benefícios de tamanho represamento de água e a futura administração dos recursos daí advindos<sup>65</sup>. Mas, a seca de 58 sobrepujou os argumentos desfavoráveis e impulsionou definitivamente a obra. Como afirmava o presidente Juscelino, “*não é de hoje que temos convicção nos efeitos salvadores dessa obra*” (Jornal ‘O Unitário’, 08/04/58). Superestimava-se a capacidade ‘redentora’ do Orós, e alguns discursos de engenheiros e governistas chegavam a proclamar o açude como a solução de todos os problemas financeiros do Ceará, a ‘fonte definitiva da sua independência’. Antecipando resultados miraculosos, os discursos das oligarquias interessadas na construção do Orós escondiam ou logravam encobrir as lacunas na estrutura administrativa do Estado, que não apresentava um planejamento eficaz de forma a impedir que a miséria, a fome e a migração se instaurassem a cada período de estiagem mais longo.

### **2.3 - O dilúvio, ou quando o sertão virou mar;**

“Madrugada do corpo, rio cheio  
Na correnteza larga, sem mourão.  
Um arbusto quebrado de permeio  
A água funda, à noite, a inundaçãõ.”

(“Jaguaribe: memória das águas”. Luciano Maia, p. 58)

Comparado ao Nilo através da importância da barragem de Assuã para a agricultura praticada nas terras irrigadas do deserto do Egito, o Jaguaribe teria um represamento de águas que significaria também o controle final de seus abruptos movimentos: ‘*obra reguladora da cheia*’. Dessa maneira, findariam os dois excessos, a seca e as abruptas enchentes da natureza sobre os moradores do vale do Jaguaribe.

As medidas para a construção do açude foram tomadas, os estudos das sondagens do solo reexaminados, e o acampamento com laboratório de pesquisas topográficas, casas de alvenarias, ambulatório para os trabalhadores, foi montado.

---

<sup>65</sup> A este respeito, ver: HONÓRIO, Erotilde. ‘*O despertar da memória: as narrativas dos excluídos da terra na construção do Açude Orós*’. Fortaleza: Secult, 2006.

“Máquinas e equipamentos foram preparados para a nova luta” (Jornal ‘O Unitário’, 20/10/1958). É que a história da construção do açude Orós já fora pontilhada por ‘fatalidades’, desde um incêndio no escritório do DNOCS em Fortaleza, que destruiu os primeiros estudos em 10 de dezembro de 1912, ao mais ‘rigoroso’ inverno que se tinha notícia no vale do Jaguaribe em 1924, quando as máquinas e escavações dos empreiteiros americanos contratados pelo governo de Epitácio Pessoa ficaram submersas nas águas. Abandonadas no boqueirão do Orós juntamente com as vultosas verbas que haviam sido destinadas pelo Governo brasileiro ao empreendimento, essas máquinas estiveram por três décadas compondo o aspecto do lugar e demarcando uma temporalidade: ‘o tempo dos americanos’, quando topógrafos, geólogos e engenheiros da firma estaduense Dwight P. Robinson & Co., foram ao vale do Jaguaribe na região do curso médio do Rio, encarregados de estudar e executar a obra da barragem do Orós. O senhor Chico Cândido, residente na cidade de Orós, foi um dos muitos homens que se dirigiram à localidade quando esta era ainda um acampamento do DNOCS com fins de construção do açude, em 1956<sup>66</sup>. Em sua narrativa, o ‘tempo dos americanos’, na década de 1920, foram anos marcado por excesso de gastos e descasos, e as máquinas deixadas ao gosto do vento, do sol e da chuva nas primeiras escavações dentro do boqueirão, eram os símbolos materiais desse tempo.

Quando começou o açude foi no tempo dos americanos. A fundação daí é das eras de 22, 1922, os americanos foi que vieram fazer o estudo e botaram um horror de guindaste, de cabo. Os americanos ganhavam naquele tempo pelo que eles gastavam. Se eles gastavam dez milhões, eles recebiam uma porcentagem de dez milhões. Se eles gastassem um milhão, eles recebiam um milhão de porcentagem. Aí veio o inverno, era chuva que não acabava mais em 24, eles viram que não iam terminar o Orós mesmo, e gastaram toda verba que receberam. Construíram uma caixa d’água lá por cima dessa serra aí... É, você vê, coisa que não tem sentido. Os americanos faziam por que eles recebiam. Eles iam receber pelo gasto, sabe? Orós naquele tempo era um recanto tão recanto que Lima Campos era central!<sup>67</sup>

Lima Campos é um pequeno distrito que fica entre os municípios de Icó e Orós, na região Centro-Sul do Ceará. Durante a seca de 1932, foi construído o açude de Lima Campos pelo IFOCS, e dada essa anterior experiência e estrutura montada, o escritório central do corpo de engenheiros empenhados na construção do Orós lá foi organizado em 1959. Levas de homens ‘flagelados’, em busca de trabalho, se dirigiram a Orós.

---

<sup>66</sup> Em 1957, face às instalações do Governo/DNOCS para construção do açude, Orós eleva-se a condição de Município.

<sup>67</sup> Seu Francisco Cândido, nascido em 1948. Entrevista gravada em 06 de Agosto de 2008, Orós.

Evidentemente comprometido com um discurso que favorecesse a imagem redentora e assistencial do Governo, dentro da concepção organicista que marcava uma leitura comum da Nação e do ‘povo’ no período, o boletim do DNOCS (Cadernos: 1959, p. 19) registra: “Ao homem, como célula motora de toda a equipe, procurou-se dar a máxima assistência”. Numa ‘era tecnológica’, na qual pretendia o Brasil incluir-se, possantes tratores, escavadores, basculantes e veículos compunham com o homem (a célula motora, que fazia mover toda a engrenagem) uma ‘poderosa *equipe* mecanizada’, num plano onde homens e máquinas se punham juntos, aliados em um trabalho sobre a natureza, moldando-a, alterando o seu curso e determinando outra ordem e configuração para o espaço. Conforme descreve o engenheiro Luís Carlos Pinheiro,

Homens e máquinas puseram-se a um trabalho ininterrupto durante 24 horas do dia, erguendo a parede que domaria o Jaguaribe, o maior rio seco do mundo. Em 24 de setembro de 1959, fechou-se o boqueirão. O rio não mais deveria por ele correr. (PINHEIRO, 1960, p. 3).

Seguindo nesse ritmo, previa-se que, antes mesmo do final de março do ano seguinte, a barragem estivesse concluída. O inverno 1959 foi regular no vale do Jaguaribe, o que permitiu que as obras da construção do açude Orós, coordenadas pelo engenheiro Anastácio Maia, prosseguissem. Desviou-se o curso do rio e a barragem, que fechava o boqueirão do Orós, foi sendo levantada diariamente. Havia já no início do ano de 1960, apreensão e expectativa quanto ao inverno. É que se esboçava um ano de seca no Nordeste, porém no Sul do país chovia copiosamente. O Polígono das Secas, como registram os relatórios dos engenheiros do DNOCS, demorou a receber as primeiras chuvas do inverno e começava-se a especular: ‘seria um ano de seca?’

O Rio Grande do Norte, em fevereiro, através do seu governador, já apelava ao Governo Federal para a seca que se esboçava: naquele Estado, o fenômeno chegou mesmo a ser declarado pelo Governo Estadual. Providências a serem tomadas caso as chuvas não chegassem, já haviam sido acertadas. Ainda não haviam sido perdidas as esperanças de um bom ‘inverno’. (PINHEIRO, 1960, p. 14)

As obras da barragem do Orós estavam já adiantadas, porém não se sabia o que esperar do inverno. Mas, “eis que chegam as águas. Grandes chuvas em pequeno espaço de tempo!” (PINHEIRO, 1960, p.14). Inicialmente, as chuvas foram bem recebidas, com manchetes estampando a tranquilidade daqueles que temiam por mais um ano de seca. O mês de março trouxe suas águas, fechou o verão e acendeu a promessa de vida

nos corações que ansiosos, mediam o tempo, com as lembranças nefastas de 58. “**Rio Jaguaribe pega bastante água e já vem encostando na barragem do Orós** – *O rio Jaguaribe já vem correndo caudaloso, na maior parte do seu percurso. O Jaguaribe pegou bastante água, e seus afluentes importantes já estão correndo normalmente, o que é motivo de alegria para o Ceará. O açude Orós já começou a pegar água e os técnicos estão convencidos de que a barragem, mesmo no ponto em que está, já tem condições para suportar o peso do grande inverno de 1960. Mudou-se completamente o aspecto até mesmo da zona do Alto e Médio Jaguaribe, área que se conservava esturricada*” (Jornal ‘O Unitário’, 14/03/1960). A apreensão quanto aos efeitos das chuvas na obra incompleta do Orós eram amainados pela satisfação do inverno que felizmente viera. Cabia ao corpo de engenheiros do DNOCS, transparecer em suas falas segurança na técnica empreendida para a fundação e manutenção da barragem, mesmo ante todas as incertezas das previsões meteorológicas e ao volume do inverno que começava.

Pela rádio, a emissora ‘Rádio Dragão do Mar’ (AM 690), fundada em 1958 com sede à Rua 25 de Março, na cidade de Fortaleza, transmitia notícias que oscilavam entre o contentamento pelo farto inverno que se esboçava, confrontado com as memórias ‘*dolorosas e amargas*’ da seca de 1958 (Jornal ‘O Povo’, 14/03/1960) e pela preocupação que as suas conseqüências costumeiramente traziam.

**Fortes chuvas vêm por aí** – todo o Norte do Brasil vai receber grandes chuvas, foi o que disse, na televisão carioca, o Sr. Junqueira Schmidt, chefe do Serviço de Meteorologia Aplicada do Rio. Adiantou que o Sol deverá atingir o Equador em 22 de março, entrando no nosso hemisfério no outono. Devido a maior atividade do ‘máximo’ do Sol, em 1958, este outono será bastante rigoroso – O Norte e o Nordeste, sobretudo, serão atingidos por fortes temporais e chuvas excessivas. (Rádio Dragão do Mar, 06/03/1960)

Os rios começaram a aumentar o volume de suas águas. Como se narrou anteriormente, muda-se o aspecto da paisagem. Os vários açudes particulares, construídos com técnicas rudimentares e inapropriadas, transbordam, engrossam riachos e rios do Ceará, o que provoca uma reação em cadeia. Outros e outros açudes transbordam, se desmancham, e a água, numa avalanche descontida, carrega ao mar os destroços que arrasta. A seguinte reportagem descreveu como se processou esse quadro no inverno de 1960: “**Chuvas torrenciais em todo o Ceará: rios transbordam, açudes arrombam e estradas ficam intransitáveis** – *as últimas notícias recebidas nesta capital e no interior do Estado informam que os grandes açudes públicos do Ceará continuam*

*a receber colossal volume de água, em conseqüência dos pesados aguaceiros ultimamente caídos. Os rios que banham cidades do centro, norte e sul do Estado estão correndo com grandes cheias. Pequenos reservatórios, construídos por particulares têm arrombado, danificando plantações e inundado vastas áreas de terra. Trechos de rodovias estão sendo, por sua vez, seriamente danificados”* (Jornal ‘O Povo’, 19/03/1960).

Os periódicos colocam-se no papel de transmitir os anseios, os desejos e o estado geral ante as notícias. Na dupla função de noticiar (traduzir) e transmitir (criar) sensações da/na opinião pública, os jornais e demais meios de comunicação da época adotam uma linguagem sensacionalista que, de um dia para o outro, podem mudar a qualificação da notícia. Dessa forma, se num dia anunciavam com manchetes positivas o inverno, bendizendo as águas que começavam a cair sobre o sertão do Ceará e as cidades do vale do Jaguaribe, logo em seguida as chuvas, antes desejadas e ansiadas, são agentes da destruição: ‘inundavam, destruíam e matavam’. As águas do rio Jaguaribe assumiram ‘a face da circulação nefasta’ e passaram a carregar em sua correnteza aflições e lamentos. O inverno segue levando chuva para a nascente do rio e seus afluentes e “*a situação em todo o Vale do Jaguaribe é desoladora. Telegramas do Prefeito de Iguatu dizem que a cheia é maior que 1924 e que populações flageladas já existem em Iguatu, Jucás, Cariús e em várias outras cidades à margem do Jaguaribe. Por outro lado, a última notícia chegada a Fortaleza sobre a situação do Orós dá conta de que aquele reservatório continua a pegar muita água e que sua barragem não tem mais que um metro e meio, sendo iminente o arrombamento”* (Jornal ‘O Povo’, 23/03/1960).

A comoção, ante a iminência do ‘desastre’, era grande nos engenheiros do DNOCS, ligados diretamente ao açude, que vivenciavam o perigo diariamente; pois mesmo que houvesse uma leitura da ‘natureza’ como causa da cheia, contra a qual nada se podia fazer senão pré-ver e pré-dizer, a maior ameaça do inverno de 1960 era representada pela barragem do Orós ainda inacabada, que a cada noite e a cada dia, ameaçava romper-se, desmoronar e entornar milhões e milhões de litros de água sobre o vale do Jaguaribe.

Foi o meu primeiro contacto com a natureza do sertão. No caminho, vimos aquela vegetação rasteira, de pequeno porte, bem verde, mas muito diferente das paisagens costumeiras do Sul. Em Orós, homens e meninos de todas as idades, entre a passagem de duas máquinas, de pá, picareta, enxada ou mesmo com as

mãos, nivelavam o coroamento da barragem. Com troncos de árvores roliços ou com bambus, batiam para melhorar a resistência do talude ao desmoronamento, enquanto outros, com latas, apanhavam água do próprio açude e umedeciam o solo nas pontas onde se apresentava mais seco. Não havia tempo a perder. (PINHEIRO,1960, p.15)

Os homens trabalham com os recursos da vontade de subsistência e com o próprio corpo. O primeiro contato que o engenheiro tem com o sertão do vale do Jaguaribe mostra a ele um quadro comum quando há um bom inverno: apesar de diferente das que lhe eram familiares, a paisagem e sua vegetação estavam verde, bem verdes. É plausível que o quadro esperado pelo engenheiro ‘sulista’ das ‘secas’ paragens do nordeste fosse o da caatinga cinzenta, da terra empoeirada, num imaginário espacial ‘de Nordeste’ que se estava cada vez mais se acentuando e compondo (Albuquerque Jr., 2009)<sup>68</sup>. Os utensílios descritos por ele, não fazem parte do moderno maquinário destinado à construção do açude: ‘enchadas, pás, picareta’. A meticulosa técnica cedera lugar ao temor, imprecisão da paixão e da emergência, com o afã único de que fosse salva a obra inacabada do homem. Haviam sido construídos ... metros de barragem, sendo o esperado para o prazo... a barragem já poderia conter em sua estrutura .... litros de água. Mas ‘eis que chegam mais águas’ e não havendo sangradouro para escoar o excedente, a única “plausível solução lógica encontrada” (PINHEIRO, 1960, p. 16) foi tentar aumentar a altura da barragem de modo a suportar e conter mais e mais água. O temor das águas toma a todos e, em um dado discurso narrativo, iguala os homens num plano comum de aflição: engenheiros, políticos, jornalistas, religiosos e ribeirinhos ligados ao vale do Jaguaribe estão igualmente à mercê da tragédia das águas. “**Políticos Sobressaltados** – *De ontem para hoje, os políticos como que esqueceram as rixas e divergências, preocupados com a possibilidade de que o Orós poderá arrombar. Os deputados da zona jaguaribana eram os mais alarmados e abatidos com a perspectiva da tragédia iminente. Todos trocavam informações, discutiam as conseqüências do arrombamento do açude, calculavam as cidades e povoações que mais sofrerão, o tempo que as águas levarão para chegar a esse ou aquele lugar. Os representantes da*

---

<sup>68</sup> Numa coluna do Jornal ‘O Povo’ de 30 de março de 1960, o musicólogo, poeta e jornalista cearense radicado no RJ, Edigar Alencar, escreve sobre o que ele pensa a respeito da visão do sulista sobre os ciclos da natureza do Nordeste: “Os que no Sul fazem piada com as secas do Nordeste e notadamente do Ceará estão certos de que nesse Estado não chove. Ou chove raramente. Ignorância total. São sempre copiosos os invernos cearenses. Aracati, a cidade às margens do Jaguaribe é cheia de sobrados e muitos deles assinalam por muito tempo as marcas da água das enchentes. Por causa desse exagero, seco ou pluvial, é que por lá existe o dito popular: No Ceará é 8 ou 88, ‘terra onde o sapo corta uma volta, por que ou morre torrado ou afogado !’”

*região jaguaribana já seguiram para suas cidades hoje, a fim de averiguarem de perto a situação.*” (Jornal ‘O Povo’, 24/03/1960)

Nesse quadro de preocupação que se ia esboçando em Orós, o ‘Homem’ ganha destaque nas narrativas descritivas dos jornais e no já citado relatório auto-biogáfico do engenheiro do DNOCS, Luís Carlos Pinheiro. O homem, com positivas qualificações, é oposto à natureza das águas, contra qual se inicia uma batalha “hercúlea”, auxiliada pela máquina (elemento de efetivação do domínio do homem sobre a natureza). Ante a catástrofe, as humanas qualidades ‘cristãs’ de solidariedade e abnegação se sobressaem nos homens simples que se empenhavam ‘em tentar salvar a barragem’.

**Aumenta o perigo em Orós: Solidariedade e Heroísmo** – A população do Ceará e dos Estados vizinhos acompanha com verdadeira emoção o desenrolar dos acontecimentos no Vale do Jaguaribe, onde o homem trava uma batalha terrível contra a natureza. (...) O sentimento de solidariedade humana, que às vezes parece haver desaparecido, numa sociedade que restaurou muitas leis da selva na luta pela existência, ressurgiu nesse momento como um fato confortador. (...) *A batalha do Orós* mostra, por outro lado, o heroísmo anônimo das massas, heroísmo que se exercita no momento exato, sem pedir glórias ou louros. Ainda não relataram os jornalistas aferrados ao *espetáculo oferecido pelas próprias águas*, as peripécias da luta de dezenas de homens sobre a barragem. Mas é possível sentir, em retalhos de informações, que esses homens, a maioria constituída de trabalhadores humildes, que não esperam nenhuma recompensa, desprezam tudo o que é pessoal para dedicar-se tão-somente a tarefa de salvar o reservatório. Trabalham dia e noite, e já devem estar perto do esgotamento físico, que se agrava com a tensão nervosa. Ao trabalho abnegado desses homens deve-se não ter ocorrido ainda um desenlace que seria *o triunfo das forças cegas da natureza*. (Jornal ‘O Diário do Nordeste’, 23/03/1960, grifos meus)

Atribuindo um sentido patriótico para o ‘heroísmo’ das massas de homens humildes, trabalhadores, a reportagem se encarrega de criar (e deslocar) um sentido específico para a ‘batalha’ do Orós: salvar a barragem, a obra do homem sobre a natureza do Rio. A luta pela subsistência é tratada como primitiva, selvática, vivida num tempo em que o homem estava ainda demasiado ligado ao mundo natural, sem o domínio de técnicas que o colocassem como ser civilizado de seus ‘naturais’ instintos de sobrevivência. A solidariedade comum entre os homens, que se irmanam na tragédia, e o heroísmo do trabalho abnegado, barram diariamente uma força cega, inclemente, que ‘avança em ascensão’. É possível que Euclides da Cunha tenha instituído um ‘tipo social’ para o homem sertanejo, que é repetidamente retratado numa ambígua qualificação como um *forte*: ‘antes de tudo um forte’. Mesmo que incivilizado, numa leitura com tons deterministas (mesmo que pálidos tons), o meio acaba por tornar os



homens brutos, mas ‘uma raça de fortes’. “Só, contra a impassibilidade da natureza, luta, luta, luta sempre. E daí, não seja talvez paradoxo o dizer – que a seca é um fator de progresso, porque forma e molda uma raça de fortes” (BARROSO, 2006, p. 14). A luta da ‘batalha do Orós’ se travou não contra uma natureza impassível que vê a terra secar a cada dia findado sem chuvas, e que assiste ao gado definhando, ao solo se abrir em fendas... Numa outra face de inclemência, a natureza se punha ‘cega’, avassaladora sobre a barragem que tentava contê-la. E o homem sertanejo, um forte ‘*por natureza*’ se colocava em luta, constantemente e outra vez em luta contra a natureza ‘hostil’, luta que o fortalecia e dignificava.

Na barragem continuava a luta. Foi o meu batismo de fogo no campo. Sabia das qualidades e resistência dos bravos nordestinos, mas jamais podia imaginar do que eram capazes. Quando era impossível o uso de ferramentas o homem escavava o solo com as próprias unhas. A sede era saciada com a água suja do açude, colhida junto ao talude. (PINHEIRO, 1960, p. 19)

Nessa urdidura de narrativas sobre a luta dos homens contra o desabamento do açude Orós, um cordel (de autoria não identificada) destaca o perigo que as águas constantes traziam para aqueles que, ‘dia e noite’, ‘sem um instante parar’, procuravam manter a barragem segura, protegendo o vale do Jaguaribe do mais ‘terrível tormento’ que poderia vir a acontecer. Segue a mesma intensidade narrativa, na ênfase sobre o empenho desses ‘homens comuns’, sobre o trabalho incansável de todos, num enfrentamento às águas que irmanava os homens ‘de todos os Estados’.

No açude de Orós  
A água foi aumentando  
Duma forma incalculável  
A todo mundo assombrando  
E a chuva de continuo  
Por toda parte inundando (...)

Mandou vir um engenheiro  
Homem de grande instrução,  
Pra fazer no açude  
Nova remodelação  
Com outra barragem  
Uma forte construção

Começaram o serviço  
De lado a lado atacaram  
Acima da outra velha  
uma outra começaram  
Homens de todos os estados  
O trabalho enfrentaram

Dia e noite trabalhavam

Sem dormitarem um momento  
Procuravam amenizar  
O mais terrível tormento  
Do povo que demandava  
No maior constrangimento (...)

Porém a água aumentava  
De formas que admirou  
Trabalhavam dia e noite  
Ninguém um instante parou  
Porém a água forçada  
Em Iguatu represou<sup>69</sup>

Há, em 1960, um elemento diferencial, que tornou a enchente peculiar dentre outras anteriores e que ensejou uma série de lembranças que a evocam, lembram e narram como ‘o dilúvio do Orós’. A melindrosa situação dos ribeirinhos frente aos efeitos dessa cheia foi ‘copiosamente’ registrada nos jornais cearenses do mês de março de 60. As ‘memórias de vida’ dos depoentes desta pesquisa, moradores das cidades do vale do Jaguaribe, são marcadas pelo ‘dilúvio do Orós’ de uma forma que a cheia é a principal lembrança que muitos têm do rio, e constitui um marco em suas vidas: há o que aconteceu antes e depois da cheia do Orós. Ao serem inquiridos sobre o Rio e sobre suas vidas nas cidades do vale do Jaguaribe, a primeira menção, a primeira lembrança, e a primeira narrativa, no caso desta pesquisa, comumente foi a do ‘arrombamento do Orós em 60’, ou a grande cheia de 1960. Dona Eládia, ao contar que a seca de 58 foi “um secote”, arrematou que “feio mesmo foi o Orós...”<sup>70</sup>

Destarte, a cheia de 1960 é uma cheia do Jaguaribe, é certo, mas é sobretudo, ‘a cheia do Orós’, uma enchente provocada e construída em grande medida imagetivamente, pelo temor que a imensidão das águas represadas produzia. Os significados que esta enchente carrega vão muito além das proporções que ela alcançou, em se tratando de número de flagelados, cidades temporariamente submersas, plantações destruídas e etc. O pavor causado pelo possível arrombamento da barragem, que já armazenava mais de “400 milhões de metros cúbicos de água” (Jornal ‘O Povo’, 23/03/1960) guardou dimensões míticas e grandiosas na memória daqueles que estavam já acostumados às cheias violentas do rio – sendo a de 1960 não somente mais uma cheia, e sim ‘o dilúvio do Orós’. Numa relação em que o Rio deixa de ser rio e passa ser açude, para seguir sendo rio quando transpõe os limites da barragem, o Jaguaribe, ao ser

---

<sup>69</sup> Título e nome do autor não identificados. Este cordel faz parte do acervo da Associação de Preservação Histórico-Cultural Pedro Augusto Netto, Orós.

<sup>70</sup> Dona Maria Eládia Bezerra, 94 anos. Entrevista realizada em 02-08-2008, na cidade de Jaguaribe.

interrompido na serra do boqueirão do Orós, perde temporariamente o seu nome e seu lugar.

Foi a técnica do homem, incidida no curso do rio, falha ante o grande e inesperado volume das chuvas do inverno, que emprestou à cheia um particularidade muito mais comum ao seu par oposto, a seca: a enchente *do* ‘Orós’ se processou em paulatinos avanços, suas proporções foram dadas mais pelo homem que pelo excesso da natureza. Progressivamente, foi se tornando mais iminente o desabamento da barragem, e a tensão, apreensão e aflição, foram se formando num amontoado de explicações e soluções dadas pelos engenheiros, trabalhadores, políticos e jornalistas, após cada dia passado. As noites eram inseguras; as águas do gigantesco reservatório poderiam a qualquer momento descer em avalanche pelo rio e tomar o vale. No dia 25 de março, sabia o engenheiro-chefe da obra, Anastácio Maia, que a situação estava ‘perdida’. Os esforços do homem, ‘lutador indômito’, eram louváveis, dignos da ‘bravura característica desse povo’, porém de nada serviriam caso a natureza seguisse derramando água no vale do Jaguaribe. *“A verdade é que a situação no Orós é realmente melindrosa, afirmou o engenheiro Anastácio Maia, construtor do Orós e um dirigente infatigável, estando-se na iminência de uma grande catástrofe, que poderá tornar-se inevitável, a menos que as águas cessem por alguns dias na região compreendida pela bacia hidrográfica do Orós”* (Jornal ‘O Unitário’, 25/03/1960)

Mas não cessavam as águas que se avolumavam no Orós. O mesmo açude que havia sido construído em discursos como a redenção dos problemas e do atraso econômico do Ceará, representava agora a maior tragédia pela qual passava o Estado. Transformou-se o sonho do poeta em matéria de aflição, e pela ‘artéria aberta’ do Ceará jorrariam as águas do projeto de salvação.

**“Orós com as horas contadas: agrava-se a cada instante a situação.** *Não constitui surpresa que a qualquer minuto o arrombamento se consume como uma tragédia de conseqüências imprevisíveis a centuplicar o infortúnio do Ceará e dos cearenses. O Orós, a estas horas, é um sonho de redenção econômica que se está transformando em desgraçado pesadelo. Parodiando Demócrito Rocha, no seu famoso poema – libelo que cobrava dos poderes da República a construção do imenso reservatório, – podemos dizer que o Orós está resistindo e morrendo, resistindo e morrendo...”* (Jornal ‘O Povo’, 25/03/1960). No mesmo dia, o deputado da bancada cearense Paulo Sarasate, discursa na Câmara Federal no Rio, pedindo socorro ao Ceará e às populações do vale do Jaguaribe, aludindo em seu discurso o mesmo poema que

catalisava na evocação ao Rio, o drama de ‘um povo’: “É imprescindível que uma convergência de esforços seja enviada a zona do Jaguaribe a fim de evitar que a catástrofe do Orós seja chorada com lágrimas mais sentidas do que aquelas que neste instante, se não aparecem em nossos olhos, borbulham em nossos corações de cearenses, que durante tantos anos sonhamos com o Orós, para não permitir que o rio Jaguaribe continuasse a ser a ‘artéria aberta por onde escorre e se perde o sangue do Ceará” (Jornal ‘O Povo’, 25/03/1960)

Mesmo uma chuva miúda, fina, fazia aumentar o nível da água nas paredes da barragem. Continuava subindo a água dentro do Orós. Projetou-se abrir um sangradouro emergencial, porém a operação se mostrava arriscada. Na noite do dia 25 de março, um ‘possante trator’, entrou em ação, mas corria-se o risco de que operador e máquina fossem derrubados pela correnteza que escorria através do pequeno sangradouro aberto. E eis que, conforme temiam os engenheiros e ribeirinhos, a madrugada, escura e chuvosa, fez descer o ‘dilúvio’. Rompeu-se parcialmente a barragem num retumbante estrondo. Entre a voz e a letra, as emoções e a memória dessa noite foram assim narradas:

Exatamente aos 17 minutos do dia 26, conforme assinalava o relógio do Eng. Laércio Freire Bastos (DNOCS – Comissão Alagoas) começou a correr a sangria. O reservatório continuava a encher e cerca de 30 minutos após ouviu-se um ruído tal qual gigantesca catadrupe. A água transbordava por meio da barragem. Dentro de algum tempo eram 600 m vertendo. As banquetas davam um aspecto de cachoeira. Algo contristador, mas de rara beleza. (PINHEIRO, 1960, p. 20)

Quando o Orós arrombou em Jaguaribara velha todo mundo escapou por que tinha os altos. [O Orós] Não tava terminado, era pouco, um pedaço de parede feita. Tamparam o rio, que é esse dito rio, o Jaguaribe, num beco de serra lá, aí tamparam, mas não deixaram sangrador, achando q não enchia. Aí uma cheia empurrou muita chuva, lavou por cima, arrombou de terra, aí veio água, derrubando e acabou com tudo... Uma parte (da cidade) ficou descoberta, mas outra derrubou tudo. Foi em 60, a água pra chegar em Jaguaribara foi em 26 de março de 1960, derrubou casa que não foi brincadeira não, derrubou muita casa, a casa de papai foi uma que caiu... Foi uma enchente medonha... não morreu gente não, mas foi um aperreio medonho, houve muito prejuízo. Eu agora morro de medo de água, por que eu vi.<sup>71</sup>

*‘Prevaleceram as águas excessivamente sobre a terra e cobriram todos os altos montes que havia debaixo do céu’. (Gênesis: O dilúvio, 7.19)*

---

<sup>71</sup> Dona Luzia Alves de Sousa, nascida em 1942. Entrevista gravada em 02.08.08 na cidade do vale do Jaguaribe, Nova Jaguaribara.

## 2.3 – Os tributos do Rio

‘A água tende ao bem’

(G. Bachelard, 1989)

“[o povo jaguaribano] *Cambaleante ainda, e não convalescido das feridas e desgastes da seca, inflige-lhe a natureza inclemente um suplício bem maior, arrebatando-lhes num momento, tudo aquilo que os convidara a viver, deixando-os num supremo isolamento, sem lar, sem pão e sem esperança.*” (Fernades Távora, Senador cearense em telegrama enviado à redação do Jornal ‘O Povo’, publicado em 30/03/1960)

A Canção ‘*Súplica Cearense*’, de autoria do sambista Gordurinha em parceria com o compositor Nelinho, foi lançada em 1967 na voz de Luiz Gonzaga. Pelo título da canção e pela data de seu lançamento, é bastante plausível supor que o lamento do cearense viesse em função dos eventos acima narrados, uma seca seguida de uma cheia que põem o homem no flagelo cíclico ‘dos sertões’.

Oh! Deus, perdoe este pobre coitado  
Que de joelhos rezou um bocado  
Pedindo pra chuva cair sem parar

Oh! Deus, será que o senhor se zangou  
E só por isso o sol arretirou  
Fazendo cair toda a chuva que há

Senhor, eu pedi para o sol se esconder um tiquinho  
Pedi pra chover, mas chover de mansinho  
Pra ver se nascia uma planta no chão

Oh! Deus, se eu não rezei direito o Senhor me perdoe,  
Eu acho que a culpa foi  
Desse pobre que nem sabe fazer oração

Meu Deus, perdoe eu encher os meus olhos de água  
E ter-lhe pedido cheinho de mágoa  
Pro sol inclemente se arretirar

Desculpe eu pedir a toda hora pra chegar o inverno  
Desculpe eu pedir para acabar com o inferno  
Que sempre queimou o meu Ceará<sup>72</sup>

*Súplica Cearense*  
Gordurinha & Nelinho

É um lamento do lavrador que orou a Deus para que o sol ‘inclemente’ fosse levado do céu do Ceará e para que o inverno viesse. Ao pedir chuvas, espera que elas

---

<sup>72</sup> Luiz Gonzaga. RCA Victor, 1967.

venham ‘de mansinho’, na quantia que faça a planta nascer no chão onde o sertanejo se ajoelha e reza a Deus para acabar com o ‘inferno’ e fazer logo chegar o inverno. A música traz em sua letra os tons da desventura tão peculiar no vale do Jaguaribe: as chuvas, inverso da seca, é o que deseja o suplicante da canção; porém quando vem o inverno, por vezes vem em demasia e faz ‘cair toda a chuva que há’, causando o infortúnio da enchente. Assim, a música diz do que se pretende aqui salientar: os sentidos que as secas e as chuvas carregam são formados e significados na experiência individual/coletiva de contato/vivência com esse tempo cíclico da natureza, e nos discursos produzidos a partir desta experiência, dada a especificidade de cada regime discursivo, escrita/fala.

Transmitindo um ar de saudade, de nostalgia dirigida a um espaço perdido no passado onde há uma constância atemporal ‘o sol (inclemente) que *sempre queimou* o meu Ceará’, o conjunto da produção musical de Luiz Gonzaga foi responsável por instituir o que Durval Muniz denomina de ‘música do Nordeste’ ou uma ‘voz do nordeste’ cantada para levar os verdadeiros sentimentos e infortúnios de uma região ao conhecimento do Centro-Sul do Brasil e das autoridades políticas, responsáveis pelo amparo ao nordestino.

O espaço desenhado por suas canções é quase sempre o do Nordeste e, no Nordeste, o do sertão. Este espaço abstrato surge abordado por seus temas e imagens já cristalizados: a seca, as retiradas, as experiências de chuva, a devoção aos santos (...) o povo sofrido, simples, resignado, devoto, capaz de grandes sacrifícios. Nordeste de homens que vivem sujeitos à natureza, a seus ciclos, quase animalizados em alguns momentos, mas em outros capazes de produzir uma rica cultura. (ALBUQUERQUE Jr., 2009, p. 181)

O homem temente a Deus e suplicante que ora na música cantada por Luiz Gonzaga representa todo ‘um povo’ que sofre com a seca ‘do’ Nordeste, que ansioso, espera pelo inverno e que traduz como vontade divina esses movimentos naturais. O Ceará é o epíteto da terra que cristaliza essa imagem vitoriosamente difundida pela música de Luís Gonzaga. O entendimento da seca e da subsequente enchente como castigos divinos faz a súplica do ‘pobre que nem sabe fazer oração’ ser uma súplica ao perdão de Deus, antes de tudo, por tanto pedir a chuva, cheio de mágoa no coração pela falta de invernos. Ao ver tanta água caindo dos céus, se enchem de lágrimas os seus olhos. O céu inclemente derramou abundante chuva na nascente do rio, que alagou as cidades e arrastou as plantações. É que ele havia pedido para chover, mas ‘chover de mansinho’...

São esses movimentos parte dos tributos do Rio. O Jaguaribe, dado como o ‘Nilo do Ceará’, fonte da salvação e da vida, tem sua história cortada, como o seu próprio curso, pelo episódio da construção e arrombamento do Orós. As águas que da barragem correram ficaram guardadas na memória do Seu Bezerra, à época morador da cidade de Orós, como um grande dilúvio, numa noite de ‘tormenta e sufoco’:

Isso foi um clamor, a repercussão de que o Orós ia arrombar. O pessoal saindo das casas. Aqui dentro da cidade, minha primeira filha nasceu nessa noite lá nas casas do alto. Nos botaram pra fora, e haja aquela confusão de gente, por que a água ia passar com mais de seis metros de altura e tiraram o pessoal daqui. Eu achei que tavam exagerando, provocando um mal estar no povo, mas depois vi que foi um dilúvio. E a mulher esperando neném, que sufoco! Aí nós fomos para a casa de Lenildes e nasceu minha primeira filha nessa casa. Minha filha nasceu aqui, duas horas depois de o açude arrombar. Na noite do dia 26 de março, a 0 hora e trinta minutos, o açude arrombou, e às três horas da manhã minha filha nasceu. O maior sufoco! Eu andando de pés por essa lama para encontrar essa Dona Luca, que era a parteira daquele tempo, funcionária do DNOCS casada com seu Alexandre, também funcionário do DNOCS. Mas felizmente encontrei.<sup>73</sup>

A narrativa de seu Bezerra exprime uma tensão entre o saber daqueles que sempre viveram ‘perto’ do rio Jaguaribe, e o saber dos engenheiros, que tinham o poder de intervir diretamente no Jaguaribe, mas que não conheciam a fundo o rio em seus movimentos. Há, constantemente, uma desconfiança no que diziam os engenheiros; mesmo que depois seu Bezerra viesse a ver ‘o dilúvio’ entrar na cidade, primeiro ele desconfiou do exagero do clima que se instaurava. Em todo o Vale do Jaguaribe, foram orientadas as populações para que evacuassem as cidades e as casas mais próximas ao rio, de maneira que grande parte das pessoas assistiu, dos ‘altos’, suas casas serem tomadas pelo rio. Seu Bezerra segue a sua narrativa sobre a noite do dia 26 de março, colocando-se como um observador que acompanha de perto, que viu com seus próprios olhos, o processar do ‘momento’:

Na noite do dia 25 para o dia 26 de março, quando eu passei lá (na área de construção da barragem) em busca dessa D. Luca, isso tinha muita gente lá, ministro, deputado, senadores, engenheiro, tudo assistindo àquela tremenda tragédia e os trabalhadores botando a terra encima da parede. Parecia coisa de criança, de menino catando... por que era lutar contra o destino mesmo, conforme a água aumentando e eles botando aquelas pedras. Tanta terra botasse quanto a água avançasse. Avançava era com força mesmo a água. Não era coisinha pouca não. Aí a erosão mesmo foi forte. Foi água! Invadiu isso aqui

---

<sup>73</sup> Francisco Bezerra, nascido em 1937. Entrevista gravada no dia 04.08.2008, na cidade de Orós.

tudo, a água levou a casa de André Bentes, levou a de Chico Costa. Não se constata que morreu ninguém aqui não, mas foi muita água.

Em um plano estão os políticos e os engenheiros assistindo ao avanço das águas, e, em outro, os homens que lutavam inutilmente contra a força do ‘destino’ que se mostrava iminente. Seu Bezerra parece querer mostrar, novamente, a tensão entre os dois agentes que ele coloca em planos distintos na sua narrativa dos acontecimentos: os homens que lutavam na barragem como crianças contra a água, e os homens que assistiam a isso sem um envolvimento direto. Contrastando com as narrativas dos jornais e o estudado relatório do engenheiro Francisco Pinheiro, a memória do seu Bezerra concede outros lugares para os mesmos papéis: não há exaltação da bravura e do valor do trabalho dos homens comuns, os ‘fortes sertanejos’. O trabalho deles ali na barragem é descrito como arte de criança, como uma luta vã, e os engenheiros, que aparecem nos jornais como também lutadores infatigáveis na frente de tentar salvar a barragem, para o seu Bezerra, permaneceram do alto, apenas assistindo à ‘tremenda tragédia’.

Morador da cidade de Orós desde 1951, Seu Bezerra era um comerciante que mantinha um amplo leque de relações na hierarquia de poderes e importâncias da cidade, conhecendo na intimidade, de engenheiros a ‘cassacos’ (como chamavam os homens das redondezas que vinham empregar-se na construção da obra, grande parte, flagelados da seca de 58). Destaco a sua narrativa aqui, dentre as muitas que colhi sobre o arrombamento do Orós, por que em toda ela, seu Bezerra se coloca como participante dos eventos, inclusive é ele quem avisa, através de um telefonema ao engenheiro Anastácio Maia, do perigo que este desconhecia.

Então, quando foi no dia 23 ou 24 de março o rio aí aumentou... O pessoal começou a temer, a ter medo. E eu viajando, vendendo, ia levando uma carrada do meu produto pra Picos no Piauí, quando eu vou me aproximando de Iguatu, eu vejo aquilo tudo branco, aquela região. E eu perguntei: ‘o que é aquilo?’ Me disseram: ‘será que é água?’ quando a gente acaba de descer o que a gente chama de a Chapada do Moura, então já tinha água descendo naqueles córregos, sobrando água... ‘Eita rapaz, é água!’ eu pensei. Quando eu chego tava aquela ponte de Iguatu lotada de gente olhando aquilo ali e disseram: ‘o rio tá aumentando dois pés por hora!’ Aí eu pensei que ninguém tava sabendo disso lá em Orós. Eu corri pra procurar o que fazer. Mandeí um telegrama por telefone ao Euclides, pra repassar pro doutor Maia. O Euclides trabalhava bem de junto do escritório do doutor Maia. Aí o doutor Maia disse: ‘não, isso é besteira. Eu dormi lá do lado da barragem e tava 25 pés só’. Disseram: ‘Dr. Maia, esse rapaz [seu Bezerra] trabalha com a gente há muito tempo já, e ele não iria dizer uma mentira dessas não. Eu garanto que isso aqui é verdade’. Aí o doutor Maia preocupou-se um pouco e disse pro Euclides: ‘meu filho, o que a gente vai



fazer?’ por que ninguém sabia, não tinha rádio pra ficar avisando, ninguém sabia que essa água tava vindo.

Apesar do lugar de legitimidade comumente conferido pela sociedade moderna ao saber técnico científico do engenheiro, esse lugar não parece garantir, na narrativa que estamos acompanhando, uma impunidade no desenrolar dos eventos aqui tratados. Uma prepotência não anunciada, juntamente com um descaso pelo saber daqueles que conheciam o rio, são atribuídos aos engenheiros. Ainda antes de se instaurar o temor pelo arrombamento, no início do ‘inverno’, as pessoas que estavam acostumadas ao rio Jaguaribe, já desconfiavam das falas que proferiam os engenheiros sobre a segurança da obra. A intimidade no uso, no convívio e na observação do rio, no entender do Seu Bezerra, era mais ‘astuta’ em predizer do que era capaz o Jaguaribe. Ao ser informado do perigo, o engenheiro Anastácio Maia pergunta ao seu interlocutor, o amigo de Seu Bezerra chamado Euclides: ‘*meu filho, o que a gente vai fazer?*’. Numa disputa pelo (melhor) conhecimento sobre o que fazer, quem ganha, na narrativa do seu Bezerra, sempre é o homem que tinha, conforme seu entendimento, mais proximidade com o Rio e com o espaço físico e cultural do Jaguaribe. O engenheiro, apesar de ser dado a ele o poder do Estado de controlar o rio, está distante do que realmente acontece, e é levado pela situação, com um ar perdido, de despreocupado desencontro. Dessa forma, vai o Seu Bezerra construindo outra ordem para os saberes (o saber do povo e o saber dos engenheiros, dado como ‘científico’), outros lugares para os papéis que desempenharam os indivíduos nessa história.

Uma feita, um cumpadre meu me chamou pra ir ver o Orós, pra curiar como tava funcionando o trabalho por lá. Tava ainda todo mundo trabalhando, mais ou menos cinco e meia pra seis horas, um vento danado, gente botando terra, aquelas máquinas apiloando o chão, a argila. E já tava chegando água, pouquinho, mas já tava chegando água. Isso pra faixa já do dia dez de março, que tava dando uma chuva pesada pelas cabeceiras do rio e chegando um pouquinho d’água. Aí o povo, conhecedor mesmo do rio Jaguaribe, por que todo pessoal do vale do Jaguaribe conhece mesmo o que era, e o que é, o rio Jaguaribe! Então meu cumpadre, Seu Celso, chegou e disse: ‘isso aí vai arrombar’, disse mesmo assim! ‘essa parede não vai sustentar a água desse rio não’. E foi uma revolta tremenda, por que Seu Celso deu aquele parecer lá. Disseram: ‘*Seu Celso, o senhor sabe o que é acumular dois bilhões de metros cúbicos de água?*’ Ele disse: ‘*sei, é essa daqui, que não vai suportar*’. Aí começou a chover. Tome chuva, tome chuva, tome chuva... Abriam as torneiras mesmo pra valer. Aí haja a água a aumentar e água aumentando, aumentando...

Outro morador da cidade de Orós, que também para lá se dirigiu em busca de trabalhar nas obras de fundação da barragem, no início da década de 50, o senhor Francisco Pinto Teixeira, conhecido por ‘seu Chico Pinto’, foi um dos que *viram* as águas subirem e a barragem arrombar. Sua narrativa segue o mesmo tom das falas de Seu Bezerra, e, mais uma vez, o ‘engenheiro do DNOCS’ peca por desmerecer o rio e os saberes locais, destituídos das lentes da ciência, porém, conforme o Seu Chico Pinto, muito mais ‘acertados’ no conhecer do Rio.

Em 59 o rio botou bem pouquinha água, por que a chuva foi pouca. Aí um engenheiro responsável pela barragem disse: ‘não, eu pensei que a gente fosse tapar um rio, ouvi um comentário de que o rio tinha muita água, mas isso aqui é um riacho!’ Dr. Elizeu, que era o dono de uma indústria aqui de algodão e depois virou prefeito, ele era muito amigo do engenheiro, e aí ele disse: ‘Doutor, o senhor não conhece o rio Jaguaribe não! Esse rio aqui quando ele bota cheia, passa seis meses dando água’. Aí eles foram fazendo uma parede sem fazer o sangrador. Ele era da Paraíba (*o engenheiro chefe responsável pela obra do Orós, Anastácio Maia*) e não conhecia a história do rio Jaguaribe. Aí quando foi em sessenta começou a chover, começou a chover, eu sei que pra resumir a história, foram 25 dias em março que choveu, choveu, foi aumentando a água e a parede diminuindo, e ele [*o engenheiro*] se agoniou, lá vai pedindo socorro, pra ver se salvava a parede. Aí veio de avião um bocado de lona, soltava pelo avião a lona pra ver se emendavam a parede. A parte da parede que eles conseguiram cobrir salvou. A outra parte arrombou.<sup>74</sup>

Ficou conhecida como ‘operação lona’ a tentativa de segurar com lona (material plástico) a barragem, sustentando com toneladas de lona fixadas nas serras, a força da água sobre a parede do açude. A falta do sangrador foi a falha humana, uma desatenção à técnica de açudagem, que provocou o arrombamento parcial da inacabada barragem, conforme depois se escreveu no Jornal ‘O Globo’, do Rio de Janeiro: “**A Catástrofe de Orós tinha sido prevista!** *Verificou-se o arrombamento da barragem, ficando comprovada a previsão já generalizada então nos meios técnicos que tinham contato com a obra. Conforme acentuou o Deputado [cearense] Edilson Távora, o rompimento viria em consequência da falta de sangradouro. A parede da barragem deveria ter sido elevada até determinada altura, correspondente a cota do sangradouro, a fim de que, depois de cheia a represa, fossem naturalmente escoadas as águas do rio que continuavam a chegar*” (‘O Globo’, 11/04/1960) Caso fossem liberadas as verbas necessárias, assegura a reportagem desse mesmo periódico, e a construção seguiria o planejamento feito desde o início, embasado nos estudos técnicos. “**Barragem não é**

---

<sup>74</sup> Seu Chico Pinto, nascido em 1937. Entrevista gravada na cidade de Orós em 04.08.2008.

**feita para desmoronar!** *A verdade não comporta discussões: barragem construída de acordo com a técnica não desmorona com 'inverno' maior, posto que só represa a quantidade prevista no projeto, enquanto o excedente escoo pelo sangradouro*<sup>75</sup> (Jornal 'O Globo', 11/04/1960)<sup>76</sup>

Retomando a fala do seu Chico Pinto, o engenheiro Anastácio Maia, por não ser cearense e não conhecer a história do Rio, foi pego de surpresa quando o que ele havia chamado de 'riacho', se transformou numa torrente de águas. Além disso, há uma razão insinuada pelo Seu Chico, que era uma forte concorrente para a tragédia: lutaram os homens da ciência não contra 'as forças cegas da natureza', mas contra Deus.

Eu sei que quando foi no dia 25 de março a água saltou pra fora da parede. E eu não sei, disseram que o engenheiro tentou até suicidar-se, suicídio por que se achou culpado... É, você vê, lutou com Deus né, aí viu no que deu.

Da mesma maneira que o engenheiro zombou do Jaguaribe chamando-o de riacho, e foi por isso surpreendido pela força das águas, no mesmo sentido, por desafiar os desígnios de Deus, a ordem criada por Deus para o mundo e para o rio, lutar não contra a natureza, como era descrita a 'luta do Orós' no periódico acima citado, mas contra Deus, é que o engenheiro foi castigado. Na memória que a narrativa de seu Chico Pinto engenha, a culpa pelo arrombamento não fora a falta de verbas destinadas à obra, tampouco da natureza adversa do sertão. Foi, sim, a soberba do engenheiro.

Há um entendimento comum, no sertão do Ceará, de que a água é um bem dado por Deus, um presente de Deus, sendo divina a fonte e origem da água. Somente Deus

---

<sup>75</sup> Em hidráulica, **vertedouro**, **vertedor**, **sangrador** ou **sangradouro** é um canal artificial executado com a finalidade de conduzir seguramente a água através de uma barreira, que geralmente é uma barragem. Também ele é destinado a auxiliar na medição da vazão de um dado fluxo de água. O excesso de água acumulada em um reservatório de uma barragem, seja de uma usina hidrelétrica ou de outra barragem qualquer (irrigação, abastecimento, navegação etc.) deve ser extravasada de forma segura por um canal ou túnel, de montante para a jusante. Neste sentido, o vertedouro, sangrador ou sangradouro é o órgão de segurança da represa. Fonte: Wikipédia Português. Ironicamente, para o açude que barraria o sangue do Ceará, não fora construído um 'sangrador', um adequado canal para escoar o sangue de forma a não gerar o um coágulo no corpo da barragem; de forma a não provocar uma hemorragia de águas sobre o corpo do Ceará, no vale do Jaguaribe!

<sup>76</sup> Vale destacar que os periódicos consultados ('O Povo', 'O Unitário' e o 'Diário do Nordeste') vêm mencionar as causas do arrombamento do Orós após o dia 26 de março, quando este acontece parcialmente. Até então, as matérias davam conta de estampar o medo, a preocupação pelo/ e o espetáculo das águas que subiam diariamente dentro da barragem. As denúncias de falta de verbas para a construção aparecem após o parcial arrombamento, bem como as declarações de engenheiros que já previam a falha da técnica em um açude sem 'sangrador'. Não compete aqui neste estudo inquirir qual o verdadeiro 'culpado' pela 'tragédia do Orós', mas refletir sobre as distintas narrativas, e as memórias que estes discursos buscaram estabelecer para esse episódio da história do rio Jaguaribe, do Ceará e do Brasil, bem como sobre as disputas que essas memórias operam no campo das explicações sobre a 'ordem' dos saberes no espaço do Rio.

pode realmente sanar os problemas dos homens, e com a falta da água não é diferente. Existe, por isso, uma desconfiança em relação aos projetos “que passam por laboratórios ou gabinetes científicos”, como assinala Kenia Rios: “em face da escassez, constrói-se uma ligação sagrada com a água. Nessa medida, é difícil acreditar que a solução para a seca venha dos homens, e em torno desse repertório de interpretações sobre a água e suas conexões com a vida e com a morte, há um reforço da ideia de que o problema da seca nunca será resolvido pelo governo ou pela ciência: ‘é coisa de Deus’.” (RIOS, 2003, p. 248). Advinda de Deus, a água recebe um tratamento sacralizado. As chuvas são um segredo do ‘grande Deus poderoso’, e o tempo da fartura é uma dádiva de Deus e dos santos.

A água é fonte de vida e fonte de morte, criadora e destruidora. Na Bíblia, Jeová é comparado a uma chuva de primavera (Oséias: 6.3), ao orvalho que faz crescer as flores (id., 14.6), às águas frescas que descem das montanhas, à torrente que sacia. (...) A água aparece então como um sinal de bênção. Mas, convém reconhecer nela justamente a origem divina. Assim, (segundo Jeremias: 2.13) o povo de Israel, na sua infidelidade, desprezando Jeová, esquecendo suas promessas e deixando de considerá-lo como a fonte de água viva, quis cavar as suas próprias cisternas. Essas, porém, gretadas, não conservavam a água. Jeremias, verbalizando a atitude do povo em face de Deus, fonte da água viva, lamenta-se dizendo: *Eles farão do seu próprio país, um deserto* (18.16). (CHEVALIER et al., 2005, p. 17)

O povo de Israel, que tentou ser auto-suficiente em relação a Deus, ao seu controle sobre as chuvas e as águas, viu malfadado, vão, o intento de construírem ‘cisternas’, tornando-se desérticas as suas terras. As chuvas, ‘águas que caem do céu’, fogem ao domínio do homem, e por isso mesmo, os temporais acabam servindo como sinais para provar a existência divina. Mexer nessa ordem do mundo poderia provocar desastres dignos das descrições do fim dos tempos. O intento dos homens da ciência em controlar as águas foi entendido, por muitos ribeirinhos, como uma tentativa de inversão do comando do mundo. O ‘dilúvio’ que adveio da barragem assumiu, dessa forma, contornos de castigo e histórias de exemplaridade foram concebidas. A enorme quantidade de águas que a enchente de 1960 levou ao vale do Jaguaribe, antes mesmo do arrombamento da barragem, já era associada ao dilúvio mítico do Gênesis. É que a água carrega em si “os enredos em torno dos mitos de fundação e fim do mundo. A imagem do dilúvio aponta para as mais diferentes interpretações sobre a vida na terra.” (RIOS, 2003, p. 254). A mitificação da enchente do Orós foi gestada pelo medo de que o mundo se acabasse, caso toda a barragem cedesse, como reluta em lembrar Dona Odá:

Era tão angustiante que eu não sei nem contar a história não. O Orós foi subindo e a gente só ouvia as notícias, por que ia ser um dilúvio medonho se toda aquela água arrombasse a barragem. Na cheia, quantas noites em claro nós passamos sem dormir, com medo do arrombamento, como de fato foi arrombado lá pra noite do dia vinte e seis. Quando foi o dia vinte e sete pela manhã, já amanheceu a água espalhada pelos tabuleiros lá onde a gente morava, o rio cheio de uma ponta a ponta.<sup>77</sup>

Dentre os tributos conferidos ao poder das águas, o de ‘purificação’ do mundo é associado ao dilúvio mítico presente em muitas culturas. Dentro de uma noção valorativa das coisas, a pureza aparece como uma das categorias fundamentais. A água materializa a pureza, é a metáfora e o elemento natural de purificação mais comum e precioso, no âmbito do que Gaston Bachelard define como uma interpretação psicológica da purificação. A água aparece como um símbolo natural para a pureza; dá sentidos precisos a uma ‘imaginação material’ dos ritos de purificação das sociedades (BACHELARD, 1989). Há, com isso, uma constante *positivação* das águas, que ocupam o papel ‘material’ (a água matéria, elemento natural) e metafórico, de limpar, de purificar, de expurgar por abluções e banhos os corpos e a consciência dos homens: purifica-os dos pecados e de toda ‘espécie de sujeira’. Essas concepções presentes numa série de culturas a respeito da água, ensejaram posturas de reverência, preciosismo e valoração para com as suas águas e seus reservatórios naturais, como rios, riachos, fontes e lagos.

A aptidão da água para a purificação pode também ser empregada em castigos que buscam, ao final, purificar. Dessa forma, mantém-se às águas o propósito e o lugar positivo da purificação. Os mitos sobre enchentes e dilúvios, dentro da narrativa criacionista bíblica nas sociedades ocidentais, cumprem um papel de exemplaridade, castigo e purificação. Os tributos dos rios e suas águas são, portanto, múltiplos.

Ligado aos deuses e aos mitos criacionistas, o ‘dilúvio’ estabelece relações com castigos que se abatem sobre os homens que desagradavam vontades, desígnios e caprichos divinos. Por receberem de Prometeu o fogo do Monte Olimpo, destinado apenas aos deuses, Zeus ordena a Poseidon que suba as águas sobre a terra dos homens, de maneira a castigá-los pela impertinência. No relato bíblico do dilúvio, para purificar Sua criação, varrer da terra todos os homens e mulheres de ‘ações perversas’, Deus fez cair sobre os montes uma chuva que durou quarenta dias e quarenta noites. Possivelmente, é esse mito bíblico do dilúvio que amparou as representações *diluviais*,

---

<sup>77</sup> Dona Odá, nascida em 1942, na antiga cidade de Jaguaribara. Entrevista gravada em Nova Jaguaribara, no dia 01.08.08.

tecidas por Dona Odá, sobre a enchente de 1960. Assumindo contornos de exemplaridade, as águas vieram como um castigo àqueles que pensavam poder suplantar a ordem divina da criação, intentando o controle e poder sobre o fluxo do Rio. Relacionando-se a esse tipo de entendimento, o relato da cheia do Orós, narrado pelo cordel de João Cordeiro de Lima, traça uma atmosfera de pavor e tragédia, e é finalizado com um aviso aos homens:

Fazia pena se ver  
Aqueles pais de família  
Correndo pra não morrer  
Deixando a casa e mobília  
Se não saísse depressa  
Ficava preso na ilha

Ali só se via chuva  
E água de ponta a ponta  
E o povo em desespero [sic]  
Tudo de cabeça tonta  
Fechando as casas e correndo  
A água tomando conta

Era triste e doloroso  
O sofrer daquela gente  
Deixando as suas moradas  
Pelo horror da enchente  
Faz pena muitas crianças  
Morrerem inocentemente (...)

Foi numa cidade dessas  
Que pela rádio se ouvia  
50 crianças mortas  
Se achavam em terra fria  
Outros cadáveres boiando  
Pelas enchentes descia

Animais mortos nas águas  
Passava de vez em quando  
Camas, colchão, mala e roupas  
Dentro das águas rolando  
Grande riqueza se via  
Nas águas se liquidando

Pra todo lado norte  
Só se via o céu azul  
As águas pra toda parte  
Descendo em busca do sul  
Tanta fazenda perdida  
Tanto pobre andando (nu)

Mas Deus manda esse castigo  
Para o povo se humilhar  
Pecar pouco e rezar muito  
A Deus se recomendar  
Pedir a Virgem Maria  
Para não nos castigar

O carnaval de 60  
Fez muitos se divertir  
Uns diz, que num é!... é! esse,  
Outro responde dali  
Só no sul!... outro diz ei!  
Me dá um dinheiro ahí? [sic]

Desses mesmos flagelados  
Talvez tenha porção  
Que brincou o carnaval  
No passo e na viração  
E agora estão pelas serras  
Comendo só de ração (...)

Meu Padrinho Cícero falava  
Nesta era de clamores  
Agora pedindo a Deus  
E a nossa mãe das dores  
Não castigue tanto o mundo  
Tenha dó dos pecadores.

Mãe de Deus olhai o mundo!<sup>78</sup>

Após a festa profana das carnes, o homem foi castigado com um tempo de sofrimento, ‘triste e doloroso’. A memória da cheia contada pelo cordel coloca-se, sobretudo, como um exemplo aos homens que pecaram, esquecidos de Deus no carnaval. O exagero do quadro descrito pelo cordel vem a intensificar o sentido final que o autor dá a sua narrativa, a saber, o castigo divino em forma de enchente. Os sinais de fim de mundo pelo dilúvio foram recontados por João Cordeiro de Lima: ‘sob um céu azul, por todos os lados, só se via água’. Inclusive, este cordel é a única fonte desta pesquisa que menciona mortes devido à cheia de 1960. As crianças, inocentes dos pecados de seus pais, é que morrem. O castigo dessas mortes é imposto aos pais, pois que, no mote das narrativas de exemplaridade, os seres inocentes morrem para a punição e reavaliação dos que permanecem vivos. No castigo imposto a Jó, o Senhor matou os seus dez filhos, mas deixou-o vivo, para que a perda o fizesse passar por mais aquela prova, com resignação (Bíblia: Livro de Jó). O ‘castigo do Orós’ se abateu sobre os que não ouviram as profecias do Padrinho Cícero, que muito antes já anunciara os dias de sofrimento que vieram. É bastante comum que os eventos que recaem sobre o sertão do Ceará, estejam associados a alguma profecia do Padre Cícero, especialmente quando narrados pela literatura de cordel.

A famosa profecia mítica dos tempos de Antônio Conselheiro em Canudos foi, por muitas vezes, atualizada, e entrou na gama de profecias também anunciadas pelo

---

<sup>78</sup> Cordel cujo título não é identificável; autor: João Cordeiro de Lima.

Padre Cícero: numa inversão de mundos, dizia o Padrinho, haveria de o ‘sertão virar mar, e o mar virar sertão’. O dilúvio do Orós consumou para muitos o cumprimento dessa profecia. Aliás, as barragens são comumente evocadas como ‘um mar de água’. Dona Odá me auxiliou a imaginar a vastidão da enchente de 1960, utilizando-se da imagem que para ela, representa o mar; ou talvez o que haja de mais próximo, no sertão do Ceará, hoje, a essa ‘imensidão de água’, que é o mar: *o Castanhão*, a barragem com maior capacidade de armazenamento de águas da América Latina, construída sobre o rio Jaguaribe. “*Era um mar d’água, se você vê a quantidade de água aqui do Castanhão, era o que a vista alcançava de água, quando o Orós arrombou*”.<sup>79</sup> Através das barragens, o sertão virou mar, cobrindo as cidades, submergindo os montes. No cordel de Franklin Machado (apud RIOS, 2003, p. 256) intitulado “*O Sertão já virou mar*”, foi uma barragem sobre o São Francisco que fez cumprir o que já havia sido predito:

Falou Antonio Conselheiro  
Que o mar virava sertão  
E o sertão virava mar  
Vindo Dom Sebastião  
Já tem mui realidade  
Pra quem lê com atenção

O rio São Francisco já  
Tem lago artificial  
Que é o maior do mundo  
Inundou o carnaubal  
Tem-se trezentos quilômetros  
D’água pelo carrascal

Submergiram aí quatro  
Cidades, foram povoados  
Santa Sé, Casa Nova  
Remanso e Pilão Arcado  
A CHESF executou  
O aviso profetizado

Essa atualização da profecia expressa os entendimentos que amparam as leituras feitas sobre as invenções e intervenções da ciência, no sertão. As novas configurações que o espaço vai assumindo são interpretadas a partir das diversas profecias apocalípticas, bem como, dos conhecimentos que circulavam na ‘cultura popular’<sup>80</sup> do

---

<sup>79</sup> Dona Odá, nascida em 1942, na antiga cidade de Jaguaribara. Entrevista gravada em Nova Jaguaribara, no dia 01.08.08

<sup>80</sup> *Cultura Popular* é uma denominação largamente problematizada, que está relacionada aos conflitos que se deram entre os saberes das camadas elitizada/erudita e a tradições do povo. É usada para tratar de uma *distinção*, sobretudo. Define aqui uma cultura própria aos ribeirinhos do Jaguaribe, depoentes dessa pesquisa; abrange suas falas e suas artes: a música, o cordel, a poesia, a cantiga. O conceito não pressupõe uma cultura intocada, com uma essência reificada. Aqui, é entendido como dando conta de uma cultura que abrange um amplo repertório de imagens, valores, referências e práticas comuns, identificados dentro



interior do Ceará. O reconhecimento do mundo é tecido, urdido por saberes desencadeados na oralidade. Nesse ‘universo cultural’ do sertão do Ceará, os discursos científicos e políticos circulam e se refazem dentro das ‘artes de dizer’ do homem comum; são traduzidos para uma linguagem que é marcada por outras pontuações, outros acentos. Essa arte de dizer dos eventos cotidianos se faz para narrar o mundo, ao invés de explicá-lo. Entretanto, é por meio da narrativa que são ditas, dadas as explicações gestadas sobre o homem, seus feitos, Deus e a natureza. Nessa prática do dizer, a preocupação não é centrada no *real*, mas no que comporta o arcabouço de mitificações guardado pela tradição oral do sertão: “a história narrada cria um espaço de ficção. Ela se afasta do real. (...) O discurso produz então efeitos, não objetos. É narração, não descrição. É uma *arte* do dizer” (CERTEAU, 1990, p. 154). No universo da narrativa oral, *contam-se histórias* para explicar o mundo. Do que se houve, se conta um tanto e se acrescenta outro tanto, criando um novo relato.

A literatura de cordel compõe uma passagem aberta entre os universos da fala e da escrita. Carrega traços frescos da oralidade, comunica o modo de dizer e de pensar da voz, para a letra. Organiza, numa trama lingüística, os signos de um regime narrativo para outro: é sobre a superfície de um texto impresso, que vemos marcados os signos da tradição oral. Os folhetos vendidos nas feiras, levavam para longe as histórias narradas com gestos e voz, na praça, na roda da calçada. Pela sua linguagem e suas normas textuais, os cordéis estabelecem os seus interlocutores. Embora com conteúdo dirigido a um amplo público, e apelos destinados às autoridades do Governo e a uma elite erudita, sua linguagem demarca a sua circulação. É que, “em momento e redefinição de valores, foi necessário distinguir os materiais que passaram a compor o repertório da cultura erudita e aqueles que, provindo do mesmo fundo comum, passaram a constituir as tradições populares” (MADEIRA, 2005, p. 115). Assim, na transição do que se considerava erudito e se definia como popular, os cordéis mantiveram-se como um reduto da escrita (elemento de distinção na hierarquia das culturas) dentro de um universo oral.

A tensão entre a hierarquia dos saberes, e entre as ordens sociais estabelecidas, é uma marca que se verifica no apanhado de tramas que os cordéis lançam mão. O estudo

---

do espaço (cultural e geográfico) chamado de sertão. Ver: DAVIS, Natalie Zamon. ‘*Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França moderna*’ (1990); BHAKTIN, M. ‘*Cultura popular na Idade Média e Renascimento*’ (1987); GINSBURG, C. ‘*O queijo e os vermes*’ (1987); BOLLEME, G. ‘*O povo por escrito*’ (1988). São estas algumas das mais significativas obras que fundam, dentro da historiografia, o conceito de cultura popular.

dessa literatura, em consonância com os relatos colhidos daqueles que liam, escreviam, e consumiam cordéis, permite um diálogo amplo entre as circulações que as culturas operam. As narrativas da literatura de cordel indicam como se organizam os elementos do ‘imaginário popular’ com os eventos verificáveis da história local e universal. Permitem analisar como uma cultura inventa seus heróis, seus mitos, conta, cria, e transmite suas histórias. Destarte, os cordéis tecem ricas representações do espaço em que floresceu a sua difusão no Brasil: o sertão nordestino.

Dentro do episódio da enchente do Orós, dois cordéis foram selecionados por narrarem diretamente o caso do arrombamento.<sup>81</sup> Um, o já citado cordel de João Cordeiro de Lima, dirige seus apelos a Virgem Maria, a Deus e ao Padre Cícero, para que ‘olhem e guardem o mundo’. A narrativa segue a função de exemplaridade, e coloca a enchente como um aviso e castigo de Deus aos homens, como já salientado. O segundo (também citado, e de autor e título desconhecidos), dirige ao presidente Juscelino as súplicas pelo Ceará. Descreve os efeitos do arrombamento sem a dramaticidade do primeiro. Destarte, ambos os cordéis mencionam um veículo de informação que serviu para levar, com a ênfase que a situação comportava, as notícias a todo o Vale do Jaguaribe, hora após hora, imprimindo um efeito de ‘*golpe*’ do tempo real: o rádio. Os autores dos dois cordéis baseiam suas informações no que escutaram pela Rádio Dragão do Mar, dando a entender que, se não participaram como espectadores oculares da tragédia, receberam pelas ondas do rádio a narrativa que recontam.

Alerta todo Brasil  
Para ter informação  
Sobre o ano de 60  
A grande destruição  
De açudes, sitio e vilas  
Cidade e povoação (...)

O açude de Orós  
Era o mimo do sertão  
Que se dava o conforto  
Aquela população  
Da zona Jaguaribana  
Era grande a proteção (...)

Doutor Anastácio Maia  
O seu saber não destrói  
Foi construtor da barragem  
Do açude do Orós  
Que nos deixou na história

---

<sup>81</sup> Ambos os cordéis fazem parte do acervo documental da Associação de Preservação Histórico-Cultural Pedro Augusto Netto, situada na cidade de Orós.

Caso de horror entre nós

A barragem do Orós  
Era bem feita e segura  
O alicerce foi feto  
Em desmedida fundura  
600 metros escalados  
Tinha este de largura

Engenheiro sempre aprova  
Todo serviço que faz  
Mas as chuvas de 60  
Foi águas torrenciais  
O açude não agüentou  
O peso d'água demais (...)

O povo amedrontado  
Foram então se retirando  
E os rádios sem parar  
Todo momento avisando  
e chuva caindo forte  
Foram as águas aumentado (...)

A 25 de março,  
Que na sexta completou  
Era 10 horas da noite  
Quando a radio anunciou  
Dizendo a grande barragem  
De Orós se arrombou

Até eu naquela hora  
Fiquei sem poder falar  
Com a notícia penosa  
Do radio dragão do mar  
Até na radio se ouvia  
Porção de gente a chorar

Radio convidava radio  
Pra ficarem em cadeia  
E os aviões rondando  
Do vale até a aldeia  
E o Jaguaribe velho  
Levando tudo na cheia

É este o enceto do cordel de João C. de Lima. Na década de 1960, o rádio era ainda o grande veículo de comunicação em massas no Brasil, antecipando-se ao jornal impresso na divulgação dos acontecimentos, por possuir a capacidade de informar mais 'rapidamente', além da vantagem junto às camadas populares, por prescindir do domínio das letras. Foi ao longo da década de sessenta que o rádio perdeu o prestígio e o espaço que então angariava, na sociedade brasileira, para a televisão, que passa a receber maiores investimentos da parte do Governo Federal e a difundir-se, unindo ao som, o atrativo da imagem. Porém, em 1960, o rádio foi o veículo que transmitiu por suas ondas, a comoção nacional ante a tragédia do arrombamento do Orós. Embora Seu

Bezerra (em depoimento acima transcrito) afirma que não havia rádio, nem ‘nenhuma forma’ de avisar às populações do ‘perigo’ que avistava, os dois cordéis selecionados para estudo, aqui trazem as notícias produzidas pela rádio Dragão do Mar, que chegaram aos respectivos autores, durante o mês de março de 1960. Suponho que haja uma estratégia narrativa na fala de Seu Bezerra, de forma a realçar a situação periclitante a que estavam sujeitos os ribeirinhos, pois desavisados, seriam pegos de surpresa pelas águas que transporiam a barragem. Há também, uma insinuada denúncia, na memória engendrada pela narrativa de Seu Bezerra, de descaso por parte das autoridades, personificadas especialmente na figura do engenheiro. Esse desconhecimento e descaso do engenheiro favorecem a ardilosa atitude do próprio Seu Bezerra, que telefona, informando do ‘perigo’ que a altura das águas do rio, no açude Orós, eminentemente representava.

Símbolo da modernidade na sociedade brasileira durante as décadas de 20 e 30, o rádio foi tutelado pela censura populista do Governo de Vargas, e desempenhou o papel de produzir uma integração nacional, encurtando distâncias, bem como divulgando a diversidade da cultura nacional. Os programas de auditório, as novelas, os concursos musicais e os noticiários locais e nacionais, contribuíram para integrar o rádio à vida cotidiana da sociedade brasileira (CALABRI, 2004)<sup>82</sup>. Transmitindo orientações para que as pessoas se retirassem de suas casas, nas cidades do vale do Jaguaribe, a Rádio Dragão do Mar cumpriu um papel cívico-disciplinador junto a essas populações. O segundo cordel, de autoria desconhecida, finaliza sua narrativa com o desfecho para a barragem anunciado pela rádio:

A Rádio Dragão do Mar  
Às dez horas anunciou:  
Neste momento a barragem  
De Orós se arrombou  
Sendo a barragem nova  
A água tudo levou

Então a barragem nova  
Pelas águas foi levada  
Por onde iam passando  
Deixavam tudo por nada  
Graças que morte de gente

---

<sup>82</sup> Guimarães Rosa escreve sobre a presença das novelas de rádio no cotidiano rural, a circularidade formas de difusão que delas eram feitas, em *Noites do Sertão* (Corpo de Baile): “Do povoado do Æo, ou dos sítios perto, alguém precisava urgente de querer vir – segunda, quarta e sexta – por escutar a novela do rádio. Ouvía-a, aprendia-a, guardava na ideia, e, retornando ao Æo, no dia seguinte, a repetia aos outros. Mais exato ainda era dizer a continuação ao Franquilim Meimeio, contador, que floreava e encorpava os capítulos, quanto se quisesse: adiante quase cada pessoa saía recontando, a divulga daquelas estórias de rádio se espalhava, descia a outra aba da serra, ia a beira do rio e, boca e boca, para o lado de lá do São Francisco se afundava, até em sertões.” (ROSA, 1988, p. 14)

Nenhuma foi registrada

Nosso chefe Juscelino  
Discursou dizendo assim:  
- trabalharei fortemente  
Para que deixe enfim  
O açude de Orós  
Reconstruído por mim

Pedimos do Ceará  
Bradando em alta voz  
Que o senhor Juscelino  
Não se esqueça de nós  
Reconstruindo com urgência  
O nosso açude de Orós – Fim

Com outros contornos, os apelos finais deste cordel não se dirigem a Deus; e não é colocado no episódio do arrombamento um sentido de exemplaridade e castigo divino aos homens. Ao presidente, ‘bradando em alta voz’, pede para reconstruir o açude Orós, conferindo a ele o poder de ‘salvar’ o Ceará. Assim, o cordel encerra sua narrativa atribuindo positividade à obra da barragem no Jaguaribe, depositando confiança na política, e reproduzindo um discurso que já se cristalizara: o de cobrar das autoridades que ‘olhassem pelo Ceará’, que não se esquecessem de ‘ajudar’ o Ceará’. A prática de suplicar é assim evidenciada, seja a Deus ou ao governante.

Faz-se salutar destacar que o entendimento do rio, como uma fonte de tributos, é fruto da concepção antropocêntrica e utilitarista do homem em relação ao mundo natural, que define ‘funções’ para os cursos de água. Uma destas funções, talvez a mais premente, é a de que o rio tributa (concede), dá o ‘precioso’ líquido para o sustento humano. Ao se pensar na ‘enchente do Orós’, em 1960, como um tributo nefasto das águas do Jaguaribe ao sertanejo, desloca-se o lugar, no campo das evocações, metáforas e lugares no imaginário sobre o Rio. Uma face do rio, bem necessário à vida das populações do vale do Jaguaribe, fica delineada nessa multiplicidade de entendimentos e qualificações que são dadas ao rio. Um ‘Rio Desgraçado’ aparece na memória registrada nos versos de Seu Ernando, morador da cidade de Jucás, nascido em 1942. Poeta, pescador, carpinteiro e agricultor, seu Ernando dota o rio de uma potência adversa ao homem do campo, destruindo, ‘cego’ às necessidades do agricultor, o pequeno roçado cultivado.

Trici é afluyente  
Juntou-se a carrapateira  
Jucá quebrou barreira  
Conceição ficou na frente  
O Jaguaribe encheu

Com águas que recebeu  
Aumentou o seu volume  
Deixando tudo inundado  
Oh! Que rio desgraçado  
Acabou com meu legume (...)

Eu plantei o algodão  
Distante do baixio  
Não pensava que o rio  
Fizesse a inundação  
Parte da legumada  
Rodeava a quebrada  
Do sopé até o cume  
Ficou tudo escavado  
Oh! Que rio desgraçado  
Acabou o meu legume (...)

Meu recurso era o roçado [mas]  
Oh! Que rio desgraçado  
Acabou com meu legume<sup>83</sup>

Na agricultura, a água é elemento tão central quanto o solo. “A agricultura não se reduz ao cultivo de um pedaço de terra, é também cultivo da lavoura em água”, salienta Donald Worster (2008, p.27). A cheia e a inundação são estados diferentes de nível das águas do rio. De um ‘tributo’ a outro, o rio terá intensidades diversas. O outrora maior rio seco do mundo foi repetidamente escrito e dito como fonte de vida, de alimento, progresso, salvação... E foi também lembrado como fonte de aflições e desgraças. Os usos que o homem pôde, ou não, fazer dele, é que determinaram as qualificações que recebeu. A legenda da fotografia que o Jornal ‘O Unitário’ estampou em sua página no dia 02 de Abril de 1960, foi o ponto de partida para essas reflexões sobre os ‘tributos do rio’:

**TRIBUTO DO RIO** - O pote à cabeça, rumo ao rio, o primeiro sinal de que o Jaguaribe – mesmo em fase de enchente – já começa a ser utilizado pelo homem. Calças arregaçadas, sandálias, o sertanejo cearense deixa a barraca (feita com paus e lonas) e vai buscar um pouco de água que, pelo seu exagero, provocou a fuga de gente antes só acostumada a correr de um flagelo: a seca. (Jornal ‘O Unitário’, 02/04/1960, p. 3).

Na fotografia, um homem vestindo roupas de algodão, está em frente a um acampamento construído com as mesmas lonas que haviam sido destinadas a salvar a barragem, na ‘operação lona’. Carrega em sua cabeça um pote que, pelo indicado pela legenda, carregará águas do Jaguaribe. Desabrigado, caminha entre as barracas e outras

---

<sup>83</sup> Do livro de poesia ‘*Canteiro de Rima*’, autoria de Ernando Cavalcante de Oliveira: Jucás, 2002, p. 34.

pessoas que também se dirigem ao rio, para usarem da mesma água que as havia tirado de suas casas.

A conclamada perenização do ‘maior rio seco do mundo’ veio antecedida por uma grande enchente. Representou uma nova modelação para o rio, sucessivamente interrompido por barragens, e para o espaço do vale do Jaguaribe. Um mar de água doce se construiu pelo engenho do homem, no sertão do Ceará. Devaneia o seu Chico Cândido sobre as barragens, sobre as águas, e sobre a beleza que para ele há em ver tanta água:

Nesse tempo o rio era bem sequinho. Mas do tempo do Orós pra cá comeu muitas barreiras, ficou largo, tomou essa largura medonha, o rio. Mas naquele tempo era bem sequinho o rio. Agora tem essa barragem do Castanhão, que quem tá suprindo ela é o Orós, e ela [o Castanhão] fica suprindo até o rio entrar no mar. É água aí que não tem quem saiba. Menina, olhando de cima, do Jaguaribe pra barragem... é mesmo que olhar pro mar! É água... é água... é água! E tem uma coisa: quando tá chovendo que ela tá tomando água, não tem no mundo quem veja ela tomando água. Tudo coberto d’água. É lindo a barragem, é lindo demais. Todo mundo tem água hoje.<sup>84</sup>

Essas palavras de seu Chico traduzem um arguto entendimento da perenização do Jaguaribe. De uma barragem à outra, o rio corre para o mar com um curso regular de água. O rio, entrecortado por açudes e intervenções técnicas, é ‘alimentado’ pela água que *sangra*, liberada pelas barragens. Numa inversão, não é o rio que supre as barragens, mas estas que lhe concedem as suas águas. O engenho humano sobre o rio vai construir outras demarcações para o Jaguaribe, alterando, com isso, a configuração do espaço do rio. Podemos ter ideia do estranhamento que o costume de ver o rio se avolumando em suas cabeceiras, conforme comessem as grandes chuvas, traz ante o comportamento da barragem quando recebe a água da chuva: a barragem parece permanecer ‘impassível’, estável em sua aparência. São outras proporções, para olhos acostumados aos abruptos movimentos do rio. Era possível acompanhar o rio crescer, mesmo que em repentino. As grandes barragens sobre o Jaguaribe têm outras vastidões em seus contornos, em seus ‘leitões’. São outros, não os olhos humanos, os instrumentos de medição de seu volume. Isso causa um grande medo nos ribeirinhos, que não podem medir o perigo que esses novos mares trarão. Há uma constante desconfiança em relação às barragens, ainda desconcertantes para quem nasceu às margens do Jaguaribe intermitente, estreito.

---

<sup>84</sup> Seu Francisco Cândido, nascido em 1948. Entrevista gravada em 06-08-2008, na cidade de Orós.

Os discursos políticos, que proclamaram o processo de perenização do Jaguaribe, mostram-se norteados por uma concepção utilitarista da ciência, atrelada ao propósito de *'servir à vida'* e ao progresso. As técnicas, desenvolvidas com os avanços dos conhecimentos científicos, garantiriam ao homem dominar a natureza: 'o homem pode dominar a partir do que sabe', estabelecia Francis Bacon, no século XVII. Para este filósofo, a ciência (conhecimento intelectual) deveria amparar as técnicas (ofícios, artes mecânicas), operando uma transformação 'real' e 'efetiva' no mundo. Atribui, assim, uma função utilitarista ao saber científico. O nascimento da ciência como técnica/tecnologia de intervenção sobre o meio, propiciaria a experimentação, adoção de um método aplicado, testado e comprovado, formulando regras técnicas precisas, que garantiriam a conexão entre saber e poder.

O discurso do presidente Juscelino Kubistchek na inauguração do Açude Orós, em janeiro de 1961, é prolixo em exaltações a 'tecnologia', como símbolo do avanço da cultura humana. Anuncia a vitória da ciência sobre a natureza intermitente do rio, num momento da história da civilização em que o 'homo sapiens' desbrava o espaço sideral. Faz uma leitura orgânica do espaço, conferindo ao rio, mais uma vez, a 'função' de artéria, sangue vital. No balanço dos ganhos que a tecnologia trouxe, pende a balança para o bem-estar e a vida, mesmo que a ciência e a técnica tenham proporcionado também mecanismos que impulsionaram os conflitos e as guerras. Unindo a técnica à ideia de milagre, pares de todo opostos, concatena uma série de metáforas para o Rio, articulando um discurso que transita entre a racionalidade moderna e utilitarista sobre a natureza, e o imaginário mítico forjado sobre o Jaguaribe. O discurso estabelece uma sacralização da ciência, ligando-a a vida, o milagre natural. O engenho do homem 'operou' (noção, por si, técnica) o milagre de manter 'vivo' o corpo do Ceará, fazendo correr, constante, o sangue da vida.

Orós aconteceu! O sangue do ceará se fez um mar interior. (...) O que a natureza não dá, consegue-o a cultura. (...) Para isso fomos feitos, nós, os seres humanos: para fazer na terra o que a natureza não faz. Criador de cultura, o 'homo sapiens' vê, planeja, inventa, constrói e transforma.

Assim, no planeta que habitamos, a evolução biológica deixa de ser necessária. Substituiu-a a evolução tecnológica. Com a mão e a razão, o ser humano tomou o leme da nave espacial, que percorre vertiginosamente o espaço da via láctea. E foi construindo civilizações. Da terra e das águas, dos vegetais e da vida animal, foi fazendo objetos, máquinas, sociedades, sistemas econômicos e políticos. Da lição do trabalho tirou seus códigos de moral e de vida em comum. Com a tecnologia aprendeu a matar mais. Mas também aprendeu a viver mais e melhor. A tecnologia pôde realizar o sonho dos poetas. (...)



Controladas pela ciência, as águas do maior dos nossos rios correrão sempre. Não mais o leito das areias entremeado de poças lamacentas durante os longos meses de estiagem. De hoje em diante, todos os dias de todos os anos, as águas correrão constantes, unindo a esperança das populações da região na linha de prata do líquido salvador. O Jaguaribe é, agora, um rio perene. Unido ao desejo da promoção do bem comum. O engenho humano opera o milagre de transformar a geografia. O ‘maior rio seco do mundo’ perde esse triste apelido. O maior rio da terra do Ceará, o Jaguaribe é artéria por onde corre, sem parar, o sangue da vida.<sup>85</sup>

Milton Santos, em seu livro ‘*A natureza do espaço*’ (1996), reflete sobre os desdobramentos que a ideia de progresso técnico científico, como indicador de desenvolvimento social, econômico e humano, incidiram sobre o meio natural, mecanizando-o e conferindo ao homem um maior poder no ‘enfrentamento’ contra a natureza. Nesse processo, emerge uma nova ordem ‘produtiva’ para o espaço, submetida às urgências do êxito comercial. As técnicas remodelam o espaço natural, visando uma utilização em larga escala dos elementos desse espaço, como os rios e as florestas, por exemplo, para a manutenção e circulação do mercado global.

Propondo uma leitura a contrapelo daquela que define os rios como ‘meros recursos naturais’, Donald Worster ressalta a importância de refletirmos sobre o uso que vem sendo feito da água, dentro da lógica do sistema capitalista. O exercício que nos incita o autor é o de ‘pensarmos como um rio’, para, assim, entendermos com maior proximidade a racionalidade e a volatilidade que há no ciclo natural da água. “Na água, podemos ver toda a natureza refletida. E, no nosso uso da água natural, vemos muito de nosso passado e futuro refletido” (WORSTER, 2008, p. 29). As avaliações dos engenheiros, economistas e governantes, que transformaram a água em um produto comercial (*commodity*) desconsideram os sentidos impressos no que Worster define como uma lógica de sustentabilidade do ‘rio circular’, uma racionalidade ecológica. “Os engenheiros governamentais, confiantes que eles sabem melhor do que ninguém, passaram a endireitar os córregos com máquinas para tornar as correntezas mais rápidas, e nesse processo destroem a vida selvagem das margens, que expressavam uma racionalidade diferente daquela da visão econômica. (...) Colocar uma barragem entre um cânion e um rio fará com que imediatamente o rio transborde e inunde tudo ao seu redor, destruindo tudo o que estiver produzido.” (WORSTER, 2008, p. 33)

---

<sup>85</sup> Discurso contido no folder comemorativo da inauguração do sangradouro do Orós (a ‘válvula salvadora’). Este documento faz parte do acervo da ‘Associação de Preservação Histórico-Cultural Pedro Augusto Netto’, Orós.

Destarte, Worster ressalta a necessidade de repensar-se o sentido e a ética das políticas públicas que se vêm fomentando para as águas, baseadas em premissas econômicas, em visões estritamente técnicas sobre os rios, e que desconsideram a sustentabilidade, em longo prazo, dessas políticas. A relação agrícola com os rios em espaços áridos, como o oeste dos Estados Unidos, exemplifica Worster, tem sido feita a partir da prática de açudagem e irrigação ‘a qualquer custo’, submergindo cidades, bem como todo o ciclo hidrológico natural desses rios.

Nessa trama, os rios são territórios em disputa; palcos onde são disputadas formas diferenciadas de intervenção, representação e apropriação do ambiente natural. O rio Jaguaribe foi depositário de projetos e expectativas em relação ao futuro histórico do Ceará; campo onde a constante luta para estabelecer um saber hegemônico sobre outras maneiras de ler e dizer o mundo, foi travada; onde a ciência se impôs para racionalizar o espaço e os usos do rio.

Apesar da positividade que a barragem do Orós recebeu nos discursos políticos posteriores, que suplantaram a memória da enchente e do arrombamento com as garantias da importância da obra, “trazendo água para todo mundo”, ela ficou inscrita em vidas, poemas e canções, com marcas contundentes. Seu Chico Cândido deu o alinhavo da nossa conversa sobre as suas considerações e memórias da ‘enchente do Orós’, com uma historieta que expressa, pelo cômico, o lugar menor do homem, seu engenho e suas catástrofes, ante as proporções do plano divino:

Bem, tem anedotazinha bem pequenininha que contam à época do arrombamento do Orós: havia um engenheiro que morreu na enchente e que foi para o céu, e foi dar o depoimento dele lá a Jesus. Aí Jesus começou a perguntar. Aí o depoente dizia: ‘era água, Senhor, mas era água, era água’... E tinha um velho com bastão na mão, na cabeceira do birô de Jesus que dizia: ‘isso é lá água!’ E aí tudo que ele contava, esse velho protestava: ‘isso é lá água!’ aí ele foi, terminou o depoimento dele, o Senhor despachou, e ele disse: ‘o Senhor agora me perdoe, eu quero fazer uma pergunta: quem é esse velho tão chato que tudo que eu dizia aqui ele me desmentia?’ e Jesus disse assim: ‘esse aí é Noé!’<sup>86</sup>

---

<sup>86</sup> Francisco Cândido, nascido em 1948. Entrevista gravada em 06-08-2008, na cidade de Orós.

### 3. O Bicho e o Rio

“As lembranças me surgem velozes como nuvens. Recordo aquela vez em que Sabão se encomendou de uma expedição: queria subir o rio até a nascente. Ele desejava decifrar os primórdios da água, ali onde a gota engravida e começa o missanguear do rio.”<sup>87</sup>

Próximo a uma de suas nascentes, nas terras de barro amarelado do Tauá, jitiranas-azuis e jitiranas-brancas dão aos sertões dos Inhamuns, região do Ceará onde começa o Jaguaribe, uma beleza distinta, apreciável nas encostas dos caminhos que levam às margens do rio. Ypês, espalhados em meio à caatinga, florescem e colorem o sertão durante os meses de junho, julho e agosto, quando o rio ainda está guardando em suas correntezas as águas que recebeu durante o período chuvoso, de janeiro a maio.

Adentrando ao sudoeste do Estado e seguindo uma trilha estreita, na Serra da Joanhina, o viajante avista a confluência de dois rios: o Carrapateiras e o Trici. Sombreada por uma vegetação farta de verde, esta confluência abriga a demarcação oficial da nascente do Jaguaribe.

À jusante, seguindo travessia num descampado pedregoso, o Açude Arneiroz II guarda em seu represamento até 97 milhões de metros cúbicos de água. E assim, pela parca vazante do açude no leito do rio, inicia-se a distribuição ‘*perene*’ das águas do Jaguaribe. Próximo à antiga estrada de ferro que passava pelo município de Cariús e terminava na cidade do Crato, o Rio Jaguaribe corre estancado em pequenas barragens; caso siga um caminho que margeie toda a encosta do rio, o viajante passa por Jucás. Lá, o Jaguaribe tem seu curso margeado por uma vegetação ramificada, de baixos relevos, com o ar quente durante os dias, e mais frio, no descer do sol ao ocaso. Cortado por poços e barragens que estancam as suas águas, do Rio é feito um uso de caráter ligado ao cotidiano rotineiro dos moradores, como a pesca e o lazer, consumo da água para ingestão, agricultura e para abastecer as casas.

---

<sup>87</sup> (prossegue) “Juca Sabão munuiu-se de mantimentos e encheu a canoa com os mais estranhos e desnecessários acessórios, desde bandeiras a cornetas. Demorou umas tantas semanas. Regressou e fui o primeiro a recebê-lo, nas escadas do cais. Olhou-me, cansado, e disse: *O Rio é como o tempo!* Nunca houve princípio, concluía: ‘O primeiro dia surgiu quando o tempo já há muito se havia estreado. Do mesmo modo, é mentira haver fonte do rio. A Nascente é já o vigente rio, a água em flagrante exercício. *O rio é como uma cobra que tem a boca na chuva e a cauda no mar*’.” COUTO, Mia. “*Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*”, 2007, p. 61 (grifos no original).

A depressão sertaneja do meso-sul cearense avoluma-se em porções de terra que formam as cadeias montanhosas do lugar, outrora chamado de São Mateus, de maneira que as serras hoje conhecidas por serra da Estrela e serra da Mata compõem a paisagem de suaves relevos que circunda Jucás. Em meio à cidade, o viajante avista a Matriz de Nossa Senhora do Carmo, que se impõe, branca e alta sobre suas escadarias, na ladeira que leva ao centro da cidade.

São Mateus dos Inhamuns, como foi chamada até 1942, abrigou em seus campos o aldeamento de uma missão indígena carmelita, mas antes, muito antes da chegada dos colonizadores luso-brasileiros, diversas etnias indígenas viviam e dividiam, em guerra ou em paz, as áreas de ribeira do Jaguaribe e de seus afluentes. Os Jucá, Cariús, Quixerariú, Quixelô, e Candandu compartilhavam as terras e matas da caatinga arbustiva e do pau jucá (de fibra firme, utilizado para a confecção de armas de caça), terras que depois foram ocupadas por fazendas de criação de gado, de algodão, e que hoje estão, aqui, sendo estudadas em apreço. As ribeiras intermitentes dos rios neste espaço, embora rareadas de água ao longo do ano, constituíam quesito decisivo para o estabelecimento dos núcleos de aldeamento, ocupação colonizadora estrangeira, e consequente povoação. Conforme o que, se situou São Mateus numa encruzilhada de três rios (Jaguaribe, Cariús e Bastiões), agregando os habitantes espaçados nestas áreas ‘tripartidas fluvialmente’.

Num documento eclesiástico, escrito para narrar antecedentes históricos de São Mateus, as elucidações sobre questões hidrográficas dão prenúncios para um entendimento amplo do quão insondável, porém humanas (e por isso, históricas) são as demarcações das nascentes, dos inícios, fronteiras e nomes dos rios.

1: - O advento da civilização alienígena, em terras desta ventusta comuna alencarina, remonta aos idos de 1682, quando se deu a penetração sertanista nas partes altas do nosso famoso Rio Jaguaribe.

2: - Os Homens do São Francisco, como reza a contextura sesmeira, abrindo roteiros de jornadas coloniais, conquistando as terras, dantes nunca vistas e ignoradas, foram os heróicos pioneiros de nossa civilização.

3: - Levados pela ânsia de alargar a zona de seu criatório, à cata de minas de ouro, de pedras preciosas e preia de selvagens, afazendaram-se (*desde os idos de 1707*), enfim, em nossas célebres paragens ribeirinhas. (...)

21: - Uma elucidação de ordem hidrográfica. Para quem não está a cavaleiro da ocorrência de fatos prístinos, muito lhe é justo estranhar a terminologia de RIACHO pr’a importantes canais fluviais de nossa região sertaneja.

22:- Mas, entre os nossos colonizadores, a denominação RIO JAGUARIBE aplicou-se da sua foz até a sua barra com o Salgado, abaixo do Icó. E daí por diante até a sua junção com o Cariús-Bastiões, chamou-se de RIO QUIXELÔ, por demorar, em suas margens, uma tribo de índios de idêntico nome.

23: - Aos três braços de rios, Bastiões, Cariús e Jaguaribe, conhecidos então, pela denominação Tapuia de Corineorou, Cariús e Quintiriri, chamaram os nossos antepassados de RIACHOS.

24: - Fe lo assim a colonização para dirimir dúvidas e por considerar RIO só o percurso da sua foz – Aracati, até a Barra do Cariús. Hoje, os três, porém, têm nome de Rio (Jaguaribe). (...)

26: - E vão, destarte, os nossos maiores, batizando os lugares, sítios, fazendas, povoados, rios e riachos com nomes de pessoas, de eventos ocorridos, de santos, de acidentes geográficos etc. (...)

54: - O Jaguaribe foi, portanto, de primeiro, denominador comum de unificação étnica. E as junções hidrográficas de seus afluentes serviram de posições estratégicas para a fundação dos centros urbanos que, sob leis sociológicas, receberam o influxo direto dos moradores rurais.<sup>88</sup>

Nesta cidade, conta-se uma lenda antiga, que faz parte da história do Jaguaribe desde os idos de 1914, e que acompanhou a memória e a vivência entrelaçadas com o rio ao longo de um século. Compondo uma dimensão das relações com a ambiência do espaço que se situa entre o real e o fantástico, a lenda do Bicho do Rio traz essa jornada de estudos sobre o Jaguaribe para um ponto que, partindo de Guimarães Rosa, hoje se chama de ‘terceira margem’... Uma face distinta daquela traçada com os discursos salvacionistas que concedem ao Jaguaribe o lugar de ‘salvação do Ceará’, no que toca à problemática questão das secas. Neste capítulo, é estudada a face perigosa que a natureza pode assumir: a de guardar o desconhecido e o perigo; neste caso, na forma de um *monstro*.

Tratando-se de uma porção de narrativas tecidas ao longo dos anos, acrescidas de causos, recontada em versos, tornada folclore, crença, lenda, instituída e refeita em um projeto governamental, essa história do Bicho do Rio convida a perceber e a apreciar o rio Jaguaribe por caminhos surpreendentes que, por vezes, ficam incompletos em explicações ‘racionais’ e acadêmicas.

---

<sup>88</sup> *Origens de São Mateus: sua formação sócio-eclésiástica*. Monsenhor Couto, Iguatu, novembro de 1965. Publicação diocesana, constada e encontrada nos arquivos da diocese de N. Senhora do Carmo, Jucás. Obra pesquisada e redigida a pedido do padre João Sticker, então Vigário de Jucás, a mesma São Mateus em questão. A troca da nomenclatura da cidade aconteceu em 1942, dados os rearranjos político-administrativos municipais; recebe contestações dos moradores locais, especialmente os mais antigos, que nasceram quando a cidade ainda era ‘São Mateus’. Argumentam, também, que rio Jucá fica muito acima da localidade, próximo às cabeceiras do Jaguaribe, nos Inhamuns. O documento abrange apenas o período que vai de 1682 a 1759, dando destaque a devoção dedicada ao santo, São Mateus, e à padroeira, NS do Carmo. Além disso, de seu lugar de fala, a história de São Mateus, escrita pelo Mons. Couto começa ao serem introduzidos nestas terras da colônia lusa os “nossos ancestrais, fundadores, e pioneiros heroicos de nossa civilização”. Embora mencione a presença de etnias indígenas, chega a descrever a região como ‘nunca dantes vista’, explicitando com isso os seus referenciais narrativos. Ampara-se, para pesquisa, em documentos sesmeiros, apodícticos, primários e secundários.

Fazendo emergir um rio ‘maldito’, dentro Jaguaribe de Jucás o Bicho do Rio guarda em si representações do desconhecido, do assustador e do medo. Nesse mundo misto entre o maravilhoso e o *natural*, a realidade e a ambiência do rio para os antigos, ainda hoje, não são dissociadas do seu Bicho. A ordem desse universo representativo perpassa por perigosas situações em que o Bicho é a razão única de que se sucedam. Num cotidiano ‘molhado’, de pescadores, agricultores, lavadeiras e trabalhadores sempre em contato com o Jaguaribe, as intervenções técnicas que alteraram o curso do rio, os saberes científicos, a realidade política, o papel do Padre e da Igreja, a estrada de ferro, tudo isso se emaranha e faz parte da lenda do Bicho do Rio. Assim, o rio começa na serra da Joanhina, corre pelo Orós, torna-se ‘um oceano’ de vastidões imensuráveis para o olhar humano, nas águas do Açude Castanhão, alcança as praias e deságua no mar, guardando num trecho de sua correnteza, um *monstro* intrigante.

Ao parar em Jucás, caso o viajante seja atacado pelo Bicho, saberá que ele tem olhos vermelhos, ou pretos. Por vezes apresenta-se com dois olhos, outras com muitos. Mas mesmo que não o veja, o viajante ouvirá sobre ele, em relatos ‘dos antigos’ que foram atacados e contam muitas histórias sobre o Bicho do Rio. Um bicho transformante, cheio de faces e de formas, que vive dentro do rio e que assusta as pessoas de noite ou de dia, conforme decida o acaso do caso. Algumas pessoas, o bicho não somente assusta e ataca, mas chega a matar, tirando delas a vida e dando-lhes uma morte dentro do Rio no mínimo incomum, pois morrem com os pulmões secos de água.

Por ser um bicho meio serpente, meio de todos os demais animais da fauna nativa do Jaguaribe, o Bicho do Rio tem também um punhado de ‘nascimentos’, ou de origens. E até hoje não teve um fim, pois tanto o Bicho segue espaçadamente fazendo seus ataques, quanto recebe sentidos variados, múltiplos, de permanência dentro de um imaginário. Para alguns, o Bicho faz parte das crenças dos antigos, de um universo passado, superado pelo tempo, tempos de outros passatempos. Para outros, a lenda é real, existe, mesmo que nunca tenham visto o Bicho. Trata-se de algo inexplicável por uma lógica racionalista moderna, matemática, sim, mas que fica relegado a uma dimensão real da ambiência do Jaguaribe. A alguns, o Bicho do Rio acena como algo a ser preservado e utilizado para fins políticos, e a outros, como parte da memória e do folclore local. Há ainda uma face representada pelos preceitos bíblicos que situam o Bicho do Rio como uma manifestação de Satanás, acontecendo ali no rio pela falta de fé que certas pessoas têm em deus, nos tempos hodiernos.

Dessa forma, o Bicho vai se constituindo como elemento rico para desenvolver análises sobre a relação das pessoas de Jucás com o rio; chave para iniciar mergulhos dentro das águas da história do Jaguaribe, mergulhos estes que também são arriscados. É nessa lenda, como chamam o conjunto de histórias sobre o Bicho, que estudaremos a seguir uma das múltiplas relações tecidas com a ambiência do rio Jaguaribe: a do fantástico assombroso.

Em 1914, uma moça de nome desconhecido banhou-se no rio e lá deu à luz uma criança. A criança, fruto de uma gravidez não desejada, foi deixada nas águas do Jaguaribe. Ao retornar para sua casa, a moça adoeceu e foi acometida por pensamentos embaraçosos. Sentindo-se culpada pelo seu ‘pecado’ relatou então aos seus pais o acontecido que sucedera. O padre foi chamado, mas a moça não recebeu o perdão pelo seu feito. Uma vida que nasceu morrendo; dessa vida, um ‘mistério’. Foram ao rio em busca da criança deixada à morte, e lá chegando, encontraram o bebê na forma de uma cobra, que rapidamente mergulhou nas profundezas do poço da Farinha. Esta cobra, o filho e o símbolo do pecado da moça, permaneceu dali em diante no rio Jaguaribe, transformando-se posteriormente num ser zoomórfico composto por outros bichos: passou a ser chamado de ‘Bicho do Rio’, e adquiriu características ‘transformantes’. Muitas vezes visto por partes e em ‘transformações’, com casco de tartaruga, rabo de cobra, cabeça de cachorro, crina de cavalo, olhos vermelhos como tochas de fogo ardente, medindo o tamanho de uma vaca – a forma ‘real’ desse bicho, entretanto, não foi vista por ninguém, exceto um padre, segundo afirmam os moradores mais antigos da cidade de Jucás.

O Bicho do Rio então passou a residir nos pontos mais profundos do Jaguaribe, rio intermitente e como já sabemos, de pouca água em boa parte dos anos durante os séculos passados. Os poços do Jaguaribe ‘preferidos’ pelo Bicho do Rio em Jucás, onde mais comumente se vê ou se viu o Bicho, são o poço da Farinha (onde foi visto pela primeira vez), Poço da Paixão, loca da Nêga, Poço de Pedra, Torrões, Poço das Antas, Poço Chaleiras e o Poço Cuxixo, bem como a Barragem dos Padres. São pontos de maior volume de água, onde os homens pescavam, as mulheres lavavam roupas e tiravam água para usos diversos; em geral, para alimentação, agricultura e criação de gado. Além disso, são pontos de lazer, onde os moradores antigos de Jucás iam banhar-se e namorar ao luar, às escondidas.

Cada poço possui um nome que denota o uso feito do rio ou algum fortuito incidente significativo ligado a ele. O poço Cuxixo, por exemplo, tem esse nome pelo

silêncio que se pedia que fosse feito da localidade. Alguns pescadores não queriam espalhar o novo ponto para pescarias, e cuxixavam aos ouvidos dos amigos mais chegados o convite e as coordenadas daquele poço dentro do curso do rio. Assim, ficou conhecido como o poço do Cuxixo. Um poço que evocava o silêncio. O poço Paixão não esconde segredo no nome, mas suas margens guardaram em segredo os encontros das paixões antecipadas e proibidas<sup>89</sup>. O curioso poço das Antas tem esse nome por ter sido a moradia de uma misteriosa anta que foi levada para o Jaguaribe (não se sabe quando ou por quem) e que lá viveu com uma ema por muitos anos! No poço Torrões, há muito barro e este barro é mais duro que em qualquer outra parte do leito do Jaguaribe em Jucás. De lá os moradores retiravam o barro para a confecção de tijolos e construção de suas casas.

Mas, retomando a intrigante lenda em questão, após o incidente de 1914, o Bicho do Rio voltou a aparecer no ano de 1916. Apareceu em forma de cobra dentro de uma correnteza fortíssima, e provocou um redemoinho nas águas do rio. Em maio de 16, três homens estavam a pescar, quando nesse redemoinho, o Bicho virou a jangada com as tarrafas e os homens, puxando-os para baixo das águas do Jaguaribe. Um enigma rondou essas mortes: as três vítimas não tiveram uma morte por afogamento comum, não morreram com os pulmões cheios de água.

Passaram-se muitos anos, e na década de sessenta essa cobra voltou a atacar e a ser vista no rio. Foi nesse tempo que lhe deram o nome de ‘Bicho do Rio’, pois algo de muito misterioso e perigoso, que havia dentro do Jaguaribe, matava as pessoas e as puxava para baixo das águas mais profundas. Como não sabiam identificar qual era o bicho, o que era e do que se tratava, já que se tratava de um mistério, nomearam-no vaga e precisamente de ‘Bicho *do* Rio’.

Desde então, esse bicho apareceu para algumas pessoas, que o viram ou o sentiram, e guardaram a memória dessa experiência por muitos anos. Aqueles que são *atacados* pelo Bicho, passam a ter grande medo do rio, e quase todos deixam de usar o rio ou restringem os usos que anteriormente faziam do rio. Há muitos elementos interessantes a respeito dessa lenda do Bicho do Rio, no que concerne à relação

---

<sup>89</sup> Sobre encontros amorosos às escusas, nas correntezas e nos poços do Jaguaribe, escreveu o poeta Luciano Maia: “Chegando de Caminhos inconclusos, vislumbra o Jaguaribe, finalmente o cenário da ilha predileta: um encontro de amor (mansos repuxos abrindo a flor da água, que se fende de mistérios e bálsamos repleta). Numa furtiva fuga à luz da lua, os dois se fundem à mão da correnteza, se enlaçam embevecidos e unânimes” – enlaça-os o rio, com seus longos braços. (MAIA, 2005, p 54)



homem/rio, imaginário assombroso/natureza, e através dela, serão analisados processos sócio-culturais que fazem e acompanham a história do rio Jaguaribe.

Neste ponto do texto, eu me torno a viajante em busca de conhecer o Rio. Ouvir a lenda do Bicho constituiu a parte mais rica da minha travessia, que foi desde a nascente à foz do Jaguaribe. Por estar em busca de causos e de contos fantásticos, o devir da pesquisa me possibilitou encontrar um que me parece ser complexo, rico e interessante, como muitas das representações tecidas no conjunto de relações que perpassam pelo universo das águas. Além disso, o Bicho do Rio constituiu chave para estudar o ambiente natural e humano do Jaguaribe através de uma tradução simbólica, de uma leitura poética e sem ‘margens’ – que refuta proposições ditas verdadeiras pela ‘racionalidade’ – dos perigos experimentados nas águas do Jaguaribe em Jucás.

A lenda do Bicho do Rio é uma composição de várias histórias de ‘ataques’, assombrações provocadas por algo desconhecido que surge de dentro do rio, e que, apresentando sintomas comuns, característicos, são atribuídas ao Bicho. Foi sendo composta uma colcha de entrevistas colhidas sobre essa lenda, e esses relatos recebiam acréscimos e versões diferentes, como é constitutivo da cultura oral. O Bicho do Rio em Jucás possibilita estudar as relações cotidianas, culturais e imaginárias entre as pessoas e a natureza, visto que a natureza tem diversas faces. Uma destas é a do ‘desconhecido’, a face ‘perigosa’, face que suscita formulações pouco recorrentes no campo da história ambiental. O desconhecido ocasiona o medo, coloca o perigo diante daquilo que não se vê ou não se sabe denominar; criam-se então entendimentos múltiplos para explicar e conviver com os perigos e formas deste desconhecido. No que concerne à relação com o rio Jaguaribe, suas profundezas também trazem às margens da vivência cotidiana, para aqueles que se relacionam com ele, diversas formas de perigos e assombrações.

Dentro desta pesquisa sobre as diversas formas criadas pelas pessoas pra relacionarem-se com a ambiência do rio, os relatos recolhidos alumiam entendimentos complexidade dos sentidos múltiplos desse Bicho, para as pessoas que criam, recriam e vivem a lenda, no Jaguaribe de Jucás. Por meio dos depoimentos orais, priorizou-se as formulações qualificadas dentro da historiografia como ‘imaginárias’, compondo assim um estudo sobre uma leitura do mundo natural por meio do *imaginário*.

O imaginário (o maravilhoso, o fantástico), em se tratando de assombrações, é qualificado como imaginário assombroso, e denota uma dimensão relacionada ao medo, ao desconhecido. Em se tratando do Bicho do Rio, esta parte da jornada constitui um estudo no campo do imaginário assombroso, visto que o Bicho, sua presença e suas

aparições no rio, são situadas e evocadas num plano *negativo*. Agregando-se a isso, suas características zoomórficas, dão-lhe as faces de um monstro. Numa referência teórica ao estudo sobre o *maravilhoso medieval*, feito por Le Goff, “um domínio essencial dos animais imaginários são os monstros.”<sup>90</sup> Estes últimos são seres puramente maléficos” (2009, pág. 20), diferentemente das outras maravilhas.

### 3.1 - Do margear imaginários, nos rios da História;

“Nada significava para a história da cidade. Era lenda. História da carochinha. Argumento de quem nunca leu aquela página de Chesterton em que o ensaísta inglês lembra que uma lenda é obra de muitos, e como tal deve ser tratada com mais respeito do que um livro de História: obra de um único homem”.

(Gilberto Freyre, 2000, p.43)

De onde as pessoas extraem matéria para os seus próprios medos e encantados assombrosos? *Onde ficam os monstros das pessoas, em Jucás?* No rio<sup>91</sup>. O Bicho do Rio, aqui entendido como um monstro, trouxe-me a questão que balizou o desenvolvimento desta pesquisa: *O que o monstro ou o Bicho do Rio diz sobre as relações culturais que pessoas que vivem em Jucás, estabeleceram e têm com o Jaguaribe?*

Não há critério do Bicho para atacar as pessoas, não há como estabelecer uma lógica, pois que no mundo do insólito e do maravilhoso dos depoentes desta pesquisa, o Bicho representa e sintetiza o que há de desgraçado e adverso no rio.

Dadas as formas tão diferentes nas quais ele se faz aparecer, pode-se sugerir que o Bicho do Rio é a personificação, materialidade dos medos das pessoas. Compõem-se em um só elemento ou entidade tudo o que há não somente de assombrado, como também de extraordinário no rio, mas sempre acompanhado de negatividade. Nunca o Bicho é bom. O bicho representa o mau rio; o rio perverso, maldito. Uma presença constante, materialidade do medo e do desconhecido do rio para os moradores de Jucás,

---

<sup>90</sup> LE GOFF, Jacques: *Heróis e Maravilhas da Idade Média*, 2009; *O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval*, 1983.

<sup>91</sup> Esta não é uma afirmação totalizante, no sentido de excluir de outros locais, outros objetos, os medos e os imaginários assombrosos dos jucaenses. Em relação ao Bicho do Rio, me foram comumente atribuídos a ele quaisquer movimentos que suscite o medo, dentro do Jaguaribe. Além disso, o Bicho conjuga em si uma gama de faces, perigos e assombrações, por ter a característica que será discutida adiante, a de ser ‘transformante’. Além disso, será ressaltado também que o rio não é o monstro, e sim o Bicho.

(pois que) ‘o não identificável’ transpõe-se para Bicho do Rio. A lenda do Bicho do Rio transpõe barreiras. O verossímil e o fantasioso se colocam no mesmo patamar de realidade, influenciando na vida social de muitos moradores.

Monstros desde os primórdios participaram das sociedades. Se compunham parte do imaginário pavoroso, ou se coabitavam com vivos humanos os bosques, corredores de castelos e profundezas de rios e mares, os monstros perpassaram distintos episódios da história ocidental, como trata Mary del Priori em seu livro *Esquecidos por Deus: monstros no mundo europeu e ibero-americano: uma história dos monstros do Velho e do Novo Mundo (séc. XVI-XVIII)*.

E dessa forma carregaram as explicações que os literatos, filósofos e cronistas de cada época atribuíram-lhes. A importância de conhecer os monstros de uma sociedade presta-se, ao historiador, para além da mera curiosidade. Assombrações indicam os medos, os sonhos e as apreensões de cada período.

Que são os monstros? Para santo Agostinho, constituíam parte da divina criação, obra e criaturas de Deus, existentes e criadas para mostrar aos homens o que poderia lhes acontecer futuramente ou lhes atormentar, caso deixassem de seguir os desígnios divinos. Essas criaturas, a santo Agostinho, pareciam não condizer com a harmonia da criação divina, entretanto, havia uma razão para estarem ali e existirem, ao menos etimologicamente. Como monstros, tinham algo a *mostrar*. “Eles monstravam (*monstra=monstrare*), manifestavam (*ostenta=ostentare*), prediziam (*portenta=pra-ostendere*) e anunciavam (*prodigia=pro-dicere*) antecipadamente tudo o que Deus ameaçara realizar futuramente no tocante aos corpos humanos” (PRIORI, 2000, pg. 23).

A Criação, ‘Obra de Deus’, era harmoniosa e bela, critérios que Deus não havia deixado de fora de nenhum dos seus aspectos. Sendo parte desta criação, os monstros não estavam excluídos: “*monstros, homens ou raças faziam parte do mundo, e concorriam para a sua beleza*”. Todos os propósitos e fenômenos se encaixam no esplendor divino, e mesmo não podendo os homens entender Seus desígnios, bastava que admirassem o céu, a terra, a água e os ares, para que aprendessem, edificando-se com o significado espiritual e moral que havia na presença e na literatura teratológicas sobre os bons costumes.

Durante os séculos do medievo, os traços fisiológicos desses seres ‘*a-normais*’ tiveram suas razões dadas nas interpretações alegóricas do mundo; um mundo natural e um universo humano. Não apenas um ser monstruoso, mas raças diferentes, vindas de narrativas sobre terras longínquas, também recebiam explicações para seus traços em

preceitos moralizantes de matizes religiosas. Na Inglaterra do século XIII, corrobora Mary Del Priori: “tais fábulas intercambiáveis – alguns autores associavam as orelhas grandes à melhor audição da palavra divina, os gigantes ao orgulho, homens com beijos pendurados, à mentira ou os cinocéfalos precariamente vestidos a humildes pregadores – permitiam denunciar de forma satírica as fraquezas dos contemporâneos. No ‘*Livro dos homens monstruosos*’, de Thomas de Cantimpré, que vem à luz no século XIV, os ladinos não articulados dos cinocéfalos são associados à calúnia, e os homens sem cabeça, aos cobradores de impostos que só pensavam em encher a própria barriga” (DEL PRIORI, 2000, p. 28). Seguiram os monstros constituindo então outra face que o mundo também possuía: – expressa em representações ilustradas, literárias, populares, teológicas e simbólicas – a do assombroso (encantado, fabuloso).

Os monstros coabitam com os vivos e com os mortos o cotidiano, transitando sem barreiras por qualquer realidade, seja ela imaginária ou ‘real’.<sup>92</sup> Formado e reformulado nos tempos modernos com outras faces, o imaginário teratológico seguiu sendo produzido e consumido pelas sociedades que recebiam os imperativos da razão e os impactos das descobertas científicas. Entretanto, há toda uma porção de experiências e um universo pautado por intercâmbio de realidades (onde termina o real, onde começa a imaginação?) que permitem deduções do real que ultrapassam a lógica racional moderna. Interessante para o historiador podem ser as muitas funções destas formulações culturais dentro do seio das sociedades, por informarem também onde os homens extraem matéria para os seus medos e para ‘os próprios sonhos’.

Os monstros passaram a ser inseridos numa denominação que os ligava ao saber e ao conhecimento ‘popular’, conforme se acentuaram as décadas do século XVIII. Grupos de ‘folcloristas’ ou estudiosos da ‘Cultura Popular’ (e aqui popular no sentido classista, pressupondo uma distinção entre cultura dita ‘esclarecida’ e cultura oral, não racionalizada pela razão iluminista) reuniram, coletaram, compilaram e difundiram os saberes do ‘povo’, nomeando-os como folclore. Posteriormente, com o fortalecimento dos Estados Nacionais e de uma ‘busca’ (criação/definição) do espírito nacional, no século XIX, entram nesta cena ‘do poder e do saber(es)’ as premissas ideológicas e

---

<sup>92</sup> Evelyne Platagean, em seu artigo para a coletânea organizada por Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel sobre *A Nova História* (1988), intitulado “*A história do Imaginário*” traz uma definição sobre *imaginário* consagrada e que orienta os estudos neste campo: “Cada cultura, portanto, cada sociedade, e até mesmo cada nível de uma sociedade complexa, tem o seu imaginário. Em outras palavras, o limite entre o real e o imaginário revela-se variável, enquanto o território atravessado por esse limite permanece, ao contrário, sempre e por toda parte idêntico, já que nada mais é senão o campo inteiro da experiência humana, do mais coletivamente social ao mais intimamente pessoal.” (PLATAGEAN, 1998, p. 291)

metodológicas do movimento romântico.<sup>93</sup> Com uma literatura empenhada no resgate da essência (e aqui ‘essência’ diz do ‘mais antigo’, do mais puro, do mais ‘original’ e primitivo, numa investigação para estabelecer origens) José de Alencar, destacado expoente do Romantismo literário no Brasil, escreveu seu romance ‘O Guarani’. Tendo como questões de fundo uma criação do índio como um nativo forte, gentio e submisso ao amor dedicado à virginal sinhazinha alva, Cecília; de um português desbravador e do cenário natural do Brasil, estabeleceu, nestes elementos e num tempo determinado, os lugares da origem – tanto nacional quanto cultural – do Brasil Nação. “Mircea Eliade observa que todo mito possui um centro, um ponto nodal a partir do qual se irradia a história mítica. Alencar procura seu núcleo entre a descoberta do continente e uma história que ainda não se iniciou. A trama não poderia passar-se anteriormente a 1500, seria um contra-senso, pois o Brasil ainda não existia como país revelado aos europeus” (ORTIZ, Renato. 1992, p. 89, *tendo como referência de estudo da questão de mito da fundação da brasilidade o romance romântico-regionalista ‘O Guarani’*)

Os folcloristas reuniram os contos, as lendas, os mitos, os dizeres, os ‘causos de trancoso’, e relegou-se ao campo do folclore e do saber considerado próprio do ‘povo’, o *imaginário* (classificado como parte/expressão daquilo que não estava sob as luzes de uma ciência da razão moderna), e com isso também ‘os monstros’ passaram a compor esta miscelânea dos folclores nacionais<sup>94</sup>. Indicavam a alma do povo de uma Nação, aquela que ainda estava distante dos ecos da modernidade científica.

Para o folclorista Câmara Cascudo, interessou perceber as diversas influências que recebeu o folclore brasileiro, na composição de seus assombrados. Junção de muitas culturas e de povos que circularam com os seus monstros para terras outras, que não as suas de origem. A teratologia, agrupada num conjunto denominado de ‘Ciclo dos monstros’, consta em um de seus livros na seção de ‘Mitos primitivos e gerais’, juntamente com o ‘Ciclo da angústia infantil’.

---

<sup>93</sup> Esta ‘busca por redescoberta’ inferiu no que, em verdade, era conhecimento corrente e não estava propriamente desaparecido. Apenas as versões acompanharam as dinâmicas da cultura e dos tempos, contradizendo a definição dos românticos e dos folcloristas de algo guardado num tempo ‘o mais remoto e cristalizado possível.

<sup>94</sup> Em referência às “histórias de trancoso”. Escritos por Gonçalo Fernandes Trancoso, português do século XVI, os *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo* uniam saberes, ditados e histórias de moral para o povo. Obra clássica muito popular em terras lusitanas nos séculos XVI, XVII e XVIII, derivou para uma nomeação geral de ‘saberes populares e’ histórias que hoje tem a pejorativa de serem de assombrações, terror, quando não, de casos sumariamente inventivos e com ênfase no exagero descritivo. Ver: TRANCOSO, Gonçalo Fernandes. *Histórias de Trancoso*, 2008.

Não compreendo que seja possível explicar a origem desses monstros populares. (...) Todos os folclores possuem essa sinistra galeria de assombros. São mosaicos cujos embutidos trazem as cores de todos os medos humanos e primitivos. A característica do monstro parecer ao homem, os pêlos espessos e negros, força espantosa, o respeito que imprime sua existência nas populações vizinhas, corre todos os idiomas. É o Tártaro dos franceses, o Ogre alemão, vivendo na Índia, na China, no Alasca, Roma Moscou, Berlim. Estão nas florestas equatoriais americanas e na terra negra. (...) É apenas a herança do medo n' alma triste dos homens. (CASCUDO, 2002, p. 218)

Outra característica interessante dos *monstros* é a ligação que têm com o ambiente natural. “Não se pense que as assombrações mais características do Recife não têm a sua ecologia. Têm. A história natural às vezes é limitada à sobrenatural. São as assombrações do Recife assombrações da cidade, para a qual a ‘caipora’, ‘boitatá’, ‘cururpira’, ‘saci-pererê’ são entes fora-de-portas. Mitos rústicos e não urbanos.” (FREYRE, 2000, p. 50). Sendo o Recife escancarada ao mar, Veneza brasileira cortada por dois grandes rios, o Capibaribe e o Beberibe, é *natural*, enfatiza Freyre, que as assombrações estejam nas também nas águas, alagando os medos dos recifenses. Os pequenos riachos e os canais são refúgios de fantasmas, escondendo os seus mistérios nas correntezas que os mantinham guardados. Ligados à história cultural do recife,

Dos rios se diz que os redemoinhos ou peraus são quase todos encantados. (...) Não é um rio sem mistério o Capibaribe, o principal do Recife. Muito crime se tem praticado no Recife com a cumplicidade das águas nem sempre ingênua do Capibaribe. Muito recifense nelas tem encontrado a morte de desesperado e ou de desenganado da vida, do amor ou do poder. Não é um rio apenas lírico de serenatas melifluamente românticas nas noites de lua. Nem apenas de estudantes com atrizes como outrora, no Beberibe. Também dramático. Rio de romances russos acontecidos nos trópicos. Donde suas sombras guardaram segredos, alguns terríveis. (FREYRE 2000, pág. 90)

Não obstante, segredos estes em forma de monstros com braços cabeludos, mãos em forma de pé de patos, corpo coberto de pêlos, cabelos longos, que, “ao saltarem às águas como rãs, mostravam as traseiras partes semelhantes às dos monos e quiçá com peludas caudas” (FREYRE, 2000, p. 48), como os que os navegadores europeus do século XVI avistaram num rio que recebeu dali em diante a alcunha de “Rio dos Monstros”.

Dentro da Amazônia, com suas vastidões de floresta, as assombrações estão também nas matas e nos rios, recebendo características caboclas, indígenas e agregando traços de outras assombrações que vêm de Portugal, do ‘homem-branco’, numa circularidade cultural que percorreu tempos e mares.

Num cordel intitulado “O Monstro do Rio Negro”, encontramos um monstro que é invencível. Vive nas águas desse rio, negro no nome e na cor, destronando feras, matando gente, engolindo golfinhos, assustando moradores das águas e da terra. Nasceu, numa composição cultural que precede a vinda dos colonizadores europeus, de um pajé e de sua esposa índia, numa tribo que depois foi extinta não pela ação do colonizador, mas devorada pelas garras e mandíbulas do monstro do rio Negro.

Há muitos homens no mundo  
Que dizem já ter lutado  
Com lobisomens valentes  
Que andam correndo fado  
E sempre, sempre nas lutas  
Vitória têm alcançado  
(...)  
Eu quisera ouvir um homem  
Dizer-me que resistiu  
Ao monstro do Rio Negro  
E triunfante saiu  
Para dizer-lhe na cara:  
Você desta vez mentiu

Por que o monstro que falo  
No mundo inda não nasceu  
Vivente que resistisse  
A força do corpo seu  
E quem com ele agarrar-se  
Pode jurar que perdeu  
(...)  
Esse monstro em pequenino  
Era um índio até bonito  
Mas com dez anos de idade  
Tinha um gênio tão maldito  
Que fazia o tal pajé  
Viver tristonho e aflito

Um pajé, pai do menino que apresentava desde pequeno características repreensíveis – de um ser malvado e indolente – preparou-lhe uma poção em forma de xarope para puni-lo por ter arrancado o nariz da mãe com uma dentada, rasgado ao meio a irmã e assassinado um irmão. Juntando as artes de feitiçaria da mata, deu-lhe o xarope, ao que o menino-monstro amoleceu, e o expulsou do lugar. O indiozinho foi para dentro da floresta e lá foi crescendo e assumindo características monstruosas, numa metamorfose interessante, que aproxima esse monstro de monstros de outros lugares, com outras ascendências, o que denota a composição de um ser comum ao imaginário teratológico compartilhado por muitas sociedades. Asas de couro forte, chifres, uma cauda com um ferrão venenoso que age como uma seta e trespassa o alvo de lado a lado, corpo envolto num lodo letal, que queima a língua de qualquer outro bicho que o morda,

e que desmancha os dentes que o toquem em bolas de gelo. Além disso, tem dois espigões em meio à testa que combatem também os fantasmas invisíveis da noite.

Esse xarope continha  
Baba de muitas serpentes  
E sangue de muitas feras  
Poderosas e valentes  
Escamas de muitos peixes,  
E carne de outros viventes  
(...)  
Com dez anos transformou-se  
Num grande monstro imortal  
Do feitio de um anfíbio  
E assim descomunal  
Meteu-se no Rio Negro  
E começou a fazer mal.

Seu corpo tem com certeza  
Dez metros de comprimento  
A barriga é encarnada  
E o lombo é pardacento,  
E tem quatro asas negras,  
Pra voar qualquer momento  
(...)  
Seus olhos são cor de brasa  
Tendo o tamanho dum tacho  
Fitando para um vivente  
O vivente vai abaixo  
E com a língua ele atrai  
Qualquer bicho fêmea ou macho  
(...)

Após matar todos os pajés da sua tribo e ribeirinhos do rio Negro, o monstro migrou para outros afluentes do Amazonas. Das águas doce donde nasceu, seguiu para a foz e passou muitas centenas de anos assustando, devorando e matando. Mas, *“certamente a água doce estava a ele ofendendo, e por isto buscou o mar”*. Transpôs fronteiras aquáticas, e assim ia de um lugar a outro. Fato é que o Monstro do rio Negro, invencível, vive oculto e aparece: *“pode estar em qualquer parte, por que já não teme a morte”*, respeitando somente os cristãos, pois o direito de persegui-los ainda não lhe foi concedido. Mata os pajés e índios, além dos animais, dos homens não protegidos por Nossa Senhora, das assombrações e dos lobisomens.

O monstro se vendo só  
Entrou noutros afluente  
Do grande Rio Amazonas  
Matando todos os viventes  
Que se botavam pra ele,  
Se fazendo de valentes

Percorreu o Juruá  
Tefé, Purus e Xingu,



Içá, Javari e Madeira  
Tapajós, Jarí, Peru  
O Caquetá e Trombetas,  
Como assim o Maicuru.  
(...)  
O monstro nagua ou no seco  
Se transporta num minuto  
Para o lugar que pretende  
Porém sempre o grande bruto  
Gosta mais de viver nagua  
Que em lugar enxuto  
(...)  
O monstro do Rio Negro  
Já está mais do que visto  
Que ele é o satanás  
E é para Anti-Cristo  
Nele percorrer o mundo,  
Pois já há certeza disso.<sup>95</sup>

Esse monstro, como explicação final, é associado ao Anti-Cristo, pois nada até hoje pôde vencê-lo. E, como o “Monstro do Rio Negro”, outros cordéis foram escritos e narraram com suas descrições uma gama de assombrações teratológicas de seres com características comuns. Em geral os monstros que assustam aos homens nascem homens; algumas vezes, pelo pecado da mãe (conceber antes do casamento), outras pela cópula e pacto com o Diabo, o filho torna-se um monstro. Após o nascimento, esse ser vai recebendo traços físicos estranhos e um comportamento de todo monstruoso. Esta ênfase ao comportamento tem sua razão em serem os monstros elementos culturais moralizadores, que também assustam aos homens vivos através das lições que podem ser tiradas das suas histórias recontadas, e dos seus ataques.

Os estudos sobre imaginário, na História, aparecem num período de falência das certezas; fluidez e incompletude nas explicações sobre o social. Nos estudos históricos, dados os paradigmas teóricos concernentes à disciplina, estuda-se um imaginário que se

---

<sup>95</sup> ATHAYDE, João Martins de. “O Monstro do Rio Negro”. Impresso em 12-03-1975, Juazeiro do Norte/CE, tipografia José Bernardo da Silva Ltda. O exemplar original consultado (ref.: FC-829) encontra-se nos arquivos da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ. Observação pertinente é que no conjunto de folhetos pesquisados, o termo *monstro* se refere à categoria do ‘Bicho-Homem’ (presente todo Brasil do interior), estudada por Câmara Cascudo em seu ‘Ciclo dos Monstros’.

**O Bicho-Homem** vive no interior do Brasil, área rural, vive nas serras, invisível aos que o procuram e seus atos de características monstruosas são perpetrados na natureza, engolindo rios, esmigalhando montanhas, transportando florestas; tem um só olho faiscante, apenas um pé, como o saci, e firma no chão uma única pegada redonda, forte, que crava sua passagem com esse rastro. Segundo Cascudo (2002, p.247), constitui espécie de Gangântua ameríndio; Gustavo Barroso, outro folclorista, encontra o Bicho-Homem no Ceará com o nome de Gorjala e descreve: “sua ferocidade lembra a do Polifemo de Homero, do qual é um descendente criado na imagem sertaneja. Quando encontra um indivíduo qualquer, mete-o debaixo do braço e vai comendo-o às dentadas” (BARROSO apud CASCUDO, 2002, p. 244). A presença deste mito apontada por Câmara Cascudo em seu texto está remetida aos muitos casos de homens que se desligavam do contato social dos ‘civilizados’ brancos e levando uma vida livre, bruta nas selvas e matas do interior do Brasil.

dá no plano coletivo, que esteja conectado a uma dimensão social (a qual, sabe-se, é composta por indivíduos)<sup>96</sup>.

Dentro dos processos de crise de paradigmas pelo qual passou a História, tendo como fruto deste processo o aparecimento da História Cultural, e antes disso, já com a Escola dos Annales, o estudo do imaginário se introduziu como fruto e expressão da quebra de paradigmas que ocorreu na disciplina. Renovações epistemológicas e a busca pelo diálogo com outras ciências, neste caso, em especial, com a antropologia, a psicanálise e a literatura, trouxeram para a História novos olhares sobre a ‘realidade’ social, ou, aos processos e relações sócio-culturais. Ligados

Devido a esta quebra de paradigmas ter se dado, em grande medida, pela constatação ou insatisfação com os modelos interpretativos do real balizados pelas ‘certezas’ científicas, modelos estes centrados no que era estabelecido e pressuposto como *verdadeiro* (dentro da racionalidade cartesiana moderna e do positivismo comteano), passou-se a dar grande ênfase aos estudos no campo do imaginário. Tais análises históricas são feitas por meio de categorias que, dentro de classificações teóricas, enriquecem o estudo da História Cultural – afirma Sandra Pesavento, em artigo publicado pela Revista Brasileira de História, intitulado: “*Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário*” (v. 15, nº 29, p. 9 -27, 1995).

Os estudos do imaginário foram organizados *através* de análises que se focam (n)o esboço das ‘descontinuidades’, do cotidiano, e contrapõem-se, desta maneira, a uma história global – feita através dos modelos esquemáticos pré-determinados pelo materialismo histórico, por exemplo, com seus postulados amparados no reducionismo econômico e etapismo evolutivo, ou, através dos pressupostos do historicismo fundamentado, ainda no séc. XIX, por Leopold Von Ranke, que colocavam na busca

---

<sup>96</sup> O estudo sobre o imaginário, dentro da História, esteve muitíssimo relacionado aos estudos sobre o período medieval na Europa, desenvolvidos, e sua maioria, por Jacques Le Goff e, posteriormente, grupos de historiadores vinculados à história das mentalidades, Escola dos Annales e História Cultural, ou, de forma mais abrangente, à Nova História. A questão dos limites entre real e imaginário sempre perpassa por estudos neste campo, não apenas pela intercambiação destas fronteiras, transposição e efetiva constatação da realidade das composições – classificadas hoje, e dentro da historiografia – como *imaginárias* na vida cotidiana de quem as vive e formula. Trata-se também de uma problemática que é cara à ciência, na sua busca por conceitos, classificações e delimitações, definir método de pesquisa e o que está no campo da lógica e do factual *comprovado* (tomados como real). Por outro lado (em oposição), o que faz parte das criações humanas inventivas, baseadas na imaginação e não na razão guiada pela lógica (que ganham validade como *históricos*, *literários* e ‘*culturais*’).

Outra problemática são as intermediações do que se trata de pessoal e coletivo, *imaginário* e *imaginação* – aqui definidos da seguinte forma: Imaginário como formulação coletiva, conjunto de formulações relativas a uma dada temática, que autorizam estudos sobre grupos, sociedades, épocas e suas relações com o espaço no qual se inserem; os escritos de Cornelius Castoriadis constituíram base teórica fundamental para este entendimento. Imaginação como remetido às formulações pessoais, que difundidas e *agrupadas*, formam um imaginário (CASTORIADIS, 1981).

pela verdade o caráter científico da disciplina Histórica. No campo do estudo do imaginário, lida-se e admite-se as conjecturas das ‘possibilidades’ e da ‘incerteza’, situando, para os críticos, estas produções textuais de pesquisas do simbólico como ‘fantasiosas’, até mesmo ‘inventivas’, e por isso, ‘literárias’. Não científicas, e, portanto, a - históricas.

Os olhares possíveis a partir dos novos diálogos que a História passou a ter com novas ciências, numa busca por abrangência teórica através da interdisciplinaridade, possibilitaram ao historiador utilizar-se de conceitos emprestados a outras áreas do conhecimento. Também trouxe ganhos para a produção textual do historiador, autor do texto, como por exemplo, um esmero na sua escrita e uma preocupação com a dimensão do deleite que o seu texto poderia provocar (ou não) no outro (o leitor).<sup>97</sup>

*Visão de mundo e leitura do mundo* constituem, dentro da historiografia, conceitos auxiliares para se entender e pensar o imaginário.

Uma ‘leitura de mundo’ pressupõe uma ação; ler o mundo é transpor um sistema de símbolos – diz-se, de um real re-significado quando é ‘lido’; a *imaginação* liga-se a um contexto transformado, dá-se num plano de *passagem* do campo da visão para o campo da significação, num processo de leitura, atribuição de significados e transposição, ou transformação. Neste sentido, constitui também uma ação de interpretação. Aquilata-se o grau de transformação que há, quando passado para texto do historiador, uma ‘leitura de mundo’ que (exprime) é referente ao contexto de determinadas formulações imaginárias. Mikhael Bakhtin, estudioso de morfologia literária e da cultura popular na Idade Média e no Renascimento como o contexto onde floresceu e foi produzida a obra de François Rabelais, problematiza esta questão. Para ele, o contexto é já conhecido como texto, texto escrito ou não. Como uma (re)criação do passado. Assim, a decifração deste passado será um processo de leitura de um texto sobre outro texto.

Sendo a História um estudo do passado, a noção de temporalidade fica então estendida, quando as suas lentes se voltam para escutar os relatos de um imaginário que perpetua uma lenda, um mito ou um ‘texto/contexto’ social<sup>98</sup>. As fronteiras do

---

<sup>97</sup> O substantivo *autor* tem como sinônimos: artífice, compositor, inventor, cabendo ao substantivo *autor* (também) a oração subordinada adjetiva: aquele que *autoriza*.

<sup>98</sup> Como defende Robert Danrton, ao estudar os contos populares em suas versões francesas, durante o período moderno (DANRTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos, e outros episódios da História Cultural francesa*, 1984). Dando ênfase a uma história das mentalidades, Danrton chama atenção para a temporalidade e permanência nas estruturas sociais que perpetuaram e (re)criaram os contos populares na França, evidenciando assim a historicidade deste processo, bem como a correlação que há entre o texto (o

imaginário são também fluídas, flexíveis, não havendo uma precisa oposição entre real e não-real, dentro do conceito de ‘imaginário’ enquanto campo de pesquisa do historiador cultural.<sup>99</sup>

‘Visão de mundo’ dá a entender menos uma ação, porém uma ação talvez criativa: ligada a utopia, a uma criação daquilo que se vê e que se quer, no plano das motivações inconscientes aquilo que não está formulado, mas que passa a ser formulado<sup>100</sup>. Portanto passa para uma dimensão outra, a de algo já formulado... e assim segue a cadeia e o encadeamento de conceitos e (re)significações do mundo.<sup>101</sup>

Para Roger Chartier, o imaginário é uma representação, se dá no plano da linguagem, e incide sempre no campo da interpretação<sup>102</sup>. Representação, neste sentido, é a tradução mental de uma realidade exterior, apreendida a partir da abstração. Reconstruir o real ‘beira’ reimaginar o imaginado. Dessa forma, a História do Imaginário não poderia chegar a algo que não fosse uma representação, ao propor-se estudar a “tradução mental de uma realidade exterior percebida, manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma acepção da realidade”, define Jacques Le Goff (apud PESAVENTO, 1995, p. 15). Imaginação como dinamismo organizador, convertido em meio de homogeneização da representação – de representações<sup>103</sup>.

Dentre as funções múltiplas do imaginário, algumas podem ser elencadas: o agenciamento de alucinações coletivas (delírio), atribuição de caráter mágico ao ‘real’; utopia e ideologia são expressões de categorias imaginárias, ‘visões de mundo’ criador e organizador do real. Característica destas funções do imaginário é que são capazes de

---

conto) e o contexto. Entretanto, Danrton adverte que os contos não são *fotografias* do contexto que o historiador busca estudar através dos contos populares. Não são produções extáticas, eximidas do caráter de composição e de temporalidade, como estudam psicanalistas. Serve somente como observação que, historiograficamente, o estudo do imaginário está mais bem definido que (a) ‘história das mentalidades’.

<sup>99</sup> Esta imprecisão de fronteiras para definição do conceito de ‘imaginário’ constituiu o mote para se avolumarem críticas aos estudos neste campo. Por outro lado, Jacques Le Goff escreve que justamente esta imprecisão concede charme para uma espécie de ‘história-encruzilhada’, produzida por questões novas colocadas ao real.

<sup>100</sup> Ver: VOLVELLE, Michael. *Imagens e Imaginários da História*, 1997. Neste livro, especialmente o cap. 4 (“*Contribuição para uma reflexão: gigantes, monstros e máquinas na festa provençal*”, p. 95).

<sup>101</sup> A Gilles Deleuze, os imaginários são sistemas simbólicos. Os signos, tornados simbólicos, compõem sistemas de idéias e imagens de representação coletiva. Estes sistemas ganham sentido e significação por meio da linguagem e de um conjunto de simbologias formuladas e formuladoras – que dizem de um real, de uma realidade externa a elas (e, que ao mesmo tempo, são constituídas por eles). Dessa forma, o imaginário não poderia ser apenas compreendido como reflexo do real, porém como elemento de transformação do real, organizador do real.

<sup>102</sup> CHARTIER, Roger. “*O mundo como representação*”. Estudos Avançados, n. 11, v. 5, 1991.

<sup>103</sup> Dimensão norteadora, entretanto, dos entendimentos sobre o ‘Bicho do Rio’ como estudo no campo do imaginário é a que há um caráter criativo (e não ‘fotográfico’ estático), dinâmico, temporal e cultural nesta definição; uma *tradução* que ‘pré-passa’ por apropriação, espécie de leitura com sotaques e acentuações particulares às fontes desta pesquisa do mundo humano, sobrenatural e natural – entrelaçadas e conectadas aos processos socioculturais que representam, ou nos quais podem estar inseridas.

romper com as condições da cotidianidade, fazendo emergir o lúdico, o sonhado e o sobrenatural, além dos medos das sociedades, servindo para distração, para a moral vigente e para o divertimento. O imaginário cria imagens, possui uma função criativa e reflexiva do real; cria imagens a partir de sistemas simbólicos (estruturas) internalizados de uma cultura. Além disso, as criações e instituições pelas quais se guiam e organizam as sociedades estão no plano imaginário, numa forma de entendimento que coloca as instituições imaginárias como algo mesmo muito mais interno e compartilhado no cotidiano social comum, num suave, porém contundente contraste, às definições dicotômicas que classificam o imaginário *apenas* como folclore ou ‘cultura do povo’<sup>104</sup>.

As descrições e análises das formulações que aqui estamos estudando, agrupadas hoje pelos jucaeneses como a ‘lenda do Bicho do Rio’, fazem-se influenciadas pela leitura destas definições, podendo ser analisadas ‘em meio’ ao amplo conceito de imaginário, dentro da historiografia. Por ter margens que se imiscuem e se confundem, o campo do imaginário, aqui, pode também ser pensado como algo que se encontra numa terceira margem de percepções sobre a relação das pessoas com o rio.

As dimensões do ‘real’ e do ‘fantástico’ intercambiam-se, evidenciando assim comporem um mesmo universo cultural, na medida em que o fantástico é real, e que o real pode ser fabulado na narrativa. Como devaneia o personagem Riobaldo, de Guimarães Rosa, ***“o real não está nem na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”*** (ROSA, 2005, *Grande Sertão: Veredas*, p. 52). Dona Luzia, na cidade de Jaguaribara (vale do médio-Jaguaribe), surpreendeu-me com a seguinte resposta, durante uma entrevista realizada em Agosto de 2008:

Karuna: *“a senhora acha que na barragem (do açude Castanhão) tem assombração?”*

Dona Luzia: *você diz assim como se fosse uma coisa de outro mundo? ah, não minha filha, eu acho que não, por que tem vigia, né? O Governo contratou vigia que até dorme na barragem, nunca se soube dessas coisa por lá não”*.<sup>105</sup>

---

<sup>104</sup> Ver: ‘O imaginário: A criação no domínio social-histórico’, capítulo; (CASTORIADIS, 1981, p. 229)

<sup>105</sup> Dona Luzia, nascida no ano de 1947. Entrevista realizada em 01-08-2008, Nova Jaguaribara.

### 3.2 – ‘Fábulas da Memória’: uma história da Lenda;

“Terminei o conteúdo/ enfrentei o desafio/para fazer poesia  
meu intelecto é sadio/ cada um que peça a Deus  
não ver o Bicho do Rio”<sup>106</sup>

O senhor Ernando Cavalcante nasceu em Jucás no ano de 1943. Exímio marceneiro, aprendeu a ler com a cartilha do ABC<sup>107</sup>, embora não tenha tido muito tempo para as letras na sua juventude. Casou-se com D. Mônica ainda novo, não contava com trinta anos. Disse-me que era um rapaz muito tímido e que ela é que foi ‘decidida’ o bastante para que começassem a namorar. Juntos, tiveram quatorze filhos, dos quais cinco morreram. Seu Ernando trabalhou em seus roçados na vazante do Jaguaribe durante muitos anos, pescou no rio e tentou a vida em São Paulo. Por ter um intelecto ‘sadio’, como me afirmou sua esposa, Dona Monica, Seu Ernando desenvolveu a capacidade de escrever em versos o que lhe interessava dizer em palavras. Comprou computador, aprendeu a utilizar a internet para pesquisas e aguçou os ouvidos para as narrativas que circundam o seu universo cultural. Atento também às questões históricas, escreveu um livro de versos que conta a história da cidade de São Mateus desde ‘os tempos dos índios Jucás’.

Seu Ernando foi o principal intermediário para esta pesquisa sobre o Bicho do Rio. Empreendi a busca por conhecê-lo e ouvir dele a narrativa da lenda quando ainda estava pesquisando em Iguatu, município vizinho a Jucás.

Hoje, seu Ernando está adquirindo *status* de poeta popular ‘oficial’ do município, e adotando a alcunha de ‘*patativa de Jucás*’. A Secretaria de Cultura local, e as escolas públicas, fazem uso dos versos publicados pelo Seu Ernando para estudar e apresentar a ‘cultura popular’ e a história do município. O próprio Seu Ernando é talvez quem mais contribua para este processo, empenhando-se em guardar e divulgar na memória coletiva da cidade, as histórias do Bicho do Rio.

---

<sup>106</sup> Ernando Cavalcante. *A lenda do Bicho do Rio*. 2007, p. 27. O título deste tópico é um remetimento à obra da historiadora francesa Lucette Valensi *Fábulas da Memória: A batalha de Alcácer Quibir e o mito do Sebastianismo* (1994), a qual apresenta um estudo sobre a fabricação da memória, processos de mitificação, e vivência no mito.

<sup>107</sup> Obra de natureza pedagógica, amplamente difundidas nos ‘interiores’ do Brasil todo, durante a primeira metade do século XX, como parte das políticas educativas, destinava-se a servir de base para alfabetização em casa, quase sempre acompanhadas por monitores.

Ao passar para o campo da escrita as diversas histórias de ataques e visões do Bicho, ele deu um corpo e uma denominação para este conjunto solto e vago de casos: trata-se de uma *lenda*. Não uma lenda no sentido de invenção, mas no sentido antológico de ‘uma história antiga, passada de geração para outra, acrescida de novos elementos’. Seu Ernando hoje constitui na maior ‘autoridade’ sobre a lenda, certamente por ter passado para os domínios da escrita aquilo que antes fazia parte apenas do universo da crença, do medo, do imaginário e da oralidade. Hoje, por meio do livro escrito pelo seu Ernando, as crianças estudam nas escolas histórias das pessoas que foram atacadas pelo Bicho, e a Secretaria de Cultura do município faz uso da lenda para inventar um folclore de Jucás, representação legítima da cultura e dos costumes ‘da terra’.

Os conceitos têm sua historicidade, dados os sentidos de significações que recebem no cotidiano e na relação entre poder e saber. O conceito de *lenda*, ao longo da história humana obteve empregos e lugares variáveis no jogo de relevâncias, visto que a sua significância comunica-se à dimensão do crível, do incrível e do não-crível. As lendas podem constituir fonte explicativa (ou ilustrativa) de muitos percursos do dinamismo histórico das culturas nas quais floresceram, por relacionarem-se com o ambiente natural e com os elementos que permeiam o imaginário das pessoas. Devido às muitas significações e conexões que possuem os imaginários sociais, as lendas são uma rica fonte para os estudos deste campo.

A lenda, na acepção empenhada pelo Seu Ernando em seu livro, recebe a função de reunir os fatos ‘verídicos’ sobre o Bicho: os ataques, as aparições, os relatos das ‘testemunhas oculares’. O seu livro versa, por isso, sobre os fatos verídicos sobre essa lenda, que, também por isso, é verídica. Há um bicho no rio, algo complexo que recebeu o nome de Bicho do Rio, e que foi comprovado pelo padre, pelas mortes inexplicáveis que causou e pela constância da presença no rio, mesmo que espaçada no tempo e diferenciada nas formas. Uma lenda, como são etimologicamente construídas as muitas lendas que ‘se conhece’ do mundo: uma narrativa composta pelo conjunto de narrativas orais através dos tempos<sup>108</sup>. Entretanto, Seu Ernando recusa o caráter fantasioso da sua

---

<sup>108</sup> **Lenda**, em suas acepções e definição dicionarizada: “s. f. 1. Tradição popular. 2. Narrativa, transmitida pela tradição, de eventos cuja autenticidade não se pode provar. 3. História fantástica, imaginosa. 4. Mentira, patranha.” FONTE: Novo Dicionário Aurélio *virtual*. Percebe-se sempre a associação ao caráter fantasioso das lendas no sentido completo das frases, e nas acepções ao termo, dadas dentro da ciência e mesmo da pesquisa folclórica. Câmara Cascudo traz um longo verbete sobre *Lenda*, em seu Dicionário do Folclore Brasileiro: “De origem letra, *legenda*, *legere*, possui características de fixação geográfica e pequena deformação. Conserva as quatro características do conto popular:

*Lenda do Bicho do Rio*; ampara-se em uma pesquisa sobre uma verdade: a existência *real* do Bicho.

Retomando a narrativa sobre um dos ‘inícios’ ou nascimentos do Bicho do Rio,

**S. Ernando:** “É tanto que como eu conto na história (no livro), que a moça quando teve o menino ela matou afogado, aí ela saiu doente para casa, quando chegou lá perguntaram: ‘que é que tem’, ela: ‘tou doente... eu matei uma criança afogada; eu tive menino e matei afogado’, aí três pessoas foram olhar ali no sítio Farinha, quando chegou lá, viram o modelo de uma serpente que quando eles foram se aproximando, ele entrou dentro d’água, no rio, ele mergulhou. Aí por isso, a história que eu faço, a lenda, que vem dessa criança. E para constatar a história, agora, na última agressão que ele fez, apareceu a criança chorando dentro da moita. Entendeu? Por isso que é uma coisa que ninguém pode atribuir... É coisa do tempo mesmo.<sup>109,</sup>”

Concebendo uma história cíclica para a lenda do bicho do rio, seu Ernando Cavalcante supõe que a última ‘agressão’ sabida até então, terminou com uma criança dentro de uma moita chorando. Elemento oportuno, o choro desta criança vem a confirmar a origem da lenda: o filho recém-nascido que foi deixado nas águas do rio e transformou-se numa enorme serpente, volta a fazer ouvir o seu choro. No livro intitulado ‘A Lenda do Bicho do Rio’, Seu Ernando inicia a narrativa em versos:

Eu vou narrar uma história  
Meu intelecto é sadio  
Fazendo uma pesquisa  
Vai ser grande o desafio  
Que um fenômeno lendário  
Dá fama ao Bicho do Rio.

Porém o Bicho do Rio  
Ele tem sua origem  
Pois a história fantástica  
Ela nasceu de uma virgem  
Quando ela foi tomar banho  
Lá sofreu uma vertigem.

O problema dessa virgem  
Ela tinha engravidado  
Estava com sete meses  
Que ela escondia o pecado  
Teve o menino no rio  
Matando ele afogado.

Com remorso do pecado  
Ela foi pra casa doente  
Perguntaram o que ela tinha  
Eu matei um inocente  
Quando foram procurar  
Avistaram uma serpente.

A serpente mergulhou

---

antiguidade, persistência, anonimato, oralidade. Os processos de transmissão, circulação, convergência são os mesmos que presidem a dinâmica da literatura oral.” (CASCUDO, 2001, p. 328)

<sup>109</sup> Ernando Cavalcante, nascido em 1943. Entrevista realizada no dia 23-07-2010, Jucás.



Eles ficaram com medo  
Ali no poço farinha  
Foi revelado o segredo  
E foram contar ao Padre  
No outro dia bem cedo.

E o bicho do rio  
Quando ele apareceu  
Em mil novecentos e quatorze  
Teve gente que correu  
Com medo do bicho do rio  
Porém ele desapareceu

Depois voltou e apareceu  
Em maio de dezesseis  
Pois as pessoas que viram  
Já morreram todos três  
E ficou o bicho do rio  
Atormentando vocês.<sup>110</sup>

O Bicho do Rio pode ter qualquer forma animal ou não-animal, quando aparece de forma imaterial, manifestando-se como uma força estranha e incontrolável na água, um redemoinho, uma ‘tração’ que arrasta a pessoa atacada para o fundo das barragens e poços. Essa ‘tração’ vem a ser uma ‘força atrativa’, dois conceitos formulados pelos moradores de Jucás e que se estabeleceu como elemento característico de ataques e ações do Bicho. O tamanho do bicho também é variável, chegando a ser descrito como sendo ‘do tamanho de um trator, de uma roda de trator’, de uma vaca, de uma serpente, ou de uma tartaruga. Seus olhos é que são sempre descritos como duas tochas de fogo, ‘vermelhos e horripilantes’.

Todas as ‘visões’ misteriosas, perigosas, inexplicáveis e amedrontadoras no rio Jaguaribe em Jucás, costumam ser atribuídas ao Bicho do Rio. Este processo passou a ocorrer desde os anos sessenta, pois foi quando deram *um* nome para o excepcional do rio. Qualquer fenômeno inexplicável acontecido no rio, desde então, para as pessoas passou a ser obra do *bicho*, o Bicho do Rio. Dessa forma, encontraram um único nome para intercambiar seus medos e assombrações com a natureza do Jaguaribe. Isso por que foram criados artifícios narrativos e imaginários rebuscados, com termos próprios como ‘força atrativa’, ‘tração’, ‘espaçamento dos aparecimentos do bicho’ e o mais importante para a constância (permanência) do Bicho: seu caráter ‘transformante’.

Sendo transformante, qualquer animal ou visão (na qual se apresente o Bicho) pode e é considerada uma face, uma transformação do Bicho do Rio e o compõem, em sua multiplicidade. Não importa se ele foi visto por um como uma *tartaruga*, ou como uma *serpente*, por que os depoimentos emitidos sobre essas aparições posteriormente

---

<sup>110</sup> CAVALCANTE, Ernando. *A lenda do Bicho do Rio*. 2007, p.1, 2.

não serão contraditórios. Tudo o que há de misterioso no rio pode ser parte das características do Bicho do Rio, e qualquer visão ou incidente assustadores, perigosos, que suscitem medo e pavor nas pessoas, certamente, para os que acreditam no Bicho do Rio, são frutos da ação desse bicho, no Rio. Para sustentar essa característica que desafia entendimentos ‘racionalizantes’, a contrariedade das faces dessas aparições se sustenta justamente nesse conceito de o Bicho ser ‘transformante’, de forma que ‘*nele, tudo cabe*’, afirma Seu Ernando Cavalcante.

Destarte, todos os animais que compõem o Bicho do Rio fazem parte da fauna do Jaguaribe. Sendo um bicho, o Bicho do Rio se faz de outros, também bichos, de terra e de água. E não é qualquer animal maravilhoso ou inimaginável, inimaginado, que pode compor o Bicho do Rio; somente aqueles que são familiares e estão no Jaguaribe. Nunca um camelo, nunca um unicórnio, um leão ou um lobo. É certo não são apenas, necessariamente, animais da ‘fauna nativa’, mas da fauna composta culturalmente, por espécies exóticas trazidas e introduzidas no processo de povoamento das margens do rio. São animais tanto ‘de água’ (aquáticos), quanto ‘de terra’ (terrestres), sendo que as aparições do Bicho se dão sempre ligadas às águas do Jaguaribe.

Transforma-se em todos os bichos que compõem a fauna do Jaguaribe e em todos os fenômenos estranhos do rio, mamparra, visage, doenças, inflamações, medo, assombração, fraqueza, desequilíbrio, são donativos do Bicho para as pessoas que se aproximam do rio, e por ele são ‘atacadas’.

Em grande parte, esta junção das diferentes faces e formas do bicho foi feita pelo seu Ernando Cavalcante no seu livro, onde (re)conta em versos as muitas histórias de ataques e ‘agressões’ (termo que o próprio senhor Ernando gosta de proferir) do Bicho às pessoas de Jucás. Ao reunir os relatos esparsos em um só relato, e conferir a ele o lugar de ‘lenda’, ele re-apresenta para as pessoas ‘O’ Bicho do Rio, as introduzindo num rol variado de narradores de uma lenda comum a todos. E é um campo que encosta no infinito, insondável, esse das descrições e possibilidades de formas de aparição do Bicho do Rio. Sendo um ser transformante, qualquer face lhe é cabível, contanto que seja misteriosa e provoque medo, atributos que compõem e acompanham o Bicho do Rio, colocado por isso no rol dos monstros e assombrações. Dona Antonia descreve como foram as duas vezes em que viu o Bicho do Rio:

**Dona Antônia:** Ói, nós tem uma mangueira ali, aí eu fui já de tardezinha ver se tinha alguém por lá. Quando eu cheguei lá, que eu ainda fui pro meio do rio, tinha aquele bicho em forma de uma vaca, assim, que nem uma vaca, do

tamanho de uma vaca. Agora, a cabeça dele, que nem a cabeça de um cachorro. Aí eu, ‘valha-me Nossa Senhora, que bicho é aquele?’ bichão vermelho! Aí veio de lá pra cá, de lá pra cá, aí eu olhando, olhando, olhando, até quando ele chegou no capim. Quando ele chegou no capim (Karuna: *na margem do rio?*) **D. Antonia:** é, aí desapareceu o Bicho. Mas outra vez não, do tamanho, ele era que nem uma canoa, mas em forma de tartaruga. Agora a cabeça era de um cachorro, cabeção grande, só o casco é que era de tartaruga. Um bicho grande, tamanho de uma tartaruga, feito uma tartaruga, cabeça de cachorro, nadando no meio d’água, encostando no capim... E eu não sei que bicho é. Nem é cachorro, nem era gado... era um bicho!<sup>111</sup>

Muitas possibilidades, como muitas explicações possíveis, são citadas por ela para descrever o que viu, ou o que não conseguiu ver com os ‘olhos da precisão’: uma vaca, um cachorro, uma canoa, o casco de uma tartaruga... Todos elementos comuns à paisagem do rio, encobertos pelo lusco-fusco do crepúsculo, tornando difícil uma identificação precisa por parte de Dona Antonia, de tal forma que todas as suas visões e suposições, foram elencadas e compõem um único ser: o Bicho do Rio.

Artifício imaginativo ou narrativo complexo de entender como se engendra, os moradores mais antigos de Jucás deixaram de lado outras formas de assombração e adotaram o Bicho do Rio como aquela que, até contraditoriamente, é tida como ‘verdadeira’. Lobisomens, caiporas, e almas são ‘visages’; perguntada a respeito de outras lendas, monstros e encantados, Inês Fernandes da Silva diz que ‘*os mais antigos é que acreditavam em muita coisa, daqui mesmo só tem o bicho do rio!*’. Assim, o Bicho do Rio é tratado como a lenda verdadeira, aquela lenda que pode ser entendida com o ‘intelecto sadio’ do senhor Ernando e que é uma história verdadeira, confirmada ‘até’ pelo padre alemão.

**Inês:** Padre João Sticker, que era um padre alemão e viveu aqui muitos anos, até falecer, ele também viu o Bicho do Rio, só que ele não queria comentar com as pessoas como era o Bicho do Rio. Ele ficou em segredo um tempo, depois falou que era um, parecia um jacaré... Disse que ele conseguiu ver e não quis revelar como que era o Bicho do Rio pras pessoas. Quando perguntavam, ele dizia que parecia um jacaré, mas na realidade, foi que ele não quis declarar como que era o Bicho do Rio, que era muito estranho.<sup>112</sup>

Estranho a ponto de ser ‘do tamanho de uma roda de trator’. Percebe-se, a partir desta associação ao trator, como os moradores de Jucás significam, fazem apropriações próprias, inesperadas e surpreendentes, dos elementos da natureza humana que são incorporados ao seu universo cultural. O trator, o trem, as barragens são todos

---

<sup>111</sup> D. Antonia Maria Pereira, nascida em 1930. Entrevista realizada no dia 24-07-2010, Jucás.

<sup>112</sup> Inês Fernandes da Silva, nascida no ano de 1969. Entrevista gravada no dia 24-07-2010, Jucás.

elementos estranhos que inicialmente ficaram deslocados de uma adequação confortável de significados, na paisagem mental destes moradores das margens do Jaguaribe em Jucás.

O jacaré não faz parte da fauna do Jaguaribe; animal exótico, embora de ecossistemas aquíferos, não se sabe de casos de jacarés trazidos para o Jaguaribe, rio de sistema fluvial que dificilmente poderia suprir as necessidades alimentícias de um jacaré. O jacaré é tratado como uma espécie exótica e próxima do monstruoso. O Bicho do Rio não é visto em forma de jacaré, mas o jacaré é usado como elemento estranho para comparar ao ser (subtende-se pela fala de Inês) terrificante visto pelo padre João. Um animal que faz parte da família do crocodilo, o jacaré<sup>113</sup>, por sua aparência, remete ao Leviatã, monstro aquático criado por deus para mostrar a Jó o seu poder e invencibilidade. O Leviatã ‘monstro que se apresenta sob a forma de crocodilo, ‘segundo a mitologia fenícia’ pode ser caracterizado sob diferentes formas, uma vez que funde-se com outros animais. Uma comparação entre o ser ‘estranho’, semelhante ao jacaré, visto pelo padre João no Jaguaribe – o Bicho do Rio – e o Leviatã pode ser traçada, portanto, sendo o Bicho do Rio um ser zoomórfico.

As descrições do Bicho do Rio são em geral acompanhadas de espanto e temor, assim que são descrições confusas. Como escreveu seu Ernando, o sentido fica ‘perturbado’ pela aparição do Bicho.

Faz lavadeira correr  
O bicho é transformante  
Ele se transforma em cobra  
Desaparece num instante  
Porém quem corre com medo  
O sentido é perturbante<sup>114</sup>

Seu Ozino, de 84 anos, ficou traumatizado com o rio desde que foi atacado pelo Bicho dentro da água, numa pescaria. Suas pernas tremem, contou-me sua filha, ‘só de imaginar em ter que entrar no rio outra vez’.

**S Ernando:** Ozino, ele viu lá no poço Paixão. Por que ele se transforma em cobra também (o Bicho do Rio). Agora, a escama dele é do rabo pra cabeça. A cobra é da cabeça pra cauda, né? O dele é o contrário. Passou na perna de Ozino, e ele ‘nossa senhora, nossa senhora! Nunca mais eu tomo banho aí!’ E

---

<sup>113</sup>Jacaré: “(do tupi) designação comum a todos os reptis crocodilianos aligatorídeos”. **Crocodilo:** “(do lat. *crocodilu.*) designação comum aos reptis crocodilianos, em especial aos do gênero *Crocodilus*”. FONTE: Novo Dicionário Aurélio *virtual*.

<sup>114</sup>CAVALCANTE, Ernando. *A lenda do Bicho do Rio*. 2007, p. 2.

tomava banho com uma cuia, o povo aperriava ele, rindo. Nunca mais que viram ele dentro d'água não.<sup>115</sup>

As experiências deixam marcas e cicatrizes no corpo e na lembrança daqueles que foram atacados pelo Bicho. Não interessa aqui questionar a natureza destas experiências: se imaginárias ou reais. Entende-se que são reais na medida em que alteram comportamentos e hábitos cotidianos, em um cotidiano fortemente arraigado pelas atividades ligadas ao rio; caminhos que se cruzam nos caminhos do rio. Neste meio, a lenda sobre um monstro que transformado em cobra, com a escama crescendo da cabeça para a cauda, é capaz de orientar usos e desusos do rio. Para um pescador como o senhor Ozino, deixar de entrar no rio constitui uma mudança de hábito bastante significativa, ao ponto dele escutar as chacotas de seus companheiros sobre o seu trauma, e mesmo assim nunca mais voltar a entrar no Jaguaribe.

**D. Antonia:** Era um 'me acuda meu deus, me acuda meu filho', aí eu vi que ia morrer, me taquei no chão, enfiei dois dedos no chão, com a mão no chão, assim, aí fui indo, fui indo, eu vi que ia morrer. Com toda certeza! Pois é minha filha, com toda certeza, o rio tem um bicho. Agora, não sei que bicho é, que eu não vi. Eu vi ele puxando, agora de matar gente ele já matou muita.<sup>116</sup>

Dona Antonia foi outra 'vítima' do Bicho do Rio. Em algum ano da década de sessenta, ao levar seu filho para brincar enquanto ela lavava as roupas no rio, uma forte correnteza a puxou para o centro de um redemoinho e seus sentidos quase desfaleceram. As águas se abriram e, ela teve a impressão de que a morte seria certa. O mundo parecia estar se abrindo aos seus pés, querendo tragá-la para o centro do redemoinho. Descrição de pavor, acrescida pela noção de que, sendo um ataque do Bicho do Rio, D. Antonia dificilmente escaparia. '*Com toda certeza o rio tem um bicho, um bicho que mata as pessoas*', afirma Seu Ernando.

Os relatos de ataques do Bicho do Rio são incontáveis, já que quaisquer perigos dentro do rio podem ser ocasionados pelo Bicho. Uma pequena ordenação, com características recorrentes, é apontada pelo seu Ernando Cavalcante no seu livro, porém, de tão abrangente e generalizante, abre espaço para sempre novas formas de transformação e ataque do Bicho do Rio. Uma canoa que inexplicavelmente pára e perde o equilíbrio dentro do rio também é uma forma de ataque do Bicho.

---

<sup>115</sup> Sr. Ernando Cavalcante, nascido no ano de 1943. Entrevista gravada no dia 23-07-2010, Jucás.

<sup>116</sup> D. Antonia Maria Pereira, nascida no ano de 1930. Entrevista realizada em 24-07-2010, Jucás.

**D. Lourdes:** Bom pelo que ele (S. Ernando) fala, eu acho que foi o Bicho do Rio. Aonde eu passei, eu fui, peguei uma canoa, pra ir do outro lado do rio buscar uma folha pra fazer um chá pra minha mãe. Então eu peguei a canoa do pescador, e fiquei em cima da canoa. Aí fui, catei a folha de algodão, de volta. Aí quando eu tava no meio do rio, a canoa foi e travou assim, como se tivesse enganchada num pau, ou numa pedra. Uma coisa que fez assim, ‘truum’! Aí a canoa ficou, a ponta, pra lá e pra cá, eu no meio e ela balançando. Aí o pescador tava do outro lado do rio esperando a canoa. Aí eu falei pra ele assim: ‘seu Sebastião, a canoa enganchou aqui num pau’, aí ele falou: ‘*minha filha, aí é o lugar mais fundo que tem, aí não existe pau*’. Eu fiquei desesperada, né? Aí eu joguei os remos pra dentro da canoa e fiquei em pé e falei: ‘*eu vou pular*’, e ele disse: ‘*não pule que aí é o Bicho*’. A cobra, que a gente falava na cobra, né? Aí eu fiquei ali na base de uns 15 a 20 minutos, e eu senti que a canoa baixou, fez assim oh... e eu já catei os remos, *vop vop*, cheguei do outro lado toda tremendo. Aí ele disse: ‘*isso aí, minha filha, foi a cobra que travou a canoa. Por que eu sou pescador e eu sei*’. Aí foi isso. Aí depois eu contando, me disseram que foi o Bicho.<sup>117</sup>

Assim é que diversos acontecimentos inexplicáveis dentro do rio passam a ser explicáveis, na medida em que são atribuídos ao Bicho do Rio. Vão compondo processualmente a *fabricação* do Bicho do Rio<sup>118</sup>.

Por outro lado, o Bicho do Rio é uma efetivação (metafórica, nesse caso) também dos paradoxos que acompanham o Jaguaribe: o maior rio seco do mundo, como fora outrora proclamado, e o causador de enchentes medonhas, como foi estudado no capítulo anterior. Um rio que traz água em excesso, e que tem o leito seco, feito de terra na maior parte do ano. Um rio de terra, ora coberto de verdes plantações de arroz, mandioca, feijão, milho, capim, ora inundado de água, aflições ou benesses. E um rio que por ser (e para ser) *um flúmen*, ou curso natural de água, faz parte do ciclo hidrológico, possui terra nas margens e no leito, e água líquida na superfície. Os animais que compõe um ser zoomórfico (como o é, o Bicho do Rio), são tanto animais aquáticos, como também animais terrestres: a tartaruga, a serpente, um cachorro, um boi ou um bode.

Diferente das ‘visagens’ (termo usado para caracterizar falsas visões, ilusões assombrosas, ‘*aquilo que se pensa ver, mas que não é o que se pensa*’), o Bicho do Rio tem o lugar da ‘verdadeira’ assombração no rio Jaguaribe em Jucás. Tudo o mais é ‘visagem’, mesmo as almas que acompanham os pescadores em suas canoas noites adentro, ou as sereias que por acaso são ‘pescadas’ de dentro do rio, e desaparecem com

---

<sup>117</sup> Dona Lourdes. Nascida no ano de 1944. Entrevista gravada no dia 24-07-2010, Jucás.

<sup>118</sup> Aludindo aqui ao estudo sobre *A Fabricação de monstros* (JEHA, NASCIMENTO, et al., 2009), livro com uma série de análises sobre as composições literárias de *monstros*, e as conexões que os autores das obras analisadas teceram com o espaço e tempo específicos a cada um.

seus cabelos vermelhos sob as águas. Essas histórias são tidas hoje como ‘histórias de pescador’, contadas pelas ilusões provocadas pelo medo. O Bicho do Rio é a ‘única’ assombração que existe no rio, afirmam muitos.

*Visagem*, segundo definições de dicionários coloquiais/informais, se trata de uma visão, substantivo feminino que assume o sentido de assombração, de uma ‘alma penada’, ou ilusão. Mas essa assombração provocada pela visagem tem sempre a característica de não ser real, e sim passageira, como uma miragem. Uma exemplificação de *visagem* pode ser dada com a narrativa do Seu Edmar, também morador da cidade de Jucás, que em depoimento sobre suas experiências com o rio, e para reforçar o sentido verídico que queria imprimir à lenda do Bicho do Rio, contou:

**S. Edmar:** Eu falei pra mulher, essa noite eu vou... Acontece que eu dormi um sono que eu me enganchei, e quando eu acordei, peguei os galões, a lona e a cumbuca e desabei pro rio. Quando eu cheguei lá no rio, era peixe demais, sempre um horror de peixe, tinha peixe que num dava! Aí eu fui juntando, peixe de um lado e de outro, aí eu fui juntando, jogando lá na areia, aí eu, quando eu dei fé, vi bater doze horas. Eu fui então entrar naquele lugarzinho fundo, e eu toquei aquele, a bem dizer uma pessoa, lá estava aquele cabelão grandão, cabelão cumprido, aí na matriz bateu doze horas... Eu pensei, seja o que Deus quiser, se for gente eu vou tirar e botar na areia, quando for mais tarde. Se num for, se for assombração do rio, aí já era doze hora, num se podia fazer mais nada! Aí foi, na verdade, quando eu cheguei lá na margem, ah, era um pedaço de carnaúba com um monte de lodo, é isso, mamparra do rio toda hora...<sup>119</sup>

Seu Edmar reforça pelo menos três vezes a hora ‘das assombrações’: doze horas! Na sua fala, dá ênfase ao momento: o sino da matriz ressoou meia-noite (doze horas). As assombrações nos *contos populares*, comumente, aparecem à meia-noite. Os elementos são colocados de forma a contribuir para o tom fantástico e assombroso da sua narrativa, envolvendo o ouvinte, compassadamente, palavra por palavra, na ansiedade pelo desfecho: os sinos, as batidas, a repetição do tempo, a sua situação: se fosse assombração do rio, ele nada poderia fazer, pois a hora não estava ao seu favor, o lugar fundo para onde se dirigia, até surpreender com um desfecho inesperado. Um desfecho ‘da verdade’: ‘visagem’, ‘mamparra’ do rio, ou carnaúba com lodo. Seu Edmar não deixa claro o que realmente aconteceu; se o rio é que estava ludibriando o pescador ou se em verdade tudo não havia passado de uma ilusão de ótica, criação do medo do homem.

---

<sup>119</sup> Seu Francisco Edmar Ramos, nascido em 1940. Entrevista gravada no dia 08-08-2008, Jucás.

O termo ‘mamparra’ também comunica ao rio Jaguaribe um sentido *astuto*, traiçoeiro, na medida em que provoca e ocasiona ‘mamparras’. No Dicionário Informal da língua portuguesa<sup>120</sup>, *mamparra* tem como sinônimos ‘fingimento’, ‘mentira’, e dentre os antônimos, ‘verdadeiro’. Mamparrear é na verdade uma esperteza, um fingimento com o fim de ludibriar o interlocutor, ou observador.

### 3.3 – ‘Ele viu o Bicho’

TESEU: Nada sei de ti: isto dá força à minha mão.

MINOTAURO: Como poderias dar o golpe sem saber em quem, em que? Só há um meio de matar os monstros: aceitá-los e conhecê-los.  
(J. CORTÁZAR, ‘Os Reis’, 2001, p. 63)

“O Bicho do Rio, ninguém vê ele como ele é, só vê transformado.”<sup>121</sup>

Apesar de aparecer sob várias maneiras e com variadas ‘faces’ para as pessoas, o Bicho do Rio não pode ser visto em sua forma *real*, ou tocado, e assim, nunca pode ser vencido. Contam os mais velhos moradores de Jucás que ninguém viu a verdadeira forma do Bicho do Rio. Somente um padre chamado João viu o Bicho, utilizando-se de seus aparelhos. Constituía aparelhos de ‘*acusar as coisas, de ver o mundo*’<sup>122</sup>. Padre João Sticker foi um padre alemão que viveu em Jucás por quase quarenta anos, sendo sempre lembrado como uma ‘grande pessoa’, preocupado com os pobres, com os problemas de educação e saúde da cidade.

Nascido em 25 de maio de 1922 na cidade de Bochum, região carbonífera do Ruhr, desde cedo Hans Steecker iniciou seus estudos preparatórios para o sacerdócio.

Com a deflagração da Guerra Mundial em 1939, incorporou-se ao Exército de sua Pátria, como noviço em 04.01.1941. Sua unidade atuava frente à Rússia, servindo na artilharia em diversas funções, como telefonista, operador de rádio, enfermeiro e etc. Ao término do conflito mundial, torna-se prisioneiro de guerra

---

<sup>120</sup> Dicionário Informal *on line*, que apresenta definições usuais de termos comuns de distintas regiões do Brasil. As definições e os vocábulos são trazidos (e exemplificados) por usuários da rede virtual. Pode ser acessado pelo endereço: <http://www.dicionarioinformal.com.br/>

<sup>121</sup> Sr. Inácio (Manoel P. da Silva), nascido em 1947. Entrevista gravada em 24-07-2010, Jucás.

<sup>122</sup> Sr. Inácio (Manoel Pereira da Silva), *idem*.



dos russos, de maio de 1945 a 17.10.1949, obrigado aos trabalhos forçados na região do Donez, ao sul da Rússia.<sup>123</sup>

Após sua liberdade, volta aos estudos seminaristas e conclui o noviciato em 1950, quando ingressa no seminário da Sagrada Família de Ravengiersburg. Sua ordenação sacerdotal se dá em 24.07.1955, mês do Novenário de Nossa Senhora do Carmo, numa ‘ocasional’ coincidência, já que a padroeira de Jucás é N. S. do Carmo. Após ter sido enviado para o Brasil, chegando primeiramente a Recife e depois Crato, já no Ceará, é nomeado vigário da Paróquia de Jucás, no Ceará, em primeiro de março de 1960.

Pessoa dinâmica, padre João Sticker realizou uma obra considerável em Jucás, atuando no campo religioso e social de forma contundente. Fundou creches, o Hospital Santa Isabel, criou um programa de distribuição de leite (muitas pessoas se lembram do ‘leite do padre’ com um tom de saudade impresso na voz). Nos tempos das cheias do Jaguaribe, em especial nas principais cheias que afligiram a cidade (anos de 1974 e 1985), o padre João estabeleceu um sistema de transporte e comunicação com outras cidades, retirando as pessoas de suas casas com o seu avião monomotor.

Os depoentes desta pesquisa sobre o Bicho do Rio e o Jaguaribe em Jucás teceram lembranças comoventes sobre padre João Sticker. É possível dimensionar a impressão que causou nos moradores de uma pequena cidade no interior do Ceará, sertão dos Inhamuns, quando o padre alemão, ex-prisioneiro de guerra, chegou a Jucás com um avião, num tempo em que ainda a televisão não se havia difundido no país e que, em Jucás, poucos tinham rádios em suas casas!

Elder Barros, o jovem Secretário de Cultura do Município, fez um apanhado de realizações do padre João que marcaram a história de Jucás, além de, também, conectá-lo em sua fala, ao Bicho do Rio.

**Elder Barros:** Muita gente se envolveu com a lenda e tem muitos depoimentos de pessoas que ainda vivem, que viram mesmo, de fato, esse Bicho. Como o padre daqui na época, que era o padre João Sticker, que era um padre alemão, bem antigo, foi o que mais demorou no nosso município, e ele chegou numa época muito difícil aqui no município. Foi quando o rio Jaguaribe jogou água pra dentro da cidade e não tinha apoio para transportar esse pessoal para Igreja, que muitos ficaram sem casa, muitas pessoas foram abrigar seus pertences em outras casas, aquele negócio todo, e teve também muita epidemia. E ele, como era médico, não, médico não, ele tinha essa tendência pra ser médico, aviador...

---

<sup>123</sup> Texto extraído do folder comemorativo às Bodas de Prata (1960 – 1985) do Paroquiato do Reverendíssimo Padre João Sticker, M.S.F. O documento pode ser encontrado no acervo que a Paróquia de Jucás, dedicada a N. S. do Carmo, guarda sobre o Padre João Sticker.

Ele tentou começar uma campanha para ter um ambulatório, começou com um ambulatório, o ambulatório Santa Isabel, depois ampliou para a maternidade Santa Isabel, e hoje temos o Hospital Santa Isabel.<sup>124</sup>

Neste estudo sobre o Bicho do Rio e o Jaguaribe de Jucás, personagem intrigante e que não pode ser deixado de fora é o padre João Sticker. Muito se diz sobre o que disse e o que viu o Padre no rio; sobre sua história e sua pessoa. É uma lembrança que hoje guarda uma autoridade e uma admiração que transparecem nas falas dos jucaenses, sejam eles evangélicos ou católicos. Todos respeitam a palavra do padre João, mesmo os que seguem a doutrina evangélica e significam o Bicho do Rio como Satanás, mas que afirmam no Bicho, não crerem. De fato, o padre João Sticker empreendeu reformas estruturais dentro da cidade de Jucás muito significativas, desde a distribuição de leite e mantimentos alimentícios para as famílias de pescadores agricultores, além da maternidade municipal, do referido auxílio de transporte e comunicação nos momentos aflitos de enchentes do rio Jaguaribe. Com isso, o padre João deixou suas marcas na história de Jucás e das vidas da população. Sabe-se do destacado, influente e atuante papel que os padres exerciam em suas paróquias, e do lugar de autoridade que lhes é conferido. Padre João parece que o tinha por ser padre, e, além disso, por ser pessoa de grande carisma e presença junto aos jucaenses. Num diálogo a respeito do padre, assim o recordaram:

**D. Lourdes:** O padre João, ele era médico.

**Seu Inácio:** ele era tudo. Olhe, ele era padre, era doutor, era aviador, era motorista, era doutor... Tudo isso ele era! Tudo que bulia com padre João ele sabia.

**D. Esmeralda:** quando ele morreu, foi a noite todinha a igreja cheia de gente. Ele tá enterrado dentro da igreja, pra você ter uma idéia.

**Seu Ernando:** Quando o padre João morreu, acabou-se uma banda de Jucás. Por que o padre João trazia donativos da Alemanha, os aparelhos bem equipados aí no hospital, trazidos de lá, e além dos donativos de alimento, remédio também. Do povo! Um padre que acolheu o povo.<sup>125</sup>

Costumava organizar grandes almoços em seu sítio na área rural de Jucás, e oferecer passeios em seu avião para as pessoas em geral, que por ventura quisessem e se candidatassem em grupo. Tendo essa inserção no cotidiano jucaense, a lenda do Bicho do Rio não passou longe de sua influência e conhecimento.

---

<sup>124</sup> Elder Barros. Entrevista gravada no dia 23-07-2010, Jucás.

<sup>125</sup> Dona Lourdes, nascida em 1944; Dona Esmeralda (irmã de Dona Lourdes e esposa de S. Inácio), nascida em 1946; Sr. Inácio (Manoel Pereira da Silva), nascido em 1947; S. Ernando Cavalcante, nascido em 1943. Entrevista gravada em 24-07-2010, Jucás.

Contou-me Seu Ernando Cavalcante, juntamente com outro morador de Jucás, (o já citado) Seu Edmar Ramos, que em 1974 o padre João Sticker, empreendeu uma busca para tentar desvendar o mistério do Bicho do Rio: com o seu helicóptero, e uma arma, sobrevoou o rio durante três dias na espreita e expectativa de avistar o Bicho para registrar em fotografia sua imagem e, mais astutamente, acertá-lo com a espingarda, intento anunciado e não levado a cabo, ficando assim o mistério do Bicho do Rio ‘inviolado’.

Nesta fotografia tirada pelo próprio padre João Sticker, década de sessenta, vê-se o aglomerado de gente curiosa que a chegada do avião ocasionou. Mães com filhos no colo, crianças embaraçadas escondendo-se nas pernas dos adultos; quase todos descalços. Não há especificações sobre o tipo de máquina usada. A foto faz parte de documentos pessoais do padre João, guardados pela Secretaria paroquial. Ao fundo, vê-se o relevo da serra de São Mateus, que circunda a área rural do município de Jucás.



**Imagem 2 – pouso do monomotor do Padre João Sticker:** moradores de Jucás observam o avião. FONTE: acervo documental da Paróquia N. S. do Carmo.

Certa feita, durante a minha jornada de pesquisas, numa manhã de domingo, fui levada pela família do Seu Ernando Cavalcante para um sítio chamado Araçá Verde, que fica localizado na área rural de Jucás. Lá, eu poderia entrevistar um missionário evangélico que residia bem distante da área urbana de Jucás. Também lá, eu teria a oportunidade de banhar-me no poço Araçá Grande, local onde, conforme me precaveu

Seu Ernando, “*era onde morava o perigo*”, pois lá, muitos pescadores sentiam uma ‘força atrativa’ puxando a canoa para o submerso.

No sítio Araçá Verde vive Dona Valderneide com sua família: seu esposo, seus filhos, seus irmãos, sua Igreja e seu trabalho. Ao ser entrevistada por mim em sua casa, D. Neide, que preparava o feijão à lenha para o almoço, professora do ensino fundamental e evangélica, afiançou, imprecisa, que não acredita no Bicho do Rio. Crê, sim, que seja uma ação do demônio no rio, para roubar a alma daqueles que não têm fé em Deus. Porém, arrepende-se de não ter perguntado ao padre João enquanto ele ainda estava vivo, se este de fato vira o Bicho do Rio, conforme contam, e qual era a forma deste bicho.

**Dona Neide:** O único mistério que me intrigou é que se eu tivesse sabido dessa história antes, eu teria falado com o padre João, teria sabido com ele. Por que ele tinha visto, ele tinha resposta, não é? O padre João morou aqui muito tempo, dizem que por ele ser alemão, ele tinha uns aparelhos que via o que tinha dentro do rio.<sup>126</sup>

Foi a única pessoa que viu a *verdadeira* forma do Bicho. Talvez não pudesse ser diferente, que o padre, ou a visão do padre, tenha sido ‘verdade’; a única visão da verdadeira forma do bicho. O mais intrigante é que, conforme o tom que é dado à revelação misteriosa, paira uma dúvida na memória dos moradores de Jucás: se o padre viu mesmo o bicho e afirmou não ver, para não assustar as pessoas. Dizem que o padre João usou seus ‘aparelhos’ e com eles pôde ver o Bicho. Quanto a esses tais aparelhos usados pelo padre João,

**S. Inácio:** “Deve ser um aparelho que acusa alguma coisa, aparelho que vê, como aparelho de engenheiro. Engenheiro agrônomo que ele não coloca, assim? Aí o aparelho no chão, escutando no ouvido, sabe, quantos dedos de água tem. É o mesmo caso, de ter esse aparelho, o padre João... o padre João sabia de muita coisa aqui.”<sup>127</sup>

A associação a engenheiros não surpreende, visto que em uma cidade margeada pelo Jaguaribe, a presença de engenheiros é frequente. A atuação do DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, no curso do rio Jaguaribe data desde que foi criado o órgão, ainda no século XIX. Por se tratar de um rio intermitente, o Jaguaribe constantemente sofreu intervenções e foi palco de projetos de açudagem

---

<sup>126</sup> Dona Valderneide, nascida em 1969. Entrevista gravada em 25-07-2010, Jucás.

<sup>127</sup> S. Inácio (Manoel Pereira da Silva), nascido em 1947. Entrevista gravada em 24-07-2010, Jucás.

levados a cabo por engenheiros do DNOCS, como já foi estudado no capítulo anterior. A figura do engenheiro foi muitas vezes a figura maior do poder, no que toca ao Jaguaribe, sobretudo do poder de *conhecer* a técnica, cientificamente o meio, e de *poder* intervir no rio. A racionalização científica do espaço do rio é empreendida pelo engenheiro, que chega com seus aparelhos de ‘ver’ e de ‘acusar’ as coisas.

A visão do padre João talvez seja a única tida como verdadeira por que ele viu por meio de aparelhos semelhantes aos dos engenheiros, detentores de um saber sobre o mundo natural que se sobrepôs ao dos sentidos comuns das pessoas comuns. Diante disso, o padre João ocupa um lugar duplamente privilegiado: ele, enquanto padre é o conhecedor da palavra de Deus, o intermediário entre Deus e as pessoas que o rememoram, o que lhe dá a *autoridade da palavra*. Além disso, fez uso de uma ‘aparelhagem’ que lhe confere a *autoridade de ‘ver as coisas’*, e assim como o engenheiro, *sabe e pode* medir a natureza e intervir nela. O Padre João possui, portanto, a autoridade do ver e do dizer. Sua autoridade fica acentuada, no imaginário de Jucás, por ter uma validade que transcende o plano governamental e institucional, como a do engenheiro, pois a do padre João tem uma dimensão que se comunica com o divino, com o religioso e com o sagrado.

Evidentemente, há limites para estas apropriações e entendimentos. Na já citada entrevista da noite de 24 de julho de 2010, com Dona Esmeralda, Dona Lourdes, Seu Inácio, Seu Assis e Seu Ernando, ao me narrar a lenda do Bicho do Rio, Eridan, filha de D. Esmeralda, também mencionou este ‘aparelho’ usado pelo padre João:

**Eridan:** Dizem que o padre João Sticker, ele uma vez usou um microscópio, né, no rio, e disse que ele focalizou lá pra ver. Aí ele disse, quando ele viu o Bicho, ele olhou pro sacristão, que andava com ele, e disse que Jucás rezasse muito, orasse muito, tivesse muito cuidado que esse bicho era muito perigoso. Que daqui uns anos, ele não disse quantos anos, né, que em Jucás todo mundo ia ver esse Bicho. E ele disse que era de assustar qualquer pessoa. Que ele viu, dizem que ele viu quando era pequeno (o Bicho), né, no microscópio... Eu sei que o padre João não gostava de tocar nesse assunto não. Ele viu e disse: ‘olha, é muito feio’. E disse que era do tamanho de uma roda de trator e que todo mundo em Jucás um dia ia ver. E disse que era um bicho que crescia.

**Seu Assis:** Quer dizer que tá crescendo... É coisa pra ninguém saber mesmo. Só Deus é que sabe.<sup>128</sup>

Se apenas Deus sabe, é possível que somente aquele que o representa vivo na terra possa saber sobre o Bicho. É uma suposição razoável, se pensarmos numa cultura

---

<sup>128</sup> Sr. Francisco de Assis, nascido no ano de 1945; Eridan de Sousa Silva, nascida no ano de 1973. Entrevista gravada no dia 24-07-2010, Jucás.

predominantemente cristã, pautada por uma leitura de mundo influenciada, sobretudo pelos ensinamentos bíblicos, e afetada pelo choque entre o saber tradicionalmente oral e o saber racionalizado conferido pela ciência.

### 3.4 – Fabricação de um Jaguaribe encantado e maldito;

“O Mapinguari reina na vastidão amazônica pelo prestígio invisível do medo”

“No canal do rio profundo  
Existe o boto encantado,  
Inimigo das crianças  
Esse animal malvado,  
Moço ou mulher casada  
Indo no rio embarcado,  
Faz o batel alagado.”<sup>129</sup>

“Não esqueça uma coisa: essa gente toda que desapareceu no rio está agora mesmo, olhando-nos pelos olhos deste bicho. Não esqueça.”<sup>130</sup>

Depois da década de sessenta, quando o fluxo das águas do Médio e Baixo Jaguaribe foi alterado devido à construção do açude Orós, a bacia do Alto Jaguaribe permaneceu pouco alterada, ao menos no que concerne à perenização. Entretanto, uma série de construções das principais barragens dentro do rio, em Jucás, foi efetuada, após a década de sessenta, quando se deu a grande ‘cheia do Orós’. Jucás, por ficar à montante de Orós, não sentiu os impactos do arrombamento das comportas do ainda inacabado açude Orós.

A primeira barragem do rio construída em Jucás se chama Crebilon Lima Verde. É conhecida como a barragem Da cidade por ficar próxima ao centro urbano e administrativo do município, sendo avistada por qualquer viajante que cruze a rodovia, e atravesse a ponte de Jucás. À montante, fica a barragem Dos padres, que tem esse nome, pois teve a sua construção empreendida por dois padres, um deles o já mencionado padre João Sticker. Outros entendimentos foram formulados sobre o Jaguaribe a partir do aparecimento dessas pequenas barragens. Os poços continuaram a ser os locais para os homens pescarem e para as mulheres lavarem roupas, enquanto os filhos brincavam nas águas. A partir dos depoimentos recolhidos em conversas-

---

<sup>129</sup> Câmara Cascudo, *Geografia dos Mitos Brasileiros - O Ciclo dos Monstros*, p. 224 (acima) e O fabulário poético, p.370, 2002.

<sup>130</sup> COUTO, Mia. 2007, p. 115

entrevistas com os moradores de Jucás, posso afirmar que o uso cotidiano das barragens construídas após a década de sessenta, hoje, é em grande medida reservado ao lazer e à agricultura.

Destarte, esse período marca também um momento de constantes ‘aparições do Bicho do Rio’. Somente nos anos sessenta, como já foi contado, é que passaram a chamar aquele ‘ser misterioso e perigoso’ que habitava o rio, outrora fera e serpente, de Bicho do Rio. Para o Seu Inácio, sua esposa D. Esmeralda e seu compadre Seu Assis, as barragens estão ligadas diretamente ao aparecimento do Bicho do Rio, numa ordem de causa e consequência.

O acúmulo de água parada é a moradia de seres desconhecidos. Águas profundas, escuras, acrescidas ao logo do período invernos. Guardar tanta água, num reservatório artificial e fruto do engenho humano na natureza criada por Deus, pode constituir intento perigoso, concebem. Ali, certamente é muito propício para que as cobras se amontoem juntamente com as folhas que caem do que resta da mata ciliar, ressecada pelo período de estiagem, que dura a maior parte do ano. O Bicho do Rio começou a aparecer depois da construção das barragens, disse seu Inácio, num tom que a mim, surpreendeu.

**Karuna:** *então, quando o senhor era criança o senhor tomava banho no rio, e ninguém dizia nada do Bicho do Rio não?*

**Seu Inácio:** não, não. Aqui, quando o rio não tinha essas barragens, não tinha nada. Foi multiplicar depois que fez essas barragens, aí ficou esses poços d’água, e aí foi multiplicando e começou a aparecer esse Bicho.

**Seu Assis:** é água parada, né? Água muito tempo parada ali cria bichos, né? Peixes, e é daí por diante, né, é cobra...

**Karuna:** *então quer dizer que o Bicho apareceu com as barragens, isso?*

**Seu Inácio:** foi, depois das barragens. Enquanto não tinha as barragens, o rio era seco, não tinha esses poços que tem hoje mais as barragens, né? Por que ele se esconde na água, e a barragem junta muita coisa, cobra. A água fica presa ali anos e anos. Por que o pessoal diz que quando chegar água nova a velha sai, mas não sai não, ela fica lá em baixo. Água presa toda a vida fica presa, a outra passa por cima, e a que vem por cima é só a limpa, mas pra dizer que a água velha foi embora, não. Por que se for pra ir embora, vai levar com barragem e tudo! São dez barragens no rio Jaguaribe, só assim, no município de Jucás.

**Karuna:** *e quando foi que começaram a construir as barragens?*

**Seu Inácio:** rapaz, a primeira foi a do sítio do menino ali que eu não me lembro mais nem o nome, faz muito tempo. Depois foi essa daqui de baixo, que faz bem uns 28 anos, a dos padres. Tá com 28 anos que foi feita. Aí já tem umas quatro barragens ali pra cima que são novas, foram feitas agora. Tem uma que tem dez anos, outra que tem cinco. Agora essa dali, parece que tem uns

quarenta anos (a barragem Da cidade). E o bicho começou a aparecer depois que foi fabricada essas barragens.<sup>131</sup>

O Bicho do Rio aqui será analisado como uma metáfora do rio Jaguaribe. As interferências ocorridas e efetuadas no rio podem demarcar o aparecimento de um mal: o lugar do perigo, a profundidade. Evocado como o ‘medo’, o ‘perigo’, o ‘mal’, o Bicho do Rio se esconde nas águas. É um bicho que não é visto por todos, ataca e se apresenta para alguns – mas necessita de um esconderijo ou abrigo, em águas profundas.

As barragens e os poços são construídos para armazenamento de água no período de seca, que vai de junho a dezembro. Tomando a água como idéia e representação de riqueza e vida para as populações do semi-árido, numa concepção esquemática e polarizada, têm-se o entendimento das barragens enquanto um bem comum; um bem de suposto usufruto comum. Um bem que, entretanto, guarda em seu bojo os perigos do insondável, do desconhecido; de uma correnteza escura, cuja profundidade não pode ser antevista na superfície do rio.

Uma terceira via de entendimento é colocada neste caso: as barragens, bem como o rio, não podem ser entendidas como boas ou ruins, simplesmente. Carregam consigo o paradoxo da condição circunstancial, não podendo ser qualificadas como boas ou más.

A fala do seu Inácio incita à pergunta: foram as barragens que trouxeram então o Bicho do Rio para o Jaguaribe? Pode ser o bicho do rio metáfora ou alegoria para uma crítica às constantes intervenções que o homem faz no Rio? Perguntado a respeito dos outros grandes açudes construídos no Jaguaribe pelos engenheiros do DNOCS – o Orós e o Castanhão – Seu Inácio é enfático: “*esses daí eu digo que tem fera dentro da água. Por que cria mesmo, a água cria...*”<sup>132</sup>.

Água que cria feras. Se o curso ‘natural’ do rio é fluir rumo ao mar, então as águas estancadas nas barragens representam aquilo que barra este fluxo. Dessa forma, essas águas são propensas ao aparecimento de seres ‘anti-naturais’ aos rios, como o Bicho do Rio. O termo *natural* é aqui empregado na sua acepção criacionista, a de seres criados por Deus com perfeita harmonia fisionômica, e com funções comuns estabelecidas a todos os seres e animais dentro da Natureza divina. Este foi o preceito levado em conta pelos teólogos e estudiosos da natureza medievais, como Santo Agostinho, aqui já mencionado, para explicar a presença de seres com características

---

<sup>131</sup> S. Inácio (Manoel P. da Silva), nascido em 1947. Entrevista gravada em 24-07-2010, Jucás.

<sup>132</sup> S. Inácio (Manoel P. da Silva), idem.



peculiares, embasando as teorias de constatação dos ‘monstros’. *Natural* como o que advém da natureza, que em sua etimologia latina ‘*natura*’ se refere ao que não sofreu intervenção antrópica; aquilo que é e se faz por nascimento biológico segundo leis universais aplicadas a um preciso contexto. A composição deste Bicho é feita inteiramente de seres naturais, entretanto, numa disposição conjunta que o torna ‘anti-natural’: uma fera, um monstro.

As leis que regem a ‘fabricação’ e o aparecimento do Bicho do Rio são também, em grande parte, leis naturais com tons criacionistas, carregadas de influências e conexões religiosas. Este Bicho habita um universo cultural, social e imaginário cristão – classificado aqui, dentro de um estudo que visita este traço de uma, entre as muitas relações tecidas com a ambiência do Rio Jaguaribe, como uma assombração, um monstro. Uma fabricação imaginária que, mesmo relacionada diretamente ao rio, elemento natural dentro deste espaço, também se faz, em implicação, pautada por leis religiosas cristãs<sup>133</sup>. A Natureza do Rio, dentre as muitas ‘naturezas dos rios’, é uma natureza fruto da criação de Deus, e com isso, as explicações sobre o Bicho, sobre suas leis, tantas vezes são concluídas com a expressão: “eu não sei, sei que tem”, ou “só Deus sabe mesmo”. Constatações não racionalizadas, mas que se sustentam no plano da crença, da fé, e por isso persistem ainda hoje, fortes, visto que “o domínio do imaginário é constituído por um conjunto de representações que transbordam do limite imposto pelas constatações da experiência e do encadeamento dedutivo que estas autorizam” (PLATAGEAN, 2005, p. 391).

No Antigo Testamento, Moisés informa aos filhos de Israel uma lei que embasa as explicações sobre o mundo e sobre as suas leis: “*As coisas encobertas pertencem ao Senhor nosso Deus, porém as reveladas nos pertencem a nós e a nossos filhos para sempre, para que cumpramos todas as palavras desta lei*” (Deuteronômio 29.29). Adiante, em Eclesiastes, um dos livros de ‘sapiência ou sabedoria’ ainda dentro do Antigo Testamento, escrito pelo rei Salomão, o ‘não compreensível’ ou não ‘explicável’ sobre os elementos naturais do mundo e o corpo humano, em seus funcionamentos, ficam sob o plano do Divino: “*Assim como tu não sabes qual o caminho do vento, nem como se formam os ossos no ventre da mulher grávida, assim também não sabes as*

---

<sup>133</sup> Cristãos, sem a distinção entre as muitas religiões, seitas, crenças, movimentos (brasileiros, e por isso já com influências miscigenadas) que possuem referências cristãs e têm uma leitura do mundo baseada nas histórias e figuras cristãs. Adiante será feita uma discussão sobre as funções do Bicho do Rio, onde algumas considerações sobre o ponto de vista particular dos evangélicos (também cristãos, evidentemente) serão analisadas.

*obras de Deus, que faz todas as coisas*” (Eclesiastes 11.5)<sup>134</sup>. O lugar do padre João mais uma vez merece destaque, por ser ele o único a deter a visão da forma real do Bicho do Rio, sendo ele a conexão católica com a palavra de Deus – numa sociedade construída histórica e culturalmente com força da Igreja católica no processo de ocupação das terras, como o foram os sertões do Ceará.

Dentre os monstros da Amazônia, o Mapinguari é o mais popular deles. Ele habita as selvas e as águas dos muitos rios da floresta, encontrado nas matas do Pará, do Amazonas, do Acre. Os seringueiros que iam para as terras desconhecidas trabalhar na extração da borracha, ao voltarem para suas terras de origem, comumente narram recordações deste monstro. Descrevem-no como um perigo dos dias, e não das noites: “o perigo é de dia, o dia penumbra no meio das florestas que coam a luz do sol fazendo-a macia e tênue” (CASCUDO, 2002, p. 222). É um monstro que se apresenta para os caboclos que ouvem, às margens do rio Purus, do rio Xingu, do Amazonas... os gritos de sua fome inextinguível. Agigantado, tem o corpo coberto de cabelos pretos, longos como uma manta, e mãos que agarram os homens e as mulheres. Leva-os à boca e masca-os, como fumo, devorando-lhes as vidas. Entretanto, o Mapinguari tem uma característica que chama a atenção: escolhe os dias santos e os domingos para atacar e devorar os caçadores que incorrem na desobediência destes preceitos católicos. Como adverte Câmara Cascudo, este constitui “um traço visível da catequese católica, um mito selvagem para determinar obediência a uma das leis da Igreja”. O Bicho do Rio, é certo, não é tão assustador quanto o Mapinguari, não é canibal, entretanto, a sua presença é onipresente no rio, para os que nele acreditam. Uma presença que se faz pelo medo, materializado no Bicho.

Em seu estudo sobre a geografia dos mitos folclóricos brasileiros, Câmara Cascudo reserva uma seção específica para o ‘ciclo dos monstros’, anteriormente mencionada. Na definição que faz para selecionar os mitos assombrosos e qualificá-los como ‘monstruosos’, Cascudo leva em conta as características fisionômicas, o freqüente canibalismo e o medo que demarca a presença desses seres. Mesmo os monstros que não comem humanos são pavorosos por que destroem casas, matam pessoas, animais e persistem nas narrativas como seres dissipadores da vida. Prenúncios do perigo, prestam-se ao mal, devendo ser evitados e conhecidos. Conhecidos com distância, de

---

<sup>134</sup> ‘A Bíblia Sagrada’ – traduzida em português por João Ferreira de Almeida, Edição e publicação da Sociedade Bíblica do Brasil, 1988. (cit. Deuteronômio, p. 200); (cit. Eclesiastes, p. 625)

forma a apenas se entender qual o perigo e mal que trazem, e dessa forma, serem evitados.

Esses monstros não têm função. A função é a legitimidade nos mitos indígenas. Um ser totalmente mal, inútil em sua função destruidora, agredindo, matando, perseguindo, é sempre uma recordação do “inimigo”, do estrangeiro, memória do ataque inesperado e depredatório, de gente de fora. A tradição deforma e amplia o invasor, transformando-o em monstro. Assim, nas estórias tradicionais da França, há sempre o tártaro, também cabeludo e com um só olho no meio da testa, espécie de Ogre, de Papão (Bicho), de Troll, de Duende, só necessário à prática do Mal. (CASCUDO, 2002, p. 218)

Fazendo uma associação dos mitos indígenas à memória que povos amazônicos têm e guardaram do processo histórico da invasão européia, ocupação e colonização das terras brasileiras, Câmara Cascudo traça uma linha de reminiscências. Apresenta um estudo do folclore como um conjunto de memórias compostas através dos processos históricos pelos quais passou a cultura que os gesta. Com isso, uma função histórica é dada aos mitos: o de guardarem lugares para os personagens destes processos. Os monstros têm esse caráter de representarem não propriamente reflexos para o conhecimento de uma sociedade, mas um arranjo criativo, transposto para o plano imaginário do universo cultural no qual se perpetuam.

Muitas vezes, a tradição de perpetuação desses mitos de monstros ocorre com funções disciplinadoras, funções moralizantes, e a repetida lembrança que têm os jucaenses entrevistados do aviso do Padre João Sticker, embasa o argumento de uma apropriação disciplinadora da lenda do Bicho do Rio. O Padre João, quando avistou de longe o monstro dentro do rio, descreveu-o como algo muito feio e aconselhou: ‘todos têm que rezar muito!’.

Dentro da composição da lenda do Bicho do Rio, estão inseridos tais elementos de fundo moralizante, expressos no ‘começo’ de suas origens; na história que lhe foi correntemente balizada como ‘nascimento’. Compõe, juntamente com outras, motivo de aparecimento e monstruosidade do Bicho. Inês Fernandes hoje tem 40 anos e nasceu em Jucás; ela nos mostra da seguinte maneira a presença dessa história nas suas lembranças desde criança:

**Inês:** Desde pequena que eu conheço a história do Bicho do Rio, essa lenda. Contam que foi uma mãe, que abortou o filho, furou o olho da criança e jogou dentro d’água. Dizem que o filho virou o Bicho do Rio. Então várias pessoas já viram esse bicho, muitas vezes. Eu não sei lhe explicar por que ela fez isso. Naquele tempo era proibido, não diziam muito assim, quando uma mãe abortava um filho, como hoje. Só que hoje não é comum não, mas, é mais aceitável.

**S. Ernando:** *(que estava participando da entrevista, pergunta ao fundo)* A sra. acha que não é comum hoje? *(risos)*

**Inês:** é aceitável, assim...

**Seu Ernando:** é por que, naquela época, quando uma moça engravidava...

**Inês:** a família condenava! Não só a família, como a vizinhança toda.<sup>135</sup>

Inês estuda teologia no curso oferecido pela diocese de Iguatu e é mulher extremamente católica, como ela mesma se denominou. Ela fala abertamente de uma questão moral que perpassa a lenda do Bicho do Rio: o aborto. A condenação ao aborto é um traço das sociedades que não se desvinculam da moral religiosa, e amparava, no começo do século XX, a discriminação das mulheres, que passavam a ser tachadas de pecadoras; ostracismo e condenação que atingia a família, especialmente aos pais das moças.

**(Karuna: E sobre o rio Jaguaribe, Inês, que depoimento você me daria sobre o rio?)**

**Inês:** Ah, o rio Jaguaribe, para nós aqui é uma grande riqueza. Apesar, né, de que o homem está destruindo a natureza. Por que cada vez que tira uma coisa, ele desmata, vai aterrando o rio. Por que na nossa cidade de Jucás, o centro era o rio, no leito do rio, onde as pessoas construíram as casas. Só que hoje eu acredito que com o tempo, a natureza vai querer ocupar o seu lugar. Eu ainda acredito nisso, por isso que muitas vezes acontecem tragédias como a que aconteceu em Pernambuco (**Karuna: as enchentes desse ano (2010)?**) **Inês:** sim, isso, as enchentes.

**Karuna:** *Você não acha que essa história do Bicho do Rio também é algum castigo?*

**Inês:** Pode ser um exemplo, né? Eu acredito que sim. Eu acho assim, tem algo a ver com o pecado, essa mulher ter abortado esse filho, o pecado de tirar uma vida.

Dentro da moral cristã e do pensamento comum às doutrinas religiosas, o aborto constitui um pecado ante Deus, o criador da ‘vida’. Passando por uma construção narrativa indutiva, a fala de Inês se conclui com o arremate de uma mensagem moral para a sociedade; tanto a dos dias de hoje, quanto a sociedade jucaense dos tempos do ‘nascimento do Bicho’, nos idos de 1914.

Em nota ao seu estudo sobre o ‘ciclo dos monstros’, Cascudo apresenta a explicação do cônego Jorge O’Grady de Paiva, estudioso do folclore lingüístico, a respeito de uma convergência dos atributos físicos do Diabo para Pé-de-Garrafa, um monstro que se vê, antes, pelo escutar de seus gritos. São gritos que confundem os caçadores das matas do Piauí. Hora o Pé-de-Garrafa amedronta, com gritos q surgem de todas as direções, num desvairar que enlouquece os homens, perdidos durante uma

---

<sup>135</sup> Inês Fernandes da Silva, nascida no ano de 1969. Entrevista gravada em 24-07-2010, Jucás.

caçada. Outras horas, o monstro transforma o seu grito no de um companheiro ausente, confundindo o caçador que busca, em vão, reencontrar o amigo. Ele é visto em raras ocasiões. Como ressalta Cascudo, “o rastro sempre constituiu um forte elemento de identificação” deste folclore, ou mito de convergência de aparições e características a outros mitos brasileiros (o caçapora, o Mapinguari, o Bicho-Homem). Seus rastros são marcas na terra com a forma redonda, daí advindo o seu nome. Uma anormalidade, se for feita uma busca por reconstituição de um ser ‘natural’, pois acusa a ‘invisível’ presença do monstro Pé-de-Garrafa deixada na areia dos riachos: rastros redondos, como deixariam seres ‘coxos, capengas, cambetas’ – condições que, afirma Câmara Cascudo, foram sempre atributos e “sinônimos demoníacos”.

A primeira manifestação do diabo ao homem encontramos-na no Gêneses. O Espírito do Mal age em forma de serpente. Coleante (que serpenteia) por natureza, prestava-se a serpente, magnificamente, à astúcia e à tentação. Tornada, desse modo, atraente e repulsiva, formosa e suspeita, era, na verdade, como refere a Bíblia, ‘*callidissimum omnium animantium*’ (ou, ‘o mais astuto de todos os animais’). Do diálogo havido entre ela e a mulher, seguiu-se, como sabemos, o pecado com todas as suas desastrosas conseqüências. O Tentador, a tentação, a queda e o castigo, tamanha influência exerceram no espírito de nossos primeiros pais, que se transmitiram, de geração a geração. A revelação primitiva, com o andar dos tempos, teria forçosamente de transformar-se. Conservaria, porém, a ideia fundamental. (...) Assim como o Demônio se passou para a serpente, esta devia passar-se para o Demônio. O colear (característica da serpente) deslocou-se, assim, para o Espírito do Mal. Lei da mobilidade ideológica. E os mitos do mal, aleijados podálicos, mantêm, destarte, a ideia primitiva fundamental – a tortuosidade, que deriva do colear serpentino.” (Cônego Jorge O’Grady, apud CASCUDO, 2002, p. 229)

O Bicho do Rio é diversas vezes evocado como ‘serpente’, ‘cobra’ ou ‘fera’. ‘A serpente era o mais astuto de todos os animais’ (Gênesis 3.1); ‘*de todas as bestas-fera, a serpente é a mais poderosa*’. Recebido por uma cultura cujo imaginário está fortemente marcado por figuras bíblicas, como foi afirmado anteriormente, a linguagem usada recorrentemente pelas pessoas é salpicada de termos que fazem alusão ao Antigo Testamento, particularmente ao Gêneses. Primeiro, o Bicho do Rio foi serpente, e depois adquiriu suas características transformantes, incorporando à sua constituição zoomórfica os demais animais que podem ser vistos no espaço da ambiência do Jaguaribe, durante o uso cotidiano que os moradores de Jucás fazem do Rio. As imagens e simbologias coletivas, que, pelas dinâmicas da história, se formam e se transformam, são recebidas, (re)significadas e dessa forma passadas de uma sociedade para outra, circulando por culturas, mundos e ambientes. As imagens do Antigo Testamento e do Gênesis,

investidas de uma carga simbólica densa, se exprimem por palavras e temas que organizam um cotidiano pelo fascínio do imaginário numa sociedade predominantemente oral, como teoriza Le Goff em seu livro “*O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*”, ao pensar na correlação entre essas duas dimensões que se auto-compõem e se imiscuem (1985, p. 23).

Retomando as histórias de ‘nascimento’ do Bicho do Rio, a sua lenda foi acrescida de um ‘prefácio’ por Dona Maria Antônia Pereira e pelo eu esposo, o Sr. Francisco Pereira, quando ela se pôs a lembrar de um ataque que sofreu do Bicho nos idos dos anos sessenta.

**S. Chico:** Aqui vai aparecer um bicho pra acabar com a cidade. Padre João falou que se o povo soubesse que é que tem ali dentro, retirava todo mundo da cidade. Eu não sei te dizer, mas já ouviu, Antônia, de uma fera que havia aí no túmulo, no cemitério que virou? Tem um defunto que foi enterrado aí no cemitério, que rachou o túmulo e ouvia-se um rosnado por dentro, tanto que acho, chegaram até a fazer uma haste de ferro.

**D. Antonia:** quando o trem apitava em Cariús (cidade vizinha), ela estrondava dentro da catatumba. Foi cadeado o túmulo todinho.

*(Karuna: Essa fera que tem no túmulo aparece há muito tempo?)*

**D. Antonia:** Não, não. Desde o tempo do trem. Como é que diz, aquele trem que era de fumaça?

**S. Chico:** o povo acha que esse Bicho do Rio foi a transformação desse fenômeno que houve aí no cemitério, por que depois não se ouviu mais nada.

**Karuna:** qual o tempo dessa fera, era antes de aparecer o Bicho do Rio, então?

**D. Antonia:** era, era no tempo do trem.

**S. Chico:** mas dizer que tem uma fera grande no rio hoje, tem...

*(Karuna: é, é isso que me contaram sobre essa história do aparecimento do Bicho do Rio. Agora eu fiquei curiosa sobre a história de uma alma no cemitério, e que depois essa alma virou o Bicho do Rio...)*

**S. Ernando:** ninguém sabe... O povo diz que acabou-se. Com medo, fizeram uma fachada de ferro ao redor do túmulo, e com o tempo essa cobra que rosnava desapareceu, e quando desaparece de lá é quando chega o Bicho do Rio. Essa alma dentro do túmulo rosnava quando o trem lá em Cariús apitava.

*(Karuna: e o trem passava por aqui, em Jucás?)*

**S. Ernando:** Não. Só em Cariús, de Iguatu a Cariús. O trem Maria-fumaça.

**D. Antonia:** Esse trem era de um pessoal rico, era dos Leal. A fera ficava no túmulo deles. Aí, quando souberam disso, gradearam logo todinho, o túmulo todinho de ferro.

**S. Chico:** era gente perversa. Pegava a pessoa e botava pedra no pescoço, soltava no açude pra piranha comer; **D. Antonia:** de perversos!

*(Karuna: e eles eram donos de que aqui, essa família Leal?)*

**D. Antonia:** de tudo! Donos do mundo, eles eram que eram donos nesse tempo.

**Seu Ernando:** eles eram mandatários de pistolagem.

*(Karuna: eles eram prefeitos, o que eram?)*

**Seu Ernando:** eles tinham poder. O poder...

*(Karuna: sim, mas eles tinham lavoura, fazendas, empregavam as pessoas nas fazendas, é isso?)*

**D. Antonia:** tinham terra. A terra, a terra era deles. Era um poder tão grande que se a polícia pegasse assim na cerca deles, ninguém não metia mais a mão. Essa família é muito antiga aqui, no tempo dos antigos. Quando chegamos já tavam tudo aí. Agora, a gente conta o que povo contava, ninguém aqui viu não.

*(Karuna: e essa família, como eles foram perdendo o poder, ou ainda tem deles aqui, poderosos?)*

**Seu Chico:** a morte. Foi morrendo, morrendo... É que nesse tempo aqui quase não havia governo, pois é, era naquele tempo que se comprava o poder de major, tenente, essas coisas, coronel, era tudo era comprado naquela época. Não tinha curso nenhum. Quem tivesse dinheiro, era um coronel. Sargento, major, tudo era. Aqui tinha um capitão, Capitão João Mendonça, Coronel Raimundo Gomes... Tudo isso, a troco disso, os poderosos.

*(Karuna: e que mais fazia com as pessoas, essa família Leal?)*

**S. Ernando:** pistolagem. Chumbo! (risos)

**S. Chico:** eu vou lhe dizer, era família perigosa! A família Leal era quem mandava no mundo. Com o decorrer dos tempos, os velhos foram se acabando, e os novos chegaram a ser até prefeito aqui na cidade. Tinha o major Zé Carlos, né? Perigooso!

*(Karuna: e claro, o povo tinha medo deles?)*

**S. Ernando:** ah, quem é que ia abrir a boca pra dizer nada! Por exemplo, nós estamos aqui nessa reunião. Se fosse naquele tempo, se uma pessoa ouvisse, ah, podia correr, que os três aqui, já tava morto!

*(Karuna: aí no caso, o povo conta que essa alma, essa fera, que tava no túmulo dessa família Leal, acabou passando pro rio e virou esse Bicho?)*

**S. Ernando:** imaginação do povo!

*(Karuna: é, eu sei, mas eu quero saber é sobre isso, o que o povo imagina...)*

**S. Ernando:** por que tinha lá, e não tinha no rio, e depois apareceu no rio.<sup>136</sup>

Esta longa história mistura muitos elementos que abrem caminhos para outros estudos sobre a sociedade de Jucás, a arregimentação política nos espaços do sertão, entregue ao poder dos que tinham o domínio da terra, o ‘coronelismo’<sup>137</sup>, e sobre a (re)significação dos símbolos da modernidade neste ambiente. Uma composição no campo do imaginário, que situa na memória o monstro animal (zoomórfico), como uma

---

<sup>136</sup> Dona Antônia Maria Pereira, nascida no ano de 1930; Sr. Francisco Pereira, nascido no ano de 1923. Entrevista gravada no dia 24 de Julho de 2010. O Sr. Ernando Cavalcante me fez a apresentação da Dona Antônia, pois a sua narrativa de aparição do Bicho como tartaruga é bastante conhecida em Jucás. Ele então também participou da conversa. Seu Ernando é incisivo em manter a versão mais recorrente em Jucás, e a que apresenta em seu livro: a moça virgem que deu à luz uma criança e a abandonou no Jaguaribe; depois, é essa criança que se torna o Bicho do Rio. Para ele, este é ‘o nascimento do Bicho, e não a imaginação do povo’.

<sup>137</sup> Sobre este assunto, consultar, dentre uma vasta bibliografia: José Murilo de Carvalho “*Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*”, 1997: <http://www.scielo.br/scielo>, sítio consultado em Julho de 2011; Vitor Nunes Leal *Coronelismo, Enxada e Voto*. Forense, Rio de Janeiro, 3ª ed., 1997 (A primeira edição deste livro foi em 1948, sendo este estudo apontado por José Murilo de Carvalho como difusor na Academia do conceito de ‘coronelismo’); Maria de Lourdes Janoti *Coronelismo: uma política de compromissos*, 1992.

permanência daquilo que traz o mal e o desconforto para os habitantes menos favorecidos economicamente de Jucás. A fera é um ser bestial. Por ser o Bicho um ser transformante, também os seus muitos aparecimentos não se contradizem ou se auto-excluem, porém se complementam, compondo um emaranhado de histórias significativas. Além de representar o medo, o perigo do desconhecido, os encantados e assombrados do rio, em formas de animais, o Bicho do Rio também acaba ‘materializando’, num campo imaginário, características sócio-culturais do sertão do Ceará, onde Jucás está localizada.

Acasos, coincidências, alusões, são parte deste universo do imaginário, porém não constituem, na narrativa acima, portas para a racionalização do Bicho do Rio. A fabricação de assombrações, e dentro destas a de monstros, participa de um processo de encantamento do mundo. Mesmo que hoje a dimensão dos encantados esteja reservada a determinados seres e lugares, algo muito específico dentro de um ambiente mais geral, a leitura de mundo que estamos aqui perpassando neste estudo, tem a característica de não se ater ao que uma leitura racionalizada entenderia como contradições.

A memória que ‘os mais antigos’ deixaram foi sendo encaixada na lenda do Bicho do Rio, quando este passou a aparecer, atacar e a ter um nome. Algo que ficou registrado como uma memória do ‘mal’ em forma de injustiça, de perversidade, passou a compor, também, uma história que carrega o perigo de outras formas de morte. A família referida matava de muitas maneiras, e uma delas era amarrando muitas pedras no pescoço da pessoa e jogando-a num açude ou poço do Jaguaribe, onde tivesse piranhas para o corpo humano ser devorado pelos peixes carnívoros. Alega-se também que a família poderosa matava os inimigos contratando pistoleiros, prática verificável numa chamada história da violência, associada aos ‘coronelismos’.

Coronelismo é um conceito complexo, amplo, que foi largamente utilizado na historiografia para explicar e denominar uma estrutura de poder baseada no domínio político (público) pelo ‘Coronel’. O Coronel era (quase sempre) uma figura civil e não um oficial militar, da alta patente; uma autoridade que detinha o poder sobre a população por meio da violência, das fraudes eleitorais, troca de favores, votos compulsivos e compra de votos. Essa prática é datada historicamente, abrangendo o período conhecido como República Velha, que se ‘encerra’ após a ‘introdução’ do Estado Novo, em 1930. As maneiras pelas quais se desenvolviam relações de poder impunham o controle da população, no âmbito municipal, e propiciavam que figuras, grupos e famílias se mantivessem na administração pública da máquina governamental.



Esta família aqui mencionada por S. Chico Pereira e Dona Antonia detinha também o poderio das terras e da economia na região, o que exemplifica a estrutura deste sistema vigente no Brasil durante Primeira República, ou a ‘República Velha’<sup>138</sup>. Num período em que estava sendo ‘implementando’ no Brasil um novo sistema de governo, o Republicano, os proprietários de terras e fazendeiros também estavam se encaixando neste sistema de poder. Este processo era acompanhado da violência, marcante por ser uma imposição à população municipal do voto em determinados candidatos ao Governo, da obediência e da ‘troca de favores’. Uma tensão entre o arcaico poderio colonial dos proprietários de terras e a nova forma de governo, a República, em verdade encontrou essas, dentre outras, formas de manutenção da estrutura vigente. A conexão administrativa e política entre o âmbito local (Municípios) com o Estadual e o Nacional era mediada pelo coronelismo, que angariava com isso a centralidade do poder, numa personificação (familiar, oligárquica) da autoridade pública. O pai deixava para seus herdeiros, quase sempre consangüíneos, mas também os seus ‘escolhidos’ (apadrinhados, aliados, parceiros) políticos, o domínio das terras e da economia. O sentido do ‘coronelismo’ vai além do ‘clientelismo’ e do âmbito político.<sup>139</sup> Possuía terras e, no que recontam, ‘o trem de Cariús’<sup>140</sup>. Esse poder estendido teceu, num emaranhado de referências conjugadas, a memória que gestou e amparou a lenda do Bicho do Rio.

---

<sup>138</sup> Primeira República ou República Velha. Evidentemente, não cabe aqui uma discussão sobre o conceito de República Velha; apenas menciono por que a denominação foi determinada após a introdução do Governo de Getúlio Vargas, em 1930, com o intuito de demarcar dali em diante uma ‘nova’ prática de poder governamental, que ia de encontro ao coronelismo. Entretanto, a estrutura arraigada de patronismo, mandonismo, patriarcalismo, violência, conceitos correlatos ao ‘coronelismo’, continuou sendo praticada no Brasil.

<sup>139</sup> Isto posto para o caso da família Leal, referida pelos depoentes. Família tratada aqui como modelo, expressão dessa estrutura sócio-política do Brasil na Primeira República, e das formulações imaginárias que as marcas da memória sobre esta Família engendrou nos moradores menos favorecidos de Jucás. Ressalto apenas que essa família Leal não foi pesquisada com afinco dentro deste estudo. Documentos oficiais não foram consultados, e também não ouvi nenhum representante da família. Pude travar curta conversa com uma senhora, que foi empregada da família durante muitos anos, e adotada legalmente por um dos herdeiros. Outros jucaenses apenas me informaram que esta filha foi excluída de benefícios da herança, embora tenha prestado serviço para a família por muitos anos de sua vida.

<sup>140</sup> Sobre a linha férrea do Ceará, consultar, também dentre outra vasta bibliografia: “*Memórias Descarrilhadas: o trem na cidade do Crato*”, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFC por Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez, 2008. Há um documentário sobre memórias desta estação no Crato que reúne depoimentos de ferroviários, passageiros e moradores das cidades por onde passava o trem. “O Último Apito” Produção de Aderbal Nogueira. O acervo de fotos utilizadas no documentário veio do arquivo de Hamilton Pereira, Nirez e da Rede Ferroviária Federal (RFFSA). Apoio (para fase de produção): SENAI. Lançamento: Junho de 2011. O projeto é que o documentário seja exibido nas cidades por onde passava esta linha férrea.

O trem foi símbolo da modernidade no século XIX. A história ferroviária iniciou-se no Ceará com a implantação dos trilhos ainda na época do Império, em 1870. Em 1873, partia o primeiro trem, uma pequena composição puxada por uma máquina a vapor. Ficou conhecido como ‘Maria-Fumaça’, pois formava uma espessa nuvem de fumaça acima do motor, e deixava-a no ar, sendo, assim, essa a marca e imagem que trazia. Saindo do centro, próximo à praia, fez o seu primeiro percurso; trecho de 7,20km entre a Estação Central, em Fortaleza, e a Parangaba. A Parangaba (Arronches) hoje é um bairro de Fortaleza, mas no período era um município do Ceará<sup>141</sup> e abrigou uma estação ferroviária muito significativa à memória da história desta localidade. A ideia que impulsionou a criação do trem foi o dinamismo que as modernidades do XIX ‘pediam’: escoar a produção serrana do café para o porto de Fortaleza. Depois os trilhos se estenderam até Baturité e foram avançando pelo sertão cearense. Rodou e descarrilhou políticas, memórias, significados dentro da História do Ceará.

Raimundo Menezes, cronista fortalezense, nos traz uma narrativa histórico-literária que fornece indícios da recepção das pessoas à nova técnica, o engenho do homem moderno.

**O primeiro apitar de trem**”: No dia 3 de agosto de 1873, cerca de 8.000 fortalezenses - a quase totalidade da população da capital cearense de então! - vieram, meio assombrados, assistir, na Rua do Trilho de Ferro, hoje Tristão Gonçalves, à passagem barulhenta do primeiro trem que andou espantando todo mundo, na via pública, com o seu apitar estridente e esquisito. Naquela tarde, dava-se a experiência da locomotiva "Fortaleza". Diante da multidão basbaque, o pequenino trem, com um êxito surpreendente, rodou, cinco vezes, seguidamente, sob os mais entusiásticos aplausos, entre a estação Central, localizada no antigo Campo d'Amélia, atual praça Castro Carreira. Raimundo Menezes - Coisas que o vento levou...  
(‘Crônicas Históricas da Fortaleza Antiga / Edesio Editor / 1938)<sup>142</sup>

O crescimento da antiga vila de Poço dos Paus, que à época fazia parte do Distrito de São Mateus, hoje Cariús, município vizinho a Jucás, está relacionado

---

<sup>141</sup> A Parangaba foi uma antiga aldeia indígena que, catequizada pelos jesuítas da Companhia de Jesus, sendo em 1759 elevada à condição de vila com o nome de Arronches. Posteriormente, foi incorporada a Fortaleza pela lei nº 2 de 13 de maio de 1835, mas cinquenta depois foi restaurado município pela lei nº 2097 de 25 de novembro em 1885 com o nome de *Porangaba*. Finalmente o município acabou incorporado a Fortaleza pela lei nº 1913 de 31 de outubro 1921, sendo hoje um bairro grande e populoso da cidade. FONTE: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Parangaba>, sítio consultado em Julho de 2011.

<sup>142</sup> Esta crônica foi encontrada no sítio: <http://www.ofipro.com.br/preservando/estacao>, consultado em Julho de 2011. Este sítio tem o projeto de contar a história da Estrada de Ferro de Baturité. Embora o trecho citado acima não desrespeito diretamente ao ‘Maria Fumaça’ que está sendo referido (cuja inauguração foi anterior, em Julho de 1873), mas à Estação Central de Fortaleza (que circulava pelo centro da cidade), foi aqui trazido para compor, juntamente com os depoimentos dos jucaenses, um apanhado sobre a receptividade do trem no Ceará.

também a uma estrada de ferro.<sup>143</sup> No começo do século XX, o projeto de construção do Açude Poço dos Paus e de uma ferrovia, a qual partiria da cidade de Iguatu, atraiu a centenas de pessoas em busca de trabalho e da oportunidade de abrir empresas comerciais para a região. A barragem deste açude foi feita sobre o rio Cariús, e era parte da política do então Presidente do Brasil, Epitácio Pessoa, de açudagem no sertão (implementada através do IFOCS – Inspetoria Nacional de Obras Contra as Secas, hoje DNOCS). A expansão da linha férrea no Estado compôs o processo econômico de ocupação desta região do Centro-Sul cearense, pois facilitou o transporte do material e máquinas importadas da Inglaterra e dos Estados Unidos, e de operários, que chegaram de várias cidades. O ramal que ligava a linha férrea de Iguatu a Cariús foi inaugurada quando se viam e ouviam os ecos do modernismo, na semana de Arte Moderna em São Paulo, no ano de 1922.

Mas antes disso, em outubro de 1910, os trilhos da Estrada de Ferro de Baturité tinham o seu ponto terminal em Iguatu: a estação desta cidade fora inaugurada no dia 5 de novembro daquele ano, e de Iguatu, estendeu-se para o Crato em 1926<sup>144</sup>. O ramal Sul saía de Fortaleza em 1870, serpenteou em extensões e iniciou uma jornada de travessia para, com seus trilhos, cortar os sertões, vencer rios sobre longas pontes metálicas, e, anos depois, finalizar na cidade do Crato. A última viagem deste trem de passageiros aconteceu em 1988. A construção das ferrovias alterou o cenário regional do Alto e Médio Jaguaribe, dando a Iguatu, município vizinho a Jucás, uma centralidade econômica que antes estava em Icó. Devido à proximidade a Iguatu e Cariús, Jucás era mais uma localidade favorecida pelas implicações da linha férrea no sertão cearense. Centro da vida social e econômica de várias cidades do interior, as estações ferroviárias encurtavam o tempo para a comunicação com a Capital. Canta Milton Nascimento, menino do Rio, criado nas Minas Gerais: "*A plataforma dessa estação é a vida desse meu lugar*"<sup>145</sup>. Lembram os jucaenses mais velhos, nas conversas de entrevistas para

---

<sup>143</sup> O povoado/vila de Poço dos Paus passou a ser chamado de Cariús quando se elevou à condição de Município, no ano de 1951, através da Lei nº 1.153, de 22 de Novembro de 1951. O rio Cariús banha a cidade e é afluente do Jaguaribe, que passa a 2 Km além dos limites da cidade, porém não corta o município de Cariús. FONTE: Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), [ftp://geofp.ibge.gov.br/Organizacao/Divisao\\_Territorial/](ftp://geofp.ibge.gov.br/Organizacao/Divisao_Territorial/); sítio consultado em Julho de 2011.

<sup>144</sup> De Iguatu também saíram outras extensões ferroviárias nessa malha que se foi construindo ao longo dos anos pelos interiores do Ceará: Cedro (1916), de lá para Lavras; Cariús (1922). FONTE: [http://www.estacoesferroviarias.com.br/ce\\_crato/iguatu](http://www.estacoesferroviarias.com.br/ce_crato/iguatu), consultado em Julho de 2011.

<sup>145</sup> Música do compositor Fernando Brant. Álbum de Milton Nascimento: 'Chegadas e Partidas', gravadora Braclay, lançado em 1985.

esta pesquisa, que a chegada do trem era um acontecimento social. As pessoas iam bem vestidas, alcançavam a estação, se aglomeravam, traziam e levavam mercadorias.<sup>146</sup>

Irmanado com a cobra, animal serpenteador, o Maria-Fumaça de Cariús produzia um ‘som estranho’, o apitar que identificavam como uma comunicação entre os dois elementos, a cobra e o trem. Por ter um formato comprido, fazer voltas e voltas, o trem passou por uma (re)significação que o encaixou no universo dos antigos jucaenses: um cobra, serpente do homem moderno que se embaraçava pelas terras do Ceará, desde o litoral, passando pelas serras, pelos sertões, e encerrando o percurso na região do Cariri.

**S. Inácio:** O trem faz muito tempo aqui... Eu ainda andei no trem, mas eu era pequeno ainda. E era assim, no túmulo aí, na catacumba, tinha uma fera, aí quando o trem buzina lá, a cobra gemia aqui, uma fera, uma fera! Que muita gente diz que é uma cobra, mas o padre João só disse que era um bicho; dava um gemido, até que ela rachou (o túmulo). Dizem eles que quando o trem apitava, era a cobra, que tinham usado o grito da cobra e formaram a buzina do trem. Quer dizer, quando ela gritava, o trem buzina, ela pensava que era uma cobra formando um elo com o grito dela. Quer dizer, outra companheira, né? Nós chamávamos cobra por que o padre João não disse, né, só disse ‘um bicho’, mas a gente julgava que fosse a cobra, que o grito do trem, a buzina, imitava a buzina do trem, ou melhor, imitava o grito da cobra aqui, a buzina do trem. E quando o trem buzina, a cobra pensava que era outra.<sup>147</sup>

A narrativa do Seu Inácio se refere a ‘eles’: são outros moradores de Jucás, o ‘muita gente’. Numa comunicação que transparece as significações que o trem – símbolo da modernidade ‘guiada pela’ ciência que se pretendia racional e cujos embasamentos filosóficos se propunham a des-encantar o mundo, dando privilégios a uma leitura sob outras leis do mundo natural – assume a correspondência de um elemento próprio do universo dos jucaenses: uma fera. Se a serpente é a maior das ‘bestas feras’, como consta no Gênesis, o trem, pelas suas proporções, certamente

---

<sup>146</sup> Dentro da história da ferrovia no Ceará, o trem carrega também muitas marcas das secas. Em 1932, ocorreu uma intensa seca. Devido às políticas de combate e assistência aos flagelados, e aos efeitos das ferrovias do interior, em Fortaleza (que em 1915, viu-se repleta de flagelados pelas ruas), e à instalação de campos de concentração no interior do Estado (em Senador Pompeu, Ipu, Quixadá, Quixeramobim, Cariús e Crato), os retirantes não puderam embarcar nos trens para Fortaleza. O maquinista aposentado, Francisco Monte, narra em depoimento ao documentário de Aderbal Nogueira, “O Último apito” (acima citado em nota), suas memórias da relação do trem com a seca: “Na seca de 1932, vi muita gente morrendo de fome, na calçada da estação de Iguatu e de Afonso Pena (hoje Acopiara). Era uma cena triste, que doía na gente. Multidão querendo embarcar em direção à Capital para fugir da morte. Os flagelados eram barrados em Senador Pompeu, onde havia um campo de concentração de sertanejos, famintos e doentes”. Sobre este assunto, ver: CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Trem da Seca: Sertanejos, Retirantes e Operários (1877-1880)*, 2005. Este livro trata de um período bem inicial da ferrovia no Ceará, quando o trem ainda não alcançava o Crato, porém traz análises sobre as funções do trem na política assistencialista do combate à seca.

<sup>147</sup> Sr. Inácio (Manoel P. da Silva), nascido em 1947. Entrevista gravada na noite de 23-07-08, Jucás.

corresponderia a uma serpente gigante e barulhenta. A fera que estava no túmulo entendia o apito do trem como uma comunicação de outra serpente, que distante dali estava, mas com ela ‘comunicava-se’.

O fato de o Bicho do Rio ser relacionado à serpente, além do peso simbólico que esta imagem carrega, caso lida em alusão às associações feitas a este animal no Antigo Testamento, tem uma fundamentação que interessa a esta pesquisa. Jaguaribe etimologicamente significa ‘Rio das Onças’. Os jaguares representavam antigos perigos aos moradores e viajantes, como descreveu o viajante do século XIX, Henry Koster. Foram caçados e deixaram de ser encontrados nas margens do Jaguaribe, de forma que as onças parecem hoje algo deslocado da fauna local.

Entretanto, esta questão é elucidada com um dizer local, que informa sobre o assunto: ‘*o medo de onça passou para o medo de cobra*’. As onças-pintadas, ‘antigos moradores’ da fauna do Jaguaribe, que margeavam seu leito e suas matas, são hoje símbolo da fauna brasileira. Aludida como um ‘perigo dos antigos’, herdou para as cobras o lugar do medo.<sup>148</sup>

Os monstros temidos pelos homens são arautos de mensagens, podem carregar representações e mensagens para a vida cotidiana dos seres que deles têm conhecimento. Em seu estudo sobre a literatura fantástica, Tzvetan Todorov estabelece uma linha que coloca em dois campos, para uma melhor compreensão do fantástico, o conceito: há o que é estranho e o que se situa no campo do fantástico, guardando este segundo campo vestígios ou resíduo do sobrenatural; condição que se poderá explicar, caso se recorra a respostas neste plano, como sobrenaturais. Isto posto, para os que vivem sob estas leis, são feitas recorrências interessantes e intrigantes. Ao estar diante de um ‘fenômeno estranho’, ao qual cabem dois tipos de explicação, por tipos de causas naturais e causas sobrenaturais, a possibilidade de oscilar entre ambas “*cria o efeito fantástico*”. Com isso,

Chegamos assim ao coração do fantástico. Em um mundo que é o nosso, que conhecemos, sem diabos, sílfides, nem vampiros se produz um acontecimento impossível de explicar pelas leis desse mesmo mundo familiar. Quem percebe o acontecimento deve optar por uma das duas soluções possíveis: ou se trata de uma ilusão dos sentidos, de um produto de imaginação, e as leis do mundo

---

<sup>148</sup> Esta informação foi recolhida com Narciso Ferreira Motta, agrônomo e pesquisador da Universidade Federal do Ceará, natural da cidade de Iguatu. Suas memórias de infância transitam pelos horários da tarde, quando passava no sítio onde fio criado o ‘vento Aracati’, e pelas histórias dos avôs, que aludiam ao ‘medo que os antigos tinham das onças’, mas que depois passou para as cobras, que representam o perigo da picada dentro da água ou na margem, sutilmente, sem que se anunciassem por sons. Conversa-entrevista feita na cidade de Fortaleza, Agosto de 2010.

seguem sendo o que são, ou o acontecimento se produziu realmente, é parte integrante da realidade, e então esta realidade está regida por leis que desconhecemos. Ou o diabo é uma ilusão, um ser imaginário, ou existe realmente, como outros seres, com a diferença de que rara vez o encontra. *O fantástico ocupa o tempo desta incerteza.* Assim que se escolhe uma das duas respostas, deixa-se o terreno do fantástico para entrar em um gênero vizinho: o estranho ou o maravilhoso. O fantástico é a vacilação experimentada por um ser que não conhece mais que as leis naturais, frente a um acontecimento aparentemente sobrenatural. (TODOROV, 1980, p.15, *grifos meus*)

Em um caso difícil de ser compreendido, as explicações se tornam complexas. Cada indivíduo que dele participa, porta leituras que orientam e desorientam o caso. Numa passagem da Bíblia, Livro de Jó, capítulo 41, Deus fala a Jó da criação do Leviatã, monstro aquático criado por ele, Deus, para mostrar a Jó seu poder e invencibilidade. *“São figuras de linguagem que deus usa para parar Jó nas suas indagações, por que Jó perguntava coisas profundas demais que ele não compreendia, e mesmo que deus ensinasse, Jó não compreenderia”* afirmou-me o missionário Marcelino. É nesta tônica de explicações do não-explicável, que alguns se amparam ou buscam *uma* saída, naquilo que lhes traga (ou aparente) certa ‘segurança’ de certeza racionalizada<sup>149</sup>.

Foi uma longa conversa-entrevista, durante uma tarde seca de um domingo cansado, na varanda da casa do missionário batista Marcelino Pereira, distante das margens do Jaguaribe e da área urbana de Jucás. Inquiri-o sobre o monstro bíblico Leviatã<sup>150</sup> e sobre o lugar da lenda do Bicho do Rio, para ele, em sua leitura do mundo natural do rio Jaguaribe. Em resposta, ouvi dele todo o plano da salvação para o mundo, e fui informada que eu, em minhas condições, era uma alma perdida. Como conclusão, foi ele direto: *“e quanto a esse Bicho do Rio, ele não existe, por que eu nunca vi nada dele no rio”*<sup>151</sup>. Em sua companhia, entretanto, estava o seu amigo e companheiro de fé, o também missionário batista Antonio Vieira.

---

<sup>149</sup> Ítalo Calvino, na introdução à sua seleção de *Contos fantásticos do Século XIX* (2004, p.10), alude a esta mesma obra de Todorov, complementando o que foi aqui citado. Os contos fantásticos narram fatos extraordinários que deixam margens para uma possível explicação racional, mesmo que esta explicação conclusiva seja definir o fato narrado como um sonho, ou uma alucinação.

<sup>150</sup> LEVIATÃ: O Leviatã é uma criatura narrada dentro do Antigo Testamento, e que recebeu diversas significações e representações ao longo dos séculos, na história das sociedades ocidentais cristãs, todavia, é o Leviatã referido como elemento de que adveio, em origens, da mitologia fenícia. Interessou a esta pesquisa por ser descrito na Bíblia, fonte de um arcabouço simbólico vasto para o ocidente, como um animal aquático, composto por muitos animais, e com isso, em suas caracterizações no Antigo Testamento, aparecer sob diferentes formas monstruosas: um dragão marinho, um polvo de gigantesco tentáculos destruidores, e uma serpente. Inferiu nos medos e nos sonhos tormentosos dos navegantes europeus dos tempos da Idade Moderna. FONTE: <http://pt.natilos.com.br/leviata>, consultado em Julho/11.

<sup>151</sup> Marcelino Pereira, nascido no ano de 1975. Entrevista gravada em 25-07-2010, Jucás.

Contendo toda a Bíblia em seu sofisticado *ipod*, o missionário Antonio Vieira concedeu-me explicações que transitaram por outras linhas de leituras da lenda do Bicho do Rio, porém não em distintos campos, dentre os que eu havia, até então, conhecido; baseava-se na fé cristã, nos referenciais trazidos por ela e em leis religiosas para a regência do mundo. Reafirmou-me a lei bíblica deixada por Moisés, figura do grande legislador no Antigo Testamento: as “*coisas reveladas pertencem aos homens e as não reveladas a Deus*”, deixando com deus, em seus domínios, dessa maneira, os mistérios da natureza. Agora, quanto ao Bicho do Rio:

**Missionário Antonio Vieira:** Nós não cremos em uma ação paralela, um acontecimento paralelo, pra nós ou é Deus ou é o Diabo, e nós não cremos que seja algo divino, que seja de fato um animal físico, ou seja, um animal realmente (*não se escuta esta palavra*), a não ser que houvesse realmente uma grande serpente dentro da barragem. Mas como nós não cremos nisso, só podemos crer que Satanás, tomando como arma a crença dessas pessoas de um monstro dentro do rio, ele tem tido um fundamento aí para destruir vidas e as pessoas acreditam simplesmente que é um animal. Por que, por exemplo, um testemunho que eu ouvi a muito tempo, de pessoas que foram salvar outras na Farinha (*poço da Farinha, parte represada do rio*). Você não sente algo físico, segundo a pessoa falou, mas é como algo lhe puxando pra baixo, que só lhe domina até você morrer, depois que você morrer é solto, então, pra nós isso é uma ação maligna.

(*Karuna: S, no caso é uma ação maligna com qual intento, com qual objetivo?*)

**Missionário Antonio Vieira:** O objetivo é seguinte: quando você teme a algo, você é perseguido por esse temor. Jó disse: ‘aquilo que eu temia me sobreveio, o que eu perseguia, me alcançou’. O temor é uma arma que o inimigo, segundo nós costumamos dizer, Satanás, ele toma esse temor e usa contra nós. Satanás é um ser espiritual e ele conhece o que é espiritual. O que acontece é que o temor é algo espiritual, ninguém vê o ‘temor’; talvez alguém até perceba que haja temor em alguém, mas ver, ninguém vê não.<sup>152</sup>

Numa linha de explicações que dão ao Bicho o lugar de medo, verbalmente, o missionário perambula pelo natural e pelo sobrenatural. O rio é natural, existe, é matéria palpável e de visível conhecimento. Se nele ocorre um fenômeno sobrenatural, incomum às leis naturais, isto se dá por que há então uma intervenção de outro plano: o invisível. O invisível beira o sobrenatural, pois, com as explicações que permitem e autorizam o conhecimento acerca da natureza natural, não se alcança. Embasando aqui a análise no que foi acima apresentado acerca da teorização sobre o imaginário, esta tensão entre as maneiras, os caminhos para explicar o fenômeno do Bicho do Rio, perpassam pelo natural e pelo sobrenatural. A oscilação cria o efeito fantástico. Dentro da literatura classificada como fantástica, escreveu Todorov, se o

---

<sup>152</sup> Antonio Vieira, nascido no ano de 1977. Entrevista gravada em 25-07- 2010, Jucás.

personagem (ou o leitor) “se decidir que as leis da realidade ficam intactas e permitem explicar os fenômenos descritos, dizemos que a obra pertence a outro gênero: o estranho. Se, pelo contrário, decide que é necessário admitir novas leis da natureza mediante as quais o fenômeno pode ser explicado, entramos no gênero do maravilhoso” (TODOROV, 1980, pág. 24). E sendo o maravilhoso entrecortado por traços sobrenaturais, as suas explicações também têm que acompanhar o seu traçado.

Com outras palavras, tomando por base outro livro, o Bicho do Rio exemplifica esta lógica explicativa:

*(Karuna: Se Satanás que toma a forma do Bicho do Rio... por que ele permanece aí no rio? Como funciona isso d'ele tomar a forma do Bicho, ou ele é o Bicho... existe então o Bicho ou é apenas uma manifestação de Satanás?)*

**Missionário Antonio Vieira:** Tomar a forma não física. Eu estou falando de um ser espiritual. Ele atua com o seu poder não de forma física, por que veja só, você está dentro d'água, ninguém está em um pântano, está em um rio comum, e você sente a areia fugindo dos seus pés e lhe tragando pra baixo. Então como não é algo comum, não é algo natural, não existe areia movediça por aqui, e não é algo de deus, então ele toma liberdade por causa dessa crença que as pessoas têm e ele age dessa forma...

*(Karuna: então a crença existe antes do bicho? É a crença que faz o bicho?)*

**Missionário Antonio Vieira:** Eu creio que sim.

*(Karuna: ah... bem, aí é outra relação, então na verdade é a crença que faz o Bicho... que não é o Bicho, é Satanás)*

**Missionário Antonio Vieira:** Sim, por que ele age em cima do que você crê. É por que assim, eu vou naquele rio ali, e na minha mente não existe nenhum bicho ali (*isso falando em tom de auto-depoimento e não em termos gerais*), pra mim não existe de jeito nenhum, não tem quem faça, não tem jeito de eu ser atacado por um bicho ali. Se você não teme nenhum mal, nenhum mal lhe sobrevém. Tem gente que diz ‘ah, não vou pro rio por que eu tenho medo’. Eu nunca tive medo. Eu vou lá todo dia, mais de dez horas (da noite) e não vejo nada. Mas se eu não acreditasse em deus, é lógico que eu vou ter medo. Se eu não creio em nada, é lógico que eu vou ter medo. A fé é algo espiritual que move algo espiritual, que move algo sobrenatural. Se você crê que satanás vai te tocar, deus não vai te livrar, por que deus só age de acordo com a tua fé. Um mau físico atuando e tirando vidas. Não existe um mau físico ali, existe um mal espiritual tirando vida de pessoas físicas por conta de uma fé, que é algo espiritual, em algo que não existe, fisicamente falando. Então ele toma liberdade por conta disso aí, e começa a atuar.<sup>153</sup>

O Bicho é o medo, entretanto, este Bicho não existe como bicho, como ser material e animal natural no rio. Ele é o temor do próprio Bicho do Rio, e na verdade esse temor é Satanás, não meramente uma representação de Satanás, mas uma presença por meio de uma ação. Os seres espirituais se tornam presentes através de ações, as quais são percebidas e recebidas com os sentidos. A percepção sensorial está

---

<sup>153</sup> Antonio Vieira, idem.



no plano da matéria, já que o corpo, dentro da vida terrena, é um elemento material. A lenda do Bicho do Rio provoca o medo, sendo passada em seus causos pela oralidade nas rodas de conversas, durante as décadas. Mas esse Bicho do Rio é, em verdade, Satanás através de uma ação que se efetua baseada no medo pré-existente das pessoas. Satanás aproveita-se deste medo, dada a conjuntura do mundo moderno no qual se vive hoje, afastado da fé em deus, uma fé baseada no temor a deus. É esse temor, colocado no devido e adequado lugar, que garantiria a proteção e salvação das pessoas de Jucás. Contra o medo do Bicho do Rio, é preciso temer a deus. O missionário Antonio Vieira foi enfático em suas palavras finais: a lição que eles (as demais pessoas) poderiam aprender com a lenda do Bicho do Rio, é que *“deixassem de temer esse animal e passassem temer a Deus; confiassem em Deus. É que ter medo, você só obedece na presença, e quando você teme você obedece mesmo na ausência.”* Completou, arrematando: *“Ausência vírgula, né?”*<sup>154</sup>

Uma margem para outra suposição plausível, neste caso, pode ser que é a presença invisível do Bicho do Rio o que perpetua e concede ao Bicho o lugar do temor, do medo, nos discursos narrativos, no imaginário e no cotidiano de alguns jucaenses, alterando práticas e usos que foram feitos pelos que por ele foram atacados, dentro do Rio. Sendo ela em grande medida baseada no medo, o temor orienta este movimento.

A afirmativa de Câmara Cascudo (trazida em epígrafe) parece ficar confirmada: se o Mapinguari tem a sua incidência e o seu reinado pela ‘presença invisível do medo’ que imprime às pessoas, o Bicho do Rio permanece sempre no rio Jaguaribe, pois para os que nele acreditam, dele sentem medo: medo fugaz ou medo constante.

“É o medo que tens, Sancho, que te faz ver e entender tudo mal. Mas se teu temor é tão grande, afasta-te” (CERVANTES, apud DELUMEAU, 2009, p. 58). O andante cavaleiro Dom Quixote de La Mancha, ao longo da jornada de batalhas contra os exércitos imaginários, que se preparava para empreender acompanhado de seu escudeiro Sancho Pança, exibia coragem guerreira e cavalheiresca, seguindo as maneiras de ‘empunhá-la’, que aprendera ao ler a respeito da valentia dos heróis medievais. O medo, um substantivo masculino que informa um estado emocional resultante da consciência do perigo ou da ameaça – reais, incertas ou imaginárias – exprime-se também pelo temor, substantivos sinônimos, embora as distinções de

---

<sup>154</sup> Antonio Vieira, idem.

conotações que possam receber, de acordo com os contextos inseridos. Historicamente, o medo obteve diferentes graus de negatividade, sendo relegado a uma oposição aos sentimentos que constituíam sinais de valentia, de honra. Muito ligado ao ambiente natural, o medo do oceano, com os perigos das tempestades e das tormentas de alto-mar, ocupou a mente, o coração e o imaginário dos homens de Portugal e Espanha durante o período moderno das navegações. Também os seres das profundezas, os monstros que habitavam as lendas e as histórias de naufrágios, relatos muito populares contados nos folhetins vendidos e distribuídos nas feiras dos mercados, traziam sentimentos aos homens, que sabemos, eram temores reais ante os projetos de desbravamento dos mares ‘nunca d’antes navegados’<sup>155</sup>.

Mesmo com a explícita negativização do medo nos discursos masculinos, que associaram o medo a um sentimento menor, vil, que rebaixava o homem a um patamar e a uma classe inferior, o medo constitui uma chave que revela os mais particulares e íntimos receios nas paixões da alma humana, os quais, estudados no plano coletivo, fornecem chaves explicativas para complexos processos históricos. Tantas vezes relegado a um sentimento feminino que destituía o homem de sua masculinidade congênita, o medo também foi muitas vezes evocado como um pejorativo classista, “Tolo e plebeu é o temor” (Tirso de Molina, apud DELUMEAU, 2009, p. 62). A honra dignifica o homem, e mesmo que esta seja uma premissa estabelecida historicamente pelos processos de batalhas, de inseguranças e de instabilidades que as disputas das civilizações suscitavam nos espaços e ambientes nas quais se davam – não se dirigia somente aos guerreiros, aos aventureiros e aos homens masculinos.

“O medo ou o pavor, que é contrário à audácia, não é apenas uma frieza, mas também uma perturbação e um espanto da alma que lhe tiram o poder de resistir aos males que ela pensa estarem próximos. (...) Desse modo, não é uma paixão particular; é apenas um excesso de covardia, de assombro e temor, o qual é sempre vicioso” (DESCARTES, apud DELUMEAU, 2009, p. 24) Descartes, um homem da pequena nobreza do século XVII, interlocutor de rainhas, princesas e figuras da alta nobreza, inspirado(r) no rigor matemático e em suas "longas cadeias de razão", escreveu um tratado sobre *‘As paixões da Alma’*, no qual relegava a um pólo vicioso, irracional e inferior, o medo, positivando a audácia, a coragem e a segurança que estes segundos sentimentos impunham ao Homem. O seu pensamento influenciou para o desenvolvimento

---

<sup>155</sup> A este respeito, ver a primorosa obra de Angélica Madeira, *Livro dos Naufrágios: ensaio sobre a história trágico-marítima*, 2005.

da fundamentação da física e da filosofia modernas, recebendo Descartes o lugar de ‘pai da racionalidade e da filosofia’ (moderna).<sup>156</sup>

Analisando as mais variadas expressões do medo no Ocidente medieval durante o período moderno, dos lugares destinados para o medo dentro da história e suprindo uma carência historiográfica, Jean Delumeau busca reconstituir este período levando em conta, para tanto, algo que escrevera anteriormente Lucien Febvre: que o medo e a segurança, ou o destemor, um de ordem positiva e outro de ordem negativa, são dois sentimentos que se encontram, coabitam o mesmo campo de estudo, e que podem constituir chaves para conhecer no que acreditou e o que criou os indivíduos no tempo e no espaço em foco: “trata-se essencialmente de colocar em seu lugar, digamos, de restituir seu quinhão legítimo a um complexo de sentimentos que, considerando-se as latitudes e as épocas, não pôde deixar de desempenhar um papel capital na história das sociedades humanas, para nós próximos e familiares” (FEBVRE, apud DELUMEAU, 2009, p. 31)<sup>157</sup>. Os medos podem constituir chaves explicativas para processos

---

<sup>156</sup> A conhecida assertiva ‘Penso, logo existo’, de René Descartes imprime-lhe este lugar de defensor do pensamento racional, que, entretanto, é confundido com a determinação de se fazer uma leitura do mundo exclusivamente com as lentes da ‘razão’ moderna, descartando qualquer resíduo do que neste período (séculos XVII - XIX) considerou-se fabulário. Escreve Descartes: “O meu desígnio não é ensinar aqui o método que cada qual deve seguir para bem conduzir sua razão, mas apenas mostrar de que maneira me esforcei por conduzir a minha. Mas, não propondo este escrito senão como uma história, ou se o preferirdes, como uma fábula...” (DESCARTES, René. *Discurso do Método*, 2009, p. 29). Atentamos aqui para a historicidade dos termos e conceitos, pois, como escreve o filósofo Jean-Pierre Cavaillé, aludindo a uma obra escrita (e assim criada) por Descartes, a qual traça um modelo de Mundo através de seu mundo particular: “Esse mundo, ao mesmo tempo seu trabalho e universo de seus pensamentos científicos, projecta-o Descartes em seu redor segundo o modo do ‘sonho acordado’, do imaginário. Nesse mundo, nessa fábula que é a dele, Descartes satisfaz-se e, sobretudo, compraz-se (...)” (CAVAILEÉ, 1996, p. 10). Compraz-se com a criação literária, filosófica e científica de um mundo que conjuga o seu (de Descartes) universo particular com o mundo à sua volta, ou, numa análise mais geral, o da física à anatomia, do mundo ao homem. Num palco de *apresentação* e criação barrocas, período que se derrama pela obra de Descartes, segundo Cavaillé, as crises ontológicas, os conflitos dos pólos, dos planos e dos extremos, marcam as criações artísticas, intelectuais e literárias do período. Expõe assim o autor deste livro *Descartes e a Fábula do Mundo*, como a leitura cartesiana do mundo partia de uma concepção conceitual de mundo fabular: “*Mundus est fabula*”. Todavia tenha depois a ciência se utilizado dos discursos filosóficos cartesianos para investir em um trabalho de análise e recorte do real, baseados numa racionalidade que abstraía-se da vida e do mundo como um teatro, um palco de ‘representações’ (*apresentações*), excluindo da racionalidade moderna mérito positivo à ‘fábula’.

*Fábula: (sub. fem.)* 1. Historieta de ficção, de cunho popular ou artístico; 2. Narração breve, de caráter alegórico, em verso ou em prosa, destinado a ilustrar um preceito; 3. Mitologia, lenda, ficção, representação, enredo. FONTE: Novo Dicionário Aurélio *virtual*

<sup>157</sup> Respondendo a lacuna historiográfica, Jean Delumeau escreveu uma obra que faz a análise de um longo período temporal da *História do Medo no Ocidente*, abrangendo 500 anos de estudo (1300 – 1800). Evidentemente, o livro de Delumeau merece mais que uma nota neste capítulo, pela relevância e, sobretudo, pela ligação direta com a temática do medo, aqui estudada, em especial pela série de capítulos sobre Satã, e seus agentes (no medievo e na Idade Moderna): Idólatras (os cultos americanos) e Muçulmanos; Judeu, mal absoluto; e a Mulher (a tentação, o pecado de Eva, a bruxa da Inquisição). Além

históricos, como o Holocausto e a Inquisição, que parecem incompreensíveis se entendidos isoladamente, sem a carga de experiências e sentimentos humanos que os precedem. Os medos, como o amor, a morte, a solidão, a crueldade, a alimentação e a alegria das coletividades humanas – firmadas numa temporalidade estendida e seguindo a metodologia aplicável – são objetos de estudo dos historiadores, que se munem de um vasto arcabouço de fontes, dialogando com outros campos da ciência e entrelaçando abordagens variadas, que enriquecem o conhecimento acerca das experiências humanas<sup>158</sup>.

### **3.5 – O sorrir do Bicho do Rio;**

Todos os alunos escolheram, num unísono ‘sim’, o tema do Bicho do Rio para o assunto do dia. A professora, Eridan de Sousa Silva, aceita trabalhar mais uma vez com o livro do seu Ernando e com as histórias do Bicho em sala de aula.

Os alunos menores sempre gostam de ouvir e conhecer os causos de aparição do Bicho do Rio. Não se importam se é verdade ou não. Para eles, o problema da verdade não se impõe. Ouvir e deleitar-se com histórias que consideram engraçadas ou curiosas, assim é que os alunos pequenos do colégio municipal Antonieta Cals relacionam-se com o Bicho do Rio. Uns dizem que querem ver o Bicho, que sempre foram ao rio, mas que nunca foram atacados pelo Bicho e que se o fossem, venceriam o Bicho facilmente, fazendo uso de suas ‘baladeiras’ (também conhecidas como ‘badoque’, espécie de brinquedo infantil, e instrumento artesanal para caça de aves de pequeno porte) e outras armas ‘poderosas’. A essas crianças, o Bicho do Rio não causa medo. Não aquele medo que os idosos, avós e bisavós, sentem do Bicho.

Dessa forma, a lenda do Bicho do Rio hoje segue fazendo parte de muitas esferas do dia-a-dia dos jucaenses, sem, contudo, necessitar de passar a ter *status* de verdade. Verifica-se assim um processo de tornar ‘lenda’ o apanhado de histórias conhecidas sobre o Bicho do Rio. De tal modo, o Bicho passa para outras dimensões, novas, do cotidiano da cidade de Jucás. Permanece, indiferente se acreditam nela ou

---

disso, faz um esmerado estudo sobre as várias acepções de Satã e seu papel no fim do mundo (‘fim dos tempos’) – motivos e agentes que provocaram a ‘ascensão’ do medo a Satã.

<sup>158</sup> Sobre isso, ver: *História: Cultura e Sentimento – Outras Histórias do Brasil*. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2008. Nesse livro, estas temáticas são discorridas, numa reunião de artigos que versam sobre: “Produção do medo” (Antonio Torres Montenegro); “Cidade e modernidade: registros históricos do amor e da solidão no Recife (anos 30)” e “História e Afetividade: Os amores de Prometeu e os sonhos de Freud” (ambos de Antonio Paulo de Moraes Rezende), dentre outros.

não. Permanece por ser contundente no imaginário e nas relações que as pessoas teceram por décadas com o Jaguaribe. Hoje, as histórias estão sendo reunidas e tomando caráter de ‘lenda’. ‘*Agora o bicho do rio está virando lenda... Antes, era contado como fato verídico*’.<sup>159</sup> O fato de o Bicho do Rio tornar-se lenda não necessariamente o afasta do campo da crença (ou da verdade). Não de todo. A relevância do Bicho do Rio para Jucás e para um estudo sobre o Jaguaribe e as relações que se estabelecem com essa ambiência do Rio está também neste campo paradoxal da lenda/crença.

Hoje, as histórias contadas como causos dos mais velhos, pescadores e lavadeiras, são matéria de estudo em sala de aula como forma de estudar a história local da cidade. Outro processo em gesta percebe-se: o de situar o Bicho do Rio como folclore. Dentro do rol das discussões sobre cultura local, cultura entendida como matéria de identidade e identificação de um povo e de um lugar, o Bicho do Rio vem se tornando e aparecendo como o projeto ideal para o município de Jucás. Dessa forma, na escola é assunto desde as primeiras séries até o nono ano: estuda-se a lenda do Bicho do Rio a partir do livro escrito pelo seu Ernando Cavalcante, o poeta popular ‘oficial’ da cidade.

**Eridan:** Trabalhar com os pequeninhos é melhor, por que eles ficam assim, parado, parece até que tão vendo. Eles pedem: ‘ah tia, traz o Bicho do rio, traz o Bicho do rio.’<sup>160</sup>

Eridan de Sousa Silva é professora do ensino fundamental do município de Jucás. Formada em pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE – campus Iguatu), mãe de quatro filhas, e filha de pais que não somente acreditam no Bicho do Rio, mas que narram suas próprias histórias de aparições e ataques do Bicho. Cresceu ouvindo seus pais e tios narrarem causos de assombrações no rio. Hoje ela sintetiza este paradoxo entre crença/lenda em que as histórias do Bicho do Rio são recebidas pelas gerações nascidas na década de sessenta (quando as aparições do Bicho tornaram-se mais recorrentes): não acredita, mas também não acha que seja mentira. Ensina aos seus alunos por que considera importante que estudem sobre o Rio e ‘seu Bicho’, ao aprenderem a história de Jucás, entretanto, orienta aos alunos para não considerarem mentira ou invenção; que é uma lenda, não é ‘verdade’; não há no rio um monstro que

---

<sup>159</sup> Yara Souza Pedrosa, nascida no ano de 1992. Curta entrevista realizada no dia 26-07-2010, Jucás. Yara, estudante da rede pública de ensino e aspirante a estudante de História na Universidade, trabalha em projetos sociais educativos do município.

<sup>160</sup> Eridan de Sousa Silva, nascida no ano de 1973. Entrevista realizada no dia 24-07- 2010, Jucás.

ataque as pessoas. Porém, os alunos não devem considerar que os adultos estejam mentindo. São pessoas respeitáveis as que acreditam no Bicho, e assim o ‘Bicho do Rio’ fica nesse limbo entre ‘verdade’ e ‘invenção’.

**Erindan:** Como eu trabalho com criança pequenininha, segundo ano, seis, sete anos, eu exploro a gravura. Só aquela gravura já dá pra quase terminar o livro, depois eu falo quem escreveu, que é Ernando, aí depois eu passo estrofe por estrofe; escuto os casos que eles já sabem da lenda e crio outros à partir da gravura; aí depois eu explico a eles que é uma lenda, que uma lenda é uma coisa que não existe, inventado pelas pessoas, mas que eles não devem dizer que é mentira das pessoas que disseram, que eu particularmente, não acredito, mas que não é por que eu não acredito que eles não devam acreditar. Aí depois eu leio o livro todinho, que eles gostam muito, aí eles mesmos pedem pra copiar alguma estrofe, desenham, aí diz que tinham vontade de ver o Bicho do Rio. No final eles acabam dizendo que tinham vontade de ver o Bicho do Rio, aí outros dizem ‘deus me livre’, aí outro diz: ‘eu queria era ver pra saber mesmo se existe’... uns dizem que acreditam, outros dizem que queriam ver, as opiniões ficam divididas, até nos pequeninhos. Já os maiores não, os do oitavo ano dizem logo, ‘ah, não, isso aí é besteira, isso não existe não que a gente toma banho todo dia e nunca viu’, os maiores usam o deboche, eles não valorizam não.<sup>161</sup>

Interessa perceber aqui, dentre outros pontos, o processo de (re)significação e apropriação da lenda do Bicho do Rio pela professora. Utilizando-se do livro do seu Ernando e da pintura da capa, ela cria em sala outras histórias com os alunos. A lenda assim toma contornos fluidos, maleáveis. As crianças, com a imaginação já povoada pelo que escutaram da leitura do livro, mesclam com uma imaginação outra, particular de cada criança (outros elementos imagéticos, sobretudo), e constroem outros causos e histórias sobre o Bicho, apropriando-se dele sem nunca o terem ‘visto’, ou mesmo ‘sem acreditar’ na sua existência/presença no rio Jaguaribe.

Uma distinta apropriação/significação da lenda do Bicho do Rio se dá, nesse caso, por meio do desenho. Outras faces são dadas ao Bicho, com outros tons de seriedade ‘*o nono ano não levou a sério não, pintaram de rosa o Bicho, disseram que era o Bicho do Rio boiola, botaram laço nele. É assim, uma coisa que eles não levam a sério*’, completou Eridan. Enquanto os avós e tios temem o rio por conta da presença do Bicho, as crianças satirizam e tratam como ‘chacotas’ o que para outros é o medo.

Feito para comunicar o Bicho às crianças, o livro “O Bicho do Rio”, de Almir Mota, reconta uma história própria da lenda instituída pelos jucaenses. O cenário é o mesmo Jucás; as origens são semelhantes às narradas pelo Seu Ernando, em seu livro. A

---

<sup>161</sup> Eridan de Sousa Silva, idem.

mãe que deixa o bebê nas águas do Jaguaribe tentando esconder por completo a gravidez, aparece no livro infantil de Almir Mota também como a mãe geradora do Bicho do Rio. O filho recebe das águas do rio o poder de sobreviver, e com isso assume características ‘anormais’ (às humanas). Torna-se um ser agigantado, com um só olho na testa, e com o ‘truque’ de transformar-se em qualquer animal.

Mas a Jucás retratada é uma clara criação narrativa, destituída de fins de reproduzir a realidade hodierna. Aparente não-lugar, dentro do rol das cidades-sertão difundido por meio da literatura dita ‘popular’, ‘folclórica’, ou ‘típica’ do Nordeste do Brasil. Num regionalismo que cristalizou lugares-comuns, nomes e costumes como característicos do cenário do interior do nordeste do Brasil, a narrativa se desfaz na contação da história do Bicho do Rio, recriando um cenário próprio, numa temporalidade não anunciada. Um tempo perdido no ‘tempo dos contos’, daqueles que recontam um ambiente fundamentado/fundado na literatura regionalista dos anos 30 – isto conjugado e entrelaçado a um tom de folclorização comum nesse tipo de narrativa literária, e de um sujeito (autor) externo àquele espaço.

O susto de ver e sentir o Bicho nas águas do Jaguaribe assusta criança, pescadores e mulheres que estão lavando roupas no rio. As personagens que ilustram o enredo, contado neste pequeno conto ‘popular’, são compadres que usam chapéu de palha, comadres que se vestem com lenço na cabeça, e os pequeninos que tiram a roupa e se jogam com gosto dentro d’água, despreocupados com o dia, a brincar “nas águas doces do Jaguaribe”. Neste palco, as práticas condizem, isto é fato, com as perpetradas hoje, no cotidiano jucaense. Essas personagens têm nomes como Francisco, Luiz, Zé, e dona Zefinha, que vão à missa do domingo e à feira no sábado. A uma feira com embaladores, “bancas de bolos, pinga e venda de cereais” (MOTA, 2004), comumente associada ao imaginário cristalizado do ambiente, homogeneizado em seus traços culturais, de um ‘Nordeste’ do Brasil. Um conto de “lenda e assombro, suspense e imaginação” (Kelsen Bravos, contracapa do livro), e que apresentado sob estes substantivos, leva o Bicho do Rio para o universo infantil exterior a Jucás. Significa-o por outros campos de leitura.

Outros lugares/funções vão sendo concedidos ao Bicho. Uma entrevista com o secretário de Cultura de Jucás, o Sr. Helder Barros, foi interessante para alargar a percepção e uma análise dos usos que são feitos do Bicho, seja como uma lenda, como um fato real, uma crença ou um folclore. Congregando diversas funções vividas e

próprias às criações imaginárias, a entrevista trouxe a mostra de uma função baseada em outras funções para o mesmo objeto.

**Elder:** A gente quis transformar essa lenda em um trabalho preventivo, por que a maioria dos dejetos das casas aqui vizinhas ao rio, eram jogados dentro do rio, como as fossas, o lixo era colocado dentro do rio... E aí, a gente queria fazer um trabalho que fosse um trabalho preventivo com a comunidade, para que esse Bicho do Rio pudesse dar uma lição pra comunidade. Algo como: toda vida que o rio era ameaçado, se encontrava ameaçado, o Bicho do Rio vinha ‘aflorescer’ para solicitar dessa população que não fizesse isso, por que tavam matando os peixes. Bem, a gente queria fazer esse trabalho ecológico e envolvente com o Bicho, já que tinha essa lenda do Bicho do Rio. A idéia é fazer essa coreografia desse Bicho do Rio, onde ele vem à tona e se transforma num índio guerreiro, um índio Jucá, que é mentor do nome do município, ‘Jucás’.

Então a gente quer fazer uma coreografia onde desperte nas crianças o cuidado com o rio; a prevenção e o cuidado com o rio, mostrando, com o Bicho do Rio, que o rio quer respirar, que o rio precisa respirar. E assim fazer esse trabalho ecológico com a dança, onde as crianças vão fazer todo o enredo dessa peça, dessa história, e aí, quando fosse o final, o índio, o Bicho do Rio sai da água e se transforma num grande índio guerreiro. Essa é a nossa versão dessa história do Bicho do Rio, dessa lenda. Mas há várias pessoas que contam a lenda de forma diferente, né? Essa nossa versão transforma assim o bicho num arauto dessa defesa do rio. E a gente dá esse novo tom à lenda, você tá entendendo? Por que a nossa idéia é de conchamar as escolas, os alunos, a terem um carinho melhor pelo rio, não jogar dejetos, não jogar lixo no rio. A nossa idéia foi essa: toda a vida que o Bicho se sentia ameaçado ele vinha ‘aflorescer’, aparecia, para dizer da importância da preservação, da importância do rio; para não deixar o rio na situação que se encontra. Por quê? Para dizer assim, é o **advogado do rio**. Entende? Então quando ele sai fora do rio, como diz o matuto, ele se transforma num índio guerreiro que defende ainda os povos, a tribo Jucá, que é a nossa aqui de Jucás.<sup>162</sup>

Ao mesmo tempo em que é uma mostra da abrangência dessa lenda do Bicho do Rio na realidade imaginária cotidiana de Jucás, a fala e o projeto (político, social, cultural e ecológico) de Helder Barros se colocam como criadores de significações diversas deste ‘Bicho’. Perpassa por funções: usos das histórias que têm tessitura nas relações cotidianas vividas com as naturezas do Jaguaribe. Transita pela crença/descrença (ou uma racionalização moderna dessa crença enquanto um *folclore*), apoiando-se, para efetuar-se como ‘viável’, ‘sustentável’, tanto na proporção da crença de ‘realidade’ do Bicho do Rio, para os ‘mais antigos’ jucaenses, quanto na convenção e deliberação (que há no campo das políticas culturais dos governos vigentes, hoje em dia) de preservação do folclore e da cultura locais.

---

<sup>162</sup> Helder Barros. Entrevista gravada na Secretaria de Cultura, prédio da Prefeitura Municipal de Jucás, pela manhã do dia 23-07-2010, Jucás.



O projeto de Helder Barros, como Secretário de Cultura, ampara-se na ‘lenda’ do Bicho do Rio como a mais ‘viva’, a mais particular expressão do folclore dentro da cultura popular de Jucás. Com isto, está elaborando e transitando com um projeto, junto ao Ministério da Cultura, que visa captação de recursos para o município de Jucás.

Além disso, busca ampliar as significações deste Bicho, ‘nomeando-o’ como *advogado do rio*, arauto da preservação ambiental, guerreiro Jucá e ancestral comprometido com o bem-estar ‘da vida’ do Jaguaribe. O Bicho do Rio, no enredo do espetáculo educativo, tem o ‘dom’ de escutar e bradar os lamentos da natureza, do rio degradado pelos usos cotidianos danosos ao ambiente, em sua representação como um índio, indivíduo *iconizado*, instituído em nossa sociedade como símbolo do convívio respeitoso com o seu meio, sobretudo, com a natureza. O elemento indígena dialoga com outra questão que é também muito complexa, mas que será aqui somente destacada: a ‘identidade’.

O projeto político-educacional (com os seus fins ecológicos e pleiteadores de verbas) onde o Bicho do Rio se torna o índio Jucá, guerreiro pela natureza do rio, utiliza-se e baseia-se também no apelo identitário, caro às políticas governamentais no campo da cultura. O respeito às particularidades e riquezas das manifestações culturais mais variadas, locais, hoje se faz nessa ‘instituição’ das identidades; criação e perpetuação de identidades.

Em meio à galeria de monstros aquáticos do mundo antigo, os seres peçonhentos são pintados de muitas maneiras, com matizes históricas que compõem uma galeria de personagens transmitidos para outros tempos, com outras nuances e até mesmo com conotações positivas. Assim também o é o Bicho do Rio, transformado em lenda, e hoje podendo ser encontrado como assunto de livro nas prateleiras das seções infantis de livrarias. Um livro de folclore regional. Nos usos dados ao imaginário dentro da sociedade, pelos indivíduos que a compõe, a função do ‘lúdico’, da ‘distração’, do ‘prazer’, são fundamentais, e por isso não pode ser questão desconsiderada numa análise deste campo de relações humanas em sociedade. O Bicho do Rio é um tema que distrai não apenas as crianças, mas a adultos também, homens e mulheres. Contar e recontar os casos são formas desse grupo social criar, e viver em cima do que cria. Parte desta entrevista com Inês Fernandes é a afirmação literal desta relação com as histórias do Bicho do Rio:

**Inês:** Eu acho que o Bicho seja metade cobra, metade gente, cheio de cabelo. É, por que diz que quando ele faz assim (*gesticula Inês, com os braços formando*

*círculos no ar*), um movimento na água, você só vê aquele monte de cabelo, que em seguida some.

**S. Ernando:** é, mas essa cabeleira, ela é em forma de juba. A Miriam viu a forma de urupema, a cabeleira assim como uma juba, e no meio, os olhos vermelhos. O Dedé conta... Olhe, cada um tem uma história diferente. Por quê? Por causa da transformação. Ele sempre vai se apresentar a você de alguma forma diferente, e assim fica essa confusão. Mas é bom isso, pra poder um chamar o outro de mentiroso! (*risos*)<sup>163</sup>

Para Cornelius Castoriadis, dentro das ‘Encruzilhadas dos Labirintos’ do domínio dos homens, o mito é um modo, ou a forma pela qual a sociedade potencializa de significados o mundo. Os mitos compõem a dimensão imaginária, a qual institui a leitura e a feitura de mundo do indivíduo e da sua sociedade, e também, dele nesta sociedade. Para o autor, não há sociedade sem mito, da mesma maneira que não há como determinar quais sejam estas significações (imaginárias). É possível sim identificá-las (o que chama Castoriadis de ‘demarcar’), mas não determiná-las, elas não o são, em suas feitura sociais – diferentemente da dimensão ‘lógica’, composta por conseqüências subseqüentes, e determinações. Entretanto, a dimensão social lógica e a imaginária não podem ser reduzidas uma à outra, tampouco são indissociáveis. Esclarecendo: o mito não pode ser reduzido à via de compreensão pela lógica, embora contenha uma lógica interna. Da mesma forma, a dimensão ‘conjuntista-identitária’ (como define a dimensão lógica) cria e possui seus mecanismos de organização, que são operacionalizados de forma determinada e racional, mas que se sustentam dentro de uma lógica conseqüente, ‘visível e aparente’, literal. Numa exemplificação explicativa, dentro da linguagem, a dimensão imaginária é metafórica, criadora e de remetimentos que ultrapassam a simples ‘representação’.

Essas significações imaginárias da sociedade estão mais próximas, ou são mais intrínsecas que qualquer elemento bipartido do mundo racional, como são colocadas as dimensões imaginárias para outros teóricos do assunto. A Castoriadis, o humano é por si já fantástico, possuindo um emaranhado nó de questões existências que não podem ser reduzidas às explicações físicas ou biológicas, que também por si dão mostras da complexidade fantástica que o humano possui, em sua dimensão individual e social. Para este autor, o homem historicamente se refaz dentro de sua dimensão social, e

---

<sup>163</sup> Inês Fernandes da Silva, nascida no ano de 1969; Ernando Cavalcante, já citado. Entrevista realizada em 24-07-2010, Jucás. *Urupema* é uma “espécie de peneira grossa, com uso culinário”. Fonte: Novo Dicionário Aurélio (*virtual*).

fundamental é que por meio desta, instaura ‘o seu mundo e a forma que ele se organiza’, nomeando-o, valorando-o, significando-o pelos símbolos e referências instituídos.

É a sociedade que determina o que é ‘real’, o que tem um sentido e o que é desprovido dele. Toda sociedade é um sistema de interpretação do mundo; e ainda aqui, o termo ‘interpretação’ é medíocre e impróprio. Toda sociedade é uma construção, uma constituição, uma criação de um mundo, de seu próprio mundo. (CASTORIADIS, 1981, p. 232)

As significações pelas quais uma sociedade se institui são historicamente construídas e amalgamadas nas composições estruturais dadas. Deus, Nação, Estado, as leis, o parlamento, o capital, o mercado, os tabus, e o pecado, ou a moral, são exemplos citados por Castoriadis de significações imaginárias *instituintes* (de sentidos, de *lugares*). Os indivíduos vivem, criam, recriam, ou extinguem-nas, dentro do magma de relações e correlações que criam com o mundo e com a vida.

As faces ou as particularidades que estas significações vão adquirindo ao longo da história são dinâmicas; acompanham os variantes que se impõem, como o tempo e o espaço/ambiente. O medo europeu medieval, ou Satã, como demonstra Jean Delumeau (2009, p. 354) em seu livro já citado, *A História do medo no Ocidente medieval*, foram instituintes e arregimentados com nuances e intensidades processuais, variadas. Houve uma ‘explosão’ diabólica de Satã, nos séculos XI e XII, e esta se sustentou em assimilações próprias àquele tempo. Sendo Satã um vassalo desleal a Deus, seu Senhor, postura inaceitável dentro do código feudal, ele entra na cena social como a figura demoníaca, símbolo da reprovação. Antes abstrata e apenas teológica, a figura de Satã é significada, no século XIV, como tentadora, sinuosa e fonte de armadilhas, inferindo o demônio nos medos individuais, e tornando-se uma grande significação instituinte para o período.

Os lugares, usos e funções dados ao imaginário nas sociedades foram apresentados por muitas portas do conhecimento humano. Buscou-se, aqui, compor um apanhado explicativo que entremeava referências teóricas às narrativas sobre os lugares que recebeu Bicho do Rio, dentro de uma relação, no campo imaginário, dos moradores das várzeas do Jaguaribe com as suas naturezas.

Em Jucás, sendo o Bicho o lugar do medo, o depositário e a materialização, em um ser, das muitas assombrações que foram vistas no Jaguaribe, a relação entre o rio e o Bicho abre precedentes para questões. Se as assombrações provocam o medo, na medida em que as pessoas deixam de ir ao rio por vê-las e senti-las, qual a relação do

Bicho do Rio, com o Jaguaribe (já que estamos tratando de um Bicho *do* rio Jaguaribe, e não de outro qualquer rio)?

Numa manhã de sábado ensolarado, caminhei com o Seu Ernando por Jucás, pois ele, como ‘guia’ informativo de minha pesquisa, também quis mostrar-me a cidade desde os seus pontos mais altos, alcançando o rio por um ângulo de visão que dá ênfase para a proximidade de Jucás às suas margens. Avistei o destaque do rio, na paisagem da cidade. Além do Jaguaribe, também a Matriz de N. S. do Carmo se sobressai, com um tamanho imponente sobre as muitas casas da área urbana.

Nessa manhã, buscávamos a casa do Sr. Ozino, antigo companheiro de pescarias do S. Ernando. Dentre as muitas pessoas que viram ou foram atacadas pelo Bicho do Rio, cada qual guarda uma face desse ser transformante; cada uma tinha algo de novo a acrescentar no desenho narrativo das faces e representações variadas desse bicho. Além disso, tinham também uma experiência única para narrar-me, e com isso novos lugares se foram entrelaçando, novas cores e texturas dessa fiação de histórias em causos iam tornando o trabalho de tecer a pesquisa, inusitado.

Jeanne Marie Gagnebin escreve que o trabalho do historiador, como o do poeta, do filósofo e do artista, vai sendo feito no trânsito permanente da *lembrança* e do *esquecimento*, no labutar sensível que se vai tecendo entre o *passado* e o *presente*. O narrador tem a sua legitimidade concedida pelo valor da experiência passada no assunto que vai partilhar. Walter Benjamin, nos ‘lembra’ Gagnebin, explica as razões do desaparecimento da arte narrativa ante o declínio da experiência (*Erfahrung*) nas condições da modernidade – no que toca à eficácia da palavra compartilhada numa tradição comum. O narrador compartilha na oralidade, entre as gerações, com ouvidos e espíritos afeitos ao valor da *experiência* coletivizada e fruto de viagens com provações relevantes, a prática da *narrativa* (GAGNEBIN, 2006).

Os diferentes episódios que cada um dos moradores de Jucás tinham a me dar haviam conferido legitimidade ao livro de Seu Ernando. Ele buscava apresentar à minha pesquisa aqueles narradores que, com suas histórias particulares, compunham a colcha de entrelaçados causos da lenda coletiva do Bicho do Rio. Dentro de uma tradição recheada de características próprias da experiência narrativa oral, essas pessoas contaram, contam e recontam as versões variadas de ataques do Bicho do Rio. Além disso, essas mesmas pessoas haviam concedido a ele, Seu Ernando, a matéria-prima do seu relato, este, escrito em versos. Entrelaçando-os, reuniu-os e deu um corpo com maior concisão às variadas história sobre o Bicho: elas são partes da *lenda*

do Bicho do Rio. O autor-narrador do livro, Seu Ernando, conta e atesta o que ouviu dizer. Ele acredita no que contam, por que acredita no Bicho. E o livro de Seu Ernando só tem sua legitimidade por estar amparado nas *experiências* de quem as viveu e de quem as viu, dando à experiência do *olhar* um lugar que se firma como testemunho mais legítimo, até de daquilo que pode parecer inverossímil. O olhar autentica uma narrativa, um argumento, uma retórica descritiva; dá ênfase à experiência pessoal, transpondo o ouvir-dizer (tão comum nas culturas com proeminência da oralidade), por ser fonte de certezas intelectuais humanistas.<sup>164</sup>

São testemunhas oculares  
Cada um tem sua história  
Contam pra qualquer pessoa  
Chico contou vitória  
Agradecendo aos colegas  
E a Senhora da Glória<sup>165</sup>

Cada conversa-entrevista constitui um acontecimento único. Mesmo que voltemos a realizar uma entrevista com um depoente de outrora, ouviremos outra narrativa sobre o mesmo assunto, sobre a mesma história que nos fora contada anteriormente. Cada narrativa é única, as palavras recebem outras ordens, os relatos outras palavras, outras frases, diversas ênfases e distintas pontuações. “Isto levanta aspectos da fluidez das narrativas orais: o fato de que o tempo tira tanto quanto acrescenta” (PORTELLI, 2004, p. 299). São fluxos da memória que se infundem nas possíveis narrativas do tempo vivido. Além disso, no que toca a unicidade de cada narrativa oral, quando são colhidos com mais de uma pessoa, numa conversa-entrevista travada num coletivo de indivíduos, com distintas concepções sobre o mundo, seus seres e as coisas, o entrelaçamento de falas traz um embaraçado de versões. Variadas questões são encaixadas numa mesma narrativa; acompanham as veredas dos caminhos por onde segue o caminhar fluído da memória, do pensamento, dos tempos e das intenções (implícitas e explícitas) das pessoas – e ficam impressos *nas* suas falas. O artifício da arte das lançadeiras é o de ir e vir, com delicada destreza, o fio em seus teares. Tecendo urdiduras de memórias, os depoentes, quais artífices,

---

<sup>164</sup> “Não há, dizia Thévet no prefácio de sua *Cosmografia do Levante*, (séc. XVI) ‘saber mais acertado do que aquele que nos é dado pela visão’.” (apud Del PRIORI, 2000, p. 41). A este respeito, a primazia do olhar na História é também relevante, visto que quando ‘nasce’ a narrativa histórica, dentro do período clássico da Grécia Antiga, o status de realidade é atrelando aquilo que se viu, ou se diz que viu, e sobre o qual se pode conceder testemunho. Verdade e visão permanecem ligadas na sociedade ocidental moderna, lançando mãos, o Seu Ernando, desta condição valorativa para sustentar sua narrativa como *verdadeira*.

<sup>165</sup> CAVALCANTE, Ernando. *O A lenda do Bicho do Rio*. 2004, pág. 17.

entrelaçam tempos e temas em suas narrativas<sup>166</sup>. A narrativa é uma arte que se cria e se faz em semelhança ao trabalho manual, associa Walter Benjamim: “a narrativa, é ela própria uma forma artesanal de comunicação. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele” (2008, p. 205).

Ao encontrar a casa de Seu Ozino, adentramos, e lá estavam suas duas filhas, Inês e Eridan Fernandes. A entrevista teve seu ‘rumo’ alterado, ao ser deslocado ‘o narrador’ do pai, para as filhas. Estando bem debilitado fisicamente, com saúde enfraquecida, seu Ozino não podia falar, pois isto para ele traria um esforço acrescido, já que a razão daquele encontro era a interpelação para narrar sobre assunto, para ele, tão ‘forte’ quanto o Bicho do Rio. Seu Ozino, antigo pescador, havia deixado de pescar e de banhar-se no Jaguaribe, após um ataque do Bicho. Assim sendo, deu início à entrevista sua filha. Para o Bicho *do* Rio, Inês deu o seu lugar.

(...) **Karuna:** *E existem outras lendas de monstros no rio, encantados e lobisomens? Você conhece?*

**Inês:** Não, não. Daqui mesmo só tem o Bicho do Rio. O instigante nessa história é que as pessoas que morrem afogadas bebem muita água, e quando o Bicho do Rio mata e tiram as pessoas, não tem nem um pingo de água. Por que geralmente, quando uma pessoa morre afogada, que vão socorrer, tem bastante água no pulmão. Mas não, ele não. O Bicho do Rio não deixa rastro, assim, não fica ferimento... Só arranhões.

**Karuna:** *E você acha que é possível tirar esse Bicho, aí, do rio? Você acha que existe algo a ser feito para que possa tirar esse Bicho, do rio?*

**Inês:** Ah, se tivesse um método pra tirar o Bicho, do rio, seria bom... Mas, a lenda... Enquanto existir o rio, o Bicho vai existir também!

**Karuna:** *No caso você acha que o Bicho do Rio é o mesmo que o rio?*

**Inês:** ele se esconde dentro d’água. Se o rio secar, acabou o Bicho. Sempre teve água no rio. Se bem que o Jaguaribe é o maior rio seco do Brasil, do mundo, mas sempre teve poço, onde o Bicho se esconde... E ele só tá em Jucás! (*Risos largos de Inês*).

**Karuna:** *É, eu sei. Ele não sai de Jucás não...*

**Edinha:** por que o Bicho do Rio é um folclore...

**Seu Ernando:** ai é? Um folclore!?!...

**Edinha:** como a ‘mãe-d’água’. Eu já ouvi falar a história da mãe-d’água, mas não sei contar ela não.

**Karuna:** *então, já que o Bicho fica no rio, ‘enquanto existir o rio, vai existir o Bicho’, como disse a Inês, vocês não acham que o rio passa a ser também malvado, assim como é o Bicho? Como se estabelece essa relação entre o Bicho e o rio?*

**Inês:** O Rio é separado do Bicho. O rio já existia, então depois existiu o Bicho.

---

<sup>166</sup> A metáfora da lançadeira é uma referência a Alessandro Portelli (2004, p. 102), ao tratar da mesma questão metodológica, em seu já citado texto.

**Edinha:** Seu Ernando, o senhor já ouviu dizer que outras pessoas, em outras cidades, já morreram com bicho do rio?

**Seu Ernando:** não, não.

**Inês:** O Bicho do Rio tá é em Jucás...

**Edinha:** a minha resposta eu já dei, que na minha opinião, é folclore.

**Inês:** (*risos*) Eu não, eu acredito que enquanto existir o rio, vai existir o Bicho... Mas que existe o Bicho do Rio, existe!<sup>167</sup>

---

<sup>167</sup> Inês Fernandes da Silva, nascida em 1962; Francisca Francinete Fernandes da Silva, nascida em 1971; Sr. Ernando Cavalcante. Entrevista realizada em 24 de Julho de 2010, Jucás. Trechos desta mesma entrevista com Inês aparecem anteriormente, em três outras passagens do texto.

## Considerações finais;

Os caminhos não se encerram ao final deste texto. O texto, este sim, mesmo que em aberto para outros finais, chega ao fim. Travessia que perpassou por veredas de um rio que hoje, afirmam, perene. Mas que guarda em seu bojo a esfinge de ter sido o ‘maior rio seco do mundo’, numa terra famosa e representada pela seca: o Ceará.

A perenização do Jaguaribe se fez pela técnica do homem; pelos engenhos da ciência dos engenheiros do DNOCS e dos sucessivos governos que intervieram no curso do rio. Um rio que parecia ter o seu ‘curso natural’ em águas de correntezas que se esvaíam em secas, e em enchentes abruptas sobre as cidades que o margeiam. Mas, que hoje, corre estancado em barragens e em três grandes açudes: o Castanhão, localizado entre o Médio e Baixo Jaguaribe; o Orós, no ‘encontro’ do Alto e Médio Jaguaribe, e o Arneiroz II, de porte menor que os dois primeiros, porém construído na região mais carente de regulares cursos de água, ao longo do ano – o Alto Jaguaribe.

A ‘perenização’ do Jaguaribe carrega também outras significações. Primeiramente, a de ser, em maior medida, *oficial* que efetiva; a de trazer água constante e regulada ao Jaguaribe, porém não uma justa distribuição dessa água, cuidando e sanando uma outra carência, de faces tão dolorosas quanto as secas trouxeram. A construção dos grandes açudes no Jaguaribe ‘inundou’ espaços que outrora guardavam moradias; não somente moradas e residências, mas moradias arraigadas em memórias e dores de perda. Cidades como (Nova) Jaguaribara, a de hoje, encerram não apenas vivências apartadas das margens e correntezas do Jaguaribe, mas ‘submergem’ as antigas cidades em imensidões de água, sob o Açude Castanhão. A construção do Açude Orós destituiu os moradores de localidades como Guassussê, dentre outras, de suas terras. Por outro lado, o vale do Jaguaribe torna-se cada vez mais urbanizado, ‘distanciando’ e ‘encanando’ os usos que são feitos do rio.

Um processo que não se faz em totalidades, evidentemente, tampouco é aqui considerado desnecessário e de todo negativo, porém que transparece frente aos efusivos discursos de somente ganhos e benefícios, com essa perenização, às populações do vale do Jaguaribe, que emitem órgãos e representantes governamentais e jornalísticos. São margens que correm sobre um mesmo leito, as quais devem confluír para um estudo mais amplo das incidências e relações da cultura com a natureza, no rio Jaguaribe.



Aqui, busquei delinear-las, tratando de um longo processo, perscrutando e analisando o apanhado de fontes pesquisadas.

As representações imaginárias que tecem moradores de Jucás, cidade do vale do Jaguaribe, são fruto – tanto quanto a ciência técnica dos engenheiros, os relatos e experiências de viajantes naturalistas do século XIX, as obras literárias, musicais ou poéticas, ou as narrativas dos folcloristas – de uma margem da relação do homem com a natureza. Uma lenda ou uma composição imaginária, relacionada à ambiência de um rio, comunica mais uma das multiplicidades de relações que os indivíduos tecem com os elementos que compõem a natureza.

Os engenhos humanos, mesmo que técnicos e amparados numa ciência que se impôs sobre outros saberes como a mais eficaz e resolvida, podem ser falhos e não suficientes para conter as tensões e problemáticas que se dão dentro do Jaguaribe. Por certo, também, que não podem ser desconsiderados os ganhos que as barragens trouxeram ao rio. Não são os propósitos (anunciados) que determinam os variados tipos de invenções e criações humanas, mas sim os usos cotidianos praticados com elas, e por elas.

Os muitos indivíduos se mostram pelos sentidos e lugares que dão ao mundo, ao rio e a si, dentro desta ambiência. Ao espacializar os sujeitos que participam, escrevem e dão ‘vozes’ aos variados discursos relacionados ao Jaguaribe, busquei historicizar os sentidos que meu objeto, o Rio Jaguaribe, carrega, tem, e recebe. A partir disso, localizei o rio nestes discursos, apreendendo os ‘lugares’ que os discursos e os sentidos emitidos por eles dão ao Jaguaribe, e aos elementos a ele associados (que o compõe).

A percepção e entendimentos sobre o Rio ampliaram-se consideravelmente quando entendemos que o Rio é muito mais que suas águas. Ao ver o rio, na cidade de Jaguaribe, ver as pessoas lavarem roupas no rio, plantarem no rio, ver um curral e animais dentro do rio, ver que elas criam utilizações para o rio, para o espaço e para a água próprias (apropriadas), e que possibilitam um grau de subsistência diretamente ligado ao Jaguaribe, dentro de um ambiente mais carente de água nos períodos de estiagem, ‘aquilatei’ o valor do fluxo natural que o rio possui dentro da ambiência que é *locus* desse estudo.

Dentro dessa ambiência, homens e mulheres desempenham papéis expressos nas variadas narrativas, literárias, orais e memorialísticas, que li e que escutei. Na operação da pesquisa, o caráter das narrativas das mulheres sobre suas vidas, sobre os episódios destacados e por mim inquiridos da história do rio, centrava-se no âmbito do particular.

Para muitas, a vida começou a ser contada desde o momento de seu casamento. As marcas do tempo, da ambiência do Jaguaribe, se faziam na alternância dos ‘tributos’ da natureza do rio: vicissitudes de secas e enchentes. A sensibilidade das mulheres, em suas percepções dos movimentos da vida e do rio, acompanhou essa correlação. Casavam-se em anos de secas ou cheias, e se perguntadas a respeito de alguma enchente em especial, apontavam e circunscriviam as condições de suas vidas, filhos e esposos, antes de começarem a narrar o rememorado. Os usos que faziam das águas do Jaguaribe, também estes, eram ligados ao âmbito doméstico, entretanto, não pude antever usos muito circunscritos em gênero, e determinados em funções. Os usos estão atrelados às práticas cotidianas que cada indivíduo desenvolve. Concernente às mulheres era a lavagem de roupas: batiam nas pedras e estendiam nas margens do rio. Mas existiam as mulheres que tinham como ofício serem lavadeiras, conforme pude observar e entender a partir do depoimento de duas mulheres lavadeiras, uma na cidade de Jaguaribe, e outra em Jaguaribara.

Já os homens me surpreenderam por tecerem narrativas de tons mais fantásticos, recheadas de causos, de longas histórias de viagens para tentarem a vida em São Paulo, em cidades do Sudeste do Brasil e em outras regiões do Estado. Vidas que foram e que voltaram, e que guardam lembranças de infâncias marcadas pelas memórias que seus pais guardavam das grandes secas de 1915 e 1932. E de vidas que passavam por pescarias nos poços do Jaguaribe, pequena agricultura de subsistência nas vazantes do rio, caça de animais para alimentação nas serras, e quando conseguiam, criação de gado bovino, cabras, galinhas, porcos e jumentos. Mesmo que vivessem nas cidades do Vale do Jaguaribe, os depoentes entrevistados tinham uma vida de hábitos rurais, afeitos ao uso cotidiano do rio.

Outra consideração a este respeito: as narrativas dos homens conectavam-se e comunicavam eventos mais gerais da história da cidade, da região, do Brasil e do mundo, emoldurados em quadros de tons variados; com significações particulares ao universo coletivo verificável dentro da cultura oral territorializada em cordéis, em contos e em dadas práticas narrativas (ou narrativo-discursivas). Os eventos políticos, a sucessão de prefeitos, o engajamento em obras de rodagens nos períodos de secas (especialmente no ano de 1958) e na construção de açudes e barragens.

Embora não me detenha numa constante problematização da memória e da oralidade, as leituras e os autores estudados para tanto foram ecos que se explicitam de formas não anunciadas, de maneira a não tornar o texto um incessante encadeamento de

remetimentos teóricos e metodológicos. Dessa forma, busquei operacionalizar os conceitos e os suportes teóricos que sustentam e inspiram este trabalho de dissertação. Trata-se também de uma escolha; uma escolha de ordem metodológica que se fia na procura por um estilo narrativo, feito dentro de produções historiográficas, mais literário e preocupado com o deleite de meus interlocutores – leitores.

Esse laçar textual, no tear com as palavras, com as fontes e com os referenciais teóricos, de idas e vindas dos fios, entrecruzando as narrativas das fontes estudadas com os episódios significativos da história local e geral nos quais se inseriam, e sobre os quais versavam, constituiu uma arte de atenções e cuidados, que busquei imprimir às análises e à seqüência da narrativa e do texto desta dissertação.

As dinâmicas da vida do rio Jaguaribe não podem ser apreendidas com muitas premissas. Parti a esta travessia com as minhas, e ao final, conservo-as abertas às perspectivas que outras análises, sobre as mesmas fontes que pesquisei, apresentem. Carrego, contudo, uma conclusão sobre o rio Jaguaribe, expressa, por inteiro, nas palavras que se seguem: *“Ao contrário do que pensamos, não são as margens que produzem o rio, dão a ele forma e curso, mas justamente o contrário. É o fluxo das águas, o passar incessante de seus torvelinhos que vai escavando as margens, dando a elas contornos; é o rio que produz suas margens.”*<sup>168</sup>

Ao final, tenho a sensação de estar contando velhas histórias. As mesmas histórias seculares, de homens que tentam ordenar o mundo natural para melhor extraírem dele a subsistência e o lucro. A velha história do embate entre o saber da ciência sobre o universo dos saberes autóctones, orais, que lêem o mundo com palavras encantadas, com os mitos guardados e forjados pelas culturas que os balizam. As histórias de causos e medos que as águas suscitaram nos homens, sejam elas salgadas ou doces. São elementos que, presentes na trama circular do mundo, também fazem parte da história do Jaguaribe. Sei que tratar de um tema tão antigo e presente quanto um rio, é tarefa de sinuosa feitura. *“As vastas águas não tinham margens”*, afirma um texto taoísta.<sup>169</sup> A seleção de leituras, de fontes e de tópicos, para juntos compor uma história coesa, foi feita priorizando traçar uma narrativa que perpassasse pelas margens do oral e do escrito, do ‘popular’ e do ‘oficial’, do cultural e do natural, colocando o Jaguaribe numa terceira margem de análises.

---

<sup>168</sup> ALBUQUERQUE JR., 2007, pág. 29

<sup>169</sup> CHEVALEIR, 2005, p. 15.

## ANEXO 1

### ‘Tragédia na minha terra’

**Autor:** Edigar de Alencar

**Fonte:** Jornal ‘*O Povo*’, crônica publicada em matéria do dia 31 de março de 1960

Tragédia na minha terra! Não escreveria o ponto de exclamação se desta vez o drama não atingisse tamanhas proporções. Por que o fato é que no Ceará as calamidades não mais espantam. Dentre os inúmeros tributos que o Estado conquistou, em deles é o do ‘Terra Mártir’.

Essa catástrofe do Orós não será a maior do Ceará, mas de todo o Brasil. Desde que me entendo, escuto falar em Orós, palavra que sempre me soou, e a todos os conterrâneos, como redenção e agora tem sentido tão triste e desolador! Era rapazelho, quando o presidente Epitácio resolveu realizar o sonho dos cearenses e mandou atacar as grandes obras de salvação do Nordeste. Vieram máquinas, material e pessoal dos Estados Unidos e começaram gigantesca tarefa. A construção definitiva do açude Orós, apesar de discutida, daria ao Ceará um verdadeiro mar de água doce. Rodolpho Teófilo o chamou de ‘mediterrâneo de água doce’. Maior do que a baía de Guanabara e com capacidade para irrigar uma área de mais de trezentos quilômetros de extensão. Mas quando Epitácio deixou o governo, Bernardes suspendeu as obras e toda aquela maquinaria imensa foi se azinhavrando e corroendo ao sol e à chuva, apesar da grita geral.

Após a revolução de trinta, o engenheiro Henrique Novais proferiu substancial conferência no Clube de Engenharia sobre o açude de Orós, ressaltando a conveniência da sua conclusão e abundando em considerações de ordem técnica. Nessa conferência era citado G. Raja Gabaglia, que afirmava serem mais danosas à região as inundações do que as secas periódicas. Pelo imprevisto e pela impetuosidade, que contrastavam com a lentidão com que se declaravam as secas. Também o dr. João Tomé de Sabóia, engenheiro ilustre que governou o Estado, já assegurara que para cada seca contavam-se e média duas inundações.(...)

A construção do Orós não foi aplaudida por todos. O engenheiro Pompeu Sobrinho via nessa obra uma ameaça permanente ao Ceará, por se tratar na verdade do fechamento de uma serra. Outros técnicos a defendiam com entusiasmo. E ao que parece a tragédia não se daria se tivesse concluído a obra ciclópica, cuja parede de setenta metros chegara apenas aos quarenta. Planejado para represar 4 bilhões de metros cúbicos de água, o Orós não suportou nem um bilhão, nas condições em que se encontrava.

Nessas horas de aflição, em que desabam os céus plúmbeos sobre a terra antes dourada de Sol, lembra-me o profético poema de Demócrito Rocha. Poema que tem talvez mais de trinta anos, é atualíssimo: ‘O rio Jaguaribe é uma artéria aberta por onde escorre e se perde o sangue do Ceará... o Ceará está morrendo, está esvaindo-se em sangue... morrendo e resistindo, morrendo e resistindo, morrendo e resistindo...’

Imagino a tragédia brutal na minha terra. Destruídas total ou parcialmente cidades do fertilíssimo vale do Jaguaribe. (...) Como no admirável poema de Demócrito Rocha, o Ceará continuará morrendo e resistindo. Conheço bem a minha gente e sei que da tragédia surgirão estórias, canções, repentes e até piadas. Amanhã os rapsódias matutos – novos Moisés salvos das águas – cantarão ao som das violas a desdita imensa da minha terra mártir, que continuará sofrendo e sorrindo, gemendo e cantando, morrendo e resistindo...

## ANEXO 2

### ‘De Orós e outras águas que evaporaram’

**Livro:** ‘Jaguaribe: Memória das Águas’. São Paulo: Escrituras, 2005, pág. 61

**Autor:** Luciano Maia, nascido em Limoeiro do Norte, cidade do Vale do Jaguaribe.

Ceará de 1000 açudes,  
ó país de poucas águas!  
represas que não iludem  
a sede das estiagens.  
A terra em cinza se muda  
evaporam-se as barragens.

Orós de 50 e tantos  
60 encheu e arrombou.  
depois de tod’esses anos  
já encheu e já vazou  
aguas de 1001 enganos  
que a terra em vão esperou.

Não verte Orós as torrentes  
vasculares sobre o chão.  
Banabuiú 1000 enchentes  
já conheceu e ainda não  
soltam os açudes correntes  
em elos de irrigação.

Um filete d’água (um grito)  
que não abafa o clamor  
que ecoa no infinito  
da pedra com(densa)dor  
no chão com deserto aflito  
da senda do desertor.

Queremos que Orós nos valha  
de sua líquida virtude  
capaz de tecer malha  
do manancial do açude  
nas várzeas cinzas do Vale  
que em verde vale se mude.

### ANEXO 3

As mortes atribuídas ao Bicho do Rio têm o seu ‘mistério’ pelos sintomas deixados no corpo das vítimas: pulmões secos, hematomas e arranhões. Fui ao Registro Civil do município no dia 26 de Julho de 2010, com a finalidade de verificar como estavam registrados os óbitos das pessoas indicadas como vítimas do Bicho do Rio. Entretanto, a falta de precisão dos nomes completos dificultou esta verificação. Não tive a oportunidade de entrevistar nenhum parente de vítima, bem como legista ou médico legal de Jucás, para inquirir sobre estes casos. Apenas um dos nomes foi identificado, porém constava em seu registro ‘óbito por afogamento’. O objetivo desta pesquisa não foi ‘desvendar’ o ‘mistério’ do Bicho do Rio, mas estudá-lo como representação imaginária de múltiplas significações dos moradores da várzea do Jaguaribe, para os elementos naturais e históricos da ambiência deste rio. Trago aqui um breve informativo sobre os efeitos fisiológicos de mortes por afogamento:

Estudos recentes concordam que o órgão de maior comprometimento é o pulmão. Segundo Szpilman (2003), se a necropsia não evidenciar água no pulmão, a vítima provavelmente não estava viva quando entrou na água. “Nem todas as pessoas que se afogam aspiram água em grande quantidade. Aproximadamente menos de 2% dos óbitos parecem ocorrer por asfixia secundária, portanto, sem aspiração de líquido em grande quantidade. O termo ‘afogado seco’, muito utilizado no passado, foi recentemente (2005) extinto da nomenclatura, já que todos os afogados aspiram alguma quantidade de líquido,” líquido o qual fica alojada nos pulmões.

FONTE: <http://www.brasilmergulho.com/port/artigos/>, consultado em Julho de 2010.

## Sobre as Imagens

Foram inseridas imagens do Jaguaribe com o objetivo de trazer, por meio desta rica linguagem que constitui uma das fontes utilizadas para os estudos históricos, imagens dos assuntos correlacionados dentro da dissertação. Neste estudo sobre o Rio Jaguaribe em sua ambiência, foram selecionadas poucas imagens que constam como anexo, e não são acompanhadas por maiores discussões sobre as informações que trazem e apresentam. Isto feito com o intuito de contar aqui com um suporte para auxiliar no objetivo, desenvolvido por meio da escrita, de discutir e problematizar as temáticas que compõem tópicos (aqui, metaforicamente denominados de ‘margens’) da História deste Rio. Amparam discussões desenvolvidas pontualmente e/ou ao longo de todo o texto dissertativo. As legendas que as acompanham subscritas dão conta apenas da temporalidade e do espaço relativos à composição da imagem, além da origem e acervo das quais fazem parte.

Três temas perpassam pelas imagens, e são destacados no conjunto de informações que apresentam, e reflexões que suscitam sobre a Cultura e a Natureza no rio Jaguaribe: as *enchentes* (um dos ‘tributos’ da natureza do rio); os *usos cotidianos feitos do rio*; e o *espaço da natureza do Jaguaribe*.

São feitos variados usos do Jaguaribe, na cotidiana invenção de estratégias para o viver, nos anos de difíceis vicissitudes. A imagem nº 4 guarda o ‘quadro’ que suscitou as primeiras reflexões sobre o conceito de ambiência: a cultura criada e vivenciada *no* rio. A partir dela, ampliam-se os entendimentos sobre o Jaguaribe: rio de terra e de água. Na imagem nº15, o rio Jaguaribe é vereda aquática para travessia a outras margens. A travessia com canoas é apenas possível em trechos que o rio guarda maior volume de água, especialmente na bacia do Baixo-Jaguaribe. As barragens são artifícios para a retenção de água, construídos em leitos de reservatórios aquíferos do semiárido brasileiro. Delas, são extraídos benefícios como pesca, o lazer e a própria *água*, para fins diversos. Na imagem da barragem da Cidade (nº14), localizada próximo ao centro administrativo do município de Jucás, observa-se o quanto a largura do rio avoluma-se, durante os períodos de cheias, quando constatado um bom índice pluviométrico. A imagem ilustra o quão próximo da cidade, que o margeia, corre o rio Jaguaribe. Numa

outra (n°13), observam-se homens avaliando o resultado da pescaria, crianças e adultos banhando-se no poço da barragem, em Jucás. Estes usos ainda hoje são verificados no cotidiano das cidades do vale do Jaguaribe.

Através das imagens n° 5 e 6, observa-se um curral de gado bovino e caprino. O gado é levado e guardado em currais dentro do leito seco do Jaguaribe, dada a proximidade aos poços que guardam água, e ao solo mais úmido para florescer pastagem. Esta imagem ilustra a multiplicidade de usos feitos do rio, valendo-se de suas águas e de suas terras (leito-seco), dentro de um espaço marcado pela carência de água e de solos irrigados. Homens trabalham na cultura do milho dentro do leito seco do Jaguaribe, durante o começo do período de estiagem. O cultivo em vazantes (citado em nota, no primeiro capítulo), é exercido tanto por homens quanto por mulheres, entretanto, tem grande predominância do trabalho masculino, mais voltado à prática da agricultura. O milho, o feijão, e outros gêneros como a mandioca e abóboras, são cultivados para consumo das famílias locais, cada qual responsável pelo seu quinhão de plantio em *vazantes*, e no leito seco do rio.

Nas imagens n°7, 8 e 9, pode-se observar o significado das enchentes no Vale do Jaguaribe; o quanto esteve o Jaguaribe afeito aos movimentos excessivos de enchentes, sendo limitado o controle (humano) sobre o seu fluxo e suas correntezas. Também, os usos feitos destes movimentos, visto que as travessias pela cidade tomada de água ocasionam ganhos aos barqueiros, e possíveis distrações em meio à atribulação.

4 imagens fazem parte do acervo pessoal de Alcides Nogueira Duarte da Silva, técnico do SAAE/COEGERH (sem especificação do fotógrafo);

7 imagens de Karuna Sindhu de Paula (acervo e fotografia);

3 imagens do MIS/CE – Museu da Imagem e do Som (uma fotografia de Mauricio Albano e duas sem especificação do fotógrafo);

E 3 do acervo da coleção digital do IBGE, cujas fotografias são de Tibor Jablonsky.

**Tibor Jablonszky**, fotógrafo proveniente de camadas mais abastadas, emigrou da Hungria durante o pós-guerra devido aos processos de estatização soviética. Chegou ao Brasil em maio de 1948 como turista, porém aqui permaneceu, sendo contratado pelo IBGE como técnico no ano de 1949 (01-03-49).



Técnico de cinema, instrução secundária, ocupava-se em seu país de origem como Diretor de Filmes da Cia. Cinema da Hungria. Em verdade, aqui no Brasil fora contratado pelo Conselho Nacional de Geografia, órgão do IBGE, como técnico de cinema. Produziu cerca de 7 000 registros imagéticos, num total de 20 000 que constituem o Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo deste órgão.

Dentro de um projeto de produção de imagens e registros imagéticos que dessem conta de uma realidade social do Brasil que precisava ser retratada institucionalmente, com a finalidade de dar expressão aos dados e estatísticas da realidade brasileira, o IBGE produziu um acervo considerável de imagens. Além disso, Tibor Jablonszky juntamente com outros fotógrafos e técnicos do IBGE, viajou em expedições geográficas que percorriam o Brasil alcançando regiões longínquas, retratando-as dentro de projetos que expunham a diversidade e amplitude do país, para integrar suas muitas realidades.

Registravam também, sobretudo, as expressões do trabalho e dos trabalhadores, de forma a compor um registro das práticas e das novas modalidades de trabalhos introduzidos no Brasil durante o período conhecido como desenvolvimentista (governo de Juscelino Kubistchek), quando houve uma intensificação do desenvolvimento industrial no Brasil e do desaparecimento de relações e modalidades de trabalho – como aponta a historiadora Vera Lúcia Abrantes, em seu estudo sobre a obra deste fotógrafo do IBGE, dentro de uma leitura das imagens como importante linguagem documental da História.

FONTE: ABRANTES, Vera Lucia Cortes. *“Trabalho no Brasil sob o olhar de Tibor Jablonszky”*. In: Anais do I Encontro Nacional de Estudos da Imagem, 2007, Londrina. \_\_\_\_\_ . *“Fotografia e memória na Geografia do IBGE”*. In: Anais do XI Encontro Regional de História: ‘Democracia e Conflito’, Rio de Janeiro, 2004.

## Referências e Fontes

### . Dicionários

CHEVALEIR, Jean; GHEERBRANT, Alain. ‘*Dicionário de Símbolos*’. Rio de Janeiro: José Olympio ed., 2005. 19º reimpressão.

CASCUDO, Câmara. ‘*Dicionário do Folclore Brasileiro*’. São Paulo: Global 2001.

### . Relatórios técnicos

ALVES, José M. Brabo Alves et al. “Secas ocorridas neste século no Estado do Ceará: uma avaliação pluviométrica”. Departamento de Meteorologia-Divisão de Tempo e Clima – FUNCEME. Fortaleza, 2006

RIBEIRO, Elisa de Castro Marques; SILVA, M<sup>a</sup> Micheliana da Costa. “Um retrato do Semi-Árido Cearense”. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, texto para discussão nº 76. Fortaleza, Janeiro/2010

GATTO, Luiz Carlos Soares (supervisor). ‘Diagnóstico Ambiental da Bacia do Rio Jaguaribe: Diretrizes Gerais para ordenação territorial’. IBGE, Diretoria de Geociências: DIGEO 1/NE.1, 1999.

ARAÚJO et. al. Cadernos de Instruções Técnicas da Embrapa – Petrolina, Agosto de 2004. Tiragem: 100 exemplares. Publicação do Ministério da Agricultura.

### .Relatórios Técnicos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

- CADERNOS: ‘Orós: açude da esperança’. DNOCS, novembro de 1959. Publicação 855. D419.

- PINHEIRO, Luiz Carlos M. ‘Orós: caso inédito?’. DNOCS, dezembro de 1960. Publicação número 221.

### .Códigos de Postura

*Acervo documental do Grupo de Pesquisa ‘Rio Jaguaribe’ - UFC*

- Códigos de Postura da vila de Aracati de 1837, pág. 152, Tomo I.

- Código de Postura de Aracati, Lei nº 68 de 12, setembro de 1837, Página 130, Tomo I.

- Regimento Interno da Câmara Municipal de São João dos Inhamuns (Tauá), ano de 1893. Assinado pelo Intendente municipal Benoni Telles de Sousa Valle; Artigo nº 15.

### . Jornais

*Acervo da Hemeroteca – Biblioteca Menezes Pimentel /Fortaleza*

- ‘O Povo’ (Janeiro a Dezembro de 1958) / (Janeiro a Abril de 1960)

- ‘O Unitário’ (Março a Abril de 1958) / (Janeiro a Maio de 1960)

- ‘O Globo’, Abril de 1960

## **. Folders**

*Acervo Documental memorialístico da Paróquia de Jucás*

- “Bodas de Prata do Paroquiato do Revdmo. Padre João Sticker (1960-1985) e da Festa da Padroeira de N.S. do Carmo”. Jucás: Folder Comemorativo, julho de 1985.

*Acervo da Associação de Preservação Histórico-Cultural Pedro Augusto Netto, Orós*

- “Inauguração do Sangradouro do Orós – a válvula salvadora”. Folder Comemorativo, impresso em parceria pelo DNOCS e Governo Estadual do Ceará.

## **. Cordéis**

*Acervo da Associação de Preservação Histórico-Cultural Pedro Augusto Netto, Orós:*

Cordel nº 1: \_\_\_\_\_ João Cordeiro de Lima

Cordel nº 2: autor e título desconhecidos

*Acervo do Setor de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco:*

“O Monstro do Rio Negro”, autor: João Martins de Athayde. Impresso em Juazeiro do Norte/CE: Tipografia de José Bernardo da Silva Ltda, 12-03-1975.

“História do monstro que rolou nas águas do rio Parnaíba”, autor: Manoel da Costa Moura; vulgo: Guanambi Sonial. Piauí – Brasil 25-01-1975

“O monstro do Pageú”, autor: Manoel Camilo dos Santos; (‘a “Estrella” da poesia’)

“Epaminondas e o Monstro da Gruta D’água”, autor: Manoel Campina

“O Clamor das Enchentes do Ceará e As Inundações da Bahia”, autores: Rodolfo Cavalcante e Abdias Soares. Salvador, 1960.

## **. Músicas**

‘Chegadas e Partidas’ – Fernando Brant/Milton Nascimento, Braclay

‘Súplica Cearense’ – Gordurinha e Nelinho/ Luiz Gonzaga, RCA Victor.

‘Campo Branco’ – Na quadrada das águas perdidas. Elomar Figueira de Melo

## **. Entrevistas Citadas:**

Elder Barros – (Jucás, 2010; local e data das entrevistas)

Sr. Ernando Cavalcante, nascido em 1943 – Jucás, 2008/2010

Marcelino Pereira, nascido em 1975 – Jucás, 2010

Antonio Vieira, nascido em de 1977 – Jucás, 2010

Sr. Inácio (Manoel Pereira da Silva), nascido em 1947- Jucás, 2010

Sr. Francisco de Assis, nascido em 1945 – Jucás, 2010

Sr. Francisco Pereira, nascido no ano de 1923 – Jucás, 2010

Dona Lourdes, nascida em 1944 – Jucás, 2010

Dona Antonia Maria Pereira, nascida em 1930 – Jucás, 2010

Dona Valderneide, nascida em 1969 -Jucás, 2010

Eridan de Sousa Silva, nascida em 1973 - Jucás, 2010

Inês Fernandes da Silva, nascida em 1969 - Jucás, 2010

Francisca Francinete Fernandes da Silva, nascida em 1971 – Jucás, 2010

Yara Sousa Pedrosa, nascida em 1992 – Jucás, 2010

Sr. Francisco Edmar Ramos, nascido em 1940 – Jucás, 2008

Sr. Francisco Pinto, nascido em 1932 – Orós, 2008  
Sr. Francisco Cândido, nascido em 1948 - Orós, 2008  
Sr. Francisco Bezerra, nascido em 1937 - Orós, 2008  
Dona Maria Eládia Bezerra, nascida em 1914 – Jaguaribe, 2008  
Dona Luzia, nascida em 1947 – Jaguaribara, 2008  
Dona Odá, nascida em 1942 – Jaguaribara, 2008

### **. Historiografia cearense; relatos de naturalistas do século do séc. XIX**

ARARIPE, Tristão de Alencar. *'História da Província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850'*. Coleção História e Cultura, dirigida pelo Instituto do Ceará. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1958. 2ª edição.

BEZERRA, Antônio. *Algumas origens do Ceará*. Fortaleza: FWA, 2009.

CAPANEMA, Guilherme Schurch de. *Estudos sobre a seca*. Apresentação de Kenia S. Rios. Fortaleza: Museu do Ceará, Sec. de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2006.

COUTO, Mons. *Origens de São Mateus: Sua Formação Sócio-Eclesiástica*. Iguatu: Publicação Diocesana, novembro de 1965.

FREIRE ALEMÃO, Francisco. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão, Fortaleza-Crato, 1859*. Apresentação/Nota Explicativa de Antônio Luiz M. Silva Filho. Fortaleza: Museu do Ceará, Sec. de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2006.

GARDNER, George. 1812-1849. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos de ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Tradução de Milton Amado, apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, Coleção Reconquista do Brasil, v. 13

KARTZER, Fried. *Paizagens do Ceará*. Tradução de Capistrano de Abreu. Fortaleza: Revista Trimestral do Instituto do Ceará, 1903.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Fortaleza: ABC Ed., 2003.

SÁ BARRETO, G. Tamyarana de. *Protofonia do Jaguaribe*. Fortaleza: Grecel, 1980.

### **. Livros de literatura e afins:**

ALENCAR, José de. *O Sertanejo*. São Paulo: Rideel, 2008.

BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol*. Fortaleza: Ed. ABC, 2006.

CAVALCANTE, Ernando. *Origem de São Mateus e Jucás em Poesia*. Jucás: Gov. Municipal & Off-Set Tipográfico, 2002.

\_\_\_\_\_. *A lenda do Bicho do Rio*. Jucás, Off-Set Tipográfico, 2007.

\_\_\_\_\_. *Canteiro de Rima*. Jucás: Gov. Municipal & Off-Set Tipográfico, 2002.

DOMINGOS, Olímpio. *Luzia-Homem*. São Paulo: Ática, 1994.

QUEIROZ, Rachel. *O Quinze*. São Paulo: José Olímpio, 2004.

TEOFILO, Rodolpho. *A Fome*. Fortaleza, Ed. Demócrito Rocha, 2004.

MOTA, Almir. *O Bicho do Rio*. Fortaleza: Casa do Conto, 2004.

## **Bibliografia**

### **. Monografia, dissertações e teses:**

CIPRIANO, Maria do Socorro. *Histórias de botijas e os labirintos do universo assombroso na Paraíba*. Tese de doutoramento defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFPE – CFCH, com orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Beatriz Guimarães Neto. Recife, 2010.

MORAES, Kleiton de Sousa. *O Sertão descoberto aos olhos do progresso: A inspetoria de Obras Contra as Secas (1909-1918)*. Dissertação de mestrado defendida pelo Programa de pós-graduação em História Social da UFRJ, com orientação da professora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marieta de Moraes Ferreira. RJ, 2010.

PARENTE CORTEZ, Ana Isabel Ribeiro. *Memórias Descarrilhadas: O trem na cidade do Crato*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFC, com orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kenia Sousa Rios. Fortaleza, 2008.

PINTO, Márcia Freire. *Aspectos Etnobiológicos na comunidade sítio Cumbe às margens do estuário do rio Jaguaribe - Aracati – CE'*. Monografia defendida pelo Departamento de Ciências Ambientais, UFC. Fortaleza, 2009.

RIOS, Kenia Sousa. *Engenhos da Memória: narrativas da seca no Ceará*. Tese de doutoramento defendida pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com orientação da professora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denize Bernuzzi de Sant'Anna. São Paulo, 2003.

SILVA, Kamillo Karol Ribeiro e. *Nos caminhos da memória, nas águas do Jaguaribe: memórias das enchentes em Jaguaruana-CE (1960, 1974, 1985)*. Dissertação de mestrado defendida no programa de pós-graduação do departamento de História da UFC, com orientação da professora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kenia Sousa Rios. Fortaleza, 2006.

### **. Livros e Artigos**

ALBERTI, Verena. *“Indivíduo e biografia na história oral”*. RJ: CPDOC, 2000.

\_\_\_\_\_. *“O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral”*. RJ: CPDOC, 2003.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009. 4º ed.

\_\_\_\_\_. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*. São Paulo: Edusc, 2007.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coordenadores). *Usos & abusos da história oral*. 7º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ARAÚJO, Júlio Cesar de. *Simbolismo e Imaginário. Um olhar sobre a cultura do Vale do Juruá*. Manaus: Valer, 2007.

ARRUDA, Gilmar (org.). *A natureza dos Rios: História, memória e territórios*. Curitiba: Ed. UFPR, 2008.

BACHELARD, Gastón. *A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

\_\_\_\_\_. *A poética do espaço*. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BARBATO, Luis Fernando Tosta. “*Natureza, Ciência e Progresso: A Natureza Brasileira no debate letrado do IHGB (1839-1845)*”. Porto Alegre: AEDOS/UFGRS, 2009.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7º ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BEZERRA, Nizomar Falcão. *O Espírito das águas: progresso e harmonia social*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

BHAKTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Ed. UnB, 1999.

BHAKTIVEDANTA, A.C. *Os Upanishads*. São Paulo: Ed. BBT, 1995.

BORNHEIM, Gerd. *Aspectos Filosóficos do Romantismo – Cadernos do Rio Grande VIII*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1959.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, 11º ed.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Memória Sertão*. São Paulo: Editora Cone Sul, 1998.

CALVINO, Ítalo (organizador). *Contos fantásticos do século XIX: o fantástico visionário e o fantástico cotidiano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Trem da Seca: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880)*. Fortaleza: Museu do Ceará, Sec. da Cultura do Estado do Ceará, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. “*Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*”; publicado na SCIELO/Brasil (vol.40 n°.2,1997).

CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia dos mitos brasileiros*. 2º ed. SP: Global, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. “*O Imaginário: A criação no domínio social-histórico*”. In: *As Encruzilhadas do labirinto/2 – Os domínios do Homem*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

CAVAILLÉ, Jean-Pierre. *Descartes: a fábula do mundo*. Porto Alegre: Instituto Piaget, 1996.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. “*O mundo como representação*”. São Paulo: Revista Estudos Avançados, n. 11, v. 5, 1991.

CONRAD, Joseph. *Coração das Trevas*. Rio de Janeiro: Editorial Estampa, 1999.

CORTÁZAR, Julio. *Os reis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

COUTO FILHO, Cândido. *Ceará: A civilização do couro*. Fortaleza: edição do autor, 2000.

COUTO, Mia. *Um rio chamado tempo, uma casa chamada saudade*. São Paulo: Companhia das Letras,

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo: Sociedade e Cultura no início da França moderna*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DEL PRIORE, Mary. *Esquecidos por Deus. Monstros no mundo europeu e ibero-americano: uma história dos monstros do Velho e do Novo Mundo (século XVI – XVIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio (organizadores). *Os senhores dos Rios: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DRUMMOND, José Augusto. “*A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*”. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, vol. 8, 1991.

DESCARTES, René. *Discurso do Método*. Porto Alegre: LP&M Editores, 2009.

- DUBY, Georges. *Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- FEBVRE, Lucien. *O Reno: histórias, mitos e realidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- FRAZER, J.G. *El Folkore em el Antigo Testamento*. Mexico, D.F: Fundo de Cultura Económica, 1986.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- FREYRE, Gilberto. *Assombrações do Recife velho*. 5º ed. Rio de Janeiro: Topbooks. Fundação Gilberto Freyre, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e paisagem do Nordeste do Brasil*. 7º ed. São Paulo: Global, 2004.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006
- GIRÃO, Raimundo. *História Econômica do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1947.
- \_\_\_\_\_. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1967.
- GUILLÉN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da Selva: histórias da migração nordestina para a Amazônia*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. “*Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o projeto de uma História Nacional*”. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n º 1, 1988, pp. 5-27.
- MELO, Josemir Camilo de. “*História, Memória Coletiva e Lenda: o texto Caturité, de Irenêo Joffily*”. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial, Mneme – Revista de Humanidades. UFRN, Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008.
- HONÓRIO, Erotilde. *O Despertar da memória: as narrativas dos desabrigados da terra na construção do Açude Orós*. Fortaleza: Secult, 2006.
- JANOTTI, Maria de Lourdes. *O Coronelismo*. 8º edição. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- JORGE, Janes. *Tietê: o rio que a cidade perdeu, São Paulo, 1890-1940*. São Paulo: Alameda, 2006.
- LANDIN, Teoberto. *Seca, a estação do Inferno: uma análise dos romances que tematizam a seca na perspectiva do narrador*. Fortaleza: ed. UFC, 2005.
- LE GOFF, Jacques. *Heróis e maravilha da Idade Média*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- \_\_\_\_\_. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1985.



LEHA, Julio; NASCIMENTO, Lyslei (organizadores). *Da fabricação de monstros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os Rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: paralelo 15, Editora UNB, 1999.

\_\_\_\_\_. *Ente árvores e esquecimentos: História social nos sertões do Brasil*. Brasília: paralelo 15, Editora UNB, 1996.

LIMA, Lauro de Oliveira. *Na ribeira do Rio das onças*. Fortaleza: Assis Almeida, 1997.

LISBOA, Karen Macknow. “Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: Quadros da natureza e esboços de uma civilização”. São Paulo: Revista Brasileira de História, vol. 15, nº 29, 1995.

LOPES, José de Ribamar (org.). *Literatura de Cordel – Antologia*. Fortaleza: BNB (Banco do Nordeste), 1982.

MADEIRA, Angélica. *Livro dos Naufrágios: ensaio sobre a história trágico-marítima*. Brasília: Ed. da UNB, 2005.

MAIA, Luciano. Jaguaribe: *Memória das águas*. São Paulo: Escrituras Editora, 2005.

MARCOY, Paul. *Viagem pelo Amazonas*. Tradução, introdução e notas de Antonio Porro. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado da Cultura, Ed. Universidade do Amazonas, 2001.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINS, Marcos Lobato. *História e meio ambiente*. São Paulo: Annablume, 2007.

MEDEIROS, Maria Franco Trindade. (organizadora) *Aspectos Históricos na pesquisa Etnobiológica*. Recife: NUPEA, Coleção Estudos & avanços, 2010.

MEYER, Mônica. *Ser-tão natureza: a natureza em Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MONTENEGRO, Antonio Torres Montenegro... et al. (organizador e apresentador). *História: cultura e sentimento: outras Histórias do Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. UFMT, 2008.

\_\_\_\_\_. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

MURARI, Luciana. *Natureza e Cultura no Brasil (1870-1922)*. São Paulo: Alameda, 2009.

NEVES, Frederico de Castro. “A seca e a caridade: a formação da pobreza urbana em Fortaleza (1880-1900)”. In: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). *Seca*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

\_\_\_\_\_. *A miséria na literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará*. Niterói: Revista Tempo, vol. 11, nº 22, 2007.

\_\_\_\_\_. *A capital de um pavoroso reino: Fortaleza e a seca de 1877*. Niterói: Revista Tempo, vol. 05, nº 09, 2000.

NEVES, Margarida de Souza. “*Literatura: Prelúdio e Fuga do Real*”. Niterói: Revista Tempo, vol. 9, nº 17.

OLIVEIRA, Antônio José Alves de. “*Viajantes, Naturalistas e o Vale do Jaguaribe*”. In: *Primeiras Viagens*. Publicação do grupo de estudo Rio Jaguaribe: História, Natureza e Cultura. Fortaleza, Julho de 2009, pp. 17-36

OLIVEIRA Jr., Gerson Augusto. *O encanto das águas: relação dos Tremembé com a natureza*. Fortaleza: Museu do Estado do Ceará/Sec. de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2006.

ORTIZ, Renato. *Românticos e Folcloristas*. São Paulo: Olho D’água, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “*Em busca do Imaginário*”. São Paulo: Revista Brasileira de História, vol. 15, nº 15, nº 29, 1995.

PLATAGEAN, Evelyne. “*A História do Imaginário*”. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. *A História Nova*. 5º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PORTELLI, Alessandro. *A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. Niterói: Revista Tempo, vol. 1, nº 2, 1996.

\_\_\_\_\_. “*O momento da minha vida: funções do Tempo na História Oral*”. In: FENELON, Dea et. al. *Muitas memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D’água, 2004.

PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru-SP: EUSC, 1999.

REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. *Ruídos do Efêmero: histórias de dentro e de fora*. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2010.

RIOS, Kenia Sousa. *Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará/Sec. de Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 19º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

\_\_\_\_\_. *Noites do Sertão*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1988.

\_\_\_\_\_. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Ed. SENAC, 2007.

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2009.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SEVCENCO, Nicolau. "O Front Brasileiro na guerra verde: Vegetais, Colonialismo e Cultura". Revista USP, São Paulo: Junho/Agosto 1996, nº 30, pág. 108-119.

SILVEIRA, Claudionor Gomes da. *Uma cidade submersa: memória e história de Jacundá (1915-1983)*. Belém: Ed. Paka-tatu, 2001.

TAUNAY, Afonso de Escragolle. *Monstros e monstregos do Brasil: ensaio sobre a zoologia fantástica brasileira nos séculos (XVII e XVIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *Zoologia Fantástica do Brasil (Século XVI e XVII)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1999.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TRANCOSO, Gonçalo Fernandes. *Histórias de Trancoso*; seleção Majela Colares. Rio de Janeiro: Ed. Calibán, 2008.

VALENSI, Lucette. *Fábulas da Memória: A batalha de Alcácer Quibir e o mito do Sebastianismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

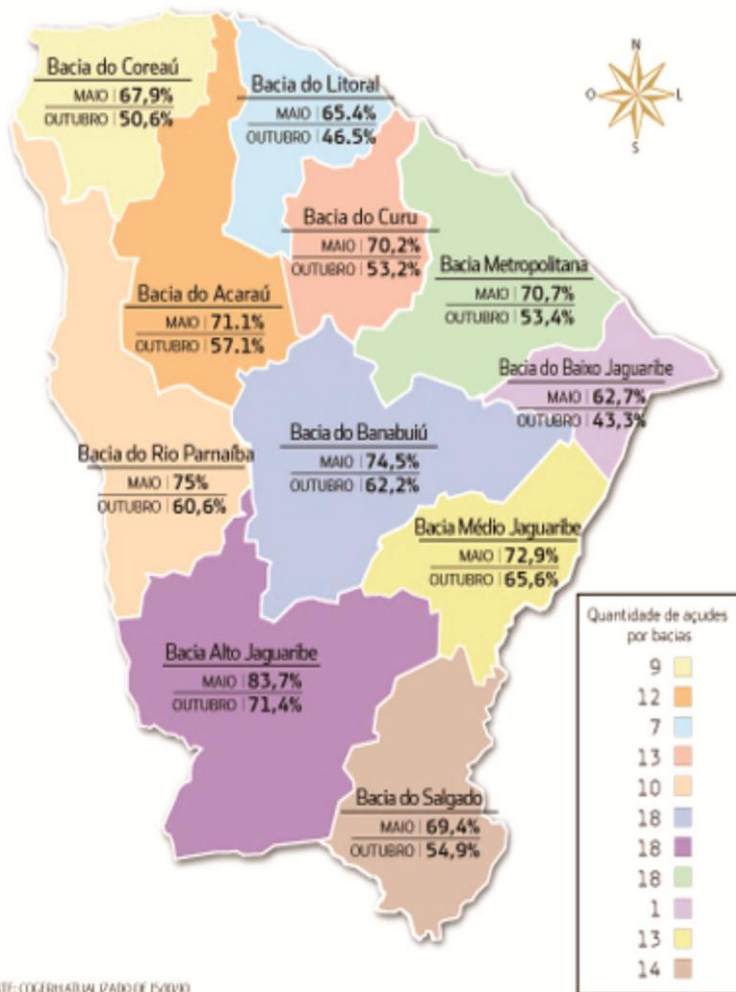
VIEIRA JÚNIOR, Antonio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1980-1850)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, Hucitec, 2004.

VOLVELLE, Michel. *Imagens e imaginários na História: fantasmas e certezas desde a Idade Média até o século XX*. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

ZUMTHOR, Paul. *A Letra e a Voz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.



**Mapa 1** - Bacias Hidrográficas do Ceará. FONTE: <http://www.ceara.gov.br/>, consultado em 2011. Pode-se observar em destaque os dois grandes açudes, Orós (entre Quixelô, Iguatu e Orós) e Castanhão (em Jaguaribara, alcançando os limites territoriais de Alto Santo, Jaguaruana e Jaguaribe).



FONTE: COGERHARUALZADO DE 15/10/10

**Mapa 2** – Bacias hidrográficas do Ceará; índice de acúmulo de água nos açudes durante os períodos de maior estiagem (outubro), e maior acúmulo de água (maio).

O Jaguaribe recebe dois grandes tributários, o Rio Salgado e o Rio Banabuiú, dentre outros de menor porte hídrico. A grande Bacia do Jaguaribe é composta por 5 sub-bacias, a saber: Alto-Jaguaribe, Médio-Jaguaribe, Baixo Jaguaribe, Bacia do Banabuiú e Bacia do Salgado (rio outrora chamado de Jaguaribe-Mirim; tem sua foz na bacia do Médio-Jaguaribe, município de Icó). O rio Banabuiú deságua na bacia do Baixo-Jaguaribe, município de Limoeiro do Norte. Com isso, avulta-se a carência de água da região do Alto-Jaguaribe, dadas as suas condições climáticas características - adversas aos cursos perenes dos rios - visto que os dois mais expressivos afluentes do Jaguaribe afluem em suas posteriores bacias hidrográficas.

Observação pertinente, é que o presente estudo não teve como lócus de pesquisa as bacias hidrográficas dos rios Salgado e Banabuiú, compreendendo apenas os municípios das três bacias (Alto, Médio e Baixo Jaguaribe).

Ao todo, a Grande Bacia do Jaguaribe possui 64 açudes, com a seguinte distribuição:

- Bacia do Alto-Jaguaribe: 18 açudes;
- Bacia do Médio-Jaguaribe: 13 açudes;
- Bacia do Baixo-Jaguaribe: 1 açude;
- Bacia do Banabuiú: 18 açudes;
- Bacia do Salgado: 14 açudes



**Mapa 3** – Região semiárida cearense. O Ceará possui mais de 90% de seu território inserido no semiárido, clima que se caracteriza pela pouca umidade e distribuição irregular das chuvas no espaço e no tempo. A cada inverno chove quantidades variáveis, que são diferentemente distribuídas nas várias sub-regiões do Estado do Ceará.

FONTE: mapa: <http://www.ceara.gov.br/>, 2011



**Imagem 3 - Demarcação oficial da nascente do Rio Jaguaribe;** Confluência dos rios Trici e Carrapateiras, que formam o Jaguaribe; Serra da Joanhina, sertão dos Inhamuns, município de Tauá, bacia do Alto-Jaguaribe. Junho de 2008, acervo particular, fotografia de Karuna Sindhu de Paula.



**Imagem 4 - Rio Jaguaribe, na cidade de Jaguaribe.** Agosto de 2008, acervo particular, fotografia de Karuna Sindhu de Paula.



**Imagem 5 - Curral no leito do rio. Jaguaribe**, na cidade de Jaguaribe, agosto de 2008. Acervo particular, fotografia de Karuna Sindhu de Paula.



**Imagem 6 - Plantio no leito do rio.** Homens trabalham na cultura do milho dentro do leito seco do Jaguaribe, cidade de Jaguaribe. Agosto de 2008, acervo particular, fotografia de Karuna Sindhu de Paula.



**Imagem 7 - Enchente de 1974.** Rio Jaguaribe na cidade de Aracati. Acervo do MIS/Secult-CE.



**Imagem 8 - Enchente de 1974.** Ponte Juscelino Kubistchek, cidade de Aracati. Acervo do MIS/Secult-CE.



**Imagem 9 - Enchente de 2004.** Centro da cidade de Jucás, Rua Getúlio Vargas. Acervo particular, foto de Alcides N. Duarte da Silva (técnico SAAE/COGERH)





**Imagem 10** - Usos cotidianos do Jaguaribe.



**Imagem 11** - Usos cotidianos do Jaguaribe.



**Imagens 10, 11 e 12** - Usos cotidianos do rio Jaguaribe. Junho de 1960, cidade de Jaguaribe. Acervo da coleção digital do IBGE/fotografia, <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Fotografia de Tibor Jablonsky; fotógrafo húngaro contratado pelo IBGE durante o governo de Juscelino Kubistchek, num período em que interessava ao órgão fotografar cenas cotidianas e cenários dos interiores do Brasil.



**Imagem 13 - Usos da barragem;** Ano de 1983; acervo particular de Alcides Nogueira (técnico do SAAE/COGERH, Jucás)



**Imagem 14 - Rio Jaguaribe em Jucás.** Barragem Da cidade, abril de 1996. Acervo particular, foto de Alcides Nogueira (técnico do SAAE/COGERH, Jucás)



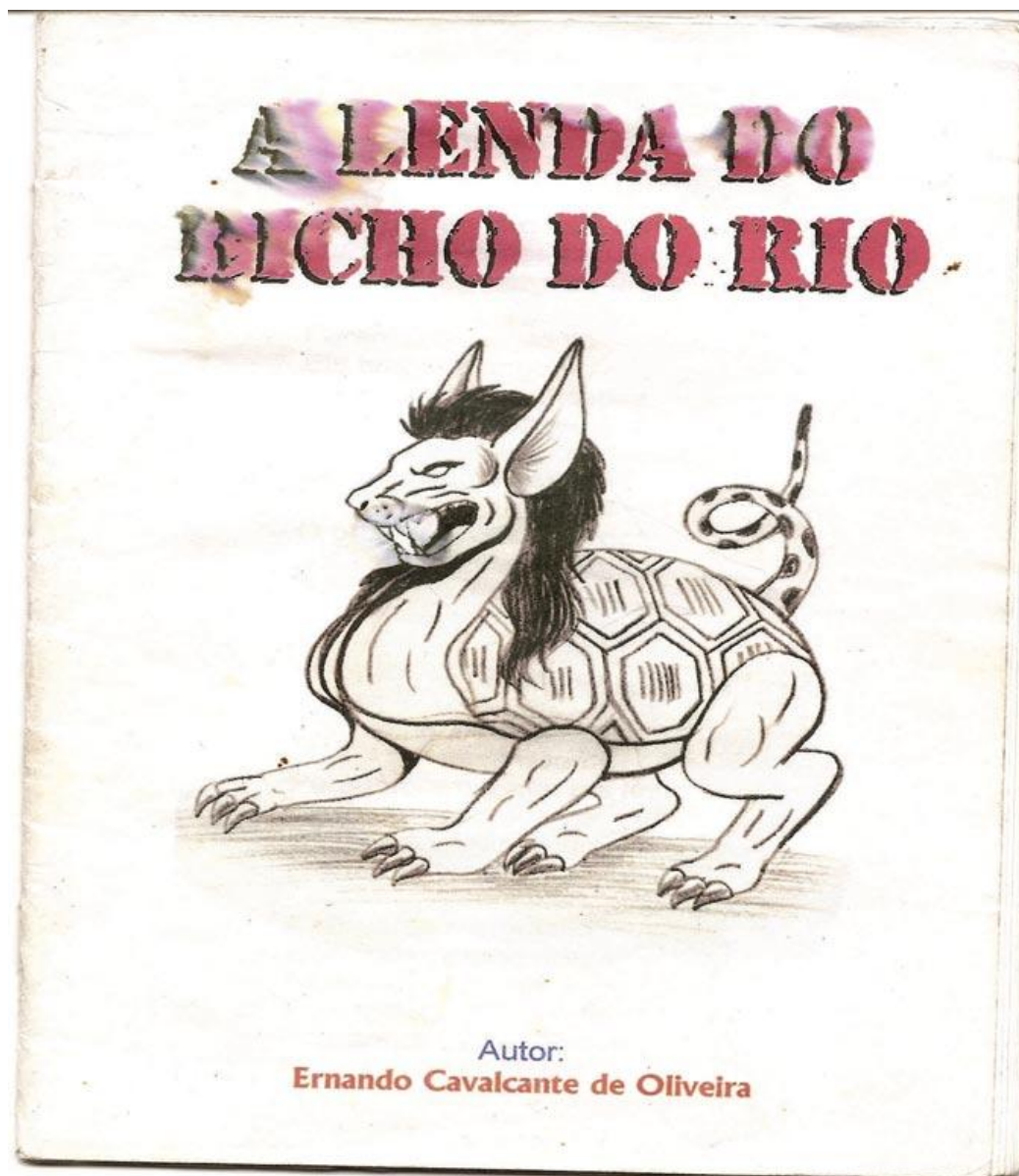
**Imagem 15** - Travessia; margem do Jaguaribe na cidade de Jaguaruana. Fotografia de Maurício Albano, outubro de 1997, acervo do MIS/Secult-CE.



**Imagem 16** - Vila rural no município de Tauá; cercanias do caminho que leva à nascente do Rio Jaguaribe. Acervo particular, fotografia de Karuna S. de Paula, junho de 2008.



**Imagem 17** - Entrevista com D. Valderneide, Julho de 2010. Sítio Araçá Verde, área rural de Jucás. Acervo particular de Karuna S. de Paula; foto de D. Mônica Cavalcante de Oliveira.



**Imagem 18 - Capa do livro de Ernando Cavalcante. 'A Lenda do Bicho do Rio'. Impresso por Tipografia Off-Sett, Jucás: 2004.**



**Imagem 19 - Poço da Farinha, no Rio Jaguaribe. Sítio Farinha. Localidade identificada como o poço onde foi visto ('apareceu') O Bicho do Rio, pela primeira vez, no ano de 1914. Acervo particular, foto de Alcides N. Duarte da Silva (técnico SAAE/COGERH, Jucás).**

